

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

JOCILENE GOMES DA CRUZ

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL E INTERCULTURALIDADE NA  
GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS PARA O *BEM VIVER*  
NO RIO NEGRO-AM**

MANAUS – 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

JOCILENE GOMES DA CRUZ

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL E INTERCULTURALIDADE NA GESTÃO  
DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS PARA O *BEM VIVER*  
NO RIO NEGRO-AM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção de título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração: Dinâmicas Socioambientais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Doris Aleida Villamizar Sayago  
Coorientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Henrique dos Santos Pereira

MANAUS – 2015

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C957o Cruz, Jocielene Gomes da  
Organização político-cultural e interculturalidade na gestão dos territórios indígenas para o Bem viver no Rio Negro-AM / Jocielene Gomes da Cruz. 2015  
227 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Doris Aleida Villamizar Sayago  
Coorientador: Henrique dos Santos Pereira  
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Lideranças indígenas. 2. Gestão territorial. 3. Sustentabilidade.  
4. Interculturalidade. I. Sayago, Doris Aleida Villamizar II.  
Universidade Federal do Amazonas III. Título

**JOCILENE GOMES DA CRUZ**

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL E INTERCULTURALIDADE NA GESTÃO  
DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS PARA O *BEM VIVER*  
NO RIO NEGRO-AM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção de título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração: Dinâmicas Socioambientais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Doris Aleida Villamizar Sayago  
Coorientador: Prof<sup>º</sup>. Dr. Henrique dos Santos Pereira

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira  
CDS/UnB Examinador externo - Membro titular

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Patricia Maria Melo Sampaio  
PPGH/UFAM - Membro titular

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sandra do Nascimento Noda  
PPG-CASA/UFAM - Membro titular

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves  
PPGSS/UFAM - Membro titular

---

Prof<sup>º</sup>. Dr. Isaque dos Santos Sousa  
ENS/UEA - Membro titular

A meu pai José Dolzane da Cruz (*in memoriam*) por todo o amor, por me proporcionar conhecer um pouco sobre a vida das comunidades amazônicas durante as viagens que permearam a minha infância e adolescência, cujas imagens dos lugares e das pessoas me fizeram compreender o sentido da diversidade cultural.

Às lideranças indígenas do rio Negro que colaboraram e confiaram em meu trabalho, por compartilharem os seus saberes, suas estratégias de luta e suas perspectivas e projetos de futuro.

A meu filho Gabriel, um presente de Deus!

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e com ela a possibilidade de escolher alguns caminhos e de trilhá-los em direção a sonhos e realizações.

A toda a minha família, em especial à minha irmã Eliene.

Ao Anselmo, meu companheiro, e a Gabriel, meu filho, por entenderem minha ausência e a importância deste trabalho para mim.

Às lideranças indígenas das distintas associações e comunidades indígenas da região do rio Negro que me ajudaram a realizar este trabalho.

À Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), pela anuência da pesquisa, pelo material disponibilizado e pelas contribuições dadas.

Ao amigo Erivaldo Almeida Cruz (*in memoriam*), pela credibilidade em meu trabalho, por me receber na FOIRN e por enxergar, em minha pesquisa, uma possibilidade de contribuição com as discussões em curso na região.

Às queridíssimas Arlene, Silvia e Doberlina pela acolhida carinhosa na FOIRN.

Ao departamento de Mulheres e ao departamento de Jovens da FOIRN.

Aos professores indígenas do Alto Rio Negro, velhos amigos do PROFORMAR I, pelo carinho, confiança e colaboração, por acreditarem que a relação dialógica pode ser possível, mesmo com um não indígena.

Aos alunos do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND), curso de Pedagogia Intercultural Indígena, da Universidade do Estado do Amazonas, do centro de São Gabriel da Cachoeira, pela atenção e cooperação com a pesquisa.

Aos alunos da Licenciatura Intercultural em Física do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), pela colaboração com a pesquisa e pelas experiências compartilhadas.

À prof<sup>a</sup>. Dra. Doris Aleida Villamizar Sayago, pela atenção e orientações.

Ao prof<sup>o</sup>. Dr. Henrique dos Santos Pereira, pelas orientações e colaboração irrestrita em todas as fases da pesquisa.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA.

Aos professores e aos colegas doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pela bolsa de estudos para o apoio à pesquisa.

À Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Artes e Turismo e aos colegas de trabalho.

A Hamida e ao Marcelo, amigos queridos do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, pela constante socialização de informações e pelo companheirismo em todos os momentos desta caminhada.

À Fernanda, Carlos e Maira da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA.

À minha amiga, irmã do coração e da alma Chris Lopes, parceira de projetos e de sonhos.

Aos amigos/família querida em Manaus: dona Elenise, Cristiane Barroncas, Jorge Procópio, Michelle, Flavio, Danilo, Murilo, Duda e Nonata.

Às amigas Cristina Lizardo e Gleidia Renata, minha família em São Gabriel da Cachoeira.

À amiga Andreia Benchimol, pelo carinho e apoio na organização dos arquivos da tese.

Ao amigo Justino Resende, por socializar seus conhecimentos sobre o rio Negro, sobre os povos indígenas e as intrínsecas redes relacionais presentes na região.

Às amigas da vida social em campo: Ivanilde (Neguinha), Neide, Rosilene e Rosângela pelo constante aprendizado.

À amiga Rosane Mendes e família que me possibilitaram conhecer os Dãw, uma experiência única e muito valiosa.

Aos amigos do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), especialmente à prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Inês Higuchi, Solange Maria e Genoveva Azevedo.

Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros “isto”, em quem não reconheço, outros eu? Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são “essa gente” ou são “nativos inferiores” [...] A autossuficiência é incompatível com o diálogo. (FREIRE, 2012, p. 86).

## RESUMO

A presente tese analisa a mobilização/organização político-cultural das lideranças indígenas do rio Negro, membros das associações filiadas à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), entidade representativa dos povos indígenas dessa região, em torno da elaboração de propostas visando à gestão/cuidado e a sustentabilidade/*bem viver* dos territórios indígenas. Os dados foram coletados com o uso de multimétodos, na perspectiva da pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas feitas com os membros das associações vinculadas à FOIRN; por meio de entrevistas narrativas com as lideranças que participaram da criação do movimento indígena no rio Negro e da Federação; pela pesquisa documental e pela observação em eventos como as assembleias indígenas. A análise dos dados deu-se a partir da codificação e categorização das informações, procedendo-se a análise descritiva, teórica e interpretativa de conteúdo. Os resultados da pesquisa apontam que as propostas elaboradas pelas lideranças indígenas colocam como premissa a interculturalidade, por essência, diálogos entre saberes, demandando múltiplos percursos e parcerias entre agentes sociais e instituições que atravessam as fronteiras nacionais. A aliança de saberes reafirma a identidade étnica e promove a ressignificação do que está presente na região e que, a despeito de não ser indígena, em virtude da história de contado e de dominação, passa a fazer parte da vida dos povos indígenas, a exemplo, as demandas por escolarização formal, a bens tecnológicos e de informação, a alternativas de renda e outros que coexistem com as práticas indígenas tradicionais e não podem ser vistos como “diluidores” de suas culturas. A singularidade da proposta de gestão dos territórios, estruturada pelas lideranças que atuam nas associações indígenas e na FOIRN, consiste em ter viabilidade ao longo dos anos, estabelecendo o diálogo entre epistemologias distintas (e mesmo conflitantes), consolidando projetos que intercambiaram e traduziram saberes, cosmovisões e atitudes frente às questões sociais, econômicas, ambientais, políticas e outras no rio Negro. Os projetos de valorização da cultura indígena, proteção dos territórios, fortalecimento das organizações indígenas e de alternativas sustentáveis de renda são parte constituinte da proposta indígena de gestão dos territórios, delineadas desde a oficialização da demarcação das cinco terras localizadas no alto e médio rio Negro, em 1998, data que marca a mobilização/organização dessas lideranças, pautados nos pressupostos da autonomia e do protagonismo como condição necessária à consolidação de uma gestão indígena mobilizada por saberes indígenas, num processo que não exclui o diálogo com outros saberes advindos das relações interétnicas no passado e no presente, pois são essas perspectivas que projetam o futuro dos povos indígenas do rio Negro.

**PALAVRAS-CHAVE:** lideranças indígenas; gestão territorial; sustentabilidade; interculturalidade.

## ABSTRACT

The thesis makes an analysis on the mobilization / political-cultural organization of indigenous from Rio Negro leaders, members of associations affiliated to the Federation of Indigenous Organizations of Rio Negro (FOIRN), the body representing indigenous peoples of this region, around the making of proposals for the management / care and sustainability / good living of indigenous territories. These datas and files were collected using multimethod from the perspective of qualitative research, with the conduction of semi-structured interviews with members of associations linked to FOIRN; through narrative interviews with leaders who participated in the creation of the indigenous movement in the rio Negro and the Federation; the documentary research and observation in events as native assemblies. The data analysis occurred from the coding and categorization of information, carrying out a descriptive, theoretical and interpretive content analysis. The research results indicate that the proposals made by indigenous leaders have interculturalism as premise, in essence the knowledge dialogues, requiring multiple pathways and partnerships between social agents and institutions that cross national borders. The knowledge alliance reaffirms the ethnic identity and promotes redefinition of what is present in the region, even though is not indigenous, but because of the history of cash and domination, becomes part of the lives of indigenous people, including the demand for formal schooling; the technology assets and information; the income and other alternatives that coexist with traditional indigenous practices and cannot be seen as "extenders" of their cultures. The uniqueness of the proposed management of territories, structured by leaders who work in indigenous associations and FOIRN, is to have viability over the years, the different epistemologies dialogue, and even conflicting, consolidating projects and exchanged translated knowledge, worldviews and attitudes the social, economic, environmental, political and other in the rio Negro. The valuation projects of indigenous culture; protection of territories; strengthening of indigenous organizations and sustainable alternative sources of income are constituent part of the Indian proposal for management of territories, outlined since the official demarcation of the five lands in the upper rio Negro, in 1998, which marks the mobilization / organization of these leaders, guided by the assumptions of autonomy and role as a necessary condition for the consolidation of an indigenous management, mobilized by indigenous knowledge in a process that does not exclude dialogue with other knowledge arising from inter-ethnic relations in the past and present, once those are prospects which project the future of indigenous peoples of the rio Negro.

**KEY-WORDS:** indigenous leaders; land management; sustainability; intercultural.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa das Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro	62
Figura 2 – Bacia do rio Negro	67
Figura 3 – Área de abrangência da FOIRN	69
Figura 4 – Organograma da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	160
Figura 5 – Sede da FOIRN	163
Figura 6 – Maloca da FOIRN – casa de saberes indígenas	164
Figura 7 – Wariró – antiga casa de produtos indígenas do rio Negro.	190

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos étnicos e linguísticos e suas áreas de ocupação	56
Quadro 2 – Número de pessoas por grupo étnico	58
Quadro 3 – Terras indígenas no Alto e Médio Rio Negro	63
Quadro 4 – Identificação e localização das associações indígenas na área de abrangência da FOIRN (nas sub-regiões/coordenadorias do rio Negro)	96
Quadro 5 – Coordenadorias Regionais da FOIRN	155
Quadro 6 – Projetos implementados nas Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro	169

## LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena  
ATRIART – Associação das Tribos Indígenas do Alto Tiquié  
BIS – Batalhão de Infantaria de Selva  
CAIARNX – Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié  
CAIMBRN – Coordenadoria de Ações Indígenas do Baixo Rio Negro  
CEB – Comunidade Eclesiais de Base  
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
CEPIAM – Conferência Estadual de Política Indigenista do Amazonas  
CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas  
CIME – Conselho Indigenista Missionário  
CINDACTA – Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo  
COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira  
COIDI – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê  
COITUA – Coordenadoria das Organizações Indígenas de Tiquié Rio Uapés e Afluentes  
COMAR – Comando Aéreo  
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa  
DS – Desenvolvimento Sustentável  
DSEI – Distritos Sanitários Especiais Indígenas  
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
GA – Gestão Ambiental  
GIZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit  
GT – Gestão Territorial  
H3000 – Organização Austríaca de Cooperação ao Desenvolvimento  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IRD – Institut de Recherche pour le Développement  
ISA – Instituto Socioambiental  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MEC – Ministério da Educação  
MI – Movimento Indígena  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MPF – Ministério Público Federal  
NDI – Núcleo de Direitos Indígenas  
NEAI – Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena  
OIBI – Organização Indígena da Bacia do Rio Içana

OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores na Educação Básica  
PCN – Projeto Calha Norte  
PDPI – Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas  
PNGATI – Programa Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas  
PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal  
PRDIS – Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável  
PROFORMAR – Programa de Formação e Valorização de Profissionais de Educação  
RFN – Fundação Rainforest da Noruega  
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas  
SEIND – Secretaria de Estado para os Povos Indígenas  
SEMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto de São Gabriel da Cachoeira  
SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural  
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena  
SIASI – Sistema de Informação e Atenção à Saúde Indígena  
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia  
SPI – Serviço de proteção indígena  
TI – Terra Indígena  
UCIRT – União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié  
UEA – Universidade do Estado do Amazonas  
UFAC – União Familiar Animadora Cristã  
UFAM – Universidade Federal do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1. PERCURSOS METODOLÓGICOS</b> .....	30
<b>2. PLURALIDADE ÉTNICA E NOVAS TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO</b> ...	41
2.1 A HISTÓRIA, A MEMÓRIA E OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO RIO NEGRO .....	41
2.2 A PLURALIDADE ÉTNICA E AS NOVAS TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO .....	54
2.3 AS ATUAIS DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS, POLÍTICAS E AMBIENTAIS NO RIO NEGRO .....	66
<b>3. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO</b> .....	78
3.1 O MOVIMENTO INDÍGENA DO RIO NEGRO: CONEXÕES COM A HISTÓRIA E COM A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO BRASIL .....	79
<b>3.1.1 Antecedentes históricos que imprimem as marcas do movimento indígena do rio Negro</b> .....	87
3.2 ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS, REPRESENTATIVIDADE E A CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA NO RIO NEGRO .....	95
3.3 DE AGENTES SOCIAIS NA LUTA POR DIREITOS A GESTORES DE PROJETOS PAUTADOS NAS NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE ETNODESENVOLVIMENTO.....	104
<b>4. POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO E A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO RIO NEGRO</b> .....	113
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS (DES)CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO: A ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS NAS DISCUSSÕES E ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS EM PROL DOS POVOS INDÍGENAS.....	114
4.1.1 A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e a apropriação e ressignificação de categorias.....	127
4.2 PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS NA POLÍTICA DE ETNODESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS .....	134

4.3 O ESTADO, OS AGENTES SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM CURSO NO RIO NEGRO .....	142
<b>5. A FOIRN E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS E O <i>BEM VIVER</i> NO RIO NEGRO .....</b>	<b>149</b>
5.1 A CRIAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN) E A ESTRUTURAÇÃO DE UMA POLÍTICA INDÍGENA PARA OS POVOS DA REGIÃO .....	149
5.2 DO CONCEITO À PRÁTICA: PROGRAMAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS NAS TERRAS INDÍGENAS DO RIO NEGRO COM A PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS.....	166
5.3 AS ATUAIS PROPOSTAS INDÍGENAS E OS PROJETOS DE FUTURO: OS TEMAS ESTRATÉGICOS E AS AÇÕES COLETIVAS DA FOIRN PARA O BEM VIVER DAS COMUNIDADES INDÍGENAS .....	175
5.4 OS PROJETOS DE FUTURO COMO PREMISSAS À GESTÃO DOS TERRITÓRIOS E DO FUTURO DOS POVOS INDÍGENAS .....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
REFERÊNCIAS.....	201
APÊNDICES.....	209
ANEXOS .....	214

## INTRODUÇÃO

O *locus* da pesquisa empreendida nesta tese é a região do rio Negro, área de atuação da Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN), cujos limites abrangem três municípios: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. A região é reconhecida por uma vasta extensão territorial caracterizada por uma biodiversidade singular e de extrema importância não apenas para os povos indígenas que vivem na região. A singularidade também se apresenta na diversidade de povos indígenas: cerca de 30 etnias, oriundos de quatro famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruak, Maku e Yanomami, os quais resistiram aos processos de colonização e conseguiram manter mais de 20 línguas indígenas (FOIRN/ISA, 2003). Em suma, uma sociodiversidade portadora de inúmeros conhecimentos sobre a região e sobre a forma de viver nela e de cuidá-la.

Trata-se de uma região onde o protagonismo indígena é a marca preponderante da ação do movimento indígena do rio Negro, do qual fazem parte as lideranças, as associações, as bases (comunidades) e a FOIRN. Juntas elas formam uma estrutura coesa, que funciona como eficaz mecanismo de mobilização coletiva, na luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas da região.

A presente tese tem como foco as discussões sobre a participação das lideranças indígenas na gestão territorial e ambiental de terras indígenas. A análise centra-se, especificamente, sobre as articulações e as estratégias das lideranças do rio Negro na formatação de uma proposta indígena de gestão dos seus territórios, que se configura na forma de cuidá-los para o *bem viver* dos povos da região.

A expressão *bem viver* vem sendo utilizada há, alguns anos pelas lideranças Baniwa na elaboração de projetos pautados na noção de desenvolvimento sustentável e de etnodesenvolvimento. De acordo com um desses líderes, membro da Organização Indígena da Bacia do Rio Içana (OIBI), os Baniwa buscaram em sua própria cultura uma tradução para *sustentabilidade*, encontrando uma correlação com *Manakai*, uma palavra em Baniwa que significa *para o bem viver* e se refere a manter uma vida saudável baseada nos conhecimentos do povo referentes à sua forma de viver e cuidar do ambiente.

Nos últimos anos, a expressão também passou a ser incorporada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) nas propostas que compõem o seu plano de gestão dos territórios indígenas, estando, ainda, em seu

slogan que traz a seguinte frase: “Defendendo interesses, objetivos e direitos indígenas para o *bem viver*”.

O delineamento de uma proposta indígena de gestão dos seus territórios se dá hoje pela mobilização das lideranças – constitutivas e autorizadas pelos povos – em torno de ações que possam gerar no rio Negro iniciativas indígenas construídas com base em seus anseios e perspectivas de futuro. Tal processo foi iniciado após a demarcação e homologação das cinco terras indígenas (TI), em 1998, e foi estruturada, ressignificada e ampliada ao longo dos anos pela incorporação de novas propostas, parceiros e financiadores.

É nesse contexto que são engendradas novas relações interétnicas e posições de poder, no qual surgem as lideranças indígenas, sujeitos políticos que possuem vários papéis/missões, dentre estes, decodificar os códigos do universo não indígena e serem os mediadores (representantes indígenas) nas discussões e negociações junto aos parceiros (organizações governamentais e não governamentais), em prol dos povos da região e do que consideram ser prioridade para estes no contexto atual.

No percurso também se discute como as lideranças indígenas, em processos de ressignificação de categorias não indígenas, viabilizam seus propósitos de garantir a existência física e cultural dos povos da região. Esse procedimento é realizado mediante a adoção de novos saberes e novas estratégias de luta, pelas quais articulam alianças com o Estado e com as organizações não governamentais, de modo a promoverem melhorias que as lideranças acreditam ser necessárias. Esse processo envolve a adoção do diálogo intercultural e a solidificação de propostas pautadas nos princípios da interculturalidade.

No decorrer das análises, levantaram-se algumas questões, a saber: como as lideranças indígenas atuam no âmbito das discussões e da elaboração de propostas com o objetivo de gerir/cuidar dos territórios indígenas? Qual o poder de interferência dos líderes indígenas na produção de conhecimentos que orientam essas propostas? Quem são os agentes não indígenas que participam das propostas e qual lugar que ocupam no delineamento e na execução delas? E, por fim, de que forma a articulação das lideranças em torno de uma proposta de gestão dos territórios contribui para os processos de autonomia e autogestão?

Neste trabalho, desenvolveu-se o entendimento de que a organização e as articulações das lideranças do rio Negro que visam a gestão dos territórios indígenas

dão-se a partir de uma proposta orientada na interculturalidade, e são elaboradas mediante uma rede de comunicação com as bases (as comunidades indígenas) e com os não indígenas, num movimento dinâmico de constantes reelaborações e alianças.

A interculturalidade é percebida por Walsh (2009) como um processo e uma estratégia ética, política e epistêmica, por meio da qual os processos educativos são fundamentais, pois por meio deles: questiona-se a colonialidade presente na sociedade e na educação; desvela-se o racismo observado nas relações sociais; e, sobretudo, promove-se o reconhecimento dos diversos saberes e a possibilidade de diálogo entre eles. Nesse sentido, pela via da Interculturalidade, abrem-se caminhos para o fortalecimento de identidades e para a construção de relações sociais mais simétricas (WALSH, 2009).

Pela via da interculturalidade acredita-se ser possível construir relações simétricas, evitar visões e propostas homogêneas, pois ela “pressupõe o diálogo e a possibilidade de convivência de pensamentos/culturas diversas – que não se opõem, mas si complementam. O caminho se constrói pela diversidade, não pela homogeneidade” (FLEURI, 2002, p.409).

Para Rezende (2014), os povos do rio Negro vivem um momento de busca pelo diálogo intercultural e por uma relação de respeito mútuo, na qual as culturas indígenas sejam valorizadas. Isso se reflete nas atividades cotidianas e nos projetos que eles buscam implementar nas comunidades. Na análise do autor, há uma mobilização dos povos indígenas objetivando “descolonizar os pensamentos”, para romper com as formas de dominação que lhes atingiram por séculos.

Hoje, quando os povos indígenas buscam construir em suas comunidades novas propostas de educação escolar, o fazem porque acreditam que elas podem promover mudanças em várias outras áreas de suas vidas, a começar com a criação de espaços para uma relação mais simétrica entre indígenas e não indígenas. Nas comunidades, as lideranças incentivam os indígenas a pensarem por si próprios, a seguirem a condução de suas vidas por si e não pelo que é imposto pelo “outro”, e, assim, construir seu futuro (REZENDE, 2014).

No âmbito da FOIRN, propostas como o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS) trazem, em seu bojo, um conjunto de ações e articulações do movimento indígena e das lideranças que o compõem,

constituindo-se numa proposta de gestão dos territórios, feita com a participação dos povos, contendo as suas percepções sobre os lugares onde vivem.

O PRDIS é uma proposta tecida em meio a uma rede de relações de agentes sociais e instituições (indígenas e não indígenas) que conformam a estrutura da FOIRN, enquanto entidade política e de representatividade étnica nas relações interétnicas contemporâneas.

As especificidades relativas a essa proposta desenrolam-se na apropriação e ressignificação de categorias não indígenas. Dentre elas, merecem destaque as categorias “terra” e “território”, as quais são discutidas nesta tese em virtude das singularidades que as envolvem, tais como as diferentes formas de as lideranças indígenas concebê-las. A categoria terra está presente no lema da FOIRN desde a sua criação, leia-se: “Terra e Cultura”. Os documentos produzidos pela Federação, de um modo geral, se reportam a essa designação. Vale assinalar que muitos povos indígenas da região possuem, em suas línguas maternas, tradução para essa categoria diferentemente da categoria território (FARIA, 2003).

Hoje a categoria território situa-se em lugar de destaque verificando-se, nos atuais discursos das lideranças, que a “gestão dos territórios” é a expressão de suas ações contemporâneas; no passado, o tema de destaque era a luta pela terra, sendo que após a demarcação de grande parte delas, o discurso ficou centrado no “cuidado/gestão”, nas relações de poder sobre o lugar onde vivem, em suma, na estruturação de uma política com a participação indígena, de modo a implementar uma proposta de gestão condizente com a diversidade cultural do rio Negro.

Observa-se que, tal como ocorre com a categoria *terra*, definir *território* também envolve diferentes concepções. No entanto, em decorrência das atuais características das ações e perspectivas do movimento indígena, as lideranças indígenas do rio Negro privilegiam o entendimento político porque o papel delas é político, contudo, não abandonam as compreensões culturais, as relações simbólicas imbuídas nas formas próprias de conceber terra/território.

Nesta tese as discussões a respeito da categoria território consideram as análises de Oliveira (2012, p.2). Para esse autor, dinâmicas sociais estabelecidas nos territórios são definidas em decorrência de inúmeros fatores, sobretudo, da complexidade de relações dinamizadas ao longo de séculos e da imbricação entre apropriação e definição de território e o reconhecimento/visibilidade de grupos sociais. Deve-se isto ao fato de que território não se constitui exclusivamente como

um conjunto de recursos ambientais, mas, principalmente, como suporte “físico e material de coletividades portadoras de tradições que elaboram estratégias socioculturais dentro de um marco histórico preciso” (OLIVEIRA, 2012, p.1).

Também foram pertinentes para as análises sobre a categoria território, as assertivas de Haesbaert (2004) acerca de que a criação de um território envolve uma organização das relações sociais dos grupos que podem estar vinculadas tanto aos aspectos materiais, fixos no território, quanto aos simbólicos, que permeiam os espaços fixos, pois “não há qualquer atividade, inclusive atividades materiais, que não seja ao mesmo tempo produtora de sentido e de símbolos” (HAESBAERT, 2004, p. 214). Assim, o território envolve, apesar de diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos (HAESBAERT, 2004).

A respeito das contribuições deste trabalho, entende-se que elas emergem dos desdobramentos de suas abordagens, cuja temática, a gestão territorial e ambiental de terras indígenas e, particularmente, a participação, as estratégias e a mobilização do movimento indígena do rio Negro e de suas lideranças na gestão dos territórios indígenas da região, produzem uma discussão de grande relevância. Trazer à tona essas discussões possibilita a compreensão das estratégias utilizadas por esses agentes sociais no contexto contemporâneo, frente aos processos de ameaças aos direitos constitucionais conquistados pelos povos indígenas, advindo da atual conjuntura política observada no país.

Apreender as dinâmicas que perpassam a organização/mobilização das lideranças para proteger seus territórios e a diversidade cultural neles encontradas propicia o acesso a processos políticos e pedagógicos singulares. Isso evidencia uma série de práticas altamente organizadas e inovadoras no campo das estratégias para o *bem viver* no rio Negro. Dito em outras palavras, essa ação aponta caminhos possíveis para que os povos indígenas e suas comunidades possam ter bom acesso à saúde, à educação formal que escolherem, às alternativas econômicas que considerarem apropriadas e, sobretudo, às formas de projetarem o seu futuro.

Em 2012 foi instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Ela teve o mérito de ter sido construída de forma participativa, contendo os anseios e perspectivas dos povos indígenas, sendo,

portanto um ganho para eles. Contraditoriamente, está em curso o processo de desarquivamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, cuja aprovação prevê consequências graves, pois se ela vier a se confirmar muitos serão os prejuízos para os povos, um verdadeiro retrocesso às conquistas asseguradas.

Ao se tratar nesta tese sobre a atuação das lideranças indígenas na gestão de seus territórios, coloca-se em discussão os novos processos de luta, as novas e inovadoras estratégias utilizadas na contemporaneidade por esses agentes sociais. Por esse caminho constrói-se também a possibilidade de apresentar uma discussão igualmente nova sobre o rio Negro, pois até então poucos foram os estudos sobre essa mobilização político-cultural e, em particular, sobre as atuais estratégias e propostas das lideranças visando a gestão dos territórios, numa perspectiva de fazer valer a PNGATI na região.

A região do rio Negro e os povos indígenas que a habitam constituem tema de pesquisas há alguns séculos. Levantamentos feitos pelo Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI), por meio do projeto “Amazonas Indígena: um mapeamento das instituições e da produção bibliográfica sobre os povos indígenas no Estado<sup>1</sup>”, dão uma dimensão acerca da produção documental e científica sobre essa região, as abordagens priorizadas e as perspectivas analíticas empreendidas por historiadores, pesquisadores e etnólogos que escreveram sobre ela.

O referido levantamento envolveu todo o Estado do Amazonas e considerou dois períodos históricos, um correspondente a 1745 a 1930 e outro de 1931 a 2009. No que concerne especificamente à região do rio Negro foram identificadas cerca de 570 obras classificadas em 10 tipos de publicações (artigo, capítulo, dissertação, livro, monografia, pesquisa de iniciação científica, relatório, tese, vídeo e outros), sendo a maioria composta por publicações em forma de artigos (207, no total) e capítulos de livro (168 registros) (SANTOS, 2009).

Diniz e Ramos (2009) apresentam uma revisão sobre essa bibliografia referente a região do Médio e Alto Rio Negro, feita com base no banco de dados do projeto do NEAI, e observam que a região do rio Uaupés e seus afluentes concentra a maior produção etnográfica, sendo identificadas 107 obras. Os primeiros trabalhos bibliográficos sobre tais obras foram feitos por viajantes no século XVI, havendo ainda os relatos dos missionários, a exemplo dos escritos do padre espanhol

---

<sup>1</sup> Os dados oriundos do levantamento estão sintetizados no “Relatório Amazonas Indígena: um mapeamento das Instituições e da produção bibliográfica sobre os Povos Indígenas no Amazonas”, realizado pelo Núcleo de

Cristóbal de Acunã (Companhia de Jesus), além das etnografias realizadas pelos padres da missão salesiana.

Nesse estudo, a região do rio Tiquié aparece como a segunda com maior número de produção bibliográfica, com 51 obras identificadas. Merece destaque os trabalhos de Athias (1995; 2000; 2003) sobre o povo Hupda, que têm como foco a relação hierárquica entre os grupos Tukano e Hupda, e os estudos de Pozzobon (1883; 1984; 1991) sobre a organização social, às relações de parentesco e à demografia dos povos Maku.

Na análise de Diniz e Ramos (2009, p. 147) a bibliografia reunida no banco de dados do projeto Amazonas Indígena mostra ser perceptível que as regiões do Médio e Alto Rio Negro são referência “aos estudos etnológicos ameríndios pelos conceitos formulados pelos etnógrafos que realizaram pesquisas antropológicas na região”. Deve-se assinalar que, atualmente, os estudos etnográficos intensificam-se, havendo uma produção em plena ascensão. O mesmo ocorre com estudos no campo da sociologia, ecologia, economia, agronomia, saúde dentre outros.

Nos últimos 27 anos, desde a criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e a parceria desta com o Instituto Socioambiental (ISA), houve um número significativo de obras produzidas e publicadas sobre os povos da região<sup>2</sup>. Nessas obras, os indígenas aparecem como autores e/ou coautores, iniciando-se uma nova fase na produção bibliográfica no rio Negro que se caracteriza pela inserção dos povos como sujeitos partícipes. Um exemplo disso é a “Coleção Narradores Indígenas”, a qual reúne narrativas míticas e histórias dos povos Tukano, Dessana, Pira-Tapuia, Arapasso e Tuyuka, relatadas pelos próprios.

Vale salientar que essas mudanças ocorreram em virtude de os povos indígenas não aceitarem mais a condição de “objetos de pesquisa”, nem a relação assimétrica estabelecida pelos pesquisadores que estiveram presentes na região. Há uma compreensiva aversão por parte dos povos indígenas em relação aos pesquisadores e às suas pesquisas. Durante o trabalho de campo, foram ouvidos relatos sobre o descontentamento de verem suas vidas serem abordadas e divulgadas de forma equivocada e registradas sem o consentimento dos envolvidos. Os indígenas criticam veementemente esse tipo de pesquisa, pois avaliam que elas

---

<sup>2</sup> Essa produção pode ser conferida no catálogo de publicações do Instituto Socioambiental, disponível em: <[http://loja.socioambiental.org/publicacoes.html?id\\_pre=3](http://loja.socioambiental.org/publicacoes.html?id_pre=3)>.

expõem os povos e as comunidades e não fornecem contribuições para a região e para os povos.

Em relação das pesquisas no âmbito da parceria FOIRN/ISA, nota-se que elas foram produzidas por pesquisadores vinculados direta ou indiretamente às duas instituições, havendo certa exclusividade para desenvolverem suas pesquisas. No site do ISA constam as publicações referentes ao rio Negro; nele estão listados livros, além de cartilhas e vídeos/documentários. Infelizmente, não estão disponíveis as informações sobre as dissertações e as teses originadas dos trabalhos desses pesquisadores, muito embora alguns desses livros tenham sido oriundos de teses e dissertações.

Convém destacar que são poucas as produções realizadas fora da parceria FOIRN/ISA. Os trabalhos de Faria (2003; 2008; 2012) estão nesse pequeno rol de exceções. A pesquisadora desenvolve há mais de 20 anos pesquisas na região com ênfase na gestão territorial e na educação escolar indígena. Ela possui um núcleo de pesquisa estruturado e fortalecido com o apoio das lideranças indígenas, mediante o qual viabilizou a implementação do projeto “Licenciatura Indígena, Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”, pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), instituição à qual a pesquisadora é vinculada.

No atual cenário de produção bibliográfica sobre o rio Negro, dispomos também de trabalhos realizados por indígenas vinculados a programas de pós-graduação, caracterizando os estudos “feitos pelos indígenas”. Na condição de alunos de pós-graduação, eles desempenham o papel de pesquisadores e centram suas problemáticas de estudos nas suas próprias culturas. Na Universidade Federal do Amazonas, especificamente no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, já foram defendidas algumas dissertações sobre os povos indígenas do rio Negro. Nelas são retratadas a mitologia, a origem dos povos, o sistema de parentesco, a ciência indígena, dentre outras temáticas, identificadas pelo olhar dos pesquisadores indígenas.

Essa breve contextualização a respeito da produção bibliográfica sobre o rio Negro tem a intenção de evidenciar o volume de trabalhos já produzidos a respeito dele. Trata-se de uma região diferente de outras do Estado do Amazonas, pois nela há uma gama consistente de pesquisas e de pesquisadores, muito embora restrita à parceria FOIRN/ISA. Ela também propiciou localizar a tese, ou seja, apontar as

conexões com algumas discussões já empreendidas por outros pesquisadores e as contribuições que prestam à confecção da tese.

As pesquisas com as quais se pode dialogar têm em comum reflexões sobre os povos indígenas e as relações interétnicas e interculturais processadas ao longo dos séculos. Além disso, entre os temas que nos interessam em tais trabalhos incluem-se: novas formas de organização sócio-política; a participação das lideranças indígenas na estruturação de políticas públicas; as dinâmicas atuais em torno da proteção das Terras Indígenas (TI); as práticas associativas e a criação de associações indígenas; e outras ligadas direta e indiretamente com o foco desta tese, qual seja: a participação das lideranças indígenas na gestão territorial e ambiental de terras indígenas no rio Negro.

Dentre essas pesquisas destaca-se a de Peres (2003) sobre o associativismo indígena no baixo rio Negro, no município de Barcelos. Tal estudo demonstrou a existência de uma organização sistemática, participativa e eficiente de promoção de direitos indígenas, promovido pelas associações indígenas e pela FOIRN. Nessa pesquisa, o autor evidencia um tipo de militância peculiar no qual aparece “a figura do índio cidadão, isto é, a um ativismo etnopolítico estreitamente conectado a um desenho horizontal e descentralizado, mas também hiper formalizado de ação coletiva e a uma sociedade civil transnacional em franco desenvolvimento” (PERES, 2003, p. 17).

Por meio dos estudos de Peres (2003) tem-se uma compreensão sobre as dinâmicas que permearam a criação do movimento indígena do rio Negro e o “fenômeno associativo” que se formou a partir dele, possibilitando o entendimento sobre as dinâmicas atuais nas quais se circunscrevem a participação das lideranças indígenas, membros das associações e representantes dos povos, na gestão territorial e ambiental das TI do rio Negro, particularmente na região de Barcelos.

Outro trabalho que contribui para a realização desta análise é a dissertação de Luciano (2006), intitulada “Projeto é como branco trabalha: as lideranças que se virem para nos ensinar”. No referido trabalho o autor objetivou analisar as experiências das lideranças indígenas do alto rio Negro e, em particular, das lideranças Baniwa, com projetos de etnodesenvolvimento denominados pelas lideranças de “projetos de alternativas econômicas”. Nas reflexões sobre a temática, o autor pondera sobre os impactos positivos e negativos desses projetos para as

comunidades, e como eles são percebidos pelas lideranças que atuam na gestão dos territórios indígenas.

Também foram significativas as reflexões trazidas pelo mesmo autor na sua tese de doutorado. Nela são analisadas as demandas dos povos indígenas do alto rio Negro quanto à educação escolar e universitária nos últimos anos, de modo a verificar o “lugar que a escola e o mundo moderno ocupam no imaginário atual desses povos, a partir do qual projetam e constroem seu futuro” (LUCIANO, 2013, p.). Esse tema possui conexões importantes acerca das atuais discussões sobre a gestão das Tecnologias da Informação.

A dissertação de Souza (2003) intitulada “Cidadania indígena e políticas públicas na perspectiva da sustentabilidade: um estudo sobre o Médio e Alto rio Negro” traz um conjunto de informações sobre a atual mobilização das lideranças indígenas no que tange à consolidação de projetos que promovam a defesa de suas terras e da diversidade cultural. O cerne da discussão é a cidadania, a autonomia e as políticas públicas. Nesse trabalho, o autor analisa a forma como os povos indígenas do Alto Rio Negro têm exercido sua cidadania e como buscam sua inserção no processo de inclusão social, por meio de projetos centrados nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Outra dissertação relevante para as análises feitas na presente tese é a dissertação de Soares (2012) intitulada “Das comunidades à federação: associações indígenas do alto rio Negro”. Nela o pesquisador faz uma etnografia da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), na qual realça os antecedentes históricos que a originaram, os propósitos de sua criação e o papel a ser desempenhado por ela. Além disso, ele apresenta a estrutura atual da FOIRN, as redes que a compõem e os sujeitos políticos surgidos no interior dessas redes – as lideranças indígenas.

Esses trabalhos ora elencados ajudaram na compreensão sobre a dinâmica associativa, sobre a organização e a estrutura política criada pelo movimento indígena e suas lideranças representativas dos povos da região. Eles também propiciaram aprimorar o olhar sobre os aspectos sociopolíticos do movimento indígena e das chamadas lideranças indígenas, frente aos projetos presentes e futuros voltados para a gestão dos territórios indígenas, particularmente do rio Negro. Nesse sentido, as leituras descritas ajudaram a situar o lugar da presente tese no panorama das reflexões sobre a participação e a atuação das lideranças indígenas

nas discussões sobre a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, as quais estão dispostas nos capítulos estruturados.

O primeiro capítulo traz uma apresentação dos percursos metodológicos trilhados para coletar os dados da tese. Nele são contextualizados o lugar e o objeto da tese, os procedimentos metodológicos e a reação entre a pesquisadora e os participantes/sujeitos da pesquisa.

Os demais capítulos apresentam discussões que se interligam, perpassam passado, presente e se conectam com o futuro – prospecção vislumbrada pelas lideranças indígenas do rio Negro. No segundo capítulo, destaca a região do rio Negro, seus aspectos socioculturais e ambientais, evidenciando-se os povos indígenas, os lugares que eles habitam, as inter-relações dos povos indígenas entre si e destes com os não indígenas. No decorrer das discussões, destacam-se as territorialidades e territorializações propiciadas pelo contexto histórico marcado pelas tentativas de dominação empreitadas pelos colonizadores que estiveram na região.

O terceiro capítulo trata sobre a organização político-cultural dos povos indígenas do rio Negro, caracterizada pelo movimento indígena e pelas associações formais, constituídas nas relações interétnicas. Inicia-se o capítulo com a história da criação do movimento indígena, evidenciando-se o seu papel, sua área de atuação, seus desdobramentos, as novas configurações de um “movimento em movimento” e, sobretudo, a sua dinâmica. As discussões feitas nesse capítulo estabelecem as conexões entre o passado e o presente, pois é a partir delas que as lideranças indígenas projetam os “projetos de futuro”.

O quarto capítulo traz discussões sobre o Estado/Nação, seu papel e, principalmente, como este vê os povos indígenas em contraponto à forma como estes o percebem, revelando também o tratamento que os indígenas gostariam de receber dos representantes do Estado. No capítulo, também são abordadas as políticas públicas instituídas “para” os povos indígenas em relação às perspectivas dos povos acerca da construção de políticas públicas “com a participação” dos povos indígenas – condizentes com sua realidade sociocultural, ambiental e histórica.

Nesse capítulo são ainda problematizados alguns dos conceitos e categorias que permeiam o campo das discussões sobre a Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, os quais aparecem como construções delineadas por distintos agentes sociais inseridos nesse campo. Terra indígena, território, territorialidade, territorialização são algumas dessas categorias balizadas por abordagens

socioantropológicas. O entendimento dessas categorias mostra-se essencial para se visualizar a forma como elas são operadas pelos agentes sociais nas discussões sobre a Gestão Territorial e Ambiental.

Outra abordagem presente no quarto capítulo é a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). Ao discuti-la, faz-se uma análise sobre como categorias não indígenas (gestão territorial e ambiental) são apropriadas e ressignificadas pelas lideranças, de modo a transformá-las em estratégias para a conservação dos lugares de vivência tradicional. O capítulo problematiza, ainda, a participação das lideranças indígenas na elaboração da Política Indigenista do Estado do Amazonas voltada para o etnodesenvolvimento de Terras e Comunidades Indígenas. Finaliza-se o capítulo com uma breve discussão sobre as atuais políticas públicas em vigor no rio Negro.

No quinto capítulo, apresenta-se a política criada pelo movimento indígena do rio Negro, com o intuito de viabilizar a participação das lideranças dessa região na gestão dos territórios indígenas. Neste sentido, ganha destaque a articulação da FOIRN e a sua organização em rede, bem como a forma como atua política e administrativamente na região, seguida pelo papel que desempenha, os projetos e parcerias que desenvolve, e os recursos financeiros com os quais opera. Trata-se, portanto, de uma estrutura que se propõe a administrar de forma participativa e descentralizada, por meio de subdivisões geográficas e culturais no território, dentre outros aspectos que se consubstanciam na política indígena e seus mecanismos de proteção das Terras Indígenas e da diversidade cultural dos povos indígenas do rio Negro.

Nesse capítulo, o foco é a mobilização e as articulações das lideranças indígenas do rio Negro em torno da gestão dos territórios indígenas. Nele, são destacadas as ações, os programas e projetos para o *bem viver* das comunidades indígenas, para a proteção dos territórios e para a manutenção da diversidade cultural da região. Assim, dá-se ênfase à interculturalidade, característica por excelência das propostas elaboradas pelas lideranças que trazem, em seu bojo, as culturas dos povos indígenas, seus saberes, suas visões de mundo em diálogo com os saberes não indígenas.

## 1. PERCURSOS METODOLÓGICOS

O primeiro contato realizado com os povos indígenas da região do rio Negro, particularmente com os habitantes do alto rio Negro, foi em 2002 durante minha atuação como docente no curso de formação de professores na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, por meio do Programa de Valorização e Capacitação de Professores (Proformar I), Curso Normal Superior, ofertado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Esse curso foi realizado em três anos e meio, ocorrendo nos meses de recessos escolares (janeiro, fevereiro e junho) desse período. Dele, participaram mais de 100 professores indígenas, representantes de 12 dos 23 povos que vivem na região.

Os professores em formação vinham de diferentes comunidades – localizadas ao longo das calhas dos rios Uaupés, Xié e Içana – com o propósito de cursarem o ensino superior. Uma longa viagem percorrida por dias, feita ao longo dos três anos e meio de formação, cujas bagagens se constituíam em alguns alimentos trazidos das comunidades, mas, principalmente, os conhecimentos oriundos de suas culturas e das vivências cotidianas nas diferentes comunidades.

No convívio da sala de aula, no cotidiano da formação durante as atividades acadêmicas, foi possível conhecer um pouco de seus contextos socioculturais. As atividades acadêmicas eram sempre contextualizadas pelos alunos, que tomavam como parâmetro suas experiências como professores indígenas em suas comunidades, os avanços, as dificuldades e suas expectativas em relação ao futuro. Eles narravam, sobretudo, as particularidades de suas etnias, seus mitos de origem, as histórias contadas por seus antepassados, e também os processos de colonização dos quais foram alvo e os mecanismos de luta adotados para reverter os quadros de dominação impostos por esses processos.

O destaque dado na fala deles aos seus mecanismos de luta proporcionou ainda conhecer um pouco da história de mobilização social dos indígenas da região em prol do reconhecimento de seus direitos. Uma das etapas dessa luta resultou na criação do movimento indígena e da FOIRN, fundada em 1987, marco no fortalecimento dos povos indígenas da região e na conquista de direitos, a exemplo da demarcação e homologação das Terras Indígenas (TI). O contexto, as tramas, os desdobramentos, os conflitos e os ganhos eram temas recorrentes nos relatos dos

professores indígenas em formação, assim como descrições de suas culturas, feitas “em primeira mão” (GEERTZ, 1989).

Nos intercursos das viagens à cidade de São Gabriel da Cachoeira tive a experiência de participar pela primeira vez de uma assembleia do movimento indígena na “maloca” da FOIRN, designada pelos indígenas de “casa dos saberes indígenas”. Aquela foi uma oportunidade de presenciar discussões e reivindicações das lideranças indígenas pela garantia dos seus direitos à saúde e à educação diferenciadas, e também o ensejo necessário para conhecer sobre os seus “projetos de futuro” idealizados como respostas às dificuldades, como meios de suprirem as atuais necessidades materiais e simbólicas.

O contato com os professores indígenas em formação no Proformar I foi se fortalecendo e com o passar dos anos, extrapolou os períodos de formação. Após o término do curso, outras atividades foram realizadas na cidade de São Gabriel da Cachoeira – que se manteve como lócus dos encontros presenciais. Atuei tanto na condição de professora da Universidade do Estado do Amazonas, quanto no papel de gerente do Núcleo de Propriedade Intelectual e Proteção dos Conhecimentos Tradicionais, cargo ocupado na Fundação Estadual para os Povos Indígenas (FEPI).

As atividades realizadas por intermédio desse núcleo permitiram a inserção nas discussões sobre a implementação de cursos de formação superior, resultando em minha participação na elaboração do curso de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena (habilitação em Física), ofertado pelo Instituto de Educação e Tecnologia do Amazonas, campus São Gabriel da Cachoeira. A realização do referido curso constitui-se no atendimento de uma demanda das lideranças indígenas para minimizar os problemas de falta de professor capacitado nessa área para trabalhar nas escolas de ensino médio.

Pelo exposto, observa-se que a escolha do lugar para realizar a pesquisa que originou esta tese foi um ato intencional, uma escolha permeada por subjetividades. Neste sentido, mostram-se pertinentes as colocações de Peirano (1995) sobre a relação do pesquisador com a sua pesquisa, ao assinalar que experiência de campo depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos, das imprescindíveis situações que se configuram no dia a dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisador e “pesquisados”.

Realizar uma pesquisa no rio Negro, particularmente no Alto Rio Negro, pressupõe a construção de uma “relação dialógica” entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa, pautada essencialmente no respeito mútuo. Nesse sentido, os laços estabelecidos ao longo dos anos e as experiências anteriores com os professores indígenas do Proformar I foram fundamentais para a realização desta tese.

A construção do objeto deu-se de forma processual, fruto das reflexões sobre a região, dos conhecimentos apreendidos a partir do contato com ela e com os povos indígenas e seus representantes políticos – as lideranças indígenas. A primeira viagem ao município, já com a definição do objeto de estudo, destinou-se à apresentação do projeto de tese aos diretores da FOIRN<sup>3</sup>, de modo a obter o consentimento prévio para a sua realização.

Embora não existisse uma relação estreita entre os diretores da Federação e a pesquisadora, não havia, por outro lado, uma estranheza, pois, com alguns destes, já haviam acontecido encontros de trabalho quando na condição de pesquisadora na FEPI. De posse do consentimento prévio, iniciou-se o processo de legalização da pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)<sup>4</sup>.

O processo de legalização da pesquisa é uma condição instituída no campo do direito para salvaguardar os sujeitos da pesquisa. É uma postura ética imprescindível ao se realizar pesquisa envolvendo seres humanos. Essa condição deve ser compreendida, sobretudo, como uma relação de respeito mútuo, em que as partes envolvidas como “sujeitos da pesquisa” conheçam a importância do estudo e se sintam a vontade para participar. Uma relação construída com o tempo e com as atitudes. Nesse sentido, as experiências profissionais e pessoais anteriores são essenciais, por isso considera-se que minha experiência como professora da UEA no Proformar I e em outros projetos possibilitou uma relação dialógica necessária para a realização da pesquisa.

A ideia inicial era analisar a participação das lideranças indígenas na elaboração e implementação de programas e projetos pautados na noção de desenvolvimento, a exemplo do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena

---

<sup>3</sup>Nesse período (janeiro de 2012) os diretores estavam no seu último ano de mandato (gestão 2009-2012).

<sup>4</sup>Em anexo estão as autorizações do CEP e CONEP para a realização da pesquisa, bem como o Termo de Anuência concedido pela FOIRN e o formulário de Cadastro para regulamentar as relações entre pesquisadores e indígenas no rio Negro, preenchido e assinado durante o processo de obtenção da anuência da Federação.

Sustentável (PRDIS). O PRDIS trata-se de um projeto da FOIRN feito com a finalidade de viabilizar a sustentabilidade das Terras Indígenas. Conforme o depoimento de algumas lideranças, a demarcação das cinco Terras Indígenas em 1998 foi um ganho extraordinário, contudo era preciso “garantir a sustentabilidade” destas, e o PRDIS foi pensado com esse propósito. Hoje ele passa por atualizações e é concebido pelas lideranças como o plano de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do rio Negro.

No primeiro contato com as lideranças, por ocasião da solicitação da anuência para realizar a pesquisa, percebeu-se que o PRDIS é uma das estratégias, não é a única, estruturada pelas lideranças indígenas do rio Negro, com o apoio das instituições parceiras, objetivando a gestão dos territórios indígenas. Esse fato levou à reformulação do objeto de pesquisa, transferindo a análise exclusiva ao PRDIS para a análise sobre as articulações e a elaboração das propostas das lideranças indígenas visando a gestão/*bem viver* rio Negro, ou seja, os percursos escolhidos, as alianças e as redes construídas, as estruturas fundantes – isto é, as epistemologias que envolvem a gestão desses territórios.

Foram definidos como os sujeitos da pesquisa três grupos. O primeiro composto pelos indígenas que participaram da criação do movimento indígena do rio Negro e da criação da FOIRN, incluindo os ex-diretores da Federação; o segundo era composto pelos diretores da FOIRN que compõem a gestão 2013-2016; e, o terceiro, por fim, era formado por membros das associações indígenas filiadas à FOIRN que moram nas comunidades. Todos são autodenominadas “lideranças indígenas políticas”, isto é, agentes sociais que compõem o movimento indígena.

Durante a pesquisa de campo, foram entrevistadas 60 lideranças indígenas políticas, pertencentes aos três grupos. Embora feita essa quantificação dos sujeitos, as informações obtidas foram analisadas de forma qualificativa. Tais informações são advindas da escolha de agentes sociais em virtude das posições importantes ocupadas no movimento indígena, pelos papéis desempenhados, pela história que ajudaram a construir e pelo reconhecimento de seus pares. E, sobretudo, pelas atividades realizadas nas comunidades como lideranças indígenas políticas.

A maior parte dos participantes da pesquisa mora em comunidades localizadas nas calhas dos rios do Alto Rio Negro e na região do Médio Rio Negro. Dentre as comunidades, destacam-se: Querari, Ucuqui-Cachoeira, Iauaretê, Jabari, Pari-Cachoeira, Assunção do Içana, São Joaquim, Tarauacá, São Pedro – Foz do

Eni, Cunuri, São José, Jerusalém, Boa Vista, Itapereira, Mauá Cachoeira, São Jorge, Distrito de Assunção, Nazaré (Médio Içana), Sagrado Coração de Jesus. Uma pequena parcela de participantes é composta por moradores das sedes dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e de Santa Isabel do Rio Negro.

De modo a resguardar os sujeitos da pesquisa, conforme preconiza a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), não são revelados os nomes dos participantes. Eles também não são identificados pelas iniciais de seus nomes e sobrenomes. Optou-se por apresentá-los pela forma como se autodenominam – “liderança indígena”, acrescentando-se a etnia à qual pertence. Em algumas ocasiões, decidiu-se por mencionar a sub-região que ele representa ou a coordenadoria à qual está vinculada a sua associação.

Toda a coleta de dados ocorreu na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, não ocorrendo nenhuma ida às comunidades onde residem os participantes da pesquisa, uma vez que as distâncias geográficas e os custos com a logística dificultam percorrer a região e chegar às comunidades. De modo a alcançar o maior número de lideranças, optou-se pela estratégia de realizar parte da pesquisa de campo nos períodos de janeiro/fevereiro e junho/julho, quando ocorrem na cidade três projetos de formação de professores ofertados por Universidades que atuam na região.

Nesses períodos, há um deslocamento intenso de indígenas de suas comunidades para a cidade, sendo uma parcela significativa de membros das associações indígenas filiadas à FOIRN, os quais foram identificados num levantamento preliminar durante a segunda viagem ao município<sup>5</sup>.

A decisão por coletar os dados na cidade de São Gabriel da Cachoeira deu-se, ainda, em virtude da sede da FOIRN localizar-se nela, onde acontecem os eventos promovidos pelo movimento indígena. É na maloca - “casa dos saberes” - que ocorrem as assembleias, seminários, conferências, reuniões e outros. Na cidade também residem algumas das lideranças fundadoras do movimento indígena e da Federação, bem como alguns dos ex-diretores selecionados para participarem da pesquisa.

---

<sup>5</sup>Os cursos referidos são: Pedagogia Intercultural – Universidade do Estado do Amazonas; Licenciatura Intercultural em Física – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, e vários cursos ofertados pela Universidade Federal do Amazonas via Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

Uma parcela significativa dos sujeitos da pesquisa é composta por mulheres e jovens indígenas. Verificou-se que as mulheres estão articuladas em várias associações formais. Atualmente, a diretoria da FOIRN é ocupada por uma mulher, e a federação possui um Departamento de Mulheres na estrutura organizacional da Federação. Os adolescentes e jovens também possuem um espaço importante na Federação – o Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro (o DAJIRN), que, entre outras atribuições, opera na formação de novas lideranças.

A pesquisa de campo foi realizada em seis etapas, cinco delas em períodos curtos com duração de quinze a vinte dias, e foram programadas de forma que se pudesse participar de eventos importantes como a XVII Assembleia da FOIRN, contexto no qual fora eleita a atual diretoria (gestão 2013-2016) e durante a qual estiveram presentes mais de 200 lideranças indígenas (delegados das 5 sub-regiões). Na mesma ocasião, fora realizada a II Assembleia Geral de Adolescentes e Jovens indígenas do Rio Negro, com a presença de jovens indígenas das mesmas sub-regiões e também demais lideranças do movimento indígena do rio Negro.

Uma das estadas em campo durou quarenta e cinco dias, de 28 de junho a 04 de agosto de 2013. Naquele período as lideranças indígenas se concentravam na sede do município para participarem dos cursos de formação superior já mencionados. Aquele fora uma ocasião propícia para encontrar um número expressivo de lideranças advindas de localidades distintas. Foi o período correspondente ao maior número de entrevistas coletadas e também o de maior intensidade de trabalho, pois elas eram feitas principalmente à noite, após a rotina de aulas dos participantes da pesquisa.

Para a consecução da pesquisa foram utilizados dois tipos de entrevistas (semiestruturadas e narrativas) aplicados aos três grupos de sujeitos. As entrevistas de tipo semiestruturada foram empregadas com as lideranças indígenas que são membros das associações vinculadas à FOIRN, com os ex-diretores e com os atuais diretores da Federação (gestão 2013-2016). Elas foram realizadas individualmente, em locais e horários agendados previamente com cada um dos participantes. Seguiu-se um roteiro de entrevista com perguntas agrupadas em blocos com informações sobre suas respectivas trajetórias dentro do movimento indígena, suas atuações como membros das associações e sobre participações diretas e indiretas na gestão territorial e ambiental das TI do rio Negro.

As entrevistas narrativas foram realizadas somente com as lideranças indígenas que criaram o movimento indígena da região e que participaram da criação da FOIRN. O intuito foi obter informações sobre as suas experiências, suas motivações, seus interesses pessoais e coletivos. Ao mesmo tempo buscou-se compreender as histórias e as trajetórias dos sujeitos, suas lutas pelos direitos indígenas, particularmente o direito a terra. Nelas apreendeu-se o contexto dos acontecimentos, as contradições, a atuação dos agentes sociais externos, os conflitos, as alianças e as estratégias.

Em etnografias, como as elaboradas por Peres (2003) e por Soares (2012), há um detalhamento desses acontecimentos. Essas informações também podem ser acessadas na FOIRN, especificamente no vídeo/documentário sobre a II Assembleia dos povos indígenas da região. Contudo, considerou-se que o contato com os narradores e suas narrativas possibilitariam experiências importantes, daí a opção por coletá-las. A respeito das narrativas, Benjamin (1996) observa que da relação entre narrador e ouvinte existe o interesse em conservar o que foi narrado, isto é, a “riqueza presente na narração oral não está apenas na voz de quem narra, mas na paciência de quem ouve”, o “dom de ouvir é parte da comunidade dos ouvintes” (BENJAMIN, 1996, p.76). Portanto, a experiência narrativa é um chamado ao diálogo, algo que se buscou durante a execução da pesquisa.

Gibbs (2009) ressalta que nesse tipo de entrevista os narradores contam livremente suas experiências, sem a preocupação de um roteiro pré-definido, mas cabe a quem ouve selecionar aqueles que serão os pontos centrais para análise. Nas narrativas das lideranças indígenas, alguns aspectos foram marcados para a análise: o contexto em que os sujeitos estavam inseridos no momento das discussões sobre a demarcação das terras indígenas; a que região e a que povo pertenciam; com quem dialogavam – agentes externos que estão presente na região; os objetos e os objetivos da luta. A análise dessas narrativas deu-se a partir de atividades analíticas práticas (GIBBS, 2009), sem o uso de programas de computador.

Durante a pesquisa de campo foi possível participar e observar três assembleias realizadas pela FOIRN: a XVII Assembleia Eletiva da FOIRN, em novembro de 2012; a II Assembleia Geral de Adolescentes e Jovens indígenas do Rio Negro, realizada em julho de 2013; e a XIV Assembleia Geral da FOIRN, ocorrida em novembro de 2014.

Essas assembleias permitiram o contato com lideranças indígenas que residem em comunidades localizadas nas cinco sub-regiões do rio Negro, área de abrangência da FOIRN. Alguns dos participantes das assembleias eram velhos conhecidos da época do Proformar I. Durante as assembleias houve situações oportunas para apreender informações sobre a região, sobre o movimento indígena, sobre a política indígena e os projetos de futuro vislumbrados pelas lideranças indígenas. Elas possibilitaram também a compreensão das articulações – tanto as internas (entre as associações indígenas) quanto as externas (entre associações e não indígenas).

Durante as assembleias, centrou-se a atenção para as situações sociais, para a identificação dos agentes sociais, para as relações de poder e os papéis desempenhados pelos agentes sociais. Nelas, também ficou-se atento às comunicações paralelas, às reuniões extraordinárias e aos diálogos realizados nos intervalos. Várias entrevistas foram realizadas ao longo da realização das assembleias, dirimindo-se dúvidas, levantando-se questões sobre as discussões que constituíam o foco das assembleias e sobre os temas direta e indiretamente relacionados à pesquisa.

No percurso realizou-se pesquisa documental nos arquivos da FOIRN, analisando-se documentos sobre o histórico da sua criação (atas de assembleias, relatórios de reuniões e seminários, dentre outros). Além disso, foram analisados cópias de programas e projetos, a exemplo do Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável Indígenas (PRDIS), documentos sobre o planejamento da Federação e também pesquisas no blog da FOIRN “Terra e Cultura” e no informativo trimestral. Com exceção do informativo, que é público, o acesso aos demais documentos deu-se por meio de solicitação oficializada feita aos diretores da Federação, que concederam cópias digitais. Buscou-se, ao analisar esses documentos, visualizar os contextos, as situações, os cenários e os agentes sociais constitutivos do foco da análise.

O diário de pesquisa compôs o rol de mecanismos para coleta dos dados, sendo usado em todas as fases da pesquisa. Nele, foram anotadas as percepções, as inquietações, as perguntas a serem feitas aos entrevistados, as dúvidas a serem dirimidas, os contatos das lideranças, além de “lembretes” sobre a rede de relações pessoais e institucionais no âmbito da pesquisa. Ao término da pesquisa de campo,

transcreveram-se todas as informações do diário para um arquivo no computador, transformando-as em textos, essenciais na análise dos dados.

Também fez parte da coleta de dados a pesquisa bibliográfica na Diocese de São Gabriel da Cachoeira. A pesquisa foi feita com o propósito de acessar os dados históricos sobre a região, consubstanciando-se as informações constantes no primeiro capítulo da tese. A pesquisa na biblioteca do Instituto Socioambiental deu acesso à leitura de etnografias produzidas sobre os povos indígenas da região, aos livros editados em parceria com a FOIRN e a alguns documentos sobre o PRDIS.

Estes foram os caminhos percorridos, os instrumentos utilizados, as etapas seguidas. Trata-se de um conjunto de instrumentos usados para coletar os dados que não podem ser vistos como lineares, pois foram permeados por uma dinâmica interna, constituindo um processo “circular, em espiral” (QUIVY, 2003, p.103), que viabilizaram refletir sobre os caminhos e sobre os dados coletados.

Cabe citar que a estada em São Gabriel da Cachoeira provou que a dinâmica do lugar, de fato, traça o caminho a ser percorrido, pois, cotidianamente, no fazer a pesquisa, ocorrem acontecimentos que redefinem os caminhos. Embora se tenha feito um desenho metodológico previamente, com a seleção dos instrumentos e das técnicas para coletar os dados, destaca-se a importância das conversas informais e “paralelas” que possibilitaram as reflexões iniciais sobre os caminhos possíveis e sobre os sujeitos a serem incluídos na pesquisa.

De certo, é preciso se tornar familiar aos entrevistados – por mais que não se realize uma entrevista, apenas um contato informal pode, com o decorrer do tempo, fazer de você minimamente um conhecido. A profundidade da informação pode nascer das relações estabelecidas e da confiança que lhe foram depositadas, exatamente por você não ser alheio ao local e à vida das pessoas. Não se trata de se “tornar um” entre os sujeitos que compõem a pesquisa. Trata-se de “ser alguém” que inspira confiança, que hora ou outra participa de discussões e fatos que passam a ser vividos e/ou partilhados com alguém que se conhece.

Neste sentido, cada viagem constituiu-se em um retorno, que, após tantos outros, se transformou em lugar comum, um lugar de reencontros! Houve ocasiões propícias para uma conversa descontraída, consolidando uma dinâmica caracterizada pelo diálogo constante com os “sujeitos oficiais” e com os “não oficiais” da pesquisa. Vale frisar que esses últimos sempre estiveram dispostos a indicar alguém que deveria ser entrevistado. Compartilhar a pesquisa com essas pessoas

viabilizou a compreensão sobre ela e mesmo a participação deles como colaboradores.

Conforme citado anteriormente, os entrevistados ditos “oficiais” foram designados de grupo 1, 2 e 3. Já os não oficiais são representados pelos moradores da cidade de São Gabriel (indígenas e não indígenas), bem como pelos indígenas vindos das comunidades, velhos conhecidos do Proformar I. Com esses últimos, sempre foi possível estabelecer “conversas na esquina” (em mercadinhos, feiras, estabelecimentos bancários, na igreja, no campeonato de futebol e outros). Foram conversas transformadas em momentos didáticos de muita aprendizagem e de esclarecimentos sobre situações diversas.

Durante a pesquisa de campo, os sujeitos oficiais e os não oficiais apontaram a rede social *Facebook* como um instrumento de comunicação importante para aproximar a pesquisadora, o local da pesquisa e os sujeitos. Estar conectada aos entrevistados via rede social me permitiu obter informações sobre a realização de encontros, reuniões, assembleias, cursos realizados nas comunidades e na sede da FOIRN, e outros temas ligados direta e indiretamente à gestão das TI. Por meio das redes sociais, as informações circulam, o diálogo transpassa as fronteiras do local, e os laços afetivos são fortalecidos. A comunicação por meio desse canal possibilitou ainda dirimir dúvidas, ter acesso a dados novos e confirmar os que já se tinha e, sobretudo, estar perto (ao menos virtualmente) da realidade sob análise.

Estar no campo também suscitou indagações sobre as contribuições da pesquisa e/ou da pesquisadora. No percurso, algumas solicitações foram feitas, particularmente pelas lideranças que moram nas comunidades que, durante os encontros na cidade de São Gabriel da Cachoeira, solicitaram minha colaboração para auxiliá-los na elaboração de projetos. Faz parte do papel de liderança elaborar e implementar um projeto na comunidade, seja ele voltado para a valorização da cultura seja para a criação de alternativas econômicas. Portanto, conhecer alguém que domine os códigos desse universo é algo primordial e uma oportunidade que não deve ser desperdiçada, daí buscarem essa colaboração.

Outra solicitação feita, e atendida por mim, foi lecionar a disciplina intitulada “Pesquisa e Prática Pedagógica I” oferecida no âmbito do curso Licenciatura Intercultural em Física, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, do qual participam indígenas, majoritariamente vindos das comunidades indígenas. Minha permanência no município coincidiu com o período de realização

da disciplina, fato que me permitiu ministrá-la como voluntária. A experiência foi singular por proporcionar o diálogo com mais de 40 discentes residentes nas cinco sub-regiões do rio Negro<sup>6</sup>.

A análise dos dados da pesquisa deu-se a partir da codificação e categorização das informações coletadas, procedendo-se a seguir a análise descritiva, teórica e interpretativa de conteúdo. Esse processo demandou muita reflexividade, devido à complexidade da realidade observada, caracterizada pelas diversas percepções dos sujeitos da pesquisa sobre a sua participação na gestão territorial e ambiental das terras indígenas do rio Negro, e, principalmente, sobre os temas que envolvem a gestão.

---

<sup>6</sup>a) região do rio Içana e seus afluentes; b) região do Balaio Uaupés e rio Tiquié, e seus respectivos afluentes; c) região do médio e alto rio Uaupés e rio Papuri, e seus respectivos afluentes; d) região do alto rio Negro e Xié; e) região do baixo rio Negro e seus afluentes (FOIRN, 2002).

## **2. PLURALIDADE ÉTNICA E NOVAS TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO**

Neste capítulo discorre-se sobre a região do rio Negro, apresentando os seus aspectos socioambientais, em especial, os povos indígenas, os lugares que eles habitam, as inter-relações dos povos indígenas e desses com os não indígenas. Nesse processo, destacam-se as territorialidades e territorializações propiciadas pelo contexto histórico marcado pelas tentativas de dominação empreitadas pelos colonizadores que estiveram na região.

Para tratar dos assuntos do presente recorre-se à história de colonização, catequização e processos civilizatórios pelos quais os povos indígenas passaram. Esses são elementos que embasam as análises sobre as dinâmicas socioculturais atuais envolvendo a gestão territorial e ambiental das terras indígenas. A abordagem dos elementos históricos é feita mediante a compreensão de que o passado se articula com o presente, e eles estão entrelaçados (sendo, portanto, um “passado-presente”).

Essas abordagens são imprescindíveis para se compreender as atuais dinâmicas observadas na região, por isso as discussões iniciais deste capítulo são dedicadas às relações sociais processadas no passado, às lutas e às articulações das lideranças indígenas circunscritas em períodos históricos diferentes, mas repletas de similitudes em termos das relações com os não indígenas.

O capítulo apresenta também informações sobre o momento atual, apresentando as dinâmicas em curso no rio Negro – definido pelas lideranças indígenas como a área de atuação da FOIRN, uma delimitação territorial, política e cultural que marca as discussões sobre a elaboração de uma proposta de gestão dos territórios indígenas, iniciada com a criação da Federação, em 1987.

### **2.1 A HISTÓRIA, A MEMÓRIA E OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO RIO NEGRO**

A “região do rio Negro” – ou simplesmente “o rio Negro”, como é chamado pelas lideranças indígenas –, possui identidade própria, elaborada a partir de elementos que vão para além de suas configurações físicas, geográficas e/ou geopolíticas. São, sobretudo, os aspectos simbólicos que determinam suas dimensões e permitem uma compreensão acerca do que ele representa para os

povos indígenas. Do rio Negro derivam as outras identidades, particularmente as identidades coletivas: “o movimento indígena do rio Negro” e as “lideranças indígenas do rio Negro”, cuja identificação formata uma conexão entre os sujeitos e os territórios por eles habitados.

De maneira mais simplificada, o rio Negro é definido pelas lideranças como a área de abrangência da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Isso diz respeito aos limites territoriais de sua atuação e representação junto aos povos residentes nesses limites, dos quais fazem parte os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, correspondendo à divisão geopolítica feita pelo Estado brasileiro que situa esses municípios nas regiões do Médio e Alto Rio Negro.

Essa delimitação do rio Negro como “área de atuação da FOIRN” ocorreu após a criação da Federação em 1987, quando também foram definidos os seus objetivos de viabilizar ações em prol da garantia dos direitos indígenas e da defesa dos seus territórios, em suas dimensões físicas e culturais. Nesse sentido, ele não se restringe a uma área geográfica e/ou espacial, pois, conforme observam as lideranças, “o rio Negro é um todo e não uma soma de pedaços”, isto é, nele há outras configurações representativas, nele residem suas histórias, suas memórias, suas referências socioculturais e ambientais, imbricadas em relações cosmológicas que transcendem a racionalidade ocidental.

Pode-se dizer ainda que essa área é, sobretudo, um espaço político, no qual estão organizados os povos indígenas, onde se observa uma complexa rede de relações sociais estabelecida entre os indígenas e os não indígenas. Nesse contexto, a FOIRN desempenha o papel de mediadora dessas relações com a missão de instituir uma política indígena, de modo a atender os anseios e perspectivas sobre o seu presente e, principalmente, ao futuro dos povos indígenas.

É preciso considerar também as observações feitas por uma liderança indígena da etnia Tukano, que em entrevista declarou: “uma coisa é como o branco percebe o rio Negro, a outra é como os povos indígenas o percebem”<sup>7</sup>. Na pesquisa de campo, constatou-se que a expressão “rio Negro” possui significados diferentes, extrapolando as percepções do binômio indígena e não indígena, pois entre os povos indígenas também há percepções distintas sobre o termo.

---

<sup>7</sup> Essa liderança Tukano, cuja família participou da criação do movimento indígena e da criação da FOIRN, foi entrevistada em julho de 2013.

As diferentes percepções sobre o rio Negro também são oriundas das relações interétnicas, ou seja, dos diálogos, negociações e/ou ressignificações processados no interior dessas relações, interiorizadas particularmente pelas lideranças do movimento indígena para as quais o rio Negro, além das percepções específicas a cada um dos povos, tem um status político e identitário, visualizado no próprio slogan da FOIRN: “Nós, indígenas do rio Negro”.

Independentemente das percepções das lideranças indígenas estarem ligadas à cultura e/ou às relações interétnicas, em todas elas há uma compreensão integradora sobre o território e sobre os elementos que conectam os lugares e os povos indígenas da região. As lideranças entendem que as dimensões territoriais, a biodiversidade e sociodiversidade são parte constituinte que interagem entre si, e buscam na gestão desses territórios contemplar essa totalidade.

Convém assinalar que compreender as atuais dinâmicas socioculturais, econômicas, políticas, geográficas, dentre outras em curso no rio Negro, demanda uma leitura sobre o seu passado e os acontecimentos que marcaram e imprimiram modificações na vida dos povos indígenas. De modo a entender essas dinâmicas, procedeu-se a uma breve contextualização dos acontecimentos históricos referentes às relações interétnicas e aos processos de colonização na região, iniciados em meados do século XVII.

A evidenciação desses acontecimentos aqui problematizados segue as preposições de Wright (2005), dentre as quais declara que os povos indígenas devam ser vistos como sujeitos históricos que reagiram a processos de colonização, criando estratégias para evitar sua dizimação física e a desarticulação de seus modos de vida, de suas culturas. Trata-se de uma perspectiva analítica que tira os povos da condição de espectadores da destruição de suas culturas, alheios e passivos frente a esses processos, colocando-os no lugar de sujeitos ativos que lutaram e reagiram com as armas e as estratégias que dispunham naquele momento.

Ao realizar o estudo sobre os povos indígenas do Alto Rio Negro, particularmente sobre os Baniwa, no período que vai da metade do século XVIII até o século XX, Wright (2005) propôs-se a “recuperar a história e colocar os povos indígenas firmemente como agentes dessa história e não meramente como vítimas passivas de processos que se originavam fora da região” (WRIGHT, 2005, p. 10). Para o autor, é importante romper com a visão que permeou os trabalhos sobre a

região, considerados por eles como “cronologias de eventos” que invisibilizaram a ação indígena.

A apresentação dos povos indígenas do Alto Rio Negro como sujeitos que lutaram contra os sistemas de dominação encontrou guarida nos discursos das atuais lideranças que compõem o movimento indígena. É recorrente nas falas delas o relato das histórias de luta dos seus antepassados, da coragem daqueles ao enfrentarem os invasores que adentravam os seus territórios, o modo como agiram e reagiram frente aos diversos modelos de contato e de dominação. Uma gama de méritos dos quais são herdeiros e que os inspiram em suas atuais lutas e militância no movimento indígena.

Por meio de minucioso levantamento de dados nas raras literaturas disponíveis, Wright (2005) identifica a década de 1740 como a de maior intensidade de operações escravistas no Noroeste Amazônico cometidas tanto por portugueses como por espanhóis. A tradução de um relato do padre jesuíta Ignácio Szentmartonyi, escrito originalmente em latim, encontrado pelo autor na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e, ainda, os registros dos escravistas lhe permitiram identificar informações sobre a presença e a ação das tropas de resgate no alto rio Negro entre 1730 e 1750, e, assim, evidenciar os lugares e os grupos étnicos mais afetados pelos escravistas.

O autor também apoia suas análises nas histórias contadas oralmente pelos povos indígenas que confirmam a intensidade das atividades escravistas na região, a exemplo dos relatos sobre os embates e os extermínios ocorridos no Uaupés e seus afluentes, que podem ser lidos na obra “Antes o mundo não existia”. Para o autor, esses relatos permitem visualizar a mobilidade e as reconfigurações dos territórios indígenas como decorrentes da ação dos escravistas que percorreram uma ampla área do alto rio Orinoco e Negro (WRIGHT, 2005).

A amplitude do tráfico de escravos, as áreas de atuação e as características da atividade escravista no Noroeste Amazônico evidenciam que a “instituição da escravatura” era alicerçada numa série de construções ideológicas da sociedade colonial sobre os povos indígenas. Na análise do autor, “a dominação colonial atacou tanto a viabilidade demográfica dos povos nativos como a construção simbólica de sua realidade” (WRIGHT, 2005, p. 71). Isso pode ser exemplificado pelas acusações generalizadas de canibalismo selvagem em relação a todos os povos indígenas do alto rio Negro. Desse modo, “justificavam-se” as práticas

violentas da colonização e criava-se o sujeito convertido, o “ex-comedor de carne humana”.

Apesar de limitados os dados sobre esse período histórico, não há dúvidas sobre os danos causados aos povos indígenas. Contudo, apesar da situação desfavorável, os povos estão nessa história como sujeitos que reagiram a ela, e criaram estratégias para manterem-se em seus territórios, mesmo tendo por várias vezes que se reestruturarem nele.

Os estudos de Hill (1996) ajudam na reflexão sobre essas estratégias, particularmente quando analisa os processos de etnogênese na região do Noroeste Amazônico, definidos pelo autor como “a síntese das lutas políticas e culturais de um grupo para garantir sua existência e sua consciência histórica” (HILL, 1996, p.1). Em processos de etnogêneses há resistência militar e redefinição das identidades étnicas, bem como o estabelecimento de novas alianças e o surgimento de novas formações societárias. Nas palavras do autor seria

a adaptação criativa a uma história geral de mudanças violentas – inclusive o colapso demográfico, o deslocamento forçado, a escravidão, as epidemias, e o recrutamento étnico – impostas durante a expansão histórica dos Estados-nações coloniais nas Américas (HILL, 1996, p.1).

A respeito dos processos de etnogêneses, no caso específico dos povos falantes do Aruak, Wright (2005, p.73) apresenta sua hipótese de que esses povos “redirecionaram as suas relações com os povos falantes do Tukano do Uaupés e seus afluentes como resultado de processos coloniais, produzindo assim novas formulações sociopolíticas”. Portanto, muitas das modificações nas configurações das relações entre os povos que habitavam o Uaupés resultaram da ação colonizadora. Entretanto, o autor também ressalta que muitas mudanças possuem uma “maior profundidade histórica”, pois já havia ocorrido várias modificações antes da chegada dos colonizadores oriundas, especificamente, das questões como fusão interétnica, competição entre esses povos, dentre outros intrínsecos às relações culturais (WRIGHT, 2005).

É de particular interesse nessas discussões sobre as estratégias dos povos indígenas para lutar contra o sistema colonial a configuração de grupos políticos compostos por lideranças indígenas. Sampaio (2011) assinala que a figura da liderança indígena política remonta o século XVIII, e a característica marcante delas

eram as estratégias da criação de redes de alianças estabelecidas para dismantelar os descimentos organizados pelos representantes do Império para aprisionar os indígenas, tratando-se de uma prática que ocorrera nos séculos anteriores. A autora observa que, embora houvesse à época manobras dos colonizadores para cooptar as lideranças, concedendo-lhes inclusive privilégios de nobreza, muitos resistiam e “procuravam manter suas redes de poder lançando mão de diferentes estratégias, entre as quais, o fortalecimento de alianças políticas nativas para fazer frente à expansão colonial” (SAMPAIO, 2011, p. 4).

Wright (1992) destaca que as redes são intrínsecas à cultura dos povos indígenas do Noroeste Amazônico. Tais populações “estão interligadas por uma rede de vínculos sociais, comerciais, políticos e religiosos que desafia qualquer tentativa de definir sociedades individuais como sociedades entidades distintas e autônomas” (WRIGHT, 1992, p. 263). Portanto, as estratégias das lideranças do movimento indígenas do rio Negro, sobretudo a estrutura de ação e articulação em rede podem ser melhor compreendidas à luz da história sobre a região e os processos de territorialidades e territorialização empreendidos pelos povos indígenas ao longo dos séculos.

Ao analisar as relações sociais no sistema colonial, Oliveira (1999) discorre sobre as noções de “territorialização” e “territorialidade”, consideradas de suma importância para a reflexão sobre o período histórico em questão. O autor faz uma distinção entre elas e pontua que a primeira se trata de “um processo social deflagrado pela política” enquanto a segunda consiste em “um estado ou qualidade inerente a cada cultura”.

A seguir destaca-se uma definição mais detalhada sobre a noção de territorialização fornecida por Oliveira (1999), pois ela ajuda na compreensão sobre as dinâmicas ocorridas no rio Negro no período colonial. Para Oliveira:

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; a construção de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

Em relação aos processos de territorialização no rio Negro, são também relevantes as pesquisas de Vidal & Zucchi (1999). As autoras assinalam que no

período colonial faziam parte das estratégias das lideranças indígenas algumas “movimentações políticas”. As referidas autoras fazem uma periodização dessas movimentações e destacam que a primeira é observada no período que vai do século XV ao XVII, quando se verifica a consolidação e o desaparecimento dos “Macrossistemas Nativos”, caracterizados como “arranjos nativos no momento do contato”, possuindo as seguintes características:

1. La multiethnicidade, 2. Las jerarquias interétnicas y entre aldeas, 3. Territorios claramente definidos, con zonas de amortiguación, y pueblos fronterizos fortificados con guerreros para la vigilancia y la defensa, 4. Líderes supremos cuya autoridad y poder se definían por su control sobre la gente, y por el dominio político de un grupo o sector sobre otras poblaciones, 5. La especialización económica y la producción de excedentes para el intercambio intra e inter-macrosistemas, 6. Interdependencia socioeconómica de los grupos ribereños e interfluviales, y 7. Una etnicidad que trascendía las fronteras económicas, políticas y lingüísticas (VIDAL & ZUCCHI, 1999, p.116).

Durante o período assinalado (séculos XV a XVII) os “Macrossistemas Nativos” consistiram em estratégias utilizadas por lideranças indígenas contra o processo colonizador. No entanto, os avanços e os impactos da expansão colonial demandou-lhes novas estratégias, decorrendo em mudanças e transformações nos Macrossistemas e provocando a desintegração deles. Na visão das autoras, isso não significou, entretanto, a desarticulação das lideranças indígenas, apenas demandou novas respostas aos processos de colonização. No século XVIII essas respostas surgiram sob a forma de “Confederações Multiétnicas” (VIDAL & ZUCCHI, 1999), comandadas por lideranças com grande prestígio, cuja autoridade estava baseada nas seguintes características:

En su habilidad para captar seguidores (grupos de parientes por consanguinidad y por afinidad y los aliados), en sus dotes como comerciantes regionales (especialmente en bienes europeos) a través de rutas indígenas muy antiguas, y en sus conocimientos y poder chamánico). (VIDAL & ZUCCHI, 1999, p.117).

As Confederações Multiétnicas formaram-se com o intuito de demarcar lugares de poder contra a empresa colonialista. Sampaio (2011, p.14) pondera que “a opção pelo confronto ratificava e ampliava a intensidade das confederações”, pois mesmo quando uma liderança era derrotada/morta “as outras lideranças

continuavam a dar o tom político na região acima das cachoeiras, tirando o sono dos administradores coloniais”. Tal estratégia perdura por décadas, renovando-se frente aos novos acontecimentos.

Para analisar as transformações ocorridas do século XVIII à terceira década do século XIX, Vidal & Zucchi (1999) propõem que se reconheça, dentre outros, o processo de mudança global e regional oriundas inicialmente pelo confronto de “horizontes de civilización estruturalmente diferentes (el Orinoco-Amazonense y el Occidental), y posteriormente por la inserción-participación de los indígenas (individuos y grupos) en los sistemas coloniales” (VIDAL & ZUCCHI, 1999, p.116). Trata-se de um contexto histórico que combinou aspectos de economia, política, história, relações culturais, de poder e espaciais/territoriais e de etnogênese.

As autoras concluem que as constantes medidas visando a integração dos indígenas à sociedade colonial fez com que muitas das Confederações Multiétnicas desaparecessem no final do século XVIII e, no século seguinte, se desestruturassem totalmente. Contudo, conforme apontam os estudos das autoras, novos sistemas político-econômicos de natureza militar se consolidaram. Pautando-se nessas análises, pode-se dizer que o movimento indígena, o fenômeno associativo e a criação da FOIRN são constituintes de uma nova configuração de territorialização dos povos indígenas contemporâneos.

No percurso dessa história que não é linear, no século XIX o sistema de colonização seguiu impondo-se com os mesmos ideais, e, durante os anos iniciais do sistema, o Alto Rio Negro permaneceu como uma fonte de mão de obra de produtos da floresta e de algumas matérias-primas destinadas ao abastecimento dos povoados coloniais, sendo os povos indígenas explorados e obrigados a trabalharem em serviços não remunerados.

Nesse período, os indígenas estiveram submetidos às velhas humilhações, porém envolvidos num sistema de endividamento difícil de se libertar, tendo ainda que enfrentar a escassez de comida nos povoados nos quais passaram a viver. Tal situação gerou diversas reações, dentre as quais, provocar o refúgio de povos indígenas na floresta e também o desencadeamento de revoltas armadas. Nos relatos de Spruce (1970, p. 348-349 apud WRIGHT, 2005, p. 110), “os Baré de San Carlos preparavam um massacre geral dos brancos” como forma de vingar as mazelas que vinham sofrendo, causadas pelo sistema mercantil praticado pelos comerciantes brancos no alto rio Negro. Esses fatos são citados pelo autor para

mostrar que havia não só o descontentamento com a situação que viviam, mas também reagiam a ela e se articulavam para enfrentar os sistemas coloniais.

No começo dos anos 1850, teve início o programa para a “civilização” e “catequização” dos índios do vale do alto rio Negro. Nesse período, o governo estabeleceu o Sistema de Diretório de Índios, implementando, assim, mais um sistema de profundo impacto na vida dos povos indígenas da região. Entre 1852 e 1855, as mudanças geradas pelas missões religiosas foram danosas, afetando os habitantes do Uaupés e do Içana.

Em registros históricos, há relatos de religiosos orgulhando-se dos batizados, casamentos, construção de capelas, criação de aglomerados nas margens dos rios onde reuniam várias pessoas, instituindo os projetos de conversão religiosa e de “civilização” que promoviam mudanças abruptas na cultura dos povos indígenas.

A ação evangelizadora e civilizadora promovia, além das agressões ora citadas, outras crueldades como as relatadas por Alfred Russell Wallace (1979) quando esteve no Uaupés, dentre as quais, a prática de “agarramento” e “pegas” que consistiam na captura de crianças e mulheres para serem presenteadas aos “amigos da Barra” – sendo que os homens das aldeias eram usados para capturá-las, o naturalista observa que, em sua passagem pela aldeia dos Cubeo, “quase não haviam homens”, pois os encarregados do programa de “civilização” de Cordeiro tinha-os recrutado para fazer a captura (WRIGHT, 2005, p.114).

Essas e outras práticas bárbaras adotadas pela ação evangelizadora e “civilizatória” desencadearam revoltas entre os povos indígenas, levando-os a se organizar, tanto por meio de pequenas rebeliões contra os brancos, quanto sob a forma de “mobilização político-religiosa”, instituída pela personificação de entidades messiânicas indígenas que mesclavam as práticas xamânicas com as cristãs. Nesse contexto, surgiram grandes líderes como Venâncio Anizeto Kamiko, que ameaçou a autoridade militar e da Igreja (WRIGHT, 2005). Aqui, o autor aponta mais uma das estratégias utilizadas pelos povos indígenas frente às manobras de desarticulação de suas culturas.

Na esteira das ações colonialistas e dos sistemas de dominação aos quais os povos indígenas do alto rio Negro foram alvo, o regime extrativista da borracha, observado na virada do século XX, constitui-se em mais um sistema exploratório. Nesse período, os barões locais disputavam entre si o controle do trabalho indígena, utilizando-se de métodos tão cruéis quanto os verificados nos períodos anteriores.

Koch-Grunberg, em sua passagem pela região entre os anos de 1903 a 1905, no apogeu do ciclo da exploração da borracha, registrou o processo violento da incorporação compulsória dos indígenas como trabalhadores escravos nas frentes de extração do caucho. Em um de seus relatos descreve que

Passaram-se apenas cinco anos, desde o tempo em que eu viajava pelo Caiary-Uaupés. Quem for hoje pra lá, não encontrará mais o meu idílico – O sopro pestilento de uma pseudo-civilização anda por sobre os povos morenos, que não possuem direitos. Como enxames de gafanhotos que tudo destroem, penetram os bandos de desalmados coletores de caucho sempre mais adiante [...] Atos de violência bruta estão na ordem do dia [...] As praças das aldeias estão ficando desoladas, as casas tornam-se cinzas e a selva retoma a sua posse das roças, que não recebem a atenção das mãos cuidadosas. assim se destrói uma raça forte, um povo com excelente disposição de espírito e coração. Um material humano, capaz de desenvolver-se, fica aniquilado pelas brutalidades desta moderna cultura de barbárie. (KOCH-GRUNBERG, 2005, p. 624).

A permanência do autor na região nesse período lhe permitiu presenciar os impactos negativos intrínsecos à atividade de exploração da borracha que, como nas demais, se mostrou danosa para a vida dos povos indígenas, atingindo diretamente suas culturas. Tendo em vista as mudanças bruscas provocadas, destacam-se a desarticulação de aldeias e da vida coletiva, a utilização de outra língua, o desuso de práticas tradicionais relacionadas à caça, a danças, à fabricação de adornos, dentre outras.

Paralelamente à exploração da borracha, os povos indígenas também passaram a ser alvo dos propósitos da catequização da Ordem dos Salesianos que chegou à região. Se, por um lado, a ação desses missionários significou uma redução dos abusos dos patrões da borracha que, até então, predominavam na região, por outro lado, criou um estado de submissão e assimilação dos povos indígenas mediante a imposição dos preceitos religiosos que representavam.

Em termos de acontecimentos mais recentes, convém citar os fatos ocorridos na década de 1970, quando o país era controlado por militares e elaborou o Plano de Integração Nacional, o qual incluía um programa de obras de infraestrutura com o objetivo de “integrar geopoliticamente a região” ao resto do país. Conforme estudos sobre o referido Plano, ele desencadeou inúmeros impactos negativos para região do alto rio Negro, particularmente entre os anos de 1972 e 1975, com a instalação de empresas contratadas para a abertura da BR-307 (ligação entre São Gabriel e Cucuí) e de um trecho da rodovia Perimetral Norte (BR-210), hoje abandonada.

Nesse período de ditadura militar, em 1985, o governo brasileiro criou o Projeto Calha Norte (PCN), responsável pelo desencadeamento de vários conflitos na região, não só entre os indígenas e os não indígenas, mas também entre os povos indígenas, pois estes possuíam opiniões divergentes sobre os prováveis benefícios promovidos por esse projeto. O PCN tinha por finalidade impulsionar a presença governamental na região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e de defesa da fronteira, visando “promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013, p.1).

Em tese, o referido Programa realizaria um conjunto de ações com grandes benefícios para os povos indígenas, entretanto, a visão positivista intrínseca aos ideais do PCN revelou-se totalmente o contrário. No artigo intitulado “Pari-Cachoeira: o laboratório Tukano do Projeto Calha Norte”, Buchillet (1991) faz uma análise crítica sobre os acontecimentos acompanhados pela pesquisadora durante sua estada na região. No referido artigo a autora apresenta as suas considerações sobre o PCN:

Os fatos que acabamos de evocar demonstram que a ideia por trás do PCN no Alto Rio Negro não consiste na prestação de serviços sociais, os quais constituíram um dos principais eixos de negociação entre os líderes indígenas e o PCN. Constatamos que, pelo contrário, sua intenção é a integração forçada dos índios através de uma expropriação da maior parte de seus territórios, mascarada na criação de pseudo unidades de preservação ecológica, seu confinamento em terras reduzidas ao mínimo e sua aculturação econômica. Vimos também que, para conseguir realizar tal objetivo, ela se acoplou a uma estratégia de retomada militar do Alto Rio Negro, visando a eliminação do poder da Igreja católica na região. Essa retomada se efetivou segundo dois movimentos: em primeiro lugar, através da construção ostensiva de estruturas sanitárias e escolares que venham duplicar e esvaziar as dos missionários asfixiadas pela falta de recursos financeiros; em segundo lugar, através do reforço da infraestrutura militar regional pela instalação em três pontos da região (Iauaretê, São Joaquim e Querari) de quartéis destinados aos “pelotões especiais de fronteira”. Este artigo se esforçou, finalmente em demonstrar como o CSN soube habilmente manipular as reivindicações dos líderes indígenas da Ucirt (demarcação de suas terras e autonomia econômica) em benefício das finalidades do PCN. Desse ‘progresso’ tão falado que o PCN deve supostamente levar para a região noroeste-amazônica fica claro que os índios se beneficiaram somente de migalhas, na forma de alguns projetos de desenvolvimento econômico ecologicamente predadores (pecuária, venda de madeira, etc.) e de estruturas de assistência materialmente espetaculares mas tecnicamente inoperantes, destinadas a sedentarizá-los em parcelas mínimas de seus antigos territórios transformadas em Colônias Indígenas e a subtraí-los da influência política da Igreja. Tudo isso ao preço de uma expropriação territorial sem precedente. (BUCHILLET, 1991, p. 115).

Na avaliação de uma das lideranças que ajudou a criar o movimento indígena do rio Negro, esse projeto foi uma “grande propaganda” utilizada pelo governo para envolver e seduzir os povos indígenas, ludibriando-os com promessas de “progresso” e “desenvolvimento” que, em tese, acarretariam melhorias na saúde, na educação, e outros. As benfeitorias seriam viabilizadas com a entrada nas terras indígenas das empresas mineradoras, com os projetos de pecuária e outros a serem instalados na região, lugar que “eles (os governantes do país) viam como um grande vazio, ignorando a existência dos mais de 30 mil índios que viviam ali”<sup>8</sup>.

Contudo, estas compreensões não eram unânimes, pois existia um grupo de indígenas favoráveis à implantação do PCN. Esse grupo acreditava que por meio do PCN seriam contemplados com os benefícios do desenvolvimento e, assim, sairiam de sua condição de “primitivos”. Esse fato desencadeou divergências e conflitos entre os povos indígenas, pois apontava perspectivas diferentes sobre suas culturas e seu futuro.

Nessa época também começa a exploração de ouro nas terras indígenas. A descoberta de ouro na Serra do Traíra se deu pelos próprios indígenas, os Tukano do rio Tiquié, iniciando-se a saga em busca do minério. Tal acontecimento, conforme os relatos das lideranças, não só motivou muitos indígenas a saírem de suas comunidades para explorá-lo, mas também atraiu garimpeiros de outras partes do país, bem como os moradores de São Gabriel e, em seguida, empresas de mineração que invadiram a Serra do Traíra e a região do alto Içana.

Esse acontecimento também foi responsável pelos conflitos referentes ao domínio e à gestão das TI, pois a partir desse momento se iniciaram os debates/embates sobre a demarcação das TI, cujo formato dividia opiniões entre os indígenas. Uma parte reivindicava a criação de áreas contínuas, enquanto outra parcela preferia os chamado sítio e as colônias indígenas; eram, portanto, formas diferentes de usar os territórios.

Vale observar que essas divergências resultaram da ação dos agentes sociais presentes na região. Os representantes do PCN pregavam suas ideologias e se empenhavam em ludibriar as lideranças indígenas e persuadi-las a optarem pela criação das colônias, criando-se assim, entre os indígenas grupos que defendiam a

---

<sup>8</sup> Informação dada por liderança indígena do povo Tukano. Entrevista concedida em julho de 2013 na cidade de São Gabriel da Cachoeira, município localizado no Alto Rio Negro.

demarcação em forma de colônias. De outro lado, firmou-se o grupo que dialogava com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e defendiam a demarcação de áreas contínuas, vista como uma forma de proteger e garantir a integridade dos territórios indígenas ameaçados de serem esfacelados pela forma de colônias (ANDRELLO, 2008).

Ao analisar o contexto histórico do surgimento do movimento indígena do rio Negro, uma liderança indígena da etnia Baré faz uma observação importante sobre esses conflitos. Para ela, as negociações entre as lideranças de ambos os lados permitiu o consenso, definindo ao final pela demarcação de áreas contínuas. Foram as lutas travadas em meio a esse cenário de conflitos responsáveis pela criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), “a instituição indígena que desde então tem como principal característica mediar os conflitos em prol daquilo que é melhor para todos os povos, e não para alguns”<sup>9</sup>.

No terceiro capítulo, estas questões serão retomadas e aprofundadas, pois empreenderemos uma análise acerca da organização político-cultural dos povos indígenas do rio Negro e dos projetos em andamento elaborados via FOIRN como parte constituinte de sua participação na gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

As discussões sobre os processos históricos no rio Negro objetivaram evidenciar alguns eventos que marcaram os processos de luta dos povos indígenas da região e, suas dinâmicas socioculturais e políticas, de modo a apresentar as forças antagônicas, as visões de mundo oponentes e conflitantes, as estruturas de poder e as distintas formas de dominação que, por séculos, se mantiveram (e/ou se mantêm) na região. Teve-se, também, a intenção de demonstrar que, no decorrer desses acontecimentos, os povos indígenas criaram os meios pelos quais fosse possível garantir a manutenção de suas culturas e de seus territórios, algo constantemente atualizado mediante o uso de novas estratégias, dados os novos tempos, os novos agentes sociais e as novas relações de poder.

Os acontecimentos do passado demandaram mudanças, tais como o reordenamento dos territórios, pois tiveram que se deslocar de suas comunidades para fugir dos invasores, criando novas territorialidades; realizaram articulações políticas estabelecendo alianças com povos indígenas com os quais não mantinham

---

<sup>9</sup> Depoimento de liderança indígena Baré. Entrevista concedida em maio de 2013 na cidade de São Gabriel da Cachoeira.

contato, bem como com alguns não indígenas vistos como aliados; no processo ressignificaram elementos estranhos aos seus contextos socioculturais, um bom exemplo foi a criação da FOIRN e sua essência de articular a interculturalidade.

## 2.2 A PLURALIDADE ÉTNICA E AS NOVAS TERRITORIALIDADES NO RIO NEGRO

Embora os acontecimentos do passado tenham gerado inúmeros impactos negativos para os povos indígenas do rio Negro, nele, ainda há, uma grande diversidade cultural e linguística, constituindo-se como num lugar em que cosmologias e cosmovisões orientam os modos de vida, os costumes e a dinâmica ocupacional, num meio ambiente igualmente diverso, no qual os povos indígenas estabelecem as suas formas de organização sociocultural e de manejo dos recursos ambientais ali encontrados.

No Médio Rio Negro, o grupo étnico predominante é o Baré, mas também estão presentes os Tukano, Tariana, Baniwa e outros, vindos do Alto Rio Negro. Povos que migraram há algumas décadas e se estabeleceram nesse território, criando novas comunidades e vivendo conforme os hábitos e costumes peculiares às suas culturas.

Na região do Alto Rio Negro, há maior concentração de grupos étnicos. Nela, vivem 23<sup>10</sup> povos indígenas pertencentes às seguintes famílias linguísticas: Yanomami, Tukano Oriental, Aruak e Maku, que habitam as calhas dos rios Uaupés, Xié e Içana, onde existem aproximadamente 750 comunidades e sítios, localizadas nas cinco TI já demarcadas e homologadas, bem como nas demais que ainda se encontram em processo de reconhecimento legal e que mobilizam as lideranças indígenas na batalha pela legalização das mesmas (FOIRN, 2013).

Os grupos Tukano Oriental e Aruak são chamados de “povos do rio” em virtude de habitarem nas margens dos rios. Os grupos Aruak habitam o Içana e seus afluentes (Ayari, Cuiari e Cabate), uma parte está no rio Negro, outra no rio Xié e na região do Uaupés. Os Tukano Oriental localizam-se principalmente na bacia do

---

<sup>10</sup> Estando assim distribuídos, Yanomami; as **etnias do rio Uaupés**: Arapaso, Bará, Barasana, Desana, Karapanã, Kubeo, Makuna, Mirity-tapuya, Pira-tapuya, Siriano, Tariana, Tucano, Tuyuca, Kotiria, Tatuyo, Taiwano, Yuruti (as três últimas habitam só na Colômbia); **Etnias do rio Içana**: Baniwa e Coripaco; **etnias Maku**: Hupda, Yuhupde, Dow, Nadob; **Etnias do rio Xié**: Baré e Warekena. (FOIRN, 2014).

Uaupés e seus afluentes (Tiquié, Papuri, Querari, lauiari e Japu), nestes locais, há cerca de 200 comunidades e sítios, estando a maior concentração populacional no distrito de lauretê (FOIRN, 2013).

O grupo Maku é designado de “povo da floresta”, isto porque vive no interior da floresta, distante das margens dos rios navegáveis. Este grupo possui características que o diferenciam dos demais grupos presentes na região do rio Negro, sobretudo, pela mobilidade por terra, com maior sofisticação nas técnicas de caça, distinguindo-se dos Tukano Oriental e dos Aruak, que tem maior mobilidade pelos rios e que desenvolveram técnicas na agricultura (FOIRN, 2013).

Athias (2001) observa que as pesquisas arqueológicas feitas nessa região comprovam a ocupação humana em períodos muito anteriores à colonização, sendo a grande profusão de petróglifos em praticamente toda a extensão do rio Negro, uma importante evidência de uma ocupação pré-histórica. De acordo com esse autor, os inúmeros petróglifos encontrados em lugares próximos às cachoeiras lauretê, Ipanoré, Aracapá, Caruru, Uapuí e Tunuí, configuram-se para os povos dessa região, representações da relação destes com seus ancestrais. Ele cita que nos relatos de viajantes e cronistas como Wallace (1853), Spruce (1908), Stradelli (1901) e Koch-Grünberg (1903-1907), os povos indígenas, com os quais esses viajantes mantiveram contato, atribuíam os desenhos feitos nas rochas a seus ancestrais. Por ser parte constituinte de suas mitologias os povos da região, ainda hoje, reafirmam essa informação.

A família linguística Yanomami é dividida em quatro subgrupos, cada qual com seus dialetos, sendo eles: a) Sanýma ou Sanumá, localizado na Venezuela e no Brasil, nas cabeceiras do rio Auaris; b) Yanam ou Nimam, na região norte-oriental, entre a Venezuela e o Brasil; c) Yanomam, Yanomamè, ou Yainoma, no Parque nacional Yanomami no Brasil; d) Yanomamý ou Yanomamo, na área sul-ocidental na Venezuela e no Brasil (FUNAI, 2014; RAMIREZ, 1994),

No Brasil, os Yanomami vivem numa extensão territorial de 9.664.975, abrangendo os estados de Roraima e Amazonas. Em Roraima, estão distribuídos nos municípios de Caracaraí, Alto Alegre, Boa Vista. No Amazonas, estão nos municípios de Barcelos, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro (FUNAI, 2014).

Trata-se de um povo cujo contato com os não indígenas ocorreu por volta de 1955, quando também começa a sofrer os impactos oriundos das constantes

invasões de seus territórios, particularmente, por garimpeiros, fato que levou a liderança Davi Kopenawa a combatê-los, utilizando-se de um mecanismo peculiar, o discurso ambientalista. Por essa via, Davi empenhou-se na defesa da vida de seu povo e de seus territórios, conseguindo prestígio e o apoio de instituições internacionais (ALBERT, 2002).

O quadro 1 apresenta informações simplificadas sobre a distribuição dos povos indígenas nos rios que compõem a região do Alto Rio Negro, mostrando a configuração contemporânea de ocupação no alto rio Negro, resultante dos modos próprios como os povos indígenas milenarmente se organizaram em seus territórios, mas também em virtude do reordenamento e das estratégias adotadas em decorrência dos processos de colonização na região.

Neste quadro, estão dispostas algumas informações específicas sobre os grupos étnicos, as famílias linguísticas e sobre suas principais áreas de ocupação. É com base nessa dinâmica ocupacional que as lideranças indígenas vinculadas à FOIRN elaboram as suas estratégias visando a gestão do território no rio Negro e, a partir dela, fazem o planejamento das atividades a serem executadas.

**QUADRO 1:** Grupos étnicos e linguísticos e suas áreas de ocupação

GRUPOS LINGÜÍSTICOS	FAMÍLIA LINGÜÍSTICA	PRINCIPAIS ÁREAS DE OCUPAÇÃO
<b>Tukano</b> <b>Desana</b> <b>Kubeo</b> <b>Wanana</b> <b>Tuyuka</b> <b>Pira-tapuia</b> <b>Miriti-tapuia</b> <b>Arapaso</b> <b>Bará</b> <b>Siriano</b> <b>Makuna</b> <b>Tatuyuo*, Yuruti*</b> <b>Barasana (Panenoá)</b> <b>Taiwano (Eduria)*</b>	<p style="text-align: center;">Tukano Oriental (Tukano)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- rio Uaupés</li> <li>- rio Tiquié</li> <li>- rio Papuri</li> <li>- rio Querari</li> <li>- curso alto rio Negro (principalmente entre Santa Isabel e rio Uaupés, inclusive na cidade de São Gabriel).</li> <li>- povoados em trecho da BR 207 (São Gabriel-Cucuí).</li> <li>- rio Curicuriaí</li> <li>- rio Apapóris e seu afluente Traíra</li> <li>- Departamento do Vaupés e Guaviare (Colômbia)</li> </ul>

<b>Baniwa</b> <b>Kuripako</b> <b>Werekena</b> <b>Baré</b> <b>Tariana</b>	Aruak	- Rio Içana, rio Ayari, rio Cuiari - Rio Xié - curso alto rio Negro (a montante da cidade de Santa Isabel, acima da foz do Uaupés). - médio curso do rio Uaupés entre Ipanoré e Periquito. - Departamento de Guainia (Colômbia) Estado Amazonas (Venezuela)
<b>Hupda</b> <b>Yuhupde</b> <b>Dow</b> <b>Nadób</b> <b>Kakwa*</b> <b>Nukak*</b>	Maku	- região entre o Tiquié, Uaupés e Papuri Afluentes da margem direita do Rio Tiquié (principalmente os igarapés Castanha, Cunuri e Ira). Rio Apapóris e Traíra próximo a cidade de São Gabriel até a foz do rio Curicuriari e do rio Marié e rio Uneuxí e no Panará Boá- Boá (médio Japurá) - rio Teá - Departamento do Vaupés e Guaviare (Colômbia)
<b>Yanomami</b>	Yanomami	- região das bacias dos rios Padauri, Marauiá, Inambú, Cauaburí ao norte do rio Negro
<b>*Etnias que moram em territórios colombianos. Os Tukano desenvolvem relações de troca comercial, ritual e matrimonial com seus parentes no Brasil.</b>		

**Fonte:** Disponível em: <<http://www.foirn.org.br/povos-indigenas-do-rio-negro/linguas/>>. Acesso em: 10 jan.14.

Nota-se que no quadro 1 consta a identificação dos grupos étnicos localizados nos territórios colombianos. Estes grupos vivem nas “fronteiras”, uma divisão territorial feita pela geopolítica brasileira que, contudo, não representa a forma como os povos indígenas percebem os seus territórios e as relações simbólicas e econômicas que estabelecem com outros povos por séculos.

A respeito desse quadro, vale observar que se trata de uma região pluriétnica, característica singular que define o status da FOIRN de ser uma Federação pluricultural, pois representa vários povos indígenas, algo que a difere de outras organizações indígenas. Os representantes da FOIRN têm clareza da importância e do prestígio advindos dessa peculiaridade e se utilizam em seus discursos políticos-culturais dessas características como mecanismo de fortalecimento político e identitário.

No quadro 2, observa-se o número de indivíduos pertencentes a cada um dos grupos étnicos. Esses dados, juntamente com os aspectos concernentes à cultura de cada um, contribuem e/ou determinam as posições hierárquicas, bem como produzem uma análise mais apurada sobre a questão da representatividade nos processos de decisão e na política instituída pelo movimento indígena

**QUADRO 2:** Número de pessoas por grupo étnico

ETNIA	NUMERO DE PESSOAS	FONTE	RIO
Arapaso	414 – Siasi/Sesai 2012	Siasi/Sesai (2012)	Rio Uaupés
Bara	22 – no Amazonas 296 – na Colômbia	Siasi/Sesai (2012) (sem fonte)	
Barasana	47 – no Amazonas 939 – na Colômbia	Siasi/Sesai (2012) (sem fonte)	
Desana,	2.028 – no Amazonas 2.036 – na Colômbia	Siasi/Sesai (2012) (sem fonte)	
Karapanã	63 – no Amazonas 412 – na Colômbia	Dsei/Foirn (2005) (sem fonte)	
Kubeo	489 – no Amazonas 4.238 – na Colômbia 25 – na Venezuela	Siasi/Sesai (2012) (sem fonte) INE (2001)	
Makuna	32 – no Amazonas 528 – na Colômbia	Dsei/Foirn (2005) (sem fonte)	
Mirity-tapuya	75 – no AM	Dsei/Foirn (2005)	
Pira-tapuya	1.433 – no Amazonas 400 – na Colômbia	Dsei/Foirn (2005) (sem fonte)	
Siriano	71 – no Amazonas 665 – na Colômbia	Dsei/Foirn (2005) (sem fonte)	
Tariana	2.067 – no Amazonas 205 – na Colômbia	Funasa (2010) (sem fonte)	
Tucano	6.241 – no Amazonas 6.330 – na Colômbia 11 – na Venezuela	Dsei/Foirn (2005) (sem fonte) INE (2001)	
Tuyuca	825 – no Amazonas 570 – na Colômbia	Dsei/Foirn (2005) (sem fonte)	
Kotiria	735 – no Amazonas 1.113 – na Colômbia	Dsei/Foirn (2005) (sem fonte)	
Baniwa	6.243 – no Amazonas 7.000 – na Colômbia 2.408 – na Venezuela	Siasi/Sesai (2012) (sem fonte) INE (2001)	Rio Içana
Coripaco	1.504 – no Amazonas 7.827 – na Colômbia 4.925 – na Venezuela	Siasi/Sesai (2012) Arango e Sanchez INE (2001)	Etnia Maku
Hupda	1.000 – no Amazonas 500 – na Colômbia	Patrícia (2012) Patrícia (2012)	
Yuhupde	754 – Amazonas 250 – Colombia	Silva (2010) Mahecha et. al (2000)	

Dow	110 – no Amazonas	Dsei (2013)	
Nadob	Cerca de 600	ISA (1996)	
Baré	10.613 - no Amazonas 2.815 – na Venezuela	Siasi/Sesai (2012) INE (2001)	Rio Xié
Warekena	887 - no Amazonas 513 – na Venezuela	Funasa (2010) INE (2001)	
Yanomami	19.338 – no Brasil (AM e RR) 16.000 – na Venezuela	Dsei /Sesai (2011)	

**Fonte:** FOIRN/ISA, adaptado por CRUZ, 2014.

As informações sobre os grupos étnicos do rio Negro são oriundas, em sua maioria, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), por meio do Sistema de Informação e Atenção à Saúde Indígena (Siasi), bem como dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei). Há muita dificuldade para acessar as informações precisas e atualizadas sobre os povos da região, especificamente por meio dos órgãos oficiais, os dispositivos colocados para a consulta apresentam problemas, quando não são disponibilizados dados defasados, algo, em parte justificado, pela complexa logística para coletá-las, dadas às extensas dimensões territoriais da região.

Observa-se que os dados demográficos referentes aos povos indígenas do rio Negro, em alguns casos, carecem de novos levantamentos, de modo que sejam disponibilizados dados atualizados e com as referências dos órgãos e/ou pesquisadores responsáveis pelos mesmos, pois etnias como a Pira-tapuya, por exemplo, são citados o número de indivíduos, contudo, não constam os autores das informações, particularmente em relação aos Pira-tapuya localizados na Colômbia. Tal fato aponta a necessidade e a importância da construção/atualização de um banco de dados sobre esses povos.

Chama a atenção no quadro 2 a variação no número de pessoas pertencente a cada um desses grupos étnicos, ou seja, as desproporções entre os números de pessoas correspondentes a cada grupo étnico. Há povos numerosos, a exemplo dos Baré, Tucano e Baniwa, em contrapartida há outros extremamente reduzidos, como é o caso dos Bará com apenas 22 indivíduos e dos Makuna com 32.

A representatividade dentro da Federação não se dá pela presença de um representante de cada um dos povos indígenas, mas por uma representação

referente às regiões onde estes habitam, os quais são escolhidos em assembleias locais realizadas nas comunidades. Atualmente, a delimitação física da área de abrangência da FOIRN está subdividida em cinco sub-regiões: a) região do rio Içana e seus afluentes; b) região do Balaio Uaupés e rio Tiquié, e seus respectivos afluentes; c) região do médio e alto rio Uaupés e rio Papuri, e seus respectivos afluentes; d) região do alto rio Negro e Xié; e) região do baixo rio Negro e seus afluentes (FOIRN, 2002). Para cada uma dessas sub-regiões foram também criadas cinco coordenadorias regionais, uma espécie de “mini federação” que agrega as associações pertencentes às respectivas regiões. É delas que são indicados os representantes para participarem das assembleias da Federação.

Esses representantes dos povos são escolhidos por meio de Assembleias Regionais<sup>11</sup>, nas quais são eleitos os “delegados”, ou seja, os participantes das Assembleias Gerais da FOIRN<sup>12</sup> e, portanto, os responsáveis pela escolha dos diretores da Federação e do Conselho Diretor. Essas assembleias constituem-se no *locus* das discussões e decisões do movimento indígena sobre as questões indígenas na contemporaneidade, contudo, há uma delimitação da participação, pois elas e dá de forma representativa, em que muitos podem não se sentir plenamente representados. As abordagens sobre as assembleias e a representatividade serão retomadas e aprofundadas no segundo capítulo.

A respeito dos dados sobre o número de comunidades e o número de indígenas que as habitam também se verificam variações. Em geral, encontram-se informações que citam um número aproximado, nunca um dado exato. Nos documentos dos arquivos da FOIRN a que se teve acesso durante a pesquisa de campo, consta que são cerca de 750 comunidades e sítios, sendo assim designadas em função do tamanho destas, podendo variar de um pequeno núcleo familiar (sítio) até uma comunidade como Iauaretê com mais de três mil habitantes.

Vale assinalar que não há, nos arquivos da FUNAI/DF, informações sobre essas comunidades, o mesmo se observa na Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), levando-se a indagação sobre a eficácia das ações dessas

---

<sup>11</sup>As Assembleias Regionais são realizadas em cada uma das 5 coordenadorias regionais, nelas são escolhidos os membros que irão concorrer à diretoria da FOIRN, os membros do Conselho Diretor e os delegados que participarão da Assembleia Geral (FOIRN, 2014).

<sup>12</sup>A Assembleia Geral é a maior instância deliberativa na qual são escolhidos os membros da diretoria e do Conselho Diretor. Nela se estabelecem as metas e o planejamento da Instituição, bem como se analisam, se aprovam e/ou reprovam as ações desenvolvidas pela diretoria (FOIRN, 2014).

instituições, frente a dados tão limitados sobre os povos, os quais certamente dificultam a estruturação de políticas públicas.

Na pesquisa de campo na cidade de São Gabriel da Cachoeira, há informações de que existe um grupo de trabalho organizado pela FUNAI – Coordenadoria Regional - em parceria com a FOIRN e o ISA, que foi criado com o objetivo de atualizar os dados sobre os povos e as comunidades indígenas dessa região. A atualização dos dados é vista como uma ferramenta necessária à implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI), por isso empenham-se em concretizar essa ação, o que, de fato, será de grande relevância para os trabalhos realizados na região.

Em relação aos dados sobre as TI, há maior facilidade para acessá-los, encontrando-se, no site da FUNAI, um detalhamento da situação de cada uma das TI, isto se dá em decorrência dos próprios trâmites para regularizá-las, que envolvem várias etapas, todas acompanhadas pelo órgão indigenista, cuja competência é do poder Executivo, sendo elas:

- i) Estudos de identificação e delimitação, a cargo da Funai;
- ii) Contraditório administrativo;
- iii) Declaração dos limites, a cargo do Ministro da Justiça;
- iv) Demarcação física, a cargo da Funai;
- v) Levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias implementadas pelos ocupantes não índios, a cargo da Funai, realizado em conjunto com o cadastro dos ocupantes não índios, a cargo do Incra;
- vi) Homologação da demarcação, a cargo da Presidência da República;
- vii) Retirada de ocupantes não índios, com pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé, a cargo da Funai, e reassentamento dos ocupantes não índios que atendem ao perfil da reforma, a cargo do Incra;
- viii) Registro das terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União, a cargo da Funai; e
- ix) Interdição de áreas para a proteção de povos indígenas isolados, a cargo da Funai. (FUNAI, 2014, p. 3).

No que concerne às Terras Indígenas da região do Alto e Médio Rio Negro, em 1998, foram demarcadas e homologadas de forma contínua cinco terras com abrangência que inclui os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Japurá e Santa Isabel do Rio Negro, são respectivamente: Terra Indígena Alto Rio Negro; Terra Indígena Médio Rio Negro I; Terra Indígena Médio Rio Negro II; Terra Indígena Rio Téa; Terra Indígena Rio Apapóris (FOIRN/ISA, 2010).

A demarcação dessas cinco terras tem inúmeros significados para os povos da região. A luta para demarcá-las marcou o surgimento e o fortalecimento do

movimento indígena e foi em torno das discussões sobre a demarcação delas que criaram a FOIRN. A partir de então, iniciou-se a formatação de uma política indígena e a estruturação de um “modelo” indígena para a gestão dos seus territórios, ou como preferem algumas das lideranças, para *cuidar*<sup>13</sup> desses territórios.

A figura 1 apresenta a configuração física da região com a delimitação das cinco TI, dispostas de forma contínua e, ainda, outras TI demarcadas posteriormente, a exemplo da TI Balaio.

**FIGURA 1:** Mapa das Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro



Fonte: FOIRN/ISA, 2010.

Além dessas TI já regularizadas, há outras que se encontram em processo de reconhecimento oficial, estando em diferentes estágios de legalização, conforme pode ser observado no quadro 3 exposto a seguir, o qual apresenta uma síntese sobre a situação de cada uma das TI do Médio e Alto Rio Negro.

<sup>13</sup>No III Capítulo serão problematizadas as discussões sobre a gestão territorial e ambiental em terras indígenas, os conceitos instituídos e, como os povos indígenas avaliam e ressignificam esses conceitos.

**QUADRO 3:** Terras Indígenas no Alto e Médio Rio Negro

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (HA)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Baixo Rio Negro	Tukano, Makurap, Baré	AM	Barcelos	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Baixo Rio Negro II	Maku, Tukano	AM	Santa Isabel do Rio Negro	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Balaio	Desana, Tariana, Tukano	AM	São Gabriel da Cachoeira	257.281,4601	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
CuéCué/ Marabitanas	Baré	AM	São Gabriel da Cachoeira	808.645,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Maraã Urubaxi	Maku, Kanamari	AM	Santa Isabel do Rio Negro, Maraã	94.405,0733	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Médio Rio Negro I	Tariana, Bare, Tukano, Baniwa, Maku,	AM	Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Japura	1.776.138,9968	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Médio Rio Negro II	Desana, Maku, Tukano, Baniwa, Bare, Tariana	AM	Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira	316.194,9890	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Paraná do Boa Boa	Maku	AM	Japurá, Santa Isabel do Rio Negro	240.545,8478	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Rio Téa	Baré, Desana, Piratapuya, Tukano, Maku,	AM	São Gabriel da Cachoeira	411.865,3207	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Uneiuxi	Maku, Tukano	AM	Japurá, Santa Isabel do Rio Negro	554.730,4117	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Uneiuxi	Maku, Tukano	AM	Japurá, Santa Isabel do Rio Negro	403.182,8081	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Yanomami	Yanomami	AM/ RR	Caracaraí, Alto Alegre, Boa Vista, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro	9.664.975,4800	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

**Fonte:** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Organizado por CRUZ, 2014.

No planejamento estratégico da FOIRN, o foco está nas ações em prol da conclusão da demarcação das TI, estando nos discursos das lideranças do movimento indígena que a conclusão dos processos demarcatórios representa a garantia do futuro dos povos indígenas de sua existência física e conseqüentemente cultural, por isso estão envolvidos nesse processo, atuando como controle social, cobrando do governo agilidade nos processos, pois muitos tramitam na justiça há vários anos.

As terras “Baixo Rio Negro” (no município de Barcelos) e “Baixo Rio Negro II” (no município de Santa Isabel), destacadas no quadro 3, encontram-se em fase de estudo e mobilizam o movimento indígena para que elas sejam regularizadas. Conforme alguns relatos das lideranças indígenas não se trata de uma luta recente, pois desde o ano de 1998 foram formalizados pedidos de demarcação dessas terras, solicitações registradas no Ministério Público Federal. Contudo, até o momento não obtiveram respostas às suas reivindicações.

Essa situação é vista por essas lideranças indígenas como oriunda da resistência de alguns atores sociais externos, com grande influência econômica e política na região, que são contra a demarcação e que dificultam a concretização das mesmas. Para as lideranças entrevistadas, a não legalização das TI dessa região contribui com a exploração de mão de obra, especialmente as praticadas pelos comerciantes (os patrões da piaçava<sup>14</sup>), pelas agências de turismo e por outros grupos dominantes presentes na região.

A exploração da mão de obra indígena vem sendo denunciada há décadas pelas lideranças do rio Negro, ela faz parte do trabalho semiescravo praticado nessa região, especificamente pelos “patrões da piaçava”, que mantêm um sistema semelhante ao dos seringais. Contudo, estes não são os únicos problemas vivenciados pelos povos indígenas da região, pois eles também sofrem com os problemas originados da ação predatória de agentes que invadem suas terras, a exemplo dos garimpeiros, cuja atividade ilegal de extração de ouro provoca a contaminação dos rios pelo uso de mercúrio.

---

<sup>14</sup>Menezes (2012, p. 30) em sua pesquisa no Médio Rio Negro, evidencia o Sistema de Aviação correspondente a um sistema de trocas baseado no adiantamento de mercadorias a crédito, mediante o qual persiste uma relação social vertical entre os agentes sociais que o compõem, designados de “patrões” e “fregueses”.

Em muitas das falas das lideranças indígenas, esses agentes sociais e suas agências, por décadas, têm acarretado prejuízos para as comunidades. De fato, muitos dos atuais conflitos poderiam ser evitados se as terras fossem legalizadas, como elas não estão, há livre acesso desses agentes na região, os quais agem mediante uma perspectiva capitalista, conseqüentemente, desconsiderando os aspectos ambientais e culturais, resultando em inúmeros impactos negativos para os povos indígenas, ou seja, provocam um rol de problemas gerando tensões e conflitos que poderão ser sanados com a demarcação das TI.

Para as lideranças indígenas, a região do Médio e Baixo Rio Negro por todo esse histórico não conseguiu avançar em alguns aspectos como o da educação escolar indígena, com isso, consolidaram-se escolas que se distanciam dos conhecimentos indígenas, responsáveis pela manutenção das riquezas encontradas no ambiente em que vivem. O modelo de escola não indígena não oferece condições necessárias à concretização desses propósitos, dificultando a valorização da cultura e a criação de lideranças políticas envolvidas com a defesa de seus territórios.

No início de 2014, o Ministério Público do estado do Amazonas entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal, com pedido de liminar, para obrigar a União e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a concluírem, no prazo de 45 dias, o processo administrativo que trata da demarcação de terras ocupadas pelos povos indígenas do médio e baixo rio Negro, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos<sup>15</sup>. Uma determinação positiva diante de um quadro de incertezas e descontentamentos.

Apesar dessa determinação poucos avanços foram observados, pois, durante a realização da V Assembleia Regional Ordinária da Coordenadoria das Associações Indígenas do Baixo e Médio Rio Negro<sup>16</sup>, os mesmos problemas foram discutidos, sendo elaborada uma “Carta de repúdio aos ataques aos Direitos Indígenas em Barcelos”, cujo teor é a denuncia dos

ataques aos direitos indígenas que se tornou frequente através de mobilizações, notas públicas e publicações em meios de comunicação, feitas por organizações não governamentais constituídas em associações de classe, como de pescadores, patrões de piaçaba e de operadores de

---

<sup>15</sup>Ação Civil Pública, com Pedido de Liminar, impetrada pelo Procurador da República Dr. Júlio José Araújo Junior. Manaus, 21 de fevereiro de 2014.

<sup>16</sup>A assembleia foi realizada no período de 30 de julho a 01 de agosto de 2014 no município de Barcelos.

turismo, contrárias à demarcação das terras indígenas. Estas associações negam a identidade étnica e incitam o ódio aos povos indígenas, o desrespeito aos direitos originários garantidos constitucionalmente, com o fim de que as terras indígenas não sejam demarcadas e os índios não possam exercer o seu direito de uso livre dos recursos naturais para a sobrevivência e bem viver na região. (representante da CAIMBRN, BARCELOS, 2014).

A luta pela demarcação das TI, nessa região, pelo que se observa, hoje, assim como no passado, se firma no propósito de assegurar o direito de permanecerem em seus territórios, constantemente invadidos e, como consequência, com prejuízos imensuráveis para os povos indígenas.

Historicamente, a região do rio Negro fora marcada pelos domínios territoriais dos “patrões” e suas relações comerciais a partir do “sistema de aviamento”, Para Menezes, (2012, p.30), os conflitos sociais observados em Barcelos hoje estão relacionados a diferentes formas organizativas do território, sendo que transformações sociais profundas estão ocorrendo, sobretudo, com a organização dos agentes sociais em associações, cooperativas, sindicatos ou colônias e geram novos conflitos.

Estas transformações decorrem, portanto, do fortalecimento das identidades étnicas, enquanto identidades coletivas, que se organizam nos formatos citados pela autora (associações, cooperativas, sindicatos, etc) e tornam-se importantes canais de reivindicação de direitos. No caso dos povos indígenas, a organização em associações vinculadas a uma federação – a FOIRN, tem sido o mecanismo de proteção dos territórios e de mediação dos constantes conflitos.

### 2.3 AS ATUAIS DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS, POLÍTICAS E AMBIENTAIS NO RIO NEGRO

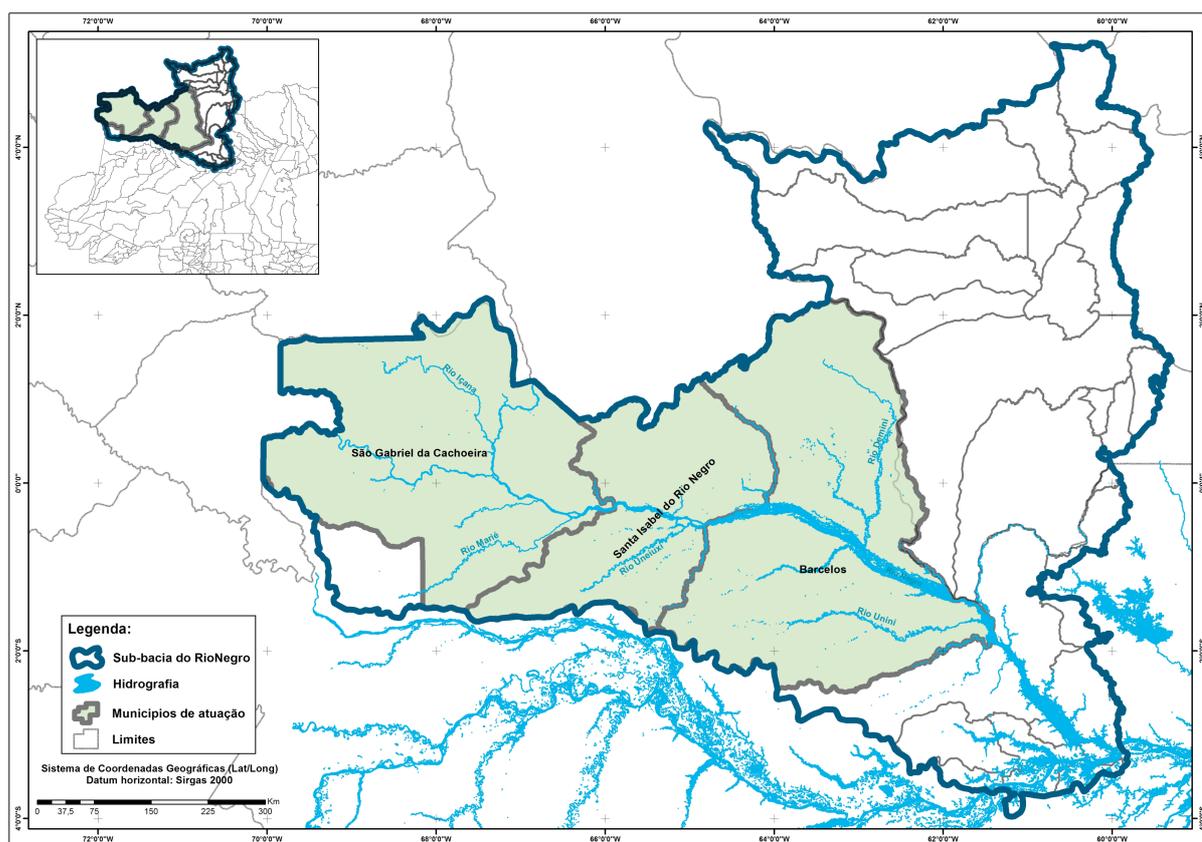
Vem-se destacando que, atualmente, a FOIRN circunscreve seus limites políticos e culturais à região do rio Negro, considera-se pertinente às discussões que se seguem, cujo propósito é analisar a participação das lideranças na gestão dos territórios indígenas, contextualizar as dimensões e as dinâmicas da referida região.

Trata-se de uma região situada na Bacia do Rio Negro que é compartilhada por quatro países, sendo que 81% de sua extensão está no Brasil, 11% na Colômbia, 8% na Venezuela e uma pequena porção na Guiana, 1,7%. É o maior

afluente da margem esquerda do rio Amazonas, nasce na região pré-andiana da Colômbia, liga-se ao Orinoco pelo canal Casiquiare, e drena 71.438.267 hectares (ISA, 2008).

A Bacia do rio Negro possui uma extensa dimensão geográfica. Nela, há, de acordo com o Instituto Socioambiental (2008), aproximadamente 700 rios, 8 mil igarapés, 500 lagos, os dois maiores arquipélagos fluviais do mundo (Mariuá e Anavilhanas) e os maiores picos do Brasil, o da Neblina e o 31 de Março. Uma extensão territorial com 79% sob a forma de Áreas Protegidas, com diferentes tipos de Unidades de Proteção e Terras Indígenas. A figura 2 ilustra a Bacia do rio Negro, suas dimensões e as áreas correspondentes à abrangência da FOIRN, identificadas em verde, de modo a chamar a atenção para a sua extensão.

**FIGURA 2:** Bacia do rio Negro



Fonte: CRUZ, M.E., 2014.

A diversidade socioambiental dessa Bacia, caracteriza-se pela concentração, dentre outros, do maior mosaico de terras indígenas e áreas protegidas da Amazônia. Na parte brasileira ela abriga “36 povos indígenas e 41 terras indígenas

reconhecidas oficialmente, além de formações florestais únicas, em parte protegidas por 25 Unidades de Conservação federais e estaduais” (CALBAZAR, 2010, p.8).

No que tange aos dados específicos à região compreendida pelo Alto, Médio e Baixo rio Negro, cujos limites envolvem os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, verifica-se também números expressivos referentes à extensão territorial e a biodiversidade. De acordo com dados da FOIRN (2013, p.1), a sua área de abrangência possui as seguintes dimensões:

30.000.000 hectares sendo que 40% desse total estão cobertos por terras indígenas demarcadas e 18% por unidades de conservação de uso direto e indireto;  
São mais de 11 milhões hectares de terras demarcadas sendo que 12% delas estão em sobreposição com unidades de conservação;  
Envolve totalmente o município de São Gabriel da Cachoeira e parcialmente os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos;  
Tem como faixa de fronteira cerca de 1.800 km com os países: Venezuela e Colômbia;  
Tem aproximadamente 100 rios, 1.000 igarapés e 30 mil olhos d'água;  
Tem cerca de 86 tipos de vegetação ou paisagens.

Pelos dados numéricos apresentados, nota-se, ser essa, uma área com expressivas dimensões, impondo grandes desafios para as lideranças indígenas, sobretudo, no que tange à sua gestão territorial e ambiental. Nos relatos das lideranças está explícito que a definição dos limites da área de abrangência da FOIRN foi se consolidando a partir da sua criação. Com o passar dos anos, estruturaram os primeiros programas e projetos com o objetivo de proteger os territórios e a diversidade cultural dessa região, considerando as suas particularidades na estratégia de gestão.

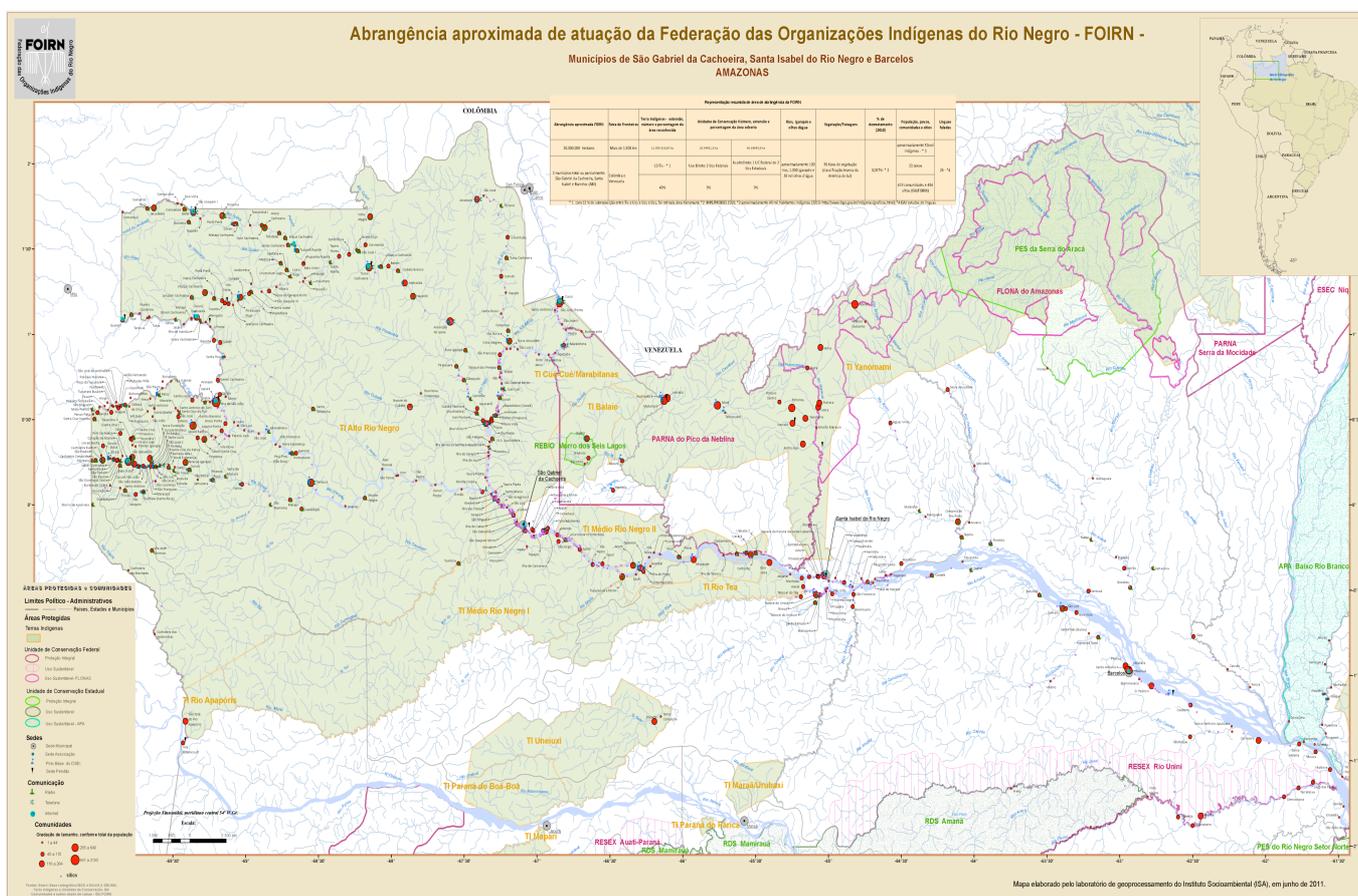
Desse modo, a escolha da área de abrangência da Federação foi processual, ajustada com o amadurecimento do movimento indígena do rio Negro, com as relações interétnicas e com os diálogos interculturais eleitos como necessários à defesa de seus territórios. Deu-se com o desenrolar de vários acontecimentos que os conduziram, no processo, a criarem uma “política indígena”, para atuar sobre essa área, a partir de suas percepções culturais e, assim, garantir também a autonomia dos povos indígenas sobre ela.

Uma política também em processo, construída na perspectiva intercultural, em meio aos acontecimentos históricos e às mudanças socioculturais ocorridas na região, mas, sobretudo pautada na forma como os povos indígenas concebem os

seus territórios. Em outras palavras, uma política feita pelas lideranças, representantes dos povos indígenas da região, com o intuito de gerir os territórios indígenas do rio Negro, de modo que a diversidade cultural e os ambientes de vivência sejam conservados.

Na figura 3, podem-se visualizar as dimensões, os limites e, principalmente, a localização da referida área delimitadas pelas lideranças indígenas para a Federação realizar as suas atividades, balizadas a partir da dinâmica cultural dessa região.

**FIGURA 3:** Área de abrangência da FOIRN



**FONTE:** FOIRN, 2014. Disponível em: <<http://www.foirn.org.br/category/sobre-foirn/mapa-da-abrangencia/>>.

Um dado importante verificado no mapa é a identificação das comunidades localizadas na região do alto rio Negro, particularmente, nas cinco terras indígenas já demarcadas, uma realidade diferente da encontrada na região do médio e baixo rio Negro, pois nela não existe uma identificação precisa das comunidades, isto

porque, até o presente momento, segundo a FOIRN/ISA não concluíram os levantamentos, contudo, afirmam fazer parte da lista de prioridades da Federação finalizar o mapeamento para a identificação dessas comunidades, e, ainda atualizar os dados, medida que consta no planejamento estratégico.

Outra observação a respeito da área de atuação da FOIRN relaciona-se ao fato desta possuir grandes dimensões territoriais, portanto, necessitar de recursos financeiros expressivos, de modo, a realizar ações que contemplem todas as comunidades. Em suma, uma realidade desafiadora, posta às lideranças indígenas que deverão rever sua *práxis*, isto porque, as ações da Federação, até o momento, têm se voltado para a realização de projetos de fortalecimento das organizações sociais em torno da garantia de direitos, entretanto, constata-se nas falas de muitas lideranças que as comunidades anseiam pela implementação de projetos de alternativa de renda, escolarização formal, infraestrutura e outros, com finalidades antagônicas ao papel da Federação.

Retomando as discussões sobre as peculiaridades dos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, destacam-se algumas informações sobre a demarcação das demarcação de Terras Indígenas (TI) e a criação de Unidades de Conservação (UC), elementos centrais nos discursos das lideranças indígenas sobre o fortalecimento das identidades étnicas, que se dá pela via da luta por direitos.

Em relação à criação de UC, tanto no Alto como no Médio Rio Negro, há uma vasta extensão de áreas protegidas, compostas por uma Floresta Nacional (Floresta Nacional do Amazonas), um Parque Nacional (o Parque Nacional do Pico da Neblina), onde há sobreposição com as TI dos Yanomami e com a TI Balaio. Também faz parte do conjunto de UC a Reserva Biológica Estadual (Morro dos Sete Lagos)<sup>17</sup>. Algumas lideranças chamam a atenção para as visões dos indígenas e dos não indígenas em relação a essas áreas, caracterizadas por posições bem distintas e, mesmo, conflitantes. Para estes, os conflitos afloram, pois os não indígenas têm muita dificuldade em compreender a relação dos povos com os seus territórios.

---

<sup>17</sup> As informações sobre as unidades de conservação na região do Médio e Alto Rio Negro podem ser consultadas no cadastro nacional de unidades de conservação, disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>

No que tange a demarcação das TI, o município de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, apresenta uma realidade positiva, pois grande parte das terras já foram demarcadas e homologadas em 1998, em decorrência da mobilização do movimento liderança que, hoje, como no passado, continuam empenhados em concretizar os processos demarcatórios nas terras localizadas na área de abrangência da FOIRN.

Nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, observa-se outro contexto referente às TI, pois a luta pela demarcação destas ainda é um processo em curso, e gera conflitos de diversa natureza. Havendo, especificamente no município de Barcelos, forte pressão sobre os territórios indígenas, exercida por agentes sociais externos que são contra a demarcação, uma vez que seus interesses são divergentes e em oposição aos dos indígenas.

A população do município de Barcelos é, de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 25.718, a de Santa Isabel do Rio Negro é de 18.146 (IBGE, 2010). Uma população formada em sua maioria por indígenas de diferentes etnias, que enfrentam, por parte de agentes sociais externos, dificuldades quanto ao reconhecimento de sua identidade. Esse não reconhecimento consiste em uma estratégia desses agentes para “*invisibilizar*” as identidades étnicas e enfraquecer a luta destas perante a legalização de suas terras.

No município de São Gabriel da Cachoeira, o número de etnias é maior, são 23, bem como o número de pessoas, também, é maior, sendo uma população de 37.896 (IBGE, 2010). As etnias dessa região já não sofrem, tão fortemente, a pressão de agentes externos, pois, como já foi mencionado, parte significativa de suas terras já foram demarcadas e, a organização/mobilização do movimento indígena iniciada nessa região, na década de 1970, propiciou a criação de mecanismos que fortaleceram a identidade étnica nessa região.

A história da mobilização das lideranças indígenas para demarcar as terras, bem como a criação e o fortalecimento do movimento indígena, enquanto movimento político e de defesa dos direitos indígenas, nasceu no Alto Rio Negro, onde, também, o associativismo indígena expandiu-se e contribuiu com a consolidação do movimento indígena do rio Negro.

Nos anos anteriores à criação da FOIRN, o Alto Rio Negro vivia um momento histórico crítico, em decorrência da atividade ilegal de extração de ouro ocorrendo uma invasão de garimpeiros na região que promoveram inúmeros conflitos. A

chegada de garimpeiros em Pari-Cachoeira (serra do Traíra) se dá de forma intensa a partir de 1984, mas é com a instalação de duas empresas mineradoras, a Paranapanema e a Gold Amazon, em 1995, que os conflitos são acirrados resultando na morte de vários indígenas e garimpeiros (BUCHILLET, 1991).

Nessa época, iniciaram as primeiras assembleias indígenas, espaços políticos criados pelas lideranças, com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para discutirem com as comunidades os problemas referentes à demarcação de suas terras. É, também, o momento em que foram fundadas as primeiras associações indígenas, com o propósito de serem canais de representatividade, por meio das quais as lideranças indígenas pudessem representar os 23 povos, ou seja, falar em nome deles e defender seus direitos nos espaços extracomunitários. Todos esses acontecimentos contribuíram para a estruturação do “fenômeno associativo indígena” que criou os alicerces para as novas configurações sociopolíticas nessa região (PERES, 2013)<sup>18</sup>.

No âmbito dessas assembleias e das primeiras associações indígenas, delineou-se e consolidou-se o movimento indígena do rio Negro, e, com ele, o surgimento das “lideranças indígenas políticas” que desenharam o ideal de uma Federação indígena e, posteriormente, à sua criação, elaboraram os primeiros programas e projetos direcionados à gestão dos territórios indígenas, implementados inicialmente no Alto Rio Negro.

As lideranças indígenas relatam que os projetos pilotos foram criados a partir das demandas enviadas pelas bases, ou seja, pelas comunidades indígenas, e, também pelos dados obtidos por meio do Zoneamento Socioambiental Participativo, feito em 2000, pela FOIRN em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA). A realização desse levantamento se deu pela obtenção de recursos financeiros oriundos de fonte estrangeira, sendo um dos primeiros projetos executados por essa parceria. Dentre os propósitos do Zoneamento Socioambiental Participativo, estava a aquisição de informações para subsidiarem as ações integradas nas áreas de cultura, saúde, educação e atividades produtivas, e assim propiciar a:

A implantação de projetos demonstrativos participativos nas diferentes sub-bacias das TI demarcadas, integrando ações de saneamento básico, energia alternativa, segurança alimentar, geração de renda, saúde, escola,

---

<sup>18</sup>Estas discussões são aprofundadas no terceiro capítulo, onde é feito um detalhamento dos eventos que propiciaram a atual conjuntura do movimento indígena do rio Negro, as conquistas em termos de garantia dos direitos e sua participação na gestão dos territórios indígenas.

cultura, comunicação e transporte. Oficinas de capacitação de técnicos indígenas, de associações e da Foirn vêm sendo realizadas nas comunidades abrangendo temas como operação de radiofonia e motores de popa, registro de invasões, documentação em vídeo, atividades de zoneamento, formulação, apresentação e gestão de projetos, entre outros (ISA, 2002, p.1).

Portanto, os dados obtidos no Zoneamento Socioambiental Participativo juntamente com as demandas das comunidades, enviadas para a recém-criada Federação, nas quais reivindicavam melhorias sociais, subsidiaram a elaboração das propostas contidas no Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS-RN). De acordo com as lideranças indígenas, especificamente as que atuam e/ou atuaram como diretores da FOIRN, este programa representa hoje o plano de gestão territorial e ambiental das TI da região.

As discussões concernentes ao PRDIS serão aprofundadas no terceiro e quarto capítulos dedicados a participação das lideranças na gestão de seus territórios. De modo a introduzir essas discussões, faz-se uma breve apresentação dos primeiros projetos implementados no Alto Rio Negro como parte do referido Programa e, portanto, das propostas das lideranças para gerir/cuidar de seus territórios.

No campo da educação foram criadas as escolas indígenas estruturadas com base no ensino bilíngue e intercultural, destacando-se os seguintes projetos-pilotos: no rio Içana, a Escola Indígena Baniwa Coripaco Pamáali, criada em 2000 sendo a primeira experiência de ensino nas comunidades para o ciclo de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série; e, no alto rio Tiquié a Escola Indígena Ütapinopona Tuyuka dela participando e/ou sendo beneficiada cinco comunidades Tuyuka. Essas escolas nasceram com a proposta de valorizar as línguas e as culturas dessas etnia e, ainda de serem espaços para o fortalecimento das atividades coletivas e da auto-sustentabilidade das comunidades (FOIRN, 2013).

Outra localidade contemplada com os projetos-pilotos oriundos da parceria FOIRN/ISA foi o distrito de Iauaretê, onde implementaram o projeto de “Educação e valorização da língua Tariana”. Como o próprio nome sugere, estavam explícitos os propósitos de promoção da cultura dos povos indígenas da região por meio de ações, como a realização de oficinas pedagógicas e a elaboração de material didático. Projetos nessa mesma linha foram direcionadas aos povos Kotiria, Dessana e Tukano, centrados nos mesmos objetivos, promover e valorizar as

culturas indígenas que, ao longo dos séculos, sofreram em virtude das mudanças impostas à região decorrentes dos processos de colonização e catequização.

Dentre os projetos voltados para as alternativas econômicas, se destaca o Projeto de Piscicultura, criado com o objetivo “desenvolver tecnologias de reprodução em cativeiro de espécies de peixes da região (como o aracu) e a produção continuada de alevinos para povoamento de barragens comunitárias” (FOIRN/ISA, 2013, p.2), propiciando a produção para a subsistência, mas também para a comercialização.

Nos relatórios da FOIRN consta que a primeira estação de piscicultura foi instalada em Caruru Cachoeira, no Alto Rio Tiquié, em 1999, com a participação de 15 comunidades situadas entre São Domingos e a Fronteira Brasil/Colômbia, tendo como responsável pela coordenação das atividades as Associações das Tribos Indígenas do Alto Tiquié (Atriart). Os recursos financeiros para a realização do projeto foram obtidos junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do programa Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), que financiou as atividades até 2005.

A segunda estação do projeto de piscicultura foi construída em Iauaretê em 2002, sendo administrada com a colaboração da Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI). Já a terceira estação foi montada no local onde está situada a Escola Indígena Paámali, e é acompanhada pelos membros da Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI). Assim como os demais projetos no campo da educação, o projeto de piscicultura produziu informativos bilíngues com o intuito de divulgar os resultados e os conhecimentos produzidos por meio das atividades realizadas (FOIRN, 2013).

A experiência com o projeto de piscicultura é vista pelas lideranças indígenas de diferentes formas. Para os diretores e ex-diretores da FOIRN essa foi uma experiência exitosa com impactos positivos para as comunidades; por outro lado, para um grupo significativo de lideranças, principalmente as que moram em Iauaretê, esse projeto não atendeu as expectativas das comunidades, além de se mostrar ineficaz em termos de auto-sustentabilidade, pois quando encerram os recursos advindos das fontes financiadoras não conseguem se manter.

Outra experiência na área de alternativas econômicas foi o projeto “Arte Baniwa”, coordenado pela Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI), voltado para a fabricação de artesanatos para a comercialização. Por meio do projeto, as

cestarias de arumã, feitas pelos Baniwa, alcançaram diferentes mercados, tornando-se uma fonte de renda para as comunidades envolvidas. De acordo com o presidente da OIBI, a cestaria faz parte da cultura do povo Baniwa que “há décadas produzem pra venda ou troca”. Na década de 50 o principal mercado era Mitú na Colômbia. A partir de 1998 com a demarcação das TI e com a parceria FOIRN/ISA expandiram as vendas e firmaram o contrato com a rede de lojas Tok&Stok<sup>19</sup>, com vigência até 2009.

Estes são alguns dos projetos pilotos implementados na região do Alto Rio Negro. Em termos gerais são vistos pelas lideranças indígenas ligadas à FOIRN como exitosos, e, portanto, devendo ser ampliados para as demais localidades do Médio e Baixo Rio Negro, atingindo, assim, toda a área de abrangência da Federação. As lideranças consultadas destacam que esses projetos, inicialmente localizados na região do “alto”, seguiram um desdobramento natural, como parte de um processo que começou com a própria estruturação do movimento indígena ocorrida nessa região.

Percebe-se que a delimitação/ampliação da área de atuação da FOIRN se dá em função da compreensão que as lideranças tinham e ainda têm das peculiaridades que envolvem os seus territórios, mas também de suas percepções sobre as conexões físicas e simbólicas desses territórios, sobre as estratégias de uso e pela dinâmica da mobilidade dos povos indígenas nessa região e, em particular, pelas relações interétnicas e pelas parcerias firmadas no âmbito dessas relações.

Pode-se dizer que a ampliação das ações está em andamento, mas são ainda incipientes, estão se estruturando com o fortalecimento da FOIRN, com a redefinição de suas ações, influenciadas, em parte, pela constituição de parcerias e pela alocação de recursos obtidos de fontes financiadoras de origem estrangeira e nacional. É fato que a ampliação da atuação da FOIRN é um desejo e uma reivindicação dos povos indígenas que vivem no Médio e Baixo Rio Negro, mas outros fatores devem ser postos para a análise. Um deles é a estratégia de ampliação do poder sobre os territórios indígenas.

---

<sup>19</sup>Essa fabricação de artesanatos/arte Baniwa foi fomentada por meio da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi), criada em 1989 tendo como missão “garantir o *bem viver* do povo Baniwa nas comunidades e promover o desenvolvimento regional sustentável, tendo a interculturalidade como metodologia de ação”. Informação disponível em: <<https://foirn.wordpress.com/tag/oibi/>>.

Apesar dos avanços apontados pelas lideranças, sobretudo, pelos diretores da FOIRN (tanto os atuais como os das gestões anteriores), há um grupo que problematiza o desempenho da Federação, considerada por estes, como ainda centralizada no alto rio Negro, especificamente em algumas comunidades localizadas no rio Içana e Uaupés.

Durante a XVII Assembleia Eletiva da FOIRN, realizada em novembro de 2012, e da II Assembleia Geral de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro, em julho de 2013, os representantes das regiões do Médio e Baixo Rio Negro solicitaram maior proximidade da Federação nessa região, seja com a implementação de projetos pilotos, seja com a criação de sub-sedes nas cidades de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, de modo a fortalecer o movimento indígena e, de fato, alcançar a sua área de atuação em sua totalidade.

Na visão de algumas lideranças, principalmente das filiadas às associações indígenas localizadas no município de Barcelos, a Federação ainda não conseguiu atingir seus objetivos, em termos de articular ações que contemplem os povos do rio Negro como um todo, sendo ainda mais crítico o seu desempenho no Médio e Baixo Rio Negro. De acordo com uma liderança, “a FOIRN não tem pensado nada para a nossa região! Mesmo o departamento de juventude criado recentemente não tem conseguido chegar até nós do Médio Rio Negro” (Depoimento de liderança indígena do povo Tariana, julho de 2013).

Esse tipo de posicionamento também foi observado durante a XIV Assembleia Geral da FOIRN, realizada em novembro de 2014, na cidade de Santa Isabel do Rio Negro. Durante o evento, a diretoria da Federação apresentou as suas ações, dentre as quais destacam-se o empenho da FOIRN para a demarcação das Terras Indígenas de Cué-cué/Marabitanas (Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos); a conquista da regularização do turismo com a viabilização do projeto “Turismo Comunitário de Pesca Esportiva no Rio Marié”; as contribuições do projeto “Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro”, além das atividades referentes à educação escolar indígena, à saúde indígena e demais temas da gestão territorial e ambiental das TI do rio Negro. Embora tenha havido um detalhamento dessas ações, para algumas das lideranças presentes, elas são incipientes e pouco representativas, dadas as dimensões da região e o número de comunidades que acabam sendo excluídas do processo.

Em virtude da inexpressiva presença do Estado na região, tanto as lideranças quanto os povos indígenas, de um modo geral, esperam da FOIRN um papel que não lhe cabe, sendo comum cobranças sobre “o que ela deveria ter feito, dos projetos que ainda não implementou”, expressões contidas em muitas das falas dos indígenas, que veem na Federação a instituição provedora das políticas públicas e dos projetos considerados necessários para as melhorias sociais e econômicas almejados há décadas.

Entende-se que a FOIRN enquanto entidade política e representativa dos povos indígenas tem dado sua contribuição, e, em muitos momentos, nas quase três décadas de existência, fez também a parte que caberia ao Estado. Durante esse período, a Federação também formatou, com a colaboração de seus parceiros, propostas como o PRDIS e buscou dialogar com o Estado para viabilizar as políticas públicas por que anseiam os povos da região.

A partir de 2012, com a institucionalização da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), observa-se que essa relação com o Estado vem se estreitando, particularmente com a aproximação da FUNAI e sua proposta de gestão compartilhada, pelo menos no que tange às ações da PNGATI.

Como o PRDIS é para as lideranças o plano de gestão dos territórios indígenas, elas viram nessa aproximação da FUNAI uma possibilidade importante para dialogar com o Estado e, assim, concretizar as propostas contidas no referido Programa. Contudo, como esta é uma realidade recente e em processo, os conflitos e as opiniões divergentes seguem seu curso, sendo mais evidentes no Médio Rio Negro onde a presença da FOIRN também é recente, e os projetos recém-criados, como é o caso do “Turismo Comunitário de Pesca esportiva no rio Marié”, que envolve diferentes agentes sociais e instituições, e recursos financeiros volumosos, produz elementos suficientes para fomentar tais conflitos.

Estas questões são retomadas nos demais capítulos da tese, particularmente no quinto, com a perspectiva de aprofunda-las, bem como apontar os caminhos percorridos pela Federação para mediar e contornar os conflitos oriundos no processo de implementação dos projetos de gestão dos territórios nessas regiões.

### **3. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO**

O presente capítulo trata sobre a organização e a mobilização das lideranças indígenas do rio Negro visando a proteção e a gestão dos territórios indígenas. Iniciam-se as discussões com criação do movimento indígena, da FOIRN e das associações formais, ou seja, a tríade que forma a estrutura organizativa político-cultural do rio Negro.

A abordagem acerca do movimento indígena do rio Negro perpassa sua história, ou seja, os fatores que decorreram na sua criação e a definição de seu papel. Uma abordagem que fala do passado, mas também do presente, momento em que estão em evidência novas configurações tanto do movimento indígena em si, como de suas práticas enquanto entidade representativa dos povos da região.

No decorrer do capítulo, enfatiza-se a criação da FOIRN pelo movimento indígena, sua estrutura política e administrativa, o papel desempenhado, os programas e projetos, as parcerias e os recursos financeiros com os quais opera. Em suma, discorre-se sobre a estrutura montada pelas lideranças que compõem o movimento indígena com o propósito de gerir de forma participativa e descentralizada as ações objetivando a gestão dos territórios indígenas do rio Negro.

Neste capítulo destaca-se ainda o associativismo étnico – a formalização de associações indígenas em várias comunidades localizadas na área de atuação da FOIRN que foram estruturadas a partir da criação da Federação, e que hoje são importantes nas estratégias das lideranças indígenas de gestão dos territórios, tanto em seu aspecto sociopolítico (estruturação de uma política indígena) quanto na reorganização dos territórios por meio da criação das sub-regiões (subdivisões geográficas e culturais no território), dentre outros aspectos que se consubstanciam nos mecanismos de proteção das terras indígenas e da diversidade cultural dos povos indígenas do rio Negro.

### 3.1 O MOVIMENTO INDÍGENA DO RIO NEGRO: CONEXÕES COM A HISTÓRIA E COM A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO BRASIL

Encontra-se hoje uma gama de definições concernentes a “movimentos sociais”, originando discussões e teorizações em várias áreas das Ciências Humanas. Segundo o dicionário de Ciências Sociais (1986) a expressão movimento social foi utilizada no século XIX para designar a mobilização da classe operária da época que lutava e exigia a garantia de melhorias sociais frente à situação precária que viviam. Trata-se de um momento histórico em que as reivindicações eram consideradas “anarquistas”, “comunistas” ou “radicais” e marcavam as lutas de classe e as relações de dominação e subjugação de uma classe em relação à outra.

Com o passar dos anos, as características iniciais dos movimentos sociais foram se modificando, ganhando outros significados ao se difundir por diferentes agentes sociais no âmbito da luta e reivindicação por direitos, frente aos cenários imputados pelas mudanças em curso, trazidas pela conjuntura política peculiar à economia globalizada (GOHN, 2004). A partir da década de 1960 surgem os “novos movimentos sociais” decorrentes da pós-industrialização, já não caracterizados unicamente por movimentos trabalhistas, mas também por outros movimentos emergentes, os “novos movimentos sociais”.

Castells (1976) constrói um escopo teórico sobre esses “novos movimentos sociais”, situando-os aos acontecimentos de sua época, marcado por outras configurações, para além daquelas pautadas nos ideais marxistas de luta de classe. O foco dos “novos movimentos sociais”, diz o autor, são de outra natureza, a exemplo dos movimentos pela emancipação da mulher e os movimentos ambientalistas.

Por esse prisma, os conflitos passam a ser de ordem sociocultural pautados na luta por direitos civis. Deixam de serem movimentos de uma classe para serem movimentos de classes (o movimento feminista, movimento ecologista, movimento pacifista e outros). São movimentos mais segmentados, que se agregam de acordo com as ideologias dos grupos e visam afirmar identidades ou melhorar a qualidade de vida e que se inspiram em valores não materialistas, mas em valores universalistas, como a paz, o meio ambiente a autonomia e identidade (FERNANDES, 1993).

Vargas (2003) assinala que, no final da década de 1960, muitos conceitos relacionados a movimentos sociais estavam em evidência, tendo em comum a ideia

de mobilização da sociedade para atingir um objetivo e o desejo de superar os problemas vivenciados por meio de ações coletivas, produzidas por grupos de agentes sociais.

No Brasil, de acordo com Gohn (2004), com o fim do regime militar, esses novos movimentos sociais entram em cena e têm como características a luta em torno do reconhecimento de direitos sociais e culturais, envolvendo coletividades sociais reunidas por raça, gênero, sexo, meio ambiente, direitos humanos, entre outros. Gohn tece a seguinte definição quanto ao que seja esses movimentos sociais:

[...] são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelos grupos na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelos grupos, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...] Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou políticas-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade aonde atuam. (GOHN, 2000, p. 251-252).

O movimento indígena do Brasil emerge nesse contexto e sofre influências. A fase inicial ocorreu entre 1970 e 1980, quando foram organizadas as primeiras assembleias indígenas com o apoio de “assessores orientados pelo paradigma dos movimentos sociais e populares” (ORTOLAN MATOS, 2006, p.125). A mobilização dos povos indígenas se forja nesse ambiente da luta por direitos, seguindo a dinâmica de reivindicações, mas traduzidas para a suas realidades, para a resolução dos problemas por eles vivenciados, particularmente os concernentes aos direitos a terra.

Nesse momento, as características centrais do movimento indígena eram de uma configuração “pan-indígena”, tendo como principal eixo da mobilização o “status sociopolítico indígena de minoria, com direitos específicos a serem reconhecidos pelo Estado brasileiro” (ORTOLAN MATOS, 2006, p.14). A autora assinala que a

promoção e a organização pluriétnica dos povos indígenas se davam em defesa de seus direitos dentro do Estado brasileiro e tinham como estratégia política

a organização de grupos indígenas a partir de uma identidade supra-étnica. A participação de índios em assembleias, patrocinadas inicialmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), resultou na formação de uma comunidade e de uma identidade supra-étnicas, constituídas como referências para a articulação do movimento e a criação da União das Nações Indígenas (UNI), organização indígena de caráter nacional. (ORTOLAN MATOS, 2006, p.35).

É importante para o entendimento sobre a dinâmica de emergência e fortalecimento do movimento indígena do Brasil contextualizar o período histórico e os acontecimentos em voga à época dessa emergência, a partir de um patamar mais abrangente, envolvendo os povos da América Latina.

A forma preconceituosa como eram vistos os povos indígenas, as políticas indigenistas incongruentes que os desqualificavam e contribuíam para os crimes contra estes, a exemplo das denúncias de etnocídio, foram fatores determinantes para a organização dos povos indígenas e sua conseqüente mobilização contra o desrespeito e os abusos que sofriam.

O surgimento de movimentos que se opuseram e firmaram alianças no sentido de mudar essa realidade, tem início com a crise do modelo de política indigenista. Isso ocorre a partir do final da década de 1960, momento em que ganham força as posições críticas contrárias ao modelo em vigor, ou seja, que questionam o papel das Ciências Sociais, da História e da Antropologia e também que marcam o surgimento de novas formas de mobilização indígena (GIL, 2009).

Em 1971 foi realizado um simpósio em Barbados<sup>20</sup> com o objetivo de discutir a fricção interétnica na América do Sul, durante a qual foi elaborada a “Declaração de Barbados”. Nessa declaração, foram denunciados o etnocídio e o genocídio sofrido pelos povos indígenas em virtude da política de Estado implementada nos países latino-americanos, a ação do indigenismo, o conceito de aculturação em voga, bem como o pacto de um grupo de antropólogos contrários a essas práticas.

Em uma entrevista, Miguel Bartolomé, participante do simpósio em Barbados, avalia os impactos desse evento, passados 40 anos de sua realização. Para o

---

<sup>20</sup>O Simpósio aconteceu no período de 25 a 30 de janeiro de 1971, na Ilha de Barbados, nas ilhas do Caribe inglês, na Universidade de Brighton em Bridgetown, que nessa época era um campus da Universidade de Sussex, na Inglaterra. Entrevista com Miguel Bartolomé, disponível em: <<http://vimeo.com/62885968>>, Gabriel O. Alvarez's vídeos. Acesso em: 13 ago. 2014.

referido pesquisador, a Declaração de Barbados foi uma espécie de carta de cidadania para toda a Antropologia latino-americana, com inúmeros impactos positivos, pois ela questionou a prática referente ao etnocídio, “tanto por ação, quanto por omissão”, por parte do Estado, da Igreja e dos antropólogos da época que não denunciavam esse crime.

O pesquisador ressalta que um dos maiores méritos do simpósio foi ter deslocado a discussão sobre o etnocídio, restrita a um pequeno grupo de estudiosos, para um contexto maior, ampliando as discussões. A denúncia sobre o etnocídio colocou também em evidência as discussões sobre a aculturação, pois, naquele momento, era dado como certo o desaparecimento dos povos indígenas, por se acreditar que eles seriam assimilados à cultura dominante ocidental. A Declaração de Barbados questiona essa compreensão e a problematiza, mostrando que a “aculturação” não era um processo inevitável e sim um processo reversível (BARTOLOMÉ, 2014).

Esse contexto histórico, portanto, foi um marco que delineou o cenário dos novos acontecimentos que se desenrolaram a partir de então. Já foi mencionado que a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980 surgiu o movimento indígena, sendo esse fortemente influenciado pelos pressupostos e discussões desencadeados no início da década de 1970, a exemplo da reunião em Barbados.

A criação do movimento indígena também é influenciado por um período em que estão em voga os movimentos sociais, dos quais os povos indígenas sofrem influência. Esse, portanto, é o marco do surgimento das lideranças indígenas políticas e das novas formas organizativas caracterizadas pela institucionalização de associações indígenas que solidificam as mobilizações em prol do reconhecimento de direitos, conseqüentemente de políticas públicas adequadas.

A partir daquele momento, os povos indígenas firmam-se na defesa de suas terras e na busca por melhorias sociais, vendo na implementação de projetos de alternativas econômicas sustentáveis uma possibilidade para levar tais melhorias para suas comunidades. As melhorias almejadas, em termos gerais, foram oriundas de uma nova realidade e demandas requeridas pelos povos indígenas, originadas em decorrência dos processos de colonização e das relações interétnicas.

Neste capítulo, já são apresentados os impactos positivos advindos da criação do movimento indígena em termos de ganhos para os povos que, ao lutarem

por seus direitos, instituíram também a luta pelo reconhecimento de seu protagonismo como sujeitos autônomos, capazes de decidirem sobre suas vidas e seus projetos de futuro.

A ideia de protagonismo foi introduzida pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) para imprimir aos movimentos sociais suas condições de atores sociais ativos e proativos, libertos da subjugação social e da condição de excluídos e oprimidos. Para o movimento indígena, o protagonismo significa romper com a tutela do Estado e qualquer outro tipo de colonização.

No âmbito do protagonismo indígena, destacam-se as mobilizações em forma de assembleias, conferências, seminários e demais eventos que reúnem representantes de povos indígenas de vários lugares do país, nos quais são discutidos os problemas comuns e elaborados documentos reivindicatórios e de demandas por políticas públicas.

Esses eventos em nível nacional, em termos gerais, representam uma nova fase em que as reivindicações do movimento indígena ganham notoriedade e apoio, tanto de entidades nacionais como internacionais favoráveis à “causa indígena”, ou seja, à luta em defesa dos povos indígenas. Nessa nova fase, o movimento propõe que as instituições representativas do governo, a exemplo da FUNAI, reconheçam suas reivindicações e se articulem visando a conservação e manutenção dos espaços socioculturais indígenas e defesa dos seus direitos.

No que concerne especificamente ao movimento indígena no Brasil, na análise de alguns pesquisadores (ALBERT, 2000; GRUPIONI, 1999; PERES, 2003; ORTOLAN MATOS, 2006), a Constituição de 1988 é um marco importante no campo das reivindicações étnicas voltadas para a regulamentação das TI, muito embora também estivessem em pauta outras exigências relacionadas à garantia de direitos. Esses autores observam que a nova configuração política do país, a partir dessa década livre do regime militar, acarretou modificações na forma política e jurídica de inserção dos povos indígenas no Estado brasileiro, porque havia uma proposta de abertura para o diálogo intercultural entre indígenas e não indígenas.

Essa configuração política em vigor também favoreceu a criação das organizações indígenas formais, instituídas com o objetivo de criar mecanismos de interlocução “especializada” com os não indígenas, que propiciassem relações e negociações interétnicas de natureza política, social e econômica (ALBERT, 2000, p.1). O autor ressalta que a Constituição de 1988, particularmente o artigo 232, abriu

a possibilidade para as associações se constituírem como pessoas jurídicas e se legitimarem como instâncias participativas no âmbito da política nacional.

A partir desse advento, houve uma expansão das associações indígenas, envolvendo a criação de organizações que agrupam várias associações, como é o caso da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (COIAB). Nesse “modelo”, são afiliadas diversas associações que, por sua vez, estão ligadas a outras de abrangência maior. A Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) é um exemplo; ela integra grupos do Equador, Bolívia, Brasil, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e da Venezuela, compondo um modelo de comunicação transfronteiriça (ALBERT, 2000).

Essas organizações, por sua força política e reivindicatória, teriam contribuído com a estruturação de novas políticas públicas, em função do contexto propício à participação democrática que ganha espaço. Dessa forma, as associações indígenas, fundadas inicialmente com o papel de serem interlocutoras indígenas nos diálogos interculturais com os não indígenas (do papel de articuladoras políticas), com o passar dos anos desempenham também o papel de gestoras e executoras de ações, inclusive os de responsabilidade do Estado, é o caso observado no alto Solimões e no alto rio Negro que por um determinado período assumem a saúde indígena.

Albert (2000, p.2) adverte que, a partir da década de 1990, surgem, na Amazônia, “associações legalizadas, com estatuto, CGC e conta bancária, assumindo cada vez mais funções que o Estado deixou de desempenhar diretamente”. O autor se refere aos convênios na esfera da saúde, observando que, em 2000, foram destinados 32% do orçamento indigenista federal (via FUNASA/Ministério da Saúde), e que foram alocados para 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) articulados ao sistema Único de Saúde. Recursos gerenciados em parceria com organizações indígenas, organizações não governamentais e prefeituras municipais.

A experiência das organizações indígenas como gestoras de projetos na área da saúde foi avaliada pelas lideranças que concluíram se tratar de algo contrário aos seus propósitos, por vários fatores, especialmente por “tê-los desviado de seu papel principal de articulação política dos povos indígenas [...] de sua função de controle social das ações estatais” (ORTOLAN MATOS, 2006, p.38). Deixando para um segundo plano o aspecto reivindicatório que marcou a história do movimento, a

autora conclui que a experiência das lideranças como gestores provoca perdas na identidade política do movimento, afetando também o significado da participação destas como membros da sociedade civil nas lutas pela garantia de direitos.

No que diz respeito ao movimento indígena do rio Negro, verifica-se que ele tem como pano de fundo a história, a trajetória e os ideais do movimento indígena organizado em âmbito nacional. O cerne da sua luta também foi a demarcação das terras indígenas, item central na agenda de reivindicações ao Estado brasileiro, algo comum às demandas dos demais povos indígenas do Brasil, mobilizados como categorias coletivas auto designadas de movimento indígena (PERES, 2003).

As lideranças dessa região também participaram das assembleias indígenas organizadas em nível nacional, entre 1974 a 1984, ou seja, acompanharam os delineamentos e o fortalecimento do movimento indígena na América Latina e no Brasil. Portanto, foram influenciadas e influenciaram, participaram das construções coletivas e acompanharam as diferentes fases pelas quais passou o movimento indígena do Brasil.

A experiência em criar associações e mesmo organizações maiores que articulam um rol de associações também fez parte do movimento social étnico do rio Negro. Logo nos seus primeiros anos de existência, fundaram uma federação, a FOIRN, já mencionada anteriormente, e a ela foram agregadas várias associações indígenas que foram surgindo nas distintas comunidades localizadas nas calhas dos rios da região, formando uma rede que se articula local e exteriormente, promovendo alianças, ações integradas e mobilizações pela garantia de seus direitos.

Peres (2003) afirma que a emergência do associativismo étnico na região do rio Negro possui uma característica singular: a região atualmente possui um número expressivo de associações, hoje são cerca de 90, as quais foram instituídas ao longo dos anos. O autor considera essa emergência como um “fenômeno” que consubstanciou os espaços de discussão, fóruns de decisão política, viabilizando uma rede de relações interétnicas que marca a dinâmica da FOIRN, ou seja, a forma como opera na região.

Ao analisar esse “fenômeno”, o autor pondera sobre a necessidade de mudanças na forma de estudar os movimentos sociais contemporâneos, particularmente o indígena, orientando que, ao analisá-los deve-se abandonar o olhar que concebe os povos indígenas como “alteridades puras”, pois essa é uma

visão estática. Portanto, ele recomenda uma nova postura capaz de contextualizar historicamente os fatos (não no sentido evolucionista), e, assim, situar a análise na contemporaneidade e nos acontecimentos em curso, que demandam outras formas conceituais. Peres (2013) propõe uma análise socioantropológica e histórica desses movimentos.

A respeito do papel da FOIRN, é posto no seu Estatuto Social (2002), bem como é verificado nas falas das lideranças, que o movimento indígena a criou com a responsabilidade de exercer o papel de interlocutora nos diálogos interculturais e na negociação das demandas indígenas para a região. Em decorrência dessa proposição, foi possível a demarcação das cinco terras indígenas em área contínua, marco importante na luta do movimento, bem como das demais atividades e conquistas que gradativamente tem alcançado.

Na concepção das lideranças indígenas, a conquista da demarcação das TI os fortaleceu e os permitiu avançar em relação ao cumprimento e a garantia dos direitos estabelecidos na Constituição. Nesse sentido, um dos elementos estratégicos do movimento indígena foi a consolidação de uma atuação política pautada nas novas formas de organização, via associativismo indígena, parte constitutiva do movimento indígena.

Essa forma de atuação possibilitou uma forma organizativa caracterizada pelo estabelecimento de “redes”, ou seja, mediante um conjunto de relações envolvendo agentes sociais (indígenas e não indígenas) e instituições governamentais e as do terceiro setor (ORTOLAN MATOS, 2006), algo bem característico no movimento indígena do rio Negro, pois, desde a sua criação, buscou mecanismos de articulação e comunicação com esses agentes sociais, uma dinâmica ainda amplamente utilizada e que será explicitada ao longo deste capítulo.

Antes de adentrar-se nessa questão das redes relacionais do movimento indígena do rio Negro que hoje caracterizam a sua forma de operar, procede-se a uma contextualização histórica sobre os acontecimentos passados, pois ela fornece a compreensão sobre os elementos que viabilizaram esse modelo de atuação.

### **3.1.1 Antecedentes históricos que imprimem as marcas do movimento indígena do rio Negro**

Para iniciar uma história que não é linear, apresentam-se alguns fatos que se interligam, oficializam e legitimam a história do movimento indígena do rio Negro, particularmente os acontecimentos ocorridos na região do alto rio Negro, *lócus* onde se inicia a história do movimento. Uma liderança que participou da criação deste movimento observa que o contexto que antecedeu a organização e mobilização dos povos indígenas, caracterizava-se pela presença de duas forças dominantes presentes na região - a Igreja e o Exército brasileiro. A primeira realizando a conversão religiosa dos indígenas, a outra impondo a padronização dos valores da sociedade nacional para “integrar o índio” à sociedade brasileira, sendo que ambas realizavam seus ideais intrínsecos aos processos civilizatórios cada uma a seu modo.

Constata-se, nas referências bibliográficas e nas narrativas indígenas obtidas durante a pesquisa de campo, que a Igreja Católica, representada pelas missões, ao chegar à região, empenhou-se em recrutar fiéis, confinando-os nos internatos. Lá os proibia de falarem suas línguas maternas, de realizarem seus rituais sagrados, de praticarem suas danças e músicas culturais. O agrupamento de crianças e adultos nos internatos também interferiu nas estruturas sociais e organizativas dos povos indígenas, aglomerando-os nas missões, separou homens de mulheres e o núcleo familiar de modo geral, provocando impactos negativos difíceis de serem mensurados. Luciano (2013, p. 21) resume o que foi o sistema do internato no rio Negro ao afirmar que este “era o espaço da imposição doutrinária e ideológica repressiva do processo civilizador eurocêntrico pelos missionários, em nome do Estado e de Deus”.

As mudanças processadas nessa relação assimétrica entre povos indígenas e as missões religiosas em todo o rio Negro, bem como as demais conquistas que obtiveram, são frutos da resistência e da luta dos povos indígenas, algo que é reforçado constantemente pelas atuais lideranças como marca de seu protagonismo.

As modificações nas relações entre indígenas e os agentes sociais imbuídos de ideais coloniais e civilizatórios ocorreram gradativamente e ganharam corpo quando o movimento indígena, em parceria com seus aliados, organizou-se para retirar os internados dos Distritos Indígenas, fato que aconteceu no final da década

de 1980. Época em que havia uma conjuntura de mudanças no interior da Igreja Católica e no seu sistema de catequização que, diante dos novos acontecimentos, foram se remodelando, revendo suas ações.

As mudanças na forma de agir das missões salesianas se processam a partir de alguns eventos importantes, a exemplo da denúncia de crime de etnocídio, feita pela liderança indígena Álvaro Tukano no IV Tribunal Russel, em Amsterdã, ocasionando forte impacto no *modus operandi* da Igreja Católica na região. O surgimento de novas correntes teológicas é outro evento com desdobramentos favoráveis às mudanças em favor da “causa indígena”. Dentre elas, as ideologias das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), caracterizadas por Burdick (1998, p. 11), como sendo “congregações católicas nas quais o clero e os agentes pastorais estão engajados, de uma forma ou de outra, em esforços para despertar a consciência política e social”.

Em boa parte das CEB, a legitimidade e inspiração teológica eram apoiadas na teologia da libertação, vertente que defende a necessidade de haver uma necessária relação entre a teologia e os contextos socioeconômicos. Essa assertiva corrobora a “opção pelas classes menos favorecidas”, cujo postulado é que “embora Deus ame igualmente os pobres e os ricos, favorece os pobres em sua luta pela libertação das estruturas opressoras do capitalismo, criados pelos ricos” (THEIJE, 2002, p. 23). Assim, é estabelecido como premissa na teologia da libertação que a salvação “deve ser encontrada nesta vida: não é um prêmio a ser obtido após a morte” (THEIJE, 2002, p. 23).

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) nasce nesse contexto e constrói sua posição ideológica a favor da “causa indígena”, em defesa dos seus direitos. Convém assinalar que ele teve papel preponderante na criação das associações indígenas no rio Negro. Ao mudar sua atuação no rio Negro, a Igreja, segundo Peres (2013, p. 17) “preparou involuntariamente o terreno para o florescimento de uma esfera independente de politização da etnicidade no idioma da cidadania diferenciada”.

As primeiras associações indígenas do rio Negro surgiram na região do alto rio Negro, em Pari-Cachoeira, Iauaretê e Taracuá. De acordo com Rezende (2013), isto se deu na década de 1970, por iniciativa dos missionários, que teriam incentivado e buscado recursos financeiros para as atividades dessas associações.

Elas teriam sido criadas para facilitar a participação de indígenas dessas regiões nas articulações mais amplas, em nível nacional.

Para o autor elas foram os canais que viabilizaram a participação de algumas lideranças em eventos realizados em Belém, Mato Grosso e Brasília, nos quais começaram a ter contato com as lutas de outros povos indígenas pela demarcação de TI. Era a Igreja quem apoiava essas viagens, via CIMI, fundado em 1972. Estas colocações do autor são feitas pautadas na sua própria experiência, em sua condição de morador, religioso (padre) e liderança indígena da região, levando-o a avaliar que:

No início da década de 1980 o CIMI era a única instituição que lutava pelos direitos dos povos indígenas, ainda não existia a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) nem o ISA. O CIMI teve importante papel. Posteriormente, quando se tratava da defesa e lutas pelas terras indígenas esses organismos (Diocese e CIMI) foram esquecidos. Somente na última Assembleia da FOIRN (2013) que o sr. Brás França, ex-diretor da FOIRN que narrou a importância da Igreja e do CIMI nos primeiros momentos da luta pelas terras indígenas. (REZENDE, 2013, p. 8).

Os fundadores do movimento indígena, de um modo geral, consideram terem sido relevantes os trabalhos feitos por alguns dos religiosos das missões católicas instaladas no alto rio Negro que, paralelamente ao trabalho de conversão religiosa por meio da catequese, passaram a estimular práticas associativas nos moldes das formadas por comunidades não indígenas, que contribuíram para o surgimento e o fortalecimento do movimento indígena da região do rio Negro.

Essas lideranças concluem que, embora se tratando de iniciativas pontuais, observadas em apenas algumas comunidades, elas foram importantes, pois criaram as bases de um movimento que foi se expandindo, se fortalecendo alcançado as dimensões que possui hoje. A esse respeito, cita-se o relato de um dos membros da primeira associação indígena fundada na região do Alto Rio Negro. Na fala da liderança, é destaque o contexto da criação da associação e o papel desempenhado pelos religiosos:

Foi um padre italiano que ajudou a gente, ele era um homem muito bom! Na época era diretor da escola de Pari-Cachoeira, foi ele que criou a Associação de Clube das Mães, o padre ensinou as mulheres a trabalhar para vender os produtos (os artesanatos, frutas como banana, abacaxi, laranja, farinha, aprenderam a costurar). O padre comprava todo os

materiais necessários e os produtos eram vendidos para comprar roupas, pois naquela época era difícil comprar roupas.

O padre conseguiu comprar uma lancha chamada de Maria Auxiliadora, para escoar os produtos e comprar peças para costura, panelas sandálias [...], o padre comprava tudo, o padre sempre fazia lista do que era necessário comprar. O padre montou um mercadinho.

Depois do falecimento do padre a associação continuou, quebrou um pouco, depois levantou, em seguida veio à época do garimpo, quando apareceu a Paranapanema e o Projeto Calha Norte. Muito antes o padre já havia despertado nos indígenas o interesse e a curiosidade por assuntos políticos e sobre como o mundo político funciona.

Foi a partir daí que os índios passaram a se reunir para discutir meios de melhorar sua vida e resolver os problemas, tudo era organizado pelo seu compadre que era cabeça da ideia, o senhor Henrique Castro (Tukano, já falecido), ele era chegado com os padres e trabalhava no aeroporto da Comarca de São Gabriel da Cachoeira. (Depoimento de liderança indígena Dessana cedido em julho de 2013).

A criação da primeira associação indígena no Distrito de Pari-Cachoeira, como aponta a liderança, teve a influência da Igreja Católica por meio de alguns de seus representantes que estavam na região nessa época. O propósito central dessa associação era propiciar a geração de renda, mediante a qual fosse possível acessar os produtos não indígenas. Esse foi o mote inicial, mas esclarece que as comunidades indígenas já discutiam os problemas que vivenciavam e se organizavam para solucioná-los, chamando a atenção para a mobilização que já existia. Contudo, ela é fomentada com a criação dos novos espaços de discussão que surgiam, sendo as associações que vão se formando um desses espaços.

Um dos fundadores do movimento indígena também evidencia a contribuição da Igreja Católica na criação das associações nas comunidades da região, descrevendo o processo que decorreu na fundação da Associação Animadora Cristã, cujo foco, também, foi a geração de renda, mas já projetava a ampliação das atividades, ao apontar que os benefícios obtidos deveriam ser estendidos “em toda a região do rio Tiquié”:

Tivemos a orientação de uma freira de Pari-Cachoeira que fez uma associação que trabalhavam os homens e as mulheres (Associação Animadora cristã) [...] sempre ligado a igreja. Na época, toda quinta íamos fazer roça derrubar, roçar, queimar, desgallar para fazer fogo e depois de queimado todo mundo fazia plantação [...] não era só de uma pessoa agora era comunitária. Através da associação foi feito um pequeno projeto de um barco então com esse barco começamos a vender farinha, frutas em São Gabriel dava bastante dinheiro assim lá a gente começou a ter sabão, querosene, fósforo, agulha, linha, pilha... mesmo tecidos para comprar naquela época dinheiro a gente não via, [...] o trabalho estava dando certo mas a gente tinha que pensar não só em Pari-Cachoeira, mas em toda

região do rio Tiqué. (Depoimento de liderança indígena Tukano cedido em julho de 2013).

O apoio da Igreja Católica, nesse sentido, foi preponderante no processo de institucionalização do movimento indígena, especialmente, por viabilizar os delineamentos iniciais para a construção das redes de interlocuções (entre as comunidades indígenas entre si, e destas com outros agentes sociais indígenas e não indígenas), que, posteriormente, foram ampliadas, alcançando com o tempo e com os novos acontecimentos, as dimensões que possuem hoje.

É válido frisar que foram os membros dessas associações pioneiras na região do alto rio Negro os responsáveis pela realização das primeiras assembleias indígenas, um marco na mobilização do movimento indígena do rio Negro e do “fenômeno associativo indígena” formado a partir de então. Dá-se destaque às duas primeiras assembleias em virtude dos significados e dos impactos gerados a partir da realização das mesmas.

*A I Assembleia Geral Indígena do Alto Rio Negro* aconteceu em abril de 1984 na cidade de São Gabriel da Cachoeira, na sede da FUNAI, com a participação de 66 lideranças indígenas do alto rio Negro, e teve como objetivo “dar suporte às comunidades para que se organizassem na luta por seus direitos coletivos, até então desrespeitados pelos não índios” (FOIRN, 2014, p.1). Essa assembleia resultou da mobilização das bases (das comunidades indígenas), onde ela foi gestada e as discussões e encaminhamentos vinham se processando.

*A II Assembleia Geral Indígena do Alto Rio Negro*, também, foi realizada na cidade de São Gabriel da Cachoeira em abril de 1987, e mobilizou um número bem maior de participantes. Ela reuniu 450 lideranças indígenas que, durante as discussões, definiram a criação da FOIRN. Nessa assembleia, um dos temas prioritários foi a demarcação das terras indígenas em áreas contínuas e a retirada dos garimpos instalados na região. Estando assim dispostos os assuntos em pauta:

Necessidade de demarcação das Terras Indígenas em área contínua;  
Criação da Organização dos Povos Indígenas;  
Conscientização dos direitos indígenas de política social, econômica, saúde, educação, valorização das culturas tradicional, implantação e gerenciamento de tecnologia de produção agrosilvipastoris, da exportação sustentável dos recursos naturais renováveis, de minerais e de proteção do meio ambiente onde atuam;  
O cultivo, a extração, a exploração e coleta de bens naturais renováveis nas atividades agrícolas, pecuárias, silvícolas e piscícolas;

Promover a extração, a lavra, a lapidação e comercialização de minérios;  
Apoio técnico e financeiro às atividades comunitárias, de acordo com os planos de ação elaborados com finalidade de assegurar as melhores condições possíveis de rentabilidade, qualidade e produtividade;  
Promover e/ou realizar a industrialização dos bens produzidos para estimular o aumento da mão de obra e rentabilidade das comunidades;  
Comprar os bens produzidos e/ou industrializados pelas comunidades e terceiros, e comercializá-la no mercado nacional e internacional, assegurando o escoamento da produção e a rentabilidade das comunidades;  
Promover e viabilizar juntos as comunidades, atividades de lazer integrado que contribuem para o bem estar social e melhoria das condições de vida dos comunitários;  
Promover e viabilizar ações concretas juntas as entidades financeiras e governamentais para satisfazer as necessidades de habitação e infraestrutura das comunidades;  
Promover e viabilizar a valorização, o resgate e a revitalização da cultura tradicional, através de difusão das atividades culturais a nível nacional e internacional;  
Promover o intercâmbio cultural, cooperação técnica e econômico-financeira entre as entidades governamentais e não governamentais nacionais e internacionais.  
Promover as atividades agropecuárias, silvipastoris, piscicultura, avicultura, e viabilização e exportação econômica de recurso natural renovável e não renováveis existentes em Terra Indígenas da região, sobretudo no subsolo (recurso minerais), dependerão de “variantes de vocação regional agropecuária ou extrativista”. (FOIRN, 2012, p. 6).

Muitos desses assuntos presentes na pauta da II Assembleia continuam fazendo parte das atuais discussões do movimento indígena do rio Negro, a exemplo da demarcação das TI e da cobrança de políticas públicas para atender às suas necessidades: melhorias na saúde, educação, infraestrutura, geração de renda, e outros. Portanto, continuam compondo o rol de reivindicação em andamento, sendo constantemente analisadas e revisadas, muitas delas embasaram a elaboração do PRDIS e estão presentes nos planejamentos estratégicos da FOIRN, inclusive no atual.

Chama-se a atenção ainda para o fato das duas assembleias serem designadas de *I e II Assembleia Geral Indígena do alto rio Negro*. Portanto, sinalizam a região onde se iniciaram as discussões e onde se criaram as primeiras associações indígenas, podendo ser vistas com os pilares de um movimento que foi se ampliando e ganhando escopo com o tempo. Em outras palavras, é a partir dessa mobilização no Alto Rio Negro, que são germinados os ideais de um movimento indígena local, com propositura de diálogo transnacional.

A institucionalização do movimento indígena do rio Negro, por meio da criação das associações, faz parte dessa ampliação. Pelos relatos das lideranças,

nota-se que elas não se limitaram à realização de atividades cooperativas objetivando à geração de renda para acessar os produtos de fora – roupas, remédios, alimentos industrializados, dentre outros. Elas deram início à prática dos fóruns, espaços de discussão, reivindicação, deliberação e articulação política – os espaços das assembleias indígenas.

As assembleias eram realizadas (e ainda são) para reunir os representantes dos povos indígenas para discutir as “coisas de fora” (não indígena), as coisas das comunidades e as interfaces entre estas, uma ferramenta importante para o diálogo intercultural, pode-se dizer que elas se consolidaram nesses diálogos, pois foram introduzidas nas comunidades pelo CIMI, sendo que estas lhes deu um formato próprio, especificamente o de ser o espaço da interculturalidade.

Nas assembleias indígenas são fortalecidas as articulações políticas, nelas, as lideranças mediam consensos e dissensos e, sobretudo, projetam o futuro almejado para o rio Negro. Segundo as lideranças entrevistadas, a diversidade de opiniões não os impediu, de encontrar no que é singular a cada um, aquilo que poderia beneficiar a todos, fato ocorrido no momento em que se uniram por um objetivo comum (a demarcação da TI), sendo que todos os acontecimentos e/ou decisões importantes para os povos indígenas aconteceram/acontecem durante as assembleias.

Essas lideranças afirmam que, no contexto atual, é uma postura recorrente o diálogo e a negociação, um exercício herdado com a prática das assembleias, assim “quando há um assunto que afeta a todos, apesar das divergências, conseguimos sentar e decidir pelo bem da coletividade” (depoimento cedido pelo diretor da FOIRN em 2014). De acordo com essa liderança, trata-se de uma característica específica ao movimento indígena do rio Negro, algo que os diferenciam dos não indígenas.

Como afirmado, a mobilização das lideranças indígenas decorre na criação da FOIRN e na demarcação das TI. Uma liderança avalia como um dos méritos do movimento indígena o fato de terem a demarcação das TI em territórios contínuos, fruto de negociações e diálogos, por meio dos quais, conseguiram mediar os conflitos e as divergências de interesses particulares, fazendo prevalecer uma proposta que beneficiou os povos, e não os interesses de outros agentes sociais que estavam na região e desejavam o formato de colônias, pois assim, desarticulariam os povos indígenas.

Os entrevistados, ao falarem sobre essa experiência, manifestam, com orgulho, o feito de terem conseguido unir os representantes dos povos da região e defenderem algo que beneficiaria um interesse coletivo, não apenas grupos isolados. Fato que aconteceu na II Assembleia, quando reuniram os 450 representantes dos povos indígenas no ginásio da Diocese do colégio São Gabriel da Cachoeira para discutirem os problemas que os afetavam naquele momento e colocavam em risco o seu futuro.

Um dos diretores da FOIRN (gestão 2013-2016) enfatizou que, em função de um interesse comum, “povos que tradicionalmente guerreavam, se uniram e decidiram pela demarcação das TI de forma contínua, ao invés de colônias como queriam alguns indígenas influenciados pelos militares”.

As falas das lideranças evidenciam a existência de uma articulação entre as comunidades, que se movimentam em prol de objetivos e demandas que lhes são comuns e que são frutos de trajetórias também comuns que se forjaram nos contextos históricos por eles vivenciados. Algo para além de uma articulação de grupos restritos às associações que foram instituídas.

Nesse sentido, concebe-se o movimento indígena do rio Negro como composto por vários “movimentos”, pois não está restrito à FOIRN e às associações indígenas a ela filiadas. Ele é maior, está nas comunidades, na forma como elas se organizam e se articulam entre si para alcançarem seus objetivos. Há, portanto, “movimentos indígenas”, processados dialeticamente no âmbito da dinâmica cultural; por essa perspectiva são relevantes as assertivas de Rezende (2013, p.1), para o qual, o movimento indígena é um movimento cultural, pois representa “as dinâmicas culturais do rio Negro, particularmente do alto rio Negro, são os elementos que mobilizam, fazem circular e fluir os acontecimentos que marcam a vida cotidiana e projetam o futuro”, o autor explica que:

Quando eu coloco o tema ‘região do alto rio Negro em movimento’ quero mostrar que o dinamismo das culturas dos povos da região do alto rio Negro é muito maior que o denominado ‘movimento indígena’. Pois, o movimento indígena está situado dentro do dinamismo histórico da região do alto rio Negro, faz parte dele.

Nesse sentido, o movimento indígena do rio Negro é dinâmico e é plural. Ele se movimenta no tempo e com o tempo, contém as marcas da dinamicidade cultural

e das relações interétnicas do passado e do presente. No começo, era conduzido pelas lideranças do alto rio Negro que, ao conquistarem a demarcação das cinco TI, e, mediante suas articulações com os financiadores de seus projetos decidiram ser pertinente ampliar sua atuação, abrangendo o rio Negro como um todo.

Vários foram os acontecimentos que conduziram a essas mudanças, envolvendo um processo de dinamização das relações interétnicas pelas alianças estabelecidas, pelos acordos que transformam os assessores em parceiros. Enfim, por toda uma gama de fatos que marcaram a trajetória e o fortalecimento do movimento indígena do rio Negro.

### 3.2 ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS, REPRESENTATIVIDADE E A CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA NO RIO NEGRO

A institucionalização do movimento indígena, mediante a criação das associações indígenas, marca a passagem das reivindicações das questões territoriais e assistenciais, característicos de uma “etnicidade política”, para a atuação de instituições qualificadas para implementar projetos nas comunidades, viabilizados pelas parcerias com órgãos internacionais e nacionais, caracterizando uma nova fase, a da “etnicidade de resultados” (ALBERT, 2000, p.1).

No rio Negro, particularmente no Alto Rio Negro, ao longo dos anos verificou-se a intensificação do surgimento de associações indígenas formais, assunto já discutido por Albert (2000) e Peres (2003). Nesses estudos os autores mostram que da criação da primeira associação indígena, no final da década de 1970, até os anos 2000, elas continuavam a crescer, formando uma extensa malha associativa no rio Negro. Atualmente, estão filiadas à FOIRN 90 associações, localizadas na região do Alto, Médio e Baixo Rio Negro, sendo algumas sediadas nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos (FOIRN, 2012).

Peres (2013, p.21) aponta que essa é uma região onde o “movimento indígena e a política de identidade indígena mais cresceram, onde existe uma forte tendência de conquistas territoriais e que congrega uma maioria absoluta das associações indígenas existentes no Brasil”. No quadro 4, destacam-se as associações indígenas localizadas no rio Negro, filiadas à FOIRN e que estão localizadas na área de abrangência da Federação.

**QUADRO 4:** Identificação e localização das Associações Indígenas na área de abrangência da FOIRN (nas sub-regiões/coordenadorias do rio Negro)

SUB-REGIÕES COORDENADORIA	NOME DA ASSOCIAÇÃO
<b>1. COIDI – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê</b>	2 AEIDI - Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauaretê
	3 ATIDI- Associação dos educadores indígenas do Distrito de Iauaretê
	4 AMIDI - Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê
	5. AISPI - Associação Indígena de Saúde Pública de Iauaretê
	6. AILCTDI - Assoc. Indígena da Língua e Cultura Tariana do Distrito de Iauaretê
	7. APRIDI - Associação dos Produtores Rurais Indígenas do Distrito de Iauaretê
	8. APMCIESM - Ass. dos Pais e Mestres da Comunidade Indígena da Escola S. Miguel
	9. ASEKK - Associação da Escola Khumuno WuuKotiria
	10-CERCI - Centro de Estudos de Revitalização da Cultura Indígena
	11. OICI - Organização Indígena do Centro de Iauaretê
	12. UNIDI - União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê
	13. ACIRJA - Associação da comunidade indígena do Rio Japú
	14. ONIMRP - Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri
	15. ONIARP - Organização das Nações Indígenas do Alto Rio Papuri
	16. UNIRVA - União das Nações Indígenas do Rio Vaupés Acima
	17. AEITEP – Associação Da Escola EnÛYumãkine/PamuriMashã
	18. APAI – Associação dos Pescadores Artesanais de Iauaretê
	19. APMCEITI – Associação dos Pais e Mestres e Comunitários da Escola Indígena Tariana de Iauaretê
	20. ONIKARVA – Organização das nações Indígenas dos Kubeo do Alto Rio Uaupés
	21. APMC/Santa Maria – Associação de Pais e Mestres e Comunitários da Escola Santa Maria
<b>2. COITUA – Coordenadoria das Organizações Indígenas de Tiquié Rio Uaupés e Afluentes</b>	22. ACITRUT - Associação das Comunidades Indígenas de Taracú Rio Uaupés e Tiquié
	23. AMIRT - Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracú
	24. ATRIART - Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié
	25. OIBV - Organização Indígena de Bela Vista
	26. ACIRU - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari
	27. CIPAC - Comunidades Indígenas de Pari-Cachoeira
	28. OIDS - Organização Indígena para Desenvolvimento Sustentável
	29. AEITU - Associação da Escola Indígena Tuyuca Utapinozona
	30. AMIBV - Associação das Mulheres Indígenas de Bela Vista
	31. AMIPC - Associação das Mulheres Indígenas de Pari-Cachoeira
	32. AIMTT – Associação Indígenas da Medicina Tradicional de Taracú
	33. AMJIRU – Associação do Movimento de Jovens Indígenas do Rio Umari
	34. CITBRT - Comissão Indígena dos Trabalhadores do Baixo Rio Tiquié
	35. CIEDT - Coordenadoria Indígena de Esportes do Distrito de Taracú
	36. ACIMET - Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié
	37. AMIM - Associação das Mulheres Indígenas de Maracajá
	38. GTAT - Grupo de Trabalho Artesanal de Tantalita
	39. CPCMTU - Centro de Preservação Cultural e Medicina Tradicional dos Umukorimahsã
	40. 3TIIC – Três Tribos Indígenas de Igarapé Cucura
	41. AMIDPC – Associação das Mulheres Indígenas do Distrito Pari-Cachoeira

	42. APMC Associação Pais e Mestres e Comunitários da Escola Dom Pedro Massa de Pari-Cachoeira
	43. AEISCJT - Associação da Escola Indígena Sagrado Coração de Jesus de Taracua
	44. AEITYPP – Associação da Escola Indígena Tukano Yepá Piro Porá.
	45. AEITY – Associação Escola Indígena Tukana Yupuri
	46. AEITYM – Associação da Escola Indígena Tukano Ye´pamahsã
	47. AEITKAP- Associação das Escolas Indígenas Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã
	48. OAIMT – Organização Indígena Associada do Médio Tiquié
	49. ACIRC – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho
	50. CAPC – Cooperativa Agromineral de Pari-Cachoeira
<b>3. CABC – Coordenadoria das Associações Indígenas da Bacia do Içana</b>	51. OICAI - Organização Indígena dos Curipaco do Alto Içana
	52. OCIDAI - Org. das Comunidades Indígenas do Distrito de Assunção do Içana
	53. OIBI - Organização Indígena da Bacia do Rio Içana
	54. UNIB - União das Nações Indígenas Baniwa
	55. AIBRI - Associação Indígena do Baixo Rio Içana
	56. ABRIC - Associação dos Baniwa do Rio Içana e Cuiari
	57. ACIRA - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari
	58. UMIRA - Indígenas União das Mulheres do Rio Ayari
	59. CERIC - Cacique Escolar do Rio Içana e Cuiari
	60. ACEP - Associação do Conselho Escolar da Pamáali
	61. AAMI - Associação de Artesãos do Médio Içana
	62. AIPEEMPJ – Associação de Pais e Educadores da Escola Municipal Pastor Jaime
	63. APMIWARX– Associação de Pais e Mestres Indígenas Werekena do Alto Rio Xié
	64. APMEIT – Associação dos Pais e Mestres da Escola Indígena Tiradentes
<b>4. CAIBRN- Coordenadoria de Associações Indígenas do Baixo Rio Negro</b>	65. ACIBRN - Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro
	66. ACIMRN - Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
	67. AHKO IWI - Água e Terra
	68. AINBAL - Associação Indígena de Balaio
	69. ACIR - Associação das Comunidades Indígenas Ribeirinhas
	70. AIFP- Associação Indígena Floresta e Padauri
	71. AICAJ- Associação Indígena de Canafé e Jurubaxi
	72. AIBAD- Associação Indígena de Base Araca e Demeni
	73. ASIBA - Associação Indígena de Barcelos
	74. UMAI – União das Mulheres Indígenas Artesãs do Médio Rio Negro.
	75. AYRCA - Associação dos Yanomami do Rio Cauburis
	76. ACIEB – Associação das Comunidades Indígenas Escola Ba’ ssebó.
	77. ACIRP – Associação da Comunidade Indígena do Rio Preto
	78. AMIBAL – Associação das Mulheres Indígenas de Balaio
79. AACICC- Associação Cultural Indígena Casa de Conhecimento	
<b>5. CAIARNX – Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xie</b>	80. ACIRX - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié
	81. AIBARN - Associação Indígena Baré do Alto Rio Negro – João Garrido Melgueiro
	82. ACIRNE - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro
	83. OCIARN - Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
	84. ACIPK - Associação das Comunidades Indígenas de Potyro Kapuamo
	85. AIDCC - Associação Indígena de Desenvolvimento Comunitário de Cucuí
<b>6. ASSOCIAÇÕES URBANAS</b>	86. AAISARN – Associação dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro
	87. APIARN – Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro
	88. COPIARN – Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro
	89. AAPIRN – Associação Arte Poranga Indígena do Rio NEGRO
	90. ASSAI – Associação dos Artesões Indígenas

Fonte: FOIRN, 2012.

A maior parte dessas associações foram criadas pelas comunidades indígenas localizadas na região do Alto Rio Negro, enquanto uma pequena parcela encontra-se nas regiões do Médio e Baixo Rio Negro. Isso se explica pelo próprio contexto histórico, político e cultural em que foram criadas, já se destacou que o “fenômeno associativo” do rio Negro tem sua gênese na região do Alto Rio Negro, onde elas foram se formando e expandindo-se, ganhando essas proporções verificadas hoje, quando são computadas 90 associações agregadas à FOIRN.

Observa-se, no quadro 4, que elas estão reunidas nas cinco Coordenadorias, ou seja, organizadas conforme a sua localização territorial, cultural e linguística. Todas estão filiadas à FOIRN, tendo de forma direta ou indireta seus estatutos pautados no da Federação, com propósitos similares. A participação como membro das associações é aberta a comunidade, estando todos os membros da comunidade convidados a participar, com exceção das associações compostas por categorias como é o caso das assembleias de professores e agentes de saúde, restrita aos respectivos representantes dessas categorias.

O processo que define a participação dos associados nas instâncias fora das comunidades se dá por meio de eleições, realizadas nas assembleias regionais, durante as quais, são escolhidos os “delegados”, eleitos representantes legais das associações e das comunidades, eles farão parte do grupo de lideranças indígenas que participarão nas assembleias gerais da FOIRN e de sua estrutura política, quando convocados.

Nota-se que, em algumas das cinco sub-regiões, há maior concentração de associações, a COITUA, por exemplo possui 29; seguida da COIDI com 21; a CAIMBRN com 16; a CABC com 13 e a CAIARNIX com apenas 06 associações. Na área urbana, são identificadas 05 associações todas sediadas na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no alto rio Negro, onde o fenômeno associativo é forte e predominante em relação ao Médio e Baixo Rio Negro.

Outro ponto relevante acerca dessas associações refere-se à sua diversificação de categorias, podendo-se encontrar associações de mulheres, artesãos, cultura e língua indígena, saúde, associações de escola e professores, organização comunitária, produção rural e outras. Entretanto, todas com o mesmo

propósito: fortalecer os grupos que delas participam, ou seja, as identidades coletivas representativas do rio Negro.

Dentre essas associações, sobressaem-se as categorias de "organização comunitária", com 45 associações, seguida das "associações de professores/escola", com 20. Entende-se que, essas categorias predominam em função da própria essência do associativismo na região, centrado na organização política em busca da garantia de direitos e, na busca pelo diálogo intercultural, sendo imprescindível a ele a construção de uma escola diferenciada.

Quando as primeiras associações foram criadas, a organização comunitária era uma espécie de condição necessária à participação das lideranças indígenas nas instâncias de discussão e deliberação sobre as terras indígenas. Com o passar do tempo elas agregaram outro fator, o da capacitação para elaborar e executar projetos de alternativas econômicas, contudo, seu papel inicial permanece.

As associações no âmbito da educação escolar indígena, a exemplo das associações de professores e as de pais e mestres, configuram as identidades coletivas representativas do sistema de formação escolar que se fundamenta na importância dos saberes tradicionais, na valorização da cultura e na identidade étnica da região. Essas associações são muito coesas e têm trazido inúmeras contribuições para o ensino formal nas comunidades, criando espaços para a educação intercultural.

Ao analisar essas associações, deve-se, a priori, entender e apreender o que caracteriza uma liderança indígena do rio Negro e os atributos necessários para tornar-se uma. É preciso esclarecer que há vários tipos, existindo uma espécie de "classificação" feita pelos membros do movimento, cujo propósito é o de marcar o lugar das lideranças indígenas pertencente ao movimento da região. Ao fazerem essa diferenciação, caracterizam e distinguem as "lideranças indígenas políticas", que compõem o movimento indígena do rio Negro, das "lideranças indígenas tradicionais".

As "lideranças indígenas políticas" nasceram no âmbito das lutas sociais por direitos; revestem-se de um posicionamento político ideológico característico ao movimento indígena; a força de suas atuações está nas relações interétnicas que se dão fora das comunidades, particularmente nas instâncias do Estado brasileiro. Portanto, um tipo de liderança que surge com o movimento indígena, tendo como papel central o de "representante" dos povos indígenas, indicados e legitimados

pelas comunidades e associações indígenas que os elegem para atuarem nas relações interétnicas e na busca pela garantia dos direitos (ORTOLAN MATOS, 2006).

Outra característica marcante é o tipo de poder que exercem, sustentado na luta por direitos coletivos e pela ação em favor de uma coletividade. Em termos gerais, apresenta-se como uma categoria genérica – “liderança indígena política”, entretanto, assume identidade própria ao vincular-se aos agentes sociais e ao lugar que os legitima, tornando-se uma identidade referendada: “liderança indígena do rio Negro”.

O *locus* onde nascem as lideranças indígenas políticas é, em essência, o movimento indígena, nele elas ganharam a visibilidade e o reconhecimento por sua atuação política a favor dos povos indígenas. Hoje, essas lideranças atuam, sobretudo, nas associações formais caracterizadas como os espaços construídos pelas comunidades para tratarem e resolverem os problemas com os quais têm convivido. Nesses espaços, os problemas são apresentados, os agentes sociais, solicitados a refletirem e a encaminharem ações de melhorias aos problemas vivenciados. Um mecanismo que tem como base o imperativo da participação.

Para as lideranças indígenas do rio Negro, particularmente as que atuam diretamente na FOIRN, ser uma “liderança indígena política” é algo que se constrói com o tempo e com as lutas. Em outras palavras, com o envolvimento nas questões que atingem os povos indígenas; por meio de aprendizado contínuo adquirido no contato com outras lideranças; com as experiências individuais e com as coletivas, e, sobretudo, com o compartilhamento de experiências.

É um processo que envolve preparo/qualificação, pois um dos papéis centrais desse tipo de liderança é o de ser “mediador das relações interétnicas”. Ortolan Matos (2006) ressalta que, para exercer a função de mediador, é preciso que haja legitimidade, as lideranças devem estar autorizadas a falar em nome da comunidade, pois não bastam só as suas habilidades de mediador - ter desenvoltura para lidar com as questões não indígenas; dominar alguns elementos como a fala, a escrita, os aparatos tecnológicos e outros. Precisa ser um “tradutor político” e, para tanto, necessita da aprovação de seus pares.

No rio Negro, as observações feitas pela autora são perceptíveis, pois, nos discursos das lideranças, há uma ênfase constante sobre seus atributos de “lideranças indígenas políticas” indicadas pelas bases. Portanto, legitimadas por elas

e com poder para representá-las nas diversas instâncias de negociação fora das comunidades e serem, assim, as suas vozes. Ao assumir um cargo dentro da FOIRN, a liderança passa a ter uma representatividade ainda maior, pois ela se amplia a “todos os povos” do rio Negro, não mais a sua comunidade e/ou às comunidades pertencentes à associação indígena a que ele faz parte:

Uma liderança política deve ter uma visão mais geral, sair dessa questão de olhar só pro seu grupo, sua região [...]. Nós temos uma estratégia para beneficiar todas, e essa é a ideia que nós estamos querendo. Nós somos uma diretoria política que trabalha coletivamente, é essa a visibilidade que queremos passar. (Depoimento de liderança Baniwa, atual diretor da FOIRN, cedido em fevereiro de 2014).

No processo de legitimação das lideranças políticas, as assembleias indígenas assumem papel preponderante, pois elas são os fóruns, os espaços nos quais são tratados os assuntos que dizem respeito aos povos e aos seus interesses comuns; nelas, são feitos os encaminhamentos, e são tomadas as decisões, como a de escolher/eleger as lideranças para representarem as comunidades, ou seja, decidirem acerca daqueles que irão fazer o diálogo interétnico.

É pertinente enfatizar que, no sistema político, originado do movimento indígena e do associativismo indígena do rio Negro, não se reconhece um líder geral, para representar todos os povos do rio Negro, conforme explicam as lideranças políticas. A representatividade é construída considerando as questões culturais e as territorialidades, por isso atualmente, na FOIRN, são escolhidos cinco diretores para representar os povos que vivem nas cinco sub-regiões, uma estratégia para garantir a representatividade entre os 23 povos.

De acordo com a explicação obtida de uma liderança, no sistema tradicional, também não existe um chefe absoluto, pois, o mesmo opera em nível de clã, é reconhecido pelo grupo e exerce poder sobre o uso de um determinado território, sendo a hierarquia entre os clãs que estabelece as regras a serem seguidas. Da mesma forma não existe um território contínuo de um mesmo grupo étnico, os clãs Tukano, por exemplo, estão espalhados em diversos pontos da bacia do Uaupés, não existindo um território que todos possam identificar como sendo um território dos Tukano, mas, sim, os territórios de cada clã.

Essa singularidade constitui-se no âmago das questões referentes ao sistema político na região do Uaupés (FOIRN, 2013). No contexto atual, em virtude das

novas dinâmicas, verifica-se o agrupamento em torno de uma associação para resolver questões pertinentes a uma área comum, surgindo assim, uma "chefia"/liderança regional, uma vez que uma associação congrega vários clãs de diversos grupos linguísticos de uma mesma área (rio) de um mesmo território.

Portanto, tal conjuntura explica o fato dos nomes das associações referendarem rios, como exemplo, pode-se citar a "União das comunidades Indígenas do rio Tiquié" ou "Associação das Comunidades Indígenas do rio Castanho". Essas associações, comportam o "modelo" político instituído a partir do fortalecimento do movimento indígena, de modo atingir uma abrangência regional sem, no entanto, interferir na organização própria de cada clã.

Ao definirem o que é uma liderança indígena política, os membros do movimento do rio Negro se empenham em esclarecer que se trata de um tipo diferente das "lideranças tradicionais" como os caciques ou chefes de povos, clãs, fratrias ou sibs. As lideranças tradicionais "exercem a função de representar, coordenar, articular e defender os interesses dos sibs, dos clãs, das fratrias e do povo como uma responsabilidade herdada dos pais a partir das dinâmicas sociais vigentes" (LUCIANO, 2006, p.23).

Uma das características comuns entre as lideranças tradicionais e as lideranças políticas é a dinamicidade de suas ações, seja para reinterpretar as tradições, seja para ressignificar os acontecimentos processados no interior das relações interétnicas. Foi assim no passado, no início da colonização até o momento atual, quando as "novas lideranças" empreendem ações para a proteção dos territórios e da identidade étnica.

Ressalta-se que as discussões sobre tradição que melhor se ajustam as abordagens feitas na tese são as levantadas por Hobsbawn (2012, p.8) acerca da "invenção da tradição", pois o autor propõe a ruptura do postulado nas noções de "continuidade, repetição, costume e transmissão de geração em geração". É possível considerar a ressignificação desse conceito que passa a ser descontínuo e independente de tempo linear e de "história", configurando-se, portanto, em uma "tradição inventada" que pode ser definida como:

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.

Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBBSAWN, 2012, p.8).

As lideranças que fazem parte do movimento indígena do rio Negro tem clara percepção de que as culturas não são estáticas e isto é visível nas suas ações, pois observa-se uma constante dinâmica que movimenta tanto essas ações como as relações estabelecidas. A abertura ao diálogo e a perspectiva da interculturalidade como premissa em suas propostas de gestão dos territórios são exemplos da forma dinâmica de perceber a cultura. Entendem que a interculturalidade é um instrumento que pode fortalecer seus saberes, pois o diálogo é a via pela qual os saberes indígenas podem ser projetados e fortalecidos.

Em relação ao desempenho das lideranças dentro do movimento indígena do rio Negro, observa-se uma posição de autocrítica. Pois, de um modo geral, as lideranças avaliam suas trajetórias individuais e coletivas, apontando os pontos positivos e os negativos do movimento e das associações que ajudaram a estruturar. Mesmo a Federação (instância central da organização sócio-político-cultural) não é isenta dessa reflexão e avaliação sobre a sua práxis. A ela, também, são tecidas críticas e cobranças quanto ao seu papel que foi instituído coletivamente.

Ao analisarem suas ações, enquanto membros do movimento indígena e das associações representativa dos povos, expõem suas percepções também sobre o outro (o Estado) e aquilo em que é falho. Para uma liderança do rio Içana, “as associações são atuantes, reivindicam, cobram, se mobilizam, fazem projetos. Mas o poder público não faz a sua parte, por isso está do jeito que está”. Ao tecerem essa crítica ao Estado, evidenciam as suas conquistadas, fruto das ações coletivas e que imprimem as marcas do protagonismo indígena. Nas palavras da liderança:

professores e comunidades locais se mobilizam através de seminários, assembleias discutindo sobre as necessidades sociais e das comunidades escolares, criaram roça comunitária, piscicultura familiar, avicultura comunitária, isso sem ajuda de custo dos órgãos municipais. (Depoimento de liderança indígena Baniwa cedido em julho de 2013).

Nesse relato, fica comprovado que diante dos problemas decorrentes da carência de ação por parte do Estado brasileiro na região, as comunidades buscam por si próprias (como sempre fizeram) suprir suas dificuldades, sendo as práticas coletivas o mecanismo principal para a resolução e/ou minimização de seus

problemas. Culturalmente é assim que os povos indígenas lidam com os acontecimentos cotidianos, ou seja, com práticas coletivas. Contudo, hoje, em muitas comunidades, as modificações ocasionadas pelo contato com o não indígena colocam como necessárias a elaboração e aplicação de políticas públicas, especialmente na área de saúde e alternativas econômicas.

Em termos gerais, as ações coletivas envolvem consultas às comunidades, reuniões e assembleias com a participação das “velhas” e das “novas” lideranças, nelas, são discutidos os problemas e as estratégias que entendem como as mais viáveis e, assim, são feitos os encaminhamentos e as articulações consideradas necessárias. É essa dinâmica organizativa que tem mobilizado reivindicações e ações em torno da gestão do território no alto rio Negro.

### 3.3 DE AGENTES SOCIAIS NA LUTA POR DIREITOS A GESTORES DE PROJETOS PAUTADOS NAS NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE ETNODESENVOLVIMENTO

Para compreender a participação das lideranças indígenas na gestão territorial e ambiental das TI do rio Negro atualmente, é necessário ter acesso aos processos pelos quais passaram, por meio dos quais foram se remodelando e definindo os papéis a serem desempenhados. Algo que se deu, como já foi frisado, mediante um constante processo de dinâmizações propiciadas pelas relações interétnicas.

Desde a criação das associações indígenas até o presente momento, observam-se alguns acontecimentos que sinalizam os caminhos percorridos e as projeções desejadas. Nesse sentido, o papel inicial circunscrito nas ações/mobilizações reivindicatória pelo direito a terra, ao papel de gestor de projetos financiados por instituições estrangeiras, bem como a ocupação de cargos de públicos, são partes constituintes de um processo em curso e sinalizam as mudanças que são contínuas e processuais.

Estes papéis foram se conectando aos fatos e à práxis das lideranças na militância do movimento indígena. Assim, ao papel inicial, foram acrescentados outros, sendo que um papel não deixou de existir, dando lugar ao novo, pois eles passam a coexistir. Isto pode ser notado em relação à participação das lideranças como

gestoras de projetos pautados na noção de etnodesenvolvimento e na de desenvolvimento sustentável, fato que não anulou os demais papéis.

Nas últimas décadas, o papel de gestor de projetos ganhou destaque em função da nova conjuntura sociocultural e econômica oriunda das relações interétnicas. Elaborar e gerir um projeto, no entanto, requer qualificação e uma linguagem específica, exigindo a apropriação dos discursos e das práticas imbuídas nas duas noções. Contudo, o papel das lideranças como agentes sociais na luta pela garantia de direitos permanece e se reafirma nos novos papéis.

Para alguns autores (ALBERT, 2000; PERES, 2003; LUCIANO, 2006), a qualificação das lideranças para atuarem nesse tipo de projeto surgiu com as novas demandas simbólicas e materiais dos povos indígenas da região. As propostas apresentadas pelos projetos pautados nas noções de desenvolvimento sustentável e de etnodesenvolvimento mostraram compatíveis com as novas realidades observadas nas comunidades e, assim, passaram a ser as alternativas econômicas sustentáveis que poderiam ser levadas para as comunidades em atendimento às suas necessidades.

Roberto de Paula (2008) discute a inserção das associações indígenas no que ele define como “mercado de projetos”. Segundo as análises dele, existe hoje diversificadas formas de acessar recursos financeiros, dentre eles os convênios e editais, advindos das iniciativas governamentais, do terceiro setor, de bancos e Igrejas, compondo uma rede de financiamento dentro e fora do país. Uma constatação importante feita pelo autor refere-se à dificuldade em acessar os dados sobre esses projetos, pois elas são muito dispersas, quando não quase impossíveis de serem acessadas, principalmente aqueles financiados e acompanhados pela cooperação internacional.

De fato, isso foi comprovado durante o levantamento de dados sobre os projetos de alternativas econômicas implementados na região do rio Negro, encontrando-se dificuldade para sistematizar as informações, somente no site do ISA, estão reunidas algumas delas, ainda assim, de forma simplificada. Essa constatação aponta a necessidade da realização de pesquisas nesse campo, de modo a contribuir com as discussões envolvendo a participação das lideranças indígenas nesses projetos, e ainda os impactos positivos e negativos destes para as comunidades onde estão sendo implementados.

Convém, ainda, uma análise sobre o desempenho das lideranças e de suas associações indígenas no campo da elaboração desses projetos, com vistas a contextualizar as dinâmicas interétnicas e as reelaborações que as lideranças fazem dos projetos e das noções nas quais eles se fundamentam, uma vez que há não só uma apropriação, mas também uma ressignificação dos mesmos. Pois eles passam a ser utilizados como ferramentas para implementarem em suas comunidades os projetos avaliados como importantes para a manutenção de suas culturas e a proteção de seus territórios.

Em muitos casos, essas estratégias adotadas pelas lideranças são resultantes de suas tentativas de reverter os problemas enfrentados por povos indígenas, e que foram originados do modelo de desenvolvimento vigente, gerador de impactos negativos às culturas indígenas, fato que decorre na apropriação nos “discursos e práticas ambientalistas”, traduzidos em elaboração de modelos de desenvolvimento apresentados como alternativos ao capitalista.

Nesse processo de elaboração de projetos alternativos, as lideranças têm como principais parceiros as instituições do terceiro setor com trabalho no campo do ambientalismo. De modo geral, são esses agentes sociais externos que os auxiliam/assessoram na formulação e na implementação de projetos pautados nas noções de etnodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável e que são levados para as comunidades. Em suma, são eles que preparam as lideranças para serem os representantes qualificados para operarem como especialistas em elaboração de projetos cunhados nas perspectivas dessas noções.

A noção de etnodesenvolvimento, no âmbito latino-americano, surge a partir da ação de movimentos internacionais de defesa dos direitos dos povos indígenas e do meio ambiente, considerados como as principais vítimas dos modelos desenvolvimentistas. Lima et al (2003) assinalam que a mobilização desses movimentos tiveram, na Reunião de Barbados, em 1971, e depois na Reunião de Peritos sobre Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina, em 1981, espaços importantes, pois estas permitiram a formulação de propostas com vistas a um “desenvolvimento alternativo”, próprio aos povos indígenas, a saber, o etnodesenvolvimento.

Um dos precursores e formuladores desse tipo de proposta foi Rodolfo Stavenhagen (1985), para o qual a implementação de programas e projetos, segundo a perspectiva do etnodesenvolvimento, exige uma revisão das políticas

governamentais indigenistas a ser feita pela maioria dos Estados nacionais, em virtude de elas estarem pautadas em modelos assistencialistas.

No campo das discussões sobre o etnodesenvolvimento na América Latina, são preponderantes as contribuições de Bonfil Batalla (1982), que coloca as comunidades locais como protagonistas e gestoras de seu próprio desenvolvimento. Para o autor, o que diferencia o etnodesenvolvimento do Indigenismo participativo é o fato de o primeiro se definir como uma política *com* os povos indígenas e não *para* os povos indígenas. Pondera que, no etnodesenvolvimento, não é suficiente apenas a criação de processos de inclusão e participação dos povos, de modo a fazer valer suas opiniões, aspirações e interesses. Pois, é imprescindível que os povos indígenas decidam sobre o seu destino, tenham o comando sobre ele e criem os caminhos que lhes forem mais favoráveis.

Estão explícitos na proposta de etnodesenvolvimento, o surgimento e o fortalecimento de “inovações institucionais” no contexto indígena, ou seja, a formalização das organizações e associações indígenas, bem como a participação destas nos processos políticos de tomada de decisão. Isto marca o protagonismo indígena, ou seja, a passagem da condição de tutelados a donos de seus projetos de futuro, ideais incorporados ao movimento indígena a partir de então.

A incorporação desses ideais por parte das lideranças se deu pela participação destes em reuniões, seminários e demais eventos realizados em nível nacional e internacional. Vale ressaltar que as lideranças do rio Negro sofreram essas influências, pois também tiveram seus representantes presentes nesses eventos. Com o passar dos anos também foram influenciados pelas agências financiadoras de seus projetos, pois estas possuem atuação no ambientalismo, a exemplo da Aliança pelo Clima, instituição que ainda hoje apoia projetos da FOIRN.

Há consenso entre os teóricos que analisam a participação das lideranças indígenas na elaboração e implementação de projetos pautados na noção de desenvolvimento sustentável, a respeito de uma necessária reflexão sobre essa participação. Pimenta (2010, p.97) observa que é preciso analisar o “lugar dos povos indígenas na cena amazônica contemporânea do desenvolvimento sustentável”, considerando-se que podem existir lugares diversos, dependendo das relações sociais que as lideranças estabelecem com o universo não indígena.

No caso específico do povo Ashaninka, o autor aponta que, para estes, a “ideologia” do desenvolvimento sustentável lhes “permite encontrar uma maior

audiência e dar mais peso às suas reivindicações políticas e culturais” (PIMENTA, 2010, p. 98). Uma posição que teria sido adotada como uma estratégia para chamar a atenção para os problemas que vivenciavam. Estes povos ao incorporarem o discurso ambientalista mudam o cenário de suas lutas, algo comum aos demais povos da Amazônia:

os índios da Amazônia alcançaram uma visibilidade inédita e encontraram novas modalidades de ação para concretizar suas reivindicações político-culturais. Ao manipularem símbolos, índios e ambientalistas criaram um novo espaço político de alianças interculturais que se traduziram em resultados surpreendentes: demarcação de Terra Indígena, criação de unidades de conservação, de reservas extrativistas, de parques nacionais etc. (PIMENTA, 2010, p. 107).

O autor assinala que, apesar de estar ligada ao ocidente, a “ideologia” do desenvolvimento sustentável não deve ser considerada incompatível com os povos indígenas, pois, em muitos casos, geram, de fato, melhorias nos locais onde são incorporadas, criando espaços políticos e alianças interculturais que se traduzem em resultados positivos. Contudo, deve-se ter claro que os povos indígenas possuem concepções sobre a natureza e sobre a relação homem-natureza bem diferentes das observadas entre os não indígenas. Nesse sentido, embora utilizem uma categoria não indígena (desenvolvimento sustentável), os princípios de suas ações têm motivações diferentes, pois estão pautados em perspectivas materiais, espirituais e simbólicas.

Albert (2002, p. 241) enfatiza que o “discurso ambientalista”, incorporado ao discurso político dos povos indígenas nos anos de 1990, marca o momento em que se inicia o processo de “ecologização do discurso indígena” que:

incorporou categorias ‘brancas’ da etnificação, como ‘território’, ‘cultura’ e ‘meio ambiente’, tendo sido catalisado pela retórica indigenista da Igreja e de organizações não governamentais num momento em que as lutas dos povos indígenas tiveram lugar na mídia mundial e o ambientalismo sensibilizava os países industrializados.

O autor acrescenta que não se trata de uma manipulação dos indígenas por agentes indigenistas e ambientalistas, mas de um “processo político-cultural de adaptação criativa que gera as condições de possibilidade de um campo de negociação interétnica, em que o discurso colonial possa ser contornado ou

subvertido” (ALBERT, 2002, p.260). Essas observações são feitas tendo como referência a análise do discurso político-cultural do líder Yanomami Davi Kopenawa. Para o autor:

o discurso ambientalista, longe de ser uma mera retórica de circunstância, passou a ser o meio de simbolização intercultural adequado à expressão e à validação de uma visão do mundo e de um projeto Yanomami na cena nacional e internacional. Davi observa o discurso ambientalista das ONGs com grande interesse, mas sem complacência. Vê nele um dispositivo de tradução cultural estratégico para construir a história presente de seu povo.

Davi Kopenawa ganhou projeção internacional ao denunciar as atrocidades cometidas ao povo Yanomami, resultantes da invasão de garimpeiros em suas terras. A exploração de minerais nos garimpos segue a lógica do paradigma ocidental de desenvolvimento e de riqueza, incompatíveis com as orientações cosmológicas intrínsecas à vida dos povos indígenas. O discurso ambientalista, por sua vez, pressupõe outro paradigma na relação homem-natureza, gerando meios para fortalecer o combate ao modelo vigente. Nesse sentido, a adoção do discurso ambientalista assumido pela liderança Yanomami mostrou-se um meio eficaz para frear o processo destrutivo observado em suas aldeias.

A luta em defesa da floresta e dos Yanomami, enquanto “povos da floresta”, é um recurso em voga e amplamente utilizado no contexto atual. Em meio a avanços e conquistas, a exemplo da demarcação da TI Raposa Serra do Sol, a batalha persiste, pois os problemas também persistem. Mas foram e são minimizados, particularmente, pelo discurso ambientalista que passou a ser utilizado por Davi Kopenawa, que mobiliza muitos adeptos e, assim, propicia a força que dá eco a sua voz e às reivindicações coletivas, resultando em ganhos significativos (ALBERT, 2002).

Não se trata só da adoção de um discurso, mas da incorporação de práticas, no caso, a implementação de projetos pautados nas noções em foco que propõem modelos alternativos de desenvolvimento. Pois o contato e/ou confronto com os não indígenas acarretou problemas ambientais e pôs em risco as culturas indígenas. Para Lima (2010, p. 23), os povos indígenas no Brasil contemporâneo “lutam por obter capacidades de outra natureza, a que possam recorrer para além de seus conhecimentos próprios no enfrentamento de realidades geradas por outro patamar de dependência”. O autor chama a atenção para os problemas existentes nas terras

e comunidades indígenas, as quais carecem de novas estratégias de ação, de modo a solucioná-los, e, ainda, possam atender às demandas geradas pelo processo histórico de contato com os não indígenas.

Esses fatos explicam a procura dos povos indígenas por parcerias que os ajudem a implementar esses projetos e também buscam por cursos de capacitação e, mesmo, formação universitária em áreas específicas entendidas por estes como meios viáveis à resolução de seus problemas. Essa procura por outros conhecimentos não se dá em substituição dos seus; ao contrário, são vistos como acréscimos que possam vir a propiciar as melhorias que almejam.

Ao analisar a mobilização das lideranças indígenas do Alto Rio Negro, particularmente a empreendida pelos representantes do povo Baniwa, por esses ideais, Luciano coloca que a busca por alternativas que promovam melhorias em suas comunidades, tanto via etnodesenvolvimento quanto via desenvolvimento sustentável, “não se restringe ao plano da economicidade, pois abrange as subjetividades que se manifestam no reconhecimento do valor da existência dos povos” (LUCIANO, 2006, p. 71).

O autor assinala que os programas e projetos pautados nessas noções representam, para os povos indígenas, uma possibilidade de saírem da invisibilidade imposta pelo processo colonial e pós-colonial. Por meio de propostas dessa natureza, podem tratar de questões como: direito a terra, à saúde, à educação e à autossustentação. Elas podem também serem vistas como parte de suas estratégias de apropriação dos instrumentos de poder da sociedade ocidental a favor de seus interesses presentes e futuros.

Portanto, essa seria uma forma de ampliarem o domínio e a apropriação dos instrumentos estratégicos de poder e também de aproveitarem as possibilidades e as oportunidades oferecidas por meio desses projetos, sabendo identificar os benefícios a eles oferecidos e os malefícios que possam acometer as comunidades.

Em tese, essa é uma perspectiva que pode atender aos interesses e às reivindicações políticas dos povos indígenas, assim como propiciar o reconhecimento da autonomia destes nas decisões que afetam a sua vida, promover a defesa dos seus territórios e da cultura (valorização das línguas, respeito às formas próprias de organização social, sistemas de manejo, sistemas educacionais e outros).

Trata-se de uma realidade percebida no rio Negro, onde o movimento indígena é de atuação transnacional e transfronteiriça, e que hoje incorpora essas estratégias. Faz parte do atual papel das lideranças indígenas elaborar e implementar nas comunidades projetos pautados nas noções de etnodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável, uma prática que aumenta a credibilidade entre seus pares por denotar a sua capacidade de articular "melhorias para as comunidades".

Desse modo, a adoção desse tipo de proposta pode garantir a autonomia na definição dos rumos de suas histórias e dos seus projetos de futuro. Eles entendem que a "autonomia não significar fazer só"; é necessário que o Estado brasileiro faça a sua parte implementando políticas públicas adequadas que suplantem o modelo atual, desfavorável aos povos indígenas, discurso recorrente entre as lideranças indígenas.

Os problemas observados nas comunidades e, em decorrência deles, as demandas dos povos indígenas do rio Negro fizeram com que as lideranças procurassem novos caminhos. Preparar-se e/ou qualificar-se via elaboração de projetos alternativos/sustentáveis foi um deles. Dominar a escrita, estar qualificado para escrever um projeto foi e continua sendo um meio para acessar recursos financeiros disponibilizados por financiadores nacionais e, principalmente, internacionais ligados à defesa do meio ambiente, dos povos indígenas e das populações tradicionais.

É notório que o movimento indígena do rio Negro, suas associações formais e sua Federação (a FOIRN) incorporaram esses projetos alternativos com a finalidade de manter a sustentabilidade de seus territórios, com as particularidades e peculiaridades próprias. Assim, a proposta indígena de gestão dos territórios indígenas tem sido costurada por meio da elaboração e implementação de propostas pautadas na noção de desenvolvimento sustentável, a exemplo do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS). Estas questões serão retomadas no quarto capítulo, dedicado às propostas das lideranças indígenas do rio Negro na gestão de seus territórios para o *bem viver*.

Nesse processo, deve-se também romper com a ideia de "isolamento". Hoje é essencial aos povos dialogar com o "mundo lá fora", pois esses diálogos fortalecem as suas lutas. Conforme o relato de uma liderança "ter um projeto sendo desenvolvido na comunidade é a garantia de mostrar a cultura, valorizar e de

mostrar que ela e nós existimos” (Depoimento de liderança indígena, membro da AMIRT, cedido em agosto de 2014).

Considerar essas perspectivas das lideranças é condição indispensável para compreender os significados dos projetos para as lideranças e para as comunidades. Durante as entrevistas com as lideranças, a maioria absoluta relatou o desejo de ter um projeto implementado em suas respectivas comunidades, alguns já passaram por essa experiência e continuam sua caminhada em busca de parcerias mediante as quais possam levar novos projetos para as comunidades. Essa busca se dá com a própria FOIRN, e também por meio de contatos com pesquisadores e/ou professores das Universidades.

Estas questões devem ser contextualizadas considerando às deficitárias políticas de Estado em vigor. A ausência de uma política condizente com a realidade sociocultural das comunidades, conduz as lideranças indígenas representativas dos povos, a buscarem e/ou construïrem outras alternativas de modo que sejam atendidos em suas necessidades materiais e simbólicas, sendo os projetos de alternativas econômicas sustentáveis (pautadas nas noções de desenvolvimento sustentável e de etnodesenvolvimento) muito bem vistos nesse processo.

#### 4. POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO E A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO RIO NEGRO

O presente capítulo aborda as discussões sobre as políticas instituídas pelo Estado brasileiro para os povos indígenas, situando-as nos diferentes contextos históricos do país, nos quais fundamentaram-se as primeiras políticas indigenistas e as atuais políticas caracterizadas como participativas.

Com o intuito de introduzir as discussões, faz-se inicialmente uma breve contextualização sobre a maneira como os povos indígenas foram vistos pelo Estado ao longo das décadas e os impactos negativos gerados, por se tratar de percepções etnocêntricas, colonialistas e desenvolvimentistas.

No percurso, centram-se as análises nas políticas públicas instituídas “*para*” os povos indígenas em contraponto às perspectivas dos povos em relação à construção de políticas públicas “*com a participação*” dos povos indígenas – condizentes com sua realidade sociocultural, ambiental e histórica.

Como um exemplo paradigmático da participação das lideranças indígenas na elaboração desse tipo de política, apresenta-se o processo de criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), empreendendo-se algumas análises sobre como ela é vista por essas lideranças, em particular, pelas do rio Negro. Em seguida, são abordados os mecanismos de participação e as categorias não indígenas, intrínsecas à PNGATI, que estão sendo apropriadas e ressignificadas pelas lideranças.

A aproximação dessas discussões com a realidade amazônica, de modo geral e, em particular, com o rio Negro, inicia-se a partir da problematização sobre a política indigenista do estado do Amazonas, caracterizada como uma proposta para o etnodesenvolvimento de terras e comunidades indígenas. Em seguida, desenvolve-se análise a respeito das políticas públicas em curso no rio Negro, incluindo-se também o Estado e seus agentes sociais, as posições antagônicas e os fatores que decorrem na política criada pelo movimento indígena do rio Negro e os

pressupostos da participação como elemento chave para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas da região.

#### 4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS (DES)CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO: A ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS NAS DISCUSSÕES E ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS EM PROL DOS POVOS INDÍGENAS

Refletir sobre as políticas indigenistas e as atuais políticas públicas voltadas para os povos indígenas do Brasil contemporâneo implica a análise sobre a forma como os povos indígenas foram vistos ao longo dos séculos, pois essas percepções refletiram/refletem sobre as políticas a eles direcionadas. A forma equivocada de vê-los atravessa os séculos, da chegada dos colonizadores até os dias atuais. Ribeiro (1970) e Durham (1983) assinalam que a imagem que se tinha dos indígenas no período colonial apresenta a incompreensão sobre estes. Se, por um lado, eram vistos como ocupantes originais do país, por outro eram tidos como inimigos “inumanos e ferozes”, representantes da negação ao progresso e ao desenvolvimento.

Oliveira & Rocha Freire (2006) assinalam que o sistema colonial envolveu uma política indigenista que dividiu os povos em dois grupos, estabelecendo-os como aliados e inimigos, sendo que, em nenhum destes, existia um reconhecimento da relatividade de culturas, nem de espaços significativos de autonomia. O sistema de imposição e interesses comerciais da coroa portuguesa orientava e estabelecia a legislação colonial, e esta mudava suas disposições conforme os indígenas fossem aliados ou inimigos. Estes então só tinham certos direitos perante as iniciativas missionárias de defesa de prerrogativas para os índios.

Ainda de acordo com os autores, a força de trabalho indígena foi adotada para acelerar o crescimento econômico, intensificando, assim, as rebeliões e os massacres, pois os senhores de engenho combatiam os missionários jesuítas junto à coroa portuguesa, uma vez que estes, os religiosos, impediam a escravização dos índios. Foi um período que houve diversos conflitos como a “Guerra dos Bárbaros”, “a Revolta de Ajuricaba”, “a Cabanagem” e outros (OLIVEIRA; ROCHA FREIRE, 2006).

A dificuldade para entender a importância da diversidade cultural brasileira é explicada pela própria visão etnocêntrica, arraigada nos ideais de nação e sujeitos, responsável pela perpetuação por um longo período, da visão restrita e equivocada sobre os povos indígenas, as quais se refletiram (e ainda se refletem) nas políticas indigenistas elaboradas tanto no período colonial quanto no pós-colonial.

Com a Constituição de 1988, houve mudanças substanciais, sobretudo por ter contribuído com a criação e o fortalecimento do movimento indígena no Brasil, o qual trouxe um tipo de organização político-cultural com forte impacto nas discussões sobre a necessária formatação de políticas indigenistas que possibilitassem o rompimento com o regime de tutela, ou seja, com o modelo de proteção e assistencialismo nos velhos moldes de atuação da FUNAI.

Nesse contexto de mudanças que se mostraram favoráveis e “pró indígenas”, Santilli (2002, p.69) chama a atenção para a crise de Estado, em tempos de tantas mudanças, observa-se, por outro lado, “a natureza do Estado brasileiro atual dá margem a uma situação muito mais dolorosa e com o poder de afetar muito mais profundamente a sociedade, em geral, e os índios e as minorias, em particular”. Fato que fomenta a organização social dos povos indígenas, nas formas de associações e organizações indígenas.

O autor pondera, que para contornar a situação de crise em que vive o Estado, são necessárias reformas profundas e, no que tange às políticas indigenistas, deve começar com a construção de um novo modelo, em substituição às experiências de tutela até então em voga. Entretanto, assevera que nenhum modelo pode atingir seus objetivos se não for capaz de “se articular aos projetos de futuro próprios dos povos, considerando, contudo, que sua possibilidade de intervenção depende de sua capacidade de propor rumos e alternativas em tempo político real, ou seja, no momento em que são tomadas as decisões de governo” (SANTILLI, 2002, p.75). Pois, o contexto vivido atualmente pelos indígenas é completamente diferente, as relações sociais são outras:

Além disso, atualmente quase todas as comunidades indígenas mantêm relação com vários interlocutores, diferentemente de trinta anos atrás, quando a única referência dos índios era a FUNAI, que intermediava suas relações com os demais atores da sociedade. Hoje, pode-se ir a qualquer região e ver índios em relação direta com municípios, estados, agências do governo federais, missionários, ONGs, antropólogos, madeireiros, garimpeiros. É difícil encontrar uma comunidade se relacione apenas com a

FUNAI; as relações são múltiplas múltiplas e tendem a aumentar ao longo do tempo. (SANTILLI, 2002, p.71-72).

Essas relações permitiram, ainda, articulações extracomunitárias que propiciaram às lideranças saírem de suas comunidades para participarem de discussões concernentes aos seus direitos em nível nacional e internacional, e também permitiram que esses assuntos fossem discutidos nas próprias comunidades em assembleias, encontros, oficinas e outros eventos organizados pelo movimento indígena e seus apoiadores.

No espaço acadêmico, também, foram realizados vários seminários, bem como pesquisas científicas de modo a contribuir com essas questões, havendo direta ou indiretamente a participação das lideranças indígenas. Dentre estes, vale citar os seminários organizados por Souza Lima & Barroso-Hoffmann (2002), pois eles criaram importantes espaços de discussões e reflexões, cujas contribuições estão reunidas em três obras organizadas por estes autores: Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas e Além da tutela, todos com o mesmo subtítulo “Bases para uma nova política indigenista”.

Nessas obras, os autores mostram a atual situação e os desafios para a formulação de políticas indígenas e de uma política indigenista adequada para os povos. Nelas, também estão, em foco, algumas experiências inovadoras realizadas em diversos lugares do Brasil com a participação direta das organizações indígenas, com o envolvimento de parcerias múltiplas abarcando também a participação de organizações do terceiro setor e de organismos governamentais de diferentes escalões e especialidades.

As discussões desencadeadas a partir desses eventos apontam o desejo de mudança na lógica que orientou a elaboração das políticas indigenistas até então, cujos princípios se ancoravam nos idealismos positivistas de integralismo nos quais o Estado era o ator central e soberano. A mobilização empreendida hoje pelos representantes dos povos indígenas é pela construção de formas participativas e, conseqüentemente, pela formulação de políticas que contemplem os interesses dos povos indígenas em contexto contemporâneo. Ressalva-se ser esse um processo em curso, caracterizado por avanços e retrocessos.

Dentre os atuais acontecimentos, observados em nível nacional, que marcam os avanços das políticas públicas voltadas para os povos indígenas, está a Política

Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída em 2012<sup>21</sup>. Em alguns dos relatos das lideranças do rio Negro, ela aparece como uma política feita *com* a participação dos representantes dos povos indígenas, que estiveram presentes nas oficinas que antecederam a sua formulação e, nos demais eventos realizados objetivando discuti-la.

Estas lideranças ressaltam que, anteriormente à instituição da PNGATI, já havia uma mobilização dos povos indígenas de várias regiões do país que enfrentavam e, ainda, enfrentam graves problemas socioambientais em suas terras, originados das práticas predatórias promovidas por agentes sociais externos. Portanto, mais uma vez aparece o protagonismo do movimento indígena, cuja atuação firma as bases para a elaboração dessa políticas, bem como para a sua concretização.

Participar das discussões sobre as políticas públicas é um dos principais papéis a ser desempenhado pelas lideranças indígenas. E, é por meio de suas organizações e associações que criam os mecanismos de participação, de modo a contribuir com a elaboração de propostas que atendam às necessidades das comunidades. A presença dos representantes dos povos indígenas nos espaços de discussão sobre a PNGATI seguiu essa dinâmica de se fazer presente e de colaborar com a consolidação de políticas adequadas aos povos indígenas na contemporaneidade.

Os primeiros esboços da PNGATI se deram por meio da articulação entre órgãos ambientais, indigenistas e organizações indígenas, resultando na constituição, em 2008, de um Grupo de Trabalho Interministerial formado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Justiça, objetivando elaborar uma política específica para os povos indígenas com a inclusão da participação das lideranças indígenas no processo de elaboração da proposta (BARRETO-FILHO; CORREIA, 2009).

As lideranças indígenas do rio Negro enfatizaram que, muito do que consta na referida política, já havia sido discutido e proposto por eles em assembleias, seminários, reuniões, dentre outros eventos realizados desde o início da década de 1990, com a intenção de refletirem sobre a gestão de seus territórios, a partir da

---

<sup>21</sup>Criada pelo decreto 7.747, de 05 de julho de 2012.

realidade que vivem os povos indígenas - seus contextos socioculturais e as diferentes demandas das mais de 750 comunidades existentes na região.

Nesse sentido, embora a PNGATI seja uma política do sistema não indígena, ela é vista por um número significativo de lideranças como uma conquista positiva em relação ao futuro das TI, pois ajudaram a construí-la. O fator considerado em relação à referida Lei é o imperativo da participação, que permitiu desde o início das discussões, a colaboração dos representantes dos povos indígenas na sua formulação, não de forma ampla como desejavam, mas, ainda assim, representativa, sendo possível a problematização de alguns dos seus anseios, levados à discussão pelos seus porta-vozes que contribuíram para a sua elaboração.

A concretização da PNGATI é o novo capítulo dessa história. E, mais uma vez o rio Negro se destaca, pois as iniciativas rumo ao propósito de pô-las em prática estão em andamento, constando atualmente no planejamento estratégico da FOIRN como prioritárias. Para as lideranças do rio Negro, em particular, os diretores da FOIRN, trata-se de um conjunto de ações que fazem parte da proposta indígena de gestão dos seus territórios, cujo processo de estruturação se deu desde a criação da Federação.

Desse modo a materialização dessas ações perpassa pela constituição de parcerias, sobretudo, para captar recursos financeiros no âmbito internacional e nacional, de modo a tornar realidade a “política indígena de gestão do território”, cujas diretrizes são delineadas e formatadas com estrutura de programas e projetos, produzidos no âmbito dessas parcerias, a exemplo do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS).

Esse programa, é para as lideranças indígenas diretamente ligados à FOIRN, um mecanismo pelo qual vão garantir a sustentabilidade/*bem viver* das TI do rio Negro. Ele é o Plano de Gestão feito com a participação efetiva dos povos indígenas, uma construção coletiva pautada nas demandas vindas das comunidades e nas discussões levantadas durante as assembleias, encontros, reuniões e demais eventos organizados pelas lideranças indígenas. Portanto, nele, consta a compreensão que possuem sobre a gestão territorial e a forma como ela deve ser praticada. Em suma, é por meio do PRDIS que a PNGATI será implementada na região, ele é a base para torná-la realidade.

O PRDIS foi estruturado a partir de 1998, após a demarcação das cinco TI. Em 2003, as lideranças indígenas entregaram uma versão dele para os governos

federal e estadual na perspectiva de obterem o apoio almejado. Na cópia do documento entregue aos representantes dos governos, estavam um rol de propostas articuladas e delimitadas às suas demandas tidas como as mais urgentes. Infelizmente, passados vários anos, pouquíssimas foram as conquistas oriundas desses governos. Os avanços alcançados resultaram da articulação das lideranças indígenas, do empenho destas em construir parcerias e obter financiamento de recursos estrangeiros.

Nos últimos anos, em decorrência de novas prioridades e da expansão das atividades para a região do médio rio Negro, as lideranças indígenas viram a necessidade de reformulações e ampliações no PRDIS, estando em andamento a realização de levantamentos em áreas que ainda não haviam sido feitas, bem como a atualização dos dados referentes à região do Alto Rio Negro, onde já tinham iniciadas algumas pesquisas e implementado alguns projetos pilotos.

Pelo exposto na fala das lideranças e pela análise dos documentos que compõem o PRDIS, verifica-se a consonância deste com muitos dos propósitos da PNGATI, entre os quais, a realização de etnomapeamentos e etnozoneamentos, vistos como ferramentas essenciais para concretizar a gestão territorial e gestão ambiental das TI. A própria elaboração do PRDIS fundamentou-se em levantamentos participativos, em consultas às comunidades e nos relatórios oriundos das assembleias e reuniões realizadas para tratar sobre assuntos que envolvem os territórios indígenas.

Grupioni & Kahn (2013) assinalam que, no rio Negro, os etnopameamentos fazem parte da rotina de trabalho da FOIRN e de seu parceiro ISA que, juntos com as comunidades indígenas, desenvolvem diversos trabalhos de mapeamento participativo, utilizando diferentes metodologias de modo a consolidar informações a serem utilizadas nos processos sociais por direitos coletivos. De acordo com os autores essas informações são de suma importância, pois propiciam o:

Reconhecimento de áreas tradicionalmente ocupadas e a manutenção de um banco de dados especializado das comunidades e sítios, com informações básicas sobre: população, etnias, associativismo, educação, saúde, fiscalização e proteção, comunicação, projetos de renda e manejo, afirmação e patrimônio cultural, diversidade socioambiental, entre outras. Ademais, há o macrozoneamento das 5 TI do rio Negro que subsidiou a elaboração do PRDIS. (GRUPIONI; KAHN, 2013, p. 24).

Na fala de alguns das lideranças indígenas, sobretudo, dos ex-diretores da FOIRN, estas informações constituem um rico banco de dados sobre a região, havendo um mapeamento completo sobre tipos de vegetação; características dos solos e dos rios; dados sobre a fauna; agricultura; plantas medicinais e tantas outras informações sobre a região e sobre os povos que estão em mapas temáticos e relatórios técnicos elaborados desde 2001 e atualizados frequentemente.

Toda essa gama de informações que compõem a base cartográfica e a produção de conhecimentos sobre a região estão nas sedes do ISA, infelizmente não ficam disponíveis na FOIRN, local onde seria de sua importância abrigar todas as pesquisas já realizadas. Até janeiro de 2014 somente relatórios de atividades, alguns livros, documentários em vídeo e dissertações eram encontrados na FOIRN. Pelo volume de conhecimentos produzidos pela parceria FOIRN/ISA sobre o rio Negro ao longo dos mais de 27 anos, período de grande produção bibliográfica, certamente faz falta uma estrutura equipada com biblioteca e um centro de pesquisa na própria sede da FOIRN e acessíveis a consultas públicas.

Retomando a PNGATI, chama-se a atenção para o capítulo I, Art. 1º referente aos seus objetivos, nos quais nota-se haver uma correlação com os ideais intrínsecos à noção de desenvolvimento sustentável e de etnodesenvolvimento, aspectos presentes nos discursos do movimento indígena a partir da década de 1990 (ALBERT, 2002). Conforme o artigo em questão, é objetivo da PNGATI:

garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. (PNGATI, 2012, p. 1).

Observa-se que essas finalidades da PNGATI são similares às presentes nas propostas das lideranças indígenas do rio Negro, as diretrizes do PRDIS, por exemplo, trazem os pressupostos da noção de desenvolvimentos sustentável, contidos na sua própria identificação/título. Outras similitudes podem ser vistas e, de modo a visualizá-las, apresentam-se os eixos em que os objetivos da PNGATI estão estruturados, dispostos no Art. 4º:

I - eixo 1 - proteção territorial e dos recursos naturais:

a) promover a proteção, fiscalização, vigilância e monitoramento ambiental das terras indígenas e seus limites; b) promover a participação dos povos, comunidades e organizações indígenas nas ações de proteção ambiental e territorial das terras indígenas, respeitado o exercício de poder de polícia dos órgãos e entidades públicos competentes; [...] d) promover a elaboração, sistematização e divulgação de informações sobre a situação ambiental das terras indígenas, com a participação dos povos indígenas; [...] i) promover o etnozoneamento de terras indígenas como instrumento de planejamento e gestão territorial e ambiental, com participação dos povos indígenas [...];

II - eixo 2 - governança e participação indígena:

a) promover a participação de homens e mulheres indígenas na governança, nos processos de tomada de decisão e na implementação da PNGATI; b) promover a participação dos povos indígenas e da FUNAI nos processos de zoneamento ecológico-econômico que afetem diretamente as terras indígenas; [...] f) realizar consulta aos povos indígenas no processo de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que afetem diretamente povos e terras indígenas, nos termos de ato conjunto dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente;

III - eixo 3 - áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas:

a) realizar consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas no processo de criação de unidades de conservação em áreas que os afetem diretamente; b) elaborar e implementar, com a participação dos povos indígenas e da FUNAI, planos conjuntos de administração das áreas de sobreposição das terras indígenas com unidades de conservação, garantida a gestão pelo órgão ambiental e respeitados os usos, costumes e tradições dos povos indígenas; c) promover a participação indígena nos conselhos gestores das unidades de conservação localizadas em áreas contíguas às terras indígenas [...];

IV - eixo 4 - prevenção e recuperação de danos ambientais:

a) promover ações com vistas a recuperar e restaurar áreas degradadas nas terras indígenas; b) promover ações de prevenção e controle de desastres, danos, catástrofes e emergências ambientais nas terras indígenas e entornos; [...] h) promover medidas de reparação dos passivos socioambientais causados por atividades e empreendimentos inativos no interior de terras indígenas, observada a legislação específica;

V - eixo 5 - uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas:

a) garantir aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em terras indígenas; b) fortalecer e promover as iniciativas produtivas indígenas, com o apoio à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis; c) promover e apoiar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais usados na cultura indígena, inclusive no artesanato para fins comerciais; g) apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades [...];

VI - eixo 6 - propriedade intelectual e patrimônio genético:

a) reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos indígenas sobre conhecimentos, práticas, usos tradicionais, costumes, crenças e tradições associados à biodiversidade e ao patrimônio genético existente nas suas terras, de forma a preservar seu direito na repartição dos benefícios, na forma da legislação vigente; e b) apoiar e valorizar as iniciativas indígenas de desenvolvimento de pesquisa, criação e produção etnocientífica e tecnológica, para possibilitar inovação e fortalecimento de base econômica, social e ambiental;

VII - eixo 7 - capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental:

a) promover a formação de quadros técnicos, estruturar e fortalecer os órgãos públicos e parceiros executores da PNGATI; b) qualificar, capacitar e prover a formação continuada das comunidades e organizações indígenas sobre a PNGATI; c) fortalecer e capacitar as comunidades e organizações indígenas para participarem na governança da PNGATI; d) promover ações de educação ambiental e indigenista no entorno das terras indígenas; e) promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada [...]. (PNGATI, 2012, p. 2-5).

Em cada um desses eixos da PNGATI, verificam-se pontos de convergência com a proposta do PRDIS. Há na realidade em muitos aspectos, as mesmas proposituras. Entende-se que a proposta indígena é, por excelência, o plano de gestão dos territórios indígenas do rio Negro, confirmado na fala de uma liderança, para a qual ele “é o programa mais antigo de Plano de Gestão, ele é pioneiro e inovador” (Depoimento de liderança indígena, atual diretor da FOIRN, cedido em novembro de 2014).

Para falar sobre o PRDIS e de sua importância para as atuais discussões sobre a proteção dos territórios indígenas e as propostas indígenas para atingir esse fim, inicia-se com a apresentação que as lideranças fazem do mesmo:

O Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável é um conjunto de ações integradas que propõe implementar políticas públicas em parceria com o Governo Federal, Estadual, Municipal e Organizações Não-Governamentais, que vise o desenvolvimento regional sustentável adequado para os povos indígenas do rio Negro. O programa deve ser executado de acordo com nossas determinações e prioridades, valorizando o controle social e a nossa participação direta na sua execução. A base do PRDIS são as experiências adquiridas dos projetos pilotos implementados pela Foirn e seus parceiros. Esses projetos demonstram às políticas públicas que nossas propostas são construídas com participação ativa das comunidades indígenas e por isso são de acordo com a nossa realidade. O PRDIS também é fruto de uma série de estudos realizados em parceria com importantes instituições de pesquisas como o Instituto Socioambiental e Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Esses estudos deram embasamento científico aos nossos projetos. Também realizamos o macrozoneamento das nossas terras indígenas, para assim conhecermos e apontarmos as potencialidades do nosso território. E ainda discutimos e nos conscientizamos da importância de proteger os nossos conhecimentos através da revitalização das nossas tradições. Tudo isso deu base para o que chamamos de Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável. (FOIRN, 12, p.1).

O referido programa foi elaborado de forma coletiva com a participação dos representantes dos povos indígenas e também com a colaboração dos não indígenas (os parceiros), que desempenharam o papel de “tradutores” e os ajudaram

a colocar no papel suas propostas, transpostas em forma de projetos e do programa propriamente dito. De certo, um percurso que envolveu o diálogo de saberes, característica singular da referida proposta, que segue uma dinâmica semelhante à própria estrutura da FOIRN – a constituição de um espaço para a interculturalidade.

Outra característica do PRDIS é seu caráter processual e com diferentes fases e reelaborações. Nos mais de 27 anos de existência da FOIRN, foi gradativamente sendo remodelando, como decorrência natural das reflexões sobre as prioridades e sobre os instrumentos/caminhos viáveis para concretizar as ações. Mantendo-se, entretanto, sempre permanente e imutável a sua condição de fruto do protagonismo indígena e de ser uma proposta genuinamente indígena, construída pelas lideranças representativas dos povos, amparadas por suas demandas.

As linhas do PRDIS estavam inicialmente organizadas em: saúde; proteção e fiscalização das terras indígenas; cidadania indígena; sustentabilidade e segurança alimentar; educação escolar indígena; formação e fortalecimento das associações indígenas; comunicação; energia alternativa e renovável; comercialização de produtos indígenas (FOIRN, 2013). Linhas praticamente inalteradas, mantendo-se desde a primeira versão do programa, com poucas modificações feitas para alcançar algum objetivo prioritário em um determinado período.

A saúde é certamente um dos temas mais críticos. Ao longo dos anos ela vem demandando da Federação muito empenho no sentido de alcançar as melhorias na qualidade dos serviços de atenção à saúde para os povos indígenas. Com o intuito de atingir esse objetivo por um período chegou a assumir um convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), coordenando as atividades de prestação de serviços de saúde às comunidades indígenas. Hoje, atua por meio do controle social, articulando com as políticas públicas para garantir que esses serviços tenham continuidade, com qualidade e de acordo com as especificidades culturais da região. Em suma, uma árdua tarefa com permanente articulação política.

As ações direcionadas à “proteção e fiscalização das terras indígenas” objetivam criar mecanismo para que os mais de 11 milhões de hectares de terras indígenas demarcadas no rio Negro se mantenham livre de ameaças. Estas ações tem sido realizadas por meio de recursos obtidos em agências internacionais, dentre elas, destacam-se: viagens para as áreas mais remotas da região; melhorias na sinalização dos limites do território; instalação de casas de apoio, aquisição de

equipamentos de radiofonia; criação de comunidades indígenas em locais de fronteiras (FOIRN, 2013).

No que diz respeito ao tema “Cidadania Indígena”, os objetivos são os de fazer valer os direitos indígenas de acesso aos benefícios sociais e de exercer a sua cidadania. Com vista ao atendimento desses propósitos, a FOIRN viabilizou em parceria com o Ministério da Justiça a implementação do Balcão da Cidadania, por meio do qual realizaram campanhas para a aquisição de documentação junto às comunidades do rio Negro. As campanhas destinaram-se, sobretudo, à emissão de documentos básicos como: Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Título de Eleitor, e também a promoção de cursos de “agentes indígenas da cidadania” para orientar as populações indígenas sobre os seus direitos e sobre o acesso a eles.

Outro tema presente desde a primeira versão do PRDIS é o da “Sustentabilidade e Segurança Alimentar” no rio Negro. Esse tema se apoia em diretrizes semelhantes às dos demais, posto que visa criar mecanismos para o *bem viver* das comunidades, com a oferta de atividades e/ou projetos que promovam melhorias sociais, que assegurem a permanência dos povos indígenas em suas comunidades. De modo a viabilizar esse objetivo, a FOIRN em parceria com o ISA, implementou alguns projetos pilotos no âmbito da piscicultura, meliponicultura, manejo agroflorestal, e outros, que pudessem propiciar a produção de alimentos para o consumo próprio e também gerar renda. Essas propostas foram experimentais e restritas a algumas das regiões do rio Negro.

Compõe o rol de propostas presentes no PRDIS a implantação do sistema de comunicação via radiofonia nas comunidades indígenas do rio Negro, com o objetivo de aproximar a FOIRN das comunidades por meio de um canal de comunicação no qual possam trocar informações entre si. Esse sistema, segundo as lideranças, é um mecanismo muito eficiente, pois diariamente, a Federação destina as primeiras horas do dia para comunicar-se com as comunidades, depois ocorre a comunicação entre as comunidades entre si, fazendo circular as informações. Até o final de 2014, foram instalados rádios em 170 comunidades, um número pequeno, pois são mais de 750 comunidades.

A ampliação dessa rede para as demais áreas ainda desassistidas é um desafio e está no planejamento da FOIRN como prioridade. Faz parte também desse sistema de comunicação a instalação de telefones públicos e o acesso à Internet via

projetos de inclusão digital para a região, ferramentas vistas como de suma relevância para consolidar a malha comunicativa no rio Negro.

Há um consenso entre os diretores da FOIRN que as dificuldades oriundas das distâncias geográficas poderão ser minimizadas com a implementação de sistemas adequados de comunicação nas comunidades, capazes de melhorar a circulação de informação entre a sede da Federação e sua área de abrangência e, também com outras regiões do país. Estas iniciativas confortam as “redes” que são, ao mesmo tempo, estruturas comunicativas e espaços políticos. Tornam-se espaços de discursos, processos e negociações dos empreendimentos sociais, culturais e políticos, voltadas para a formação ou consolidação de uma comunidade política.

O tema da “Educação Escolar Indígena” firma-se sobre a importância dos saberes indígenas para os indígenas e para a região, ou seja, na compreensão de que eles são necessários à integridade dos territórios indígenas e da diversidade cultural. Contudo, a valorização e promoção dos saberes indígenas não representa a ausência de diálogo com outros saberes.

As primeiras ações da FOIRN em relação ao tema foi a implementação das escolas indígenas piloto, em parceria com o ISA, sendo elas: Escola Baniwa e Coripaco Pammáli no alto Içana; Escola Tuyuka Tapinozona no alto Tiquié; Escola Tukano Yupuri no médio Tiquié e a Escola Wanano Khumunu W’ no alto Waupés. Essas escolas foram criadas objetivando “a valorização das línguas e culturas dos povos indígenas da região que juntamente com os conhecimentos científicos, vem profissionalizando jovens indígenas nas áreas de desenvolvimento regional indígena sustentável” (FOIRN, 2013, p. 18).

A respeito do objetivo de “formação e fortalecimento das associações indígenas do rio Negro”, como sugere o próprio nome, visa fortalecer a política indígena instituída pelo movimento indígena e pela FOIRN. As atividades direcionadas a esse tema deram-se a partir da criação da Federação com inúmeras estratégias de formação das lideranças. Essas ações se basearam na importância dessas lideranças gerirem suas associações de base, articulando políticas do movimento indígena do rio Negro dentro e fora das suas regiões. Essa linha de ação também colabora com a estruturação administrativa das associações filiadas à FOIRN, para que as mesmas possam elaborar projetos comunitários com gestão própria.

Todos esses temas possuem relação direta ou indireta com os eixos da PNGATI, podendo-se afirmar que a FOIRN, mediante as propostas do PRDIS, avançou significativamente na gestão dos territórios. Atualmente, o planejamento estratégico é um dos instrumentos utilizados para atingirem os objetivos contidos em cada um dos temas que constituem o PRDIS, é a política do movimento indígena do rio Negro.

Hoje se observa nos relatos das lideranças indígenas que as propostas contidas no planejamento estratégico da FOIRN são delineadas de modo a afinarem-se às linhas da PNGATI, conforme foi citado por um dos diretores da Federação:

tudo que fazemos, as nossas linhas de ação que pensamos hoje seguem esse rumo e isso nós já discutimos com os nossos financiadores. O nosso planejamento vai nessa direção. Na discussão que teremos em fevereiro de 2014 com os nossos apoiadores, discutiremos o nosso plano plurianual e ele segue nessa direção do PNGATI. Os projetos que iremos apresentar aos nossos financiadores H3000, Baixada da Noruega- seguem essa linha do PNGATI que é uma política do sistema não indígena que aponta diretrizes, mas não diz como é pra fazer. Nós é que decidimos como vai ser aqui na região. Implementar uma política do sistema a partir das perspectivas indígenas, uma PNGATI do rio Negro (Depoimento de liderança Tukano, diretor da FOIRN, cedido em janeiro de 2014).

Nos últimos dois anos, coincidindo com a criação da PNGATI, houve maior aproximação da FUNAI com a FOIRN, a ideia da gestão participativa os aproximou e, principalmente, a política em si. Trata-se de um momento simbólico em que o tão primado diálogo com as instituições governamentais parece tornar-se realidade, ao menos no que concerne à PNGATI.

Embora, para algumas lideranças, esteja claro esse alinhamento entre a PNGATI e o PRDIS, para outras ainda há muitas dúvidas sobre a Política propriamente dita e sobre as diretrizes do Programa. Há, também, aqueles com opiniões divergentes quanto a três assuntos em particular: a mineração, o turismo e a educação formal. Fato que provoca tensões e conflitos, às vezes, contornados com as discussões até chegar ao consenso, às vezes, fazendo valer as regras da democracia e decidindo mediante o voto e a vontade da “maioria”, contudo, mantendo as divergências.

#### **4.1.1 A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e a apropriação e ressignificação de categorias**

Tem-se destacado que a apropriação e a ressignificação de categorias não indígenas pelas lideranças são instrumentos importantes, utilizados por estes, na arena política em que se desenrolam as discussões sobre os direitos indígenas e sobre as políticas em atendimento a esses direitos. O PRDIS é um bom exemplo, pois está permeado por essas categorias que ganham sentidos e significados específicos, o mesmo ocorre com as categorias presentes na PNGATI, a exemplo das noções de desenvolvimento sustentável, território, gestão territorial e ambiental e outras.

Desde o primeiro convênio da FOIRN com a Aliança pelo Clima, a noção de desenvolvimento sustentável foi incorporada ao discurso do movimento do rio Negro e ao PRDIS, juntando-se a outras categorias adquiridas e reelaboradas durante a criação do movimento indígena em nível nacional, a exemplo de “protagonismo”, “participação”, “autonomia”, “autodeterminação”, “terras indígenas”, “territórios”, dentre outras.

Verifica-se que, na elaboração da PNGATI, algumas dessas categorias vêm à tona novamente, assim como surgem novas. No que concerne às categorias gestão territorial e ambiental, da mesma forma que a noção de desenvolvimento sustentável, possuem uma multiplicidade de opiniões que se convergem, mas também que se divergem, isto porque como as outras categorias envolvem uma gama de agentes sociais com visões diferentes e mesmo conflitantes.

No documento produzido pelo grupo de trabalho (GT) interinstitucional, responsável pela formulação dos subsídios para a criação da PNGATI, é apontado que, apesar das inúmeras formas de conceber essas categorias, existe uma convergência de opinião, tanto por parte de alguns pesquisadores, quanto por parte de lideranças indígenas engajadas nessas discussões (BARRETO-FILHO; CORREIA, 2009).

A respeito do entendimento sobre a noção de gestão territorial parece haver um consenso entre os pesquisadores de que ela é algo mais amplo, englobando a gestão ambiental. Isto também é observado entre algumas das lideranças indígenas do rio Negro, pois, ao definirem o que seja a gestão de seus territórios, deixam claro que ela abarca um conjunto de elementos interligados, estando imbricadas a

biodiversidade, a socidiversidade, as mitologias, dentre outros. Para uma liderança que já foi da diretoria da FOIRN a gestão dos territórios é

algo muito maior e os povos sempre compreenderam isso, costume dizer que a gestão territorial e ambiental para os povos indígenas é milenar porque sempre cuidamos dos nossos territórios – a gestão é uma forma de cuidar. Sempre tivemos os preocupação em manejar os recursos, usar eles adequadamente. Antes da chegada dos missionários a gente tinha um domínio muito mais amplo dos nossos territórios. (Depoimento de liderança Tukano, ex-diretor da FOIRN, cedido em abril de 2014)

Muitas são as imbricações na forma de perceber a gestão/cuidado dos territórios indígenas, pois elas envolvem uma percepção cultural.

A visão indígena de terras indígenas e gestão territorial é totalmente diferente da versão e compreensão do governo e dos pesquisadores. Cada povo em sua Terra/Território tem um conhecimento cultural específico e isso vai definir a gestão destes. O valor mitológico, histórico de cada povo vai dizer sobre a forma de gestão do território. Já participei de várias discussões sobre PNGATI, principalmente dentro da FUNAI e sempre tentei colocar a minha visão para o Estado brasileiro, a forma como os povos, pensam para ver se eles conseguem entender os nossos anseios. O nosso lema (do movimento indígena) sempre foi 'Terra e Cultura'. Essas são duas palavras inseparáveis. (Depoimento de liderança indígena, membro da CABO, cedido em julho de 2013).

Em momentos como as assembleias, essas observações vêm à tona, sendo comum entre as lideranças o argumento de que lutam pela participação nas discussões sobre as políticas para o rio Negro, pois nelas precisam estar inseridas as suas compreensões sobre os seus territórios, sob o risco de serem elaboradas propostas incongruentes com as suas realidades, ou seja, com as suas culturas – os modos próprios de viver e agir sobre eles.

Entre os pesquisadores que concebem a gestão territorial como uma extensão ampla que envolve a gestão ambiental, destaca-se Little (2006, p. 21), para o autor, no caso específico das TI, a noção mais apropriada é a de gestão territorial, em virtude de melhor combinar “a dimensão política do controle territorial e a dimensão ambiental de ações voltadas para a sustentabilidade de seus recursos naturais”.

Cabem aqui as observações de Faria (2003) de que a categoria território é a mais apropriada para entender as inter-relações na região do rio Negro, apesar de ser um termo não verificado no vocabulário dos povos dessa região, tanto que, ao se

referirem ao mesmo, o pronunciam em português por não haver um termo correlato na língua materna. Diferentemente de terra que em Tukano é “*Diita*” e em Baniwa é “*Hipai*”.

O processo de contato (catequização, colonização, dominação) forjou novas visões, incorporando uma dimensão política muito peculiar observada nas estratégias do movimento indígena, das associações formais e da FOIRN, no interior das quais, o conceito de território ganhou uma “personalidade indígena”, entendido como “terra continua com autonomia e soberania indígena, onde vivem com seus distintos costumes, histórias e filosofias” (FARIA, 2003, p. 106).

Numa perspectiva de encontrar aproximações conceituais que ajudem a entender como os povos indígenas, sobretudo, as lideranças concebem a noção de território, evocam-se as análises de Raffestin (1993), o qual apresenta uma concepção multidimensional da noção de território e territorialidade, evidenciando as relações de poder a elas inerentes. O autor adota a definição de Foucault sobre poder entendendo-o “como um conjunto de diferentes relações que permeiam determinados lugares” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Reafirmando sua posição de que a concepção sobre este não deve ser vinculada exclusivamente à figura de um território fixo, um recurso, mas como algo que ultrapassa as barreiras dos territórios materiais por meio de relações distribuídas por toda a organização social.

Nesse sentido, o poder manifesta-se em relações interpessoais que são flexíveis e que necessitam ser entendidas como “[...] a cena do poder e o lugar de todas as relações [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 59). Isso inclui todas as dimensões e interesses possíveis, sejam eles econômicos, políticos, sociais, religiosos e culturais que, no conjunto, formam arranjos multidisciplinares. Raffestin ressalta ainda que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível, ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A partir desta noção, o autor analisa a função da territorialidade, compreendida como um conglomerado múltiplo do “vivido” territorial pelos membros de um grupo social ou de uma sociedade. Consequentemente, as relações, cada uma com seu caráter específico, apresentam características culturais diferenciadas,

assim, algumas podem ser advindas de relações discursivas, outras, referentes aos signos, podem também resultar numa coerção física, dentre outras. No conjunto, estabelece-se uma “tríade de territorialidade, uma função cultural e para que se entenda uma dada territorialidade como elemento cultural é ainda necessário compreender a ideia do sujeito e com quais atos culturais o sujeito desenvolve-se no seu território” (RAFFESTIN, 1993, p.162).

É importante ainda citar Haesbaert (1997, p.42), pois, nele, também, encontra-se uma visão multidimensional acerca do território. Para o autor, o território não deve ser compreendido apenas em sua dimensão física, como espaço geométrico, pois

[...] envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Por esse prisma, a criação de um território envolve uma organização das relações sociais dos grupos que podem estar vinculadas tanto aos aspectos materiais, fixos no território quanto aos simbólicos, que permeiam os espaços fixos, pois “não há qualquer atividade, inclusive atividades materiais, que não seja ao mesmo tempo produtora de sentido e de símbolos” (HAESBAERT, 2004, p. 214).

Trata-se de uma noção que tem sido conceituada de diversas formas, mas, para o autor, apesar dessa polissemia elas podem ser agrupadas nas seguintes vertentes, a saber: a jurídico-política, na qual o “território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (1997, p. 39); a culturalista, que “prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (HAESBAERT, 2004, p. 39); a econômica, que destaca “a des-territorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do encontro entre classes sociais e da relação capital-trabalho” e uma natural(ista) (HAESBAERT, 2004, p. 40).

A forma como o autor analisa o território pressupõe a compreensão deste a partir de uma perspectiva integradora, ou seja, como um domínio politicamente

estruturado e também como apropriação simbólica, identitária inerente a certa classe social. Há uma conjugação, nessa concepção, entre os processos políticos e culturais como principais definidores de cada território. Assim, o território envolve, apesar de diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos (HAESBAERT, 1997).

Em muitas das falas das lideranças indígenas observou-se essa visão integradora, suas percepções sobre os seus territórios envolvem dimensões políticas, simbólicas, mitológicas e identitárias, configurando-se uma relação intrínseca entre cultura e o ambiente.

No que tange aos mitos, estes ocupam lugar de destaque, afinal, eles estão registrados na memória dos mais velhos, desde “tempos imemoriais” e são repassados mediante processos de aprendizagem que ocorrem cotidianamente nas comunidades/aldeias, bem como têm as suas marcas impressas ao longo das calhas dos rios que compõem o rio Negro, nos “desenhos”/grafismos feitos nas rochas deixados pelos antigos e que são reconhecidos pelos atuais moradores como lugares sagrados, como referências mitológicas.

É a partir de todo um complexo mitológico que os povos indígenas veem os lugares que habitam, os quais recebem várias denominações (terras indígenas, territórios e outros). Muitas dessas designações são utilizadas atualmente pelos indígenas, mas ressignificadas e traduzidas a partir das perspectivas sociais e políticas peculiares ao presente momento. A respeito dos mitos, Eliade (2010) diz ser necessário compreender o seu sentido mais amplo, seus significados e, sobretudo, a importância deles para as sociedades nas quais ele se apresenta como o ponto orientador da vida cotidiana, isto porque

o mito é considerado uma história sagrada e, portanto, uma ‘história verdadeira’, porque sempre se refere a realidades. Por esse prisma, os mitos, revelam-se como modelos exemplares e a própria ‘história’ para os povos, são construções complexas, tradições orais que dizem respeito à coletividade na medida em que eram (e ainda são) vividas e revividas cotidianamente nos âmbitos mais diversos da existência. (ELIADE, 2010, p.12).

Diegues (2004, p. 62) também ressalta a importância de se compreender os diversos mitos, particularmente, quando se discute as formas de conservação do meio ambiente, devendo-se respeitar as concepções míticas dos povos indígenas e das populações tradicionais, para as quais, “existe uma relação entre o homem e a natureza, tanto no campo do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico”, sendo essa unicidade muito mais manifestada entre os povos indígenas, fato que deve ser considerado ao se estruturar as políticas públicas, por exemplo, acerca da gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

O autor aponta que as representações simbólicas e míticas observadas nas distintas culturas são formas de organização social, de representar, interpretar e agir sobre o meio natural e sobre os seus território, sendo que as “representações dos ambientes não são só feitas de percepção social mais ou menos exatas das limitações materiais ao funcionamento da economia, mas igualmente de juízos de valor e crenças. A natureza sempre tem dimensões imaginárias” (DIEGUES, 2004, p.63).

Acerca dessa questão, Luciano (2006b) também aponta a força dos mitos para os povos indígenas quanto à relação destes com o lugar/território/terra, enfatizando que, nas comunidades indígenas, o uso de identificação e fixação de valor nas coisas vai formando simbologias, mitos ou qualidade ao ambiente que os cerca, como por exemplo, o tempo para pescar, caçar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelo aparecimento de constelações, estrelas no céu, por proibições e interdições que vão estabelecendo a relação destes entre si e com o seu ambiente físico e material.

Já foi mencionado que as categorias não indígenas, presentes nos discursos e nas propostas das lideranças do rio Negro, são oriundas das relações interétnicas, resultando em múltiplos usos e, em muitos casos, configurando-se em instrumentos políticos. De modo geral, são categorias estranhas aos povos indígenas, muitas delas não possuem tradução nas suas línguas maternas ou têm significados distintos, a exemplo do conceito de terra. Contudo, ao entrarem no contexto indígena, são apropriadas e traduzidas conforme a forma como as compreendem, e, sobretudo, mediante a avaliação do uso que farão das mesmas.

Independentemente do uso que as lideranças fazem dessas categorias, cada povo tem uma forma de conceber e se relacionar com o ambiente, tendo seus

aparatos culturais e linguísticos específicos para nominar e classificar o lugar de sua origem e vivência.

No caso específico das categorias de gestão territorial e gestão ambiental, Barreto-Filho & Correia (2009, p.10) observam que elas, ao serem definidas, seja pelo movimento indígena ou pelas instituições governamentais e não governamentais, são agrupadas a várias outras noções, tais como: manejo, geração de renda, reflorestamento, diagnóstico, plano de gestão, dentre outras, “relacionadas com pelo menos quatro dimensões interligadas: a sociocultural, ambiental, econômica e política”.

Em termos gerais são dimensões que, dependendo da condição histórica e cultural, específica de cada um dos povos indígenas, se expressarão de forma particular, haverá assim, conforme os autores, o delineamento tanto de propostas pautadas na noção de etnodesenvolvimento quanto na de desenvolvimento sustentável, que são ressignificadas de acordo com a realidade de cada um dos povos que as incorporam em suas práticas (BARRETO-FILHO; CORREIA, 2009). Algo possível de ser observado nas propostas apresentadas pelas lideranças indígenas do rio Negro.

No caso do rio Negro, o contato com os financiadores de seus projetos foi fator preponderante na adoção de algumas categorias não indígenas, a exemplo da noção de desenvolvimento sustentável presente no PRDIS. Contudo, vale frisar que não se trata de uma postura alienada, mas de processos de negociação e articulação de modo a viabilizar os seus objetivos.

Por essa via de análise, são pertinentes as observações de Albert (2002, p. 240) sobre os “processos políticos-culturais” que caracterizam as associações indígenas, vistas pelo autor como um “campo de negociações interétnicas em que o discurso colonial passa a ser contornado ou subvertido”. Algo condizente ao observado no rio Negro, pois, no percurso de formulação de projetos/programas visando à gestão de seus territórios, categorias são traduzidas segundo suas concepções e adequadas às suas realidades.

## 4.2 PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS NA POLÍTICA DE ETNODESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS

A participação das lideranças indígenas do Amazonas na elaboração das políticas públicas locais direcionadas aos povos indígenas segue a mesma dinâmica observada em nível nacional, ou seja, é permeada por contradições, em que os discursos e as práticas colocam-se como elementos dissonantes, sendo poucos os momentos em que se encontram possibilitando os resultados esperados.

No estado do Amazonas, está o maior número da população indígenas do país<sup>22</sup>, o equivalente a 129.529 indígenas, distribuídos em 178 terras documentadas que representam 30% do território, sendo o estado que concentra seis dos 10 municípios com a maior população indígena no Brasil (IBGE, 2010).

Apesar da grande diversidade cultural presente no estado do Amazonas, bem como no Brasil, as políticas de governo são ainda ineficientes em virtude de serem caracterizadas por ações fragmentadas e incongruentes com a realidade em que vivem os povos indígenas. Esse fato mobiliza, há mais de vinte anos, as lideranças em torno da formulação de uma política que, de fato, seja adequada às realidades dos distintos povos indígenas que estão distribuídos numa região com dimensões continentais, possuindo características geográficas, culturais, políticas muito específicas.

Ao longo desses anos, as lideranças indígenas do Amazonas se organizaram via conferências, encontros, reuniões e outros, nos quais as propostas dos povos foram apresentadas e sintetizadas em documentos, compreendidos como instrumentos para subsidiar e embasar uma política indigenista do Estado com a participação destes. Um processo que envolveu avanços e retrocessos.

Para as lideranças que fazem parte desse movimento, algumas conquistas foram alcançadas, a exemplo, a criação de um órgão dedicado às questões indígenas, a Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI)<sup>23</sup>, instituída em 2001 e que inseriu, em seu quadro funcional, técnicos indígenas, sendo em 2003 nomeado um representante indígena para presidir à Fundação.

---

<sup>22</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o Brasil possui aproximadamente 230 povos indígenas, 180 línguas nativas identificadas e um total de 817 mil indivíduos.

<sup>23</sup> Inicialmente ela foi nomeada como Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas (FEPI), contudo o movimento indígena decidiu que o nome mais apropriado era Fundação Estadual dos Povos Indígenas, permanecendo com a mesma sigla, sugestão acatada pelo governo.

As políticas públicas que deveriam ser implementadas por meio dessa Fundação foram definidas a partir das discussões, reivindicações e propostas do movimento indígena durante a I Conferência Estadual dos Povos Indígenas, realizada em 2003. Essa conferência teve papel fundamental na estruturação do “Programa Amazonas Indígena”. Trata-se de um programa elaborado com o propósito de “preencher o vácuo existente na Política Indigenista do Estado, com a perspectiva de atuar em três eixos: Etnodesenvolvimento, Fortalecimento das Organizações Indígenas e Valorização dos Direitos e Diversidade Cultural” (ESTADO DO AMAZONAS, 2004, p. 34).

Em termos gerais, as lideranças do movimento indígena do Amazonas concebem a FEPI e o Programa Amazonas Indígena como frutos de suas articulações políticas e de seu engajamento a favor da causa indígena. Nos relatos, enfatizam que há muitos anos cobravam do Estado políticas públicas para os povos indígenas sem êxito, com a criação da Fundação viram uma oportunidade para alcançar os objetivos pretendidos. Contudo, passados alguns anos, eles se depararam com a dificuldade de a FEPI operacionalizar seus propósitos e cumprir a função pela qual ela foi criada.

Muitas das reivindicações do movimento indígena do Amazonas perpassam a discussão em torno da “sustentabilidade” de seus territórios, constantemente ameaçados por agentes sociais externos e suas práticas predatórias (invasão de lagos; ação indiscriminada dos madeireiros; empresas clandestinas de mineração; dentre outros), que põem em risco as dinâmicas cotidianas das comunidades e as fragilizam diante de inúmeras interferências.

Embora algumas TI já estejam demarcadas e homologadas, elas não estão imunes às invasões, conflitos e danos socioambientais, estando os povos indígenas constantemente em alerta, exigindo ações que assegurem a integridade de seus territórios, alvo das demandas das lideranças do movimento indígena do Amazonas. Foi com base nessa realidade à reivindicação das lideranças por uma política pública feita com a participação dos povos indígenas, resultando na elaboração do Programa Amazonas Indígena.

Segundo o que está posto no referido Programa, as suas diretrizes foram elaboradas com base em quatro referências básicas, as quais embasaram as ações estratégicas deste, a saber:

1) relatórios de quinze oficinas de planejamento que teve participação efetiva de lideranças indígenas representativas das organizações e dos povos indígenas de todo o Estado do Amazonas; 2) estudos e diagnósticos desenvolvidos sobre as questões indígenas pelas secretarias estaduais, órgãos federais e instituições de pesquisa; 3) documentos e projetos enviados pelas comunidades e organizações representativas dos povos indígenas; 4) relatório final da I Conferência dos Povos Indígenas do Estado do Amazonas (ESTADO DO AMAZONAS, 2004, p. 42).

Os representantes do governo apresentam esse Programa como algo legitimado pelos povos indígenas, feito *com* eles e não *para* eles, ou seja, construído com a participação deles e pautado nas suas demandas e reivindicações históricas. Contudo, são poucas as indicações sobre as estratégias e/ou ações efetivas para concretizar essa política. Assim, decorridos alguns anos de sua formatação, chamaram a atenção para a necessidade de avaliá-lo.

Fica evidente que, nesse tipo de política, em tese participativa, não há garantias de que, de fato, elas venham a ser implementadas, pois na maioria das vezes são criadas apenas para simular a participação, a inclusão e a cidadania das minorias, não havendo um compromisso com elas, algo observado no período de existência da FEPI, realidade constatada pelas lideranças indígenas e levada como pauta das discussões da II Conferência Estadual de Política Indigenista do Amazonas (II CEPIAM), em 2008.

Nessa Conferência, as lideranças indígenas levantaram questões sobre as contribuições da FEPI, enquanto órgão responsável por orientar as ações do Governo do Estado do Amazonas, visando implementar a política indigenista do Estado, bem como sobre os desdobramentos do Programa Amazonas Indígena e seu impacto nessa política.

A II CEPIAM teve como tema “Sustentabilidade e Etnodesenvolvimento” e contou com a presença de lideranças indígenas, representantes de órgãos governamentais, de organizações civis indigenistas e de instituições de ensino e pesquisa. Na pauta de discussões do evento, constavam as velhas demandas dos povos indígenas referentes à saúde; à educação escolar; à gestão territorial; à cultura e à cidadania; ao meio ambiente; entre outros. Ou seja, demandas já apresentadas em outros eventos, cujos propósitos também foram os mesmos: embasar a política indigenista do Estado.

Durante a realização da II CEPIAM, as lideranças apresentaram a necessidade de integração das políticas setoriais e do compromisso do Estado referente à regularização fundiária das TI, como condição primordial à gestão. No caso específico do estado do Amazonas, embora grande parte das TI já tenha sido regularizada, ainda há muito a ser feito, especialmente nas áreas de tensão, a exemplo do sul do estado do Amazonas, onde estão em questão interesses divergentes (Estado, agentes do desenvolvimento, povos indígenas e outros), o que inviabiliza a legalização das terras, pondo em risco a vida dos povos que nelas vivem, muitas vezes provocando a expulsão destes para as áreas urbanas.

Carneiro-Filho & Souza (2009) apontam que um dos maiores desafios à manutenção das terras indígenas é a contenção dos impactos diretos e indiretos oriundos dos projetos de desenvolvimento nacionais e regionais, e, sobretudo, a expansão das fronteiras agrícolas que provocam na maioria das vezes danos irreversíveis, especificamente no Sudeste, no Sul e no Nordeste, regiões nas quais as terras indígenas são menores e mais pressionadas por esse tipo de ameaça. Cabe uma ressalva, pois embora não nas mesmas proporções que esses estados, o Norte sofre com problemas semelhantes, que se agravam e intensificam a cada ano.

Convém enfatizar que, mesmo nas terras já regulamentadas, os povos indígenas convivem com problemas que demandam a ação do Estado, por meio da implementação de propostas que respeitem as formas de autogestão próprias de cada um dos povos, aliadas à ação efetiva do poder público no cumprimento de seu papel no contexto da gestão territorial e ambiental das TI.

É diante dos limites impostos aos processos de gestão de seus territórios que os povos indígenas solicitam do governo políticas públicas e, ao que se observa, elegem os modelos pautados na noção de desenvolvimento sustentável e/ou de etnodesenvolvimento, algo perceptível também entre as propostas das lideranças do rio Negro.

No final da CEPIAM, as lideranças indígenas redigiram um documento com os encaminhamentos da conferência, incluindo inúmeras solicitações, novamente com vistas a subsidiar as políticas públicas, algo que vem se repetindo em vários encontros. Portanto não se pode dizer que falta ao governo do estado informações sobre a realidade dos povos indígenas. Na parte referente à gestão territorial, foram listados 44 pedidos, dentre eles selecionaram-se os seguintes:

- Que os órgãos competentes estabeleçam em caráter imediato mecanismo institucionais regulatórios flexibilizando os limites impostos aos processos de gestão e produção territorial, delegando competência deliberativa sobre o uso e a gestão territorial aos próprios povos indígenas detentores de cada Terra Indígena, obrigatoriamente corroborados pela(s) organização(ões) indígena(s) representativa(s) daquela(s) etnia(s), assegurando a participação compartilhada de organizações governamentais e não-governamentais nas ações programáticas do etnodesenvolvimento;
- Que as instituições públicas competentes qualifiquem profissionais indígenas para a gestão de atividades que gerem renda, capacitando-os para o empreendedorismo indígena baseado no etnodesenvolvimento, no associativismo e no cooperativismo;
- Que o governo destine recursos financeiros para a continuidade de atividades já desenvolvidas junto a povos indígenas que incentivam a agricultura de subsistência bem como a comercialização dos excedentes;
- Que o governo estabeleça mecanismo de compartilhamento da gestão territorial com a FUNAI, sobre as questões territoriais das Terras Indígenas, com Instituto Brasileiro dos Recursos Renováveis e Meio Ambiente – IBAMA e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM para as questões ambientais, capacitando as populações indígenas e delegando competências legais para atuar administrativamente, garantindo a infraestrutura logística e operacional para o exercício da função. (RELATÓRIO II CEPIAM, 2008, p.31).

Essas solicitações já estavam presentes desde a Primeira Conferência de Pajés, realizada em 2002. Na “Carta de Manaus”, documento produzido após o evento, tais pautas já vinham sendo debatidas e muito do que hoje é apresentado como reivindicações urgentes já mobilizava as lideranças em outras épocas.

A mobilização do movimento indígena do Amazonas deve ser analisada à luz de dois marcos legais que fortaleceram a importância da participação dos povos indígenas na elaboração das políticas públicas: a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do trabalho (OIT). A primeira, por considerar como legítimas as manifestações culturais e as formas de organização dos povos indígenas, propiciou a redução da prática tutelar. Já a Convenção 169 da OIT contribuiu para uma nova ordem jurídica em relação aos povos indígenas ao reafirmar a necessidade de políticas voltadas para o diálogo intercultural e o respeito às diferenças, bem como a efetiva participação destes nas decisões que os afetem diretamente.

Trata-se, portanto, de marcos que orientaram e ainda orientam o movimento indígena do Amazonas e do rio Negro em busca de ações do Estado, de modo a legitimar os direitos dos povos indígenas e romper com as históricas desigualdades sociais. As conquistas que obtiveram até o momento presente foram importantes,

mas é preciso avançar para que ocorram as necessárias mudanças na forma como são concebidas, pois ainda são feitas sob o prisma da tutela.

A política indigenista do Amazonas sofre dos mesmos males da realidade em nível nacional: os avanços são mínimos, a vontade política menor ainda. Infelizmente é predominante a existência de projetos pontuais em detrimento da implementação de políticas públicas, pois ainda é priorizada a realização de ações feitas “*para*” os povos e não “*com*” os povos indígenas, ou seja, com a participação de seus representantes e pautadas em suas demandas. E quando ocorre a “participação”, ela se restringe ao plano do discurso com pouca atuação na prática.

Essa ação fragmentada e pouco efetiva por parte do Estado é alvo de descontentamentos e críticas contundentes feitas pelas lideranças e pelos povos indígenas de modo geral. Um dos protagonistas do movimento indígena do rio Negro fez a seguinte observação:

o governo sempre encontra um jeito de prejudicar o movimento indígena! Quando foi criada a FEPI o movimento achou que o Estado estaria a serviço dos povos indígenas, mas o governo ao criar a FEPI colocou os povos indígenas para estar a serviço dele e não para os povos! São apenas estratégias de dominação. (Depoimento de liderança indígena Baré, ex-diretor da FOIRN).

Outra liderança reafirma a importância da atuação do Estado, do cumprimento de seu papel, contudo, lamenta por não haver o comprometimento deste acerca do papel que lhe cabe. Em suas observações, ele chama a atenção para o fato de o movimento indígena do rio Negro, via FORIN, ter conseguido, por méritos próprios, implementar projetos pilotos na área de educação, alternativa de renda e outros, mostrando para o Estado que é possível fazê-los. Para essa liderança:

Lutamos e pressionamos o governo para que faça políticas públicas condizentes com as visões e expectativas dos povos e, assim possamos ter nossos projetos realizados. Nós jamais conseguiríamos viver sem a nossa terra, por isso iniciamos a nossa luta por elas e conseguimos! Mas, hoje queremos o apoio do governo para permanecer nela, com políticas que atenda a saúde, educação, projetos de alternativas econômicas. (Depoimento de diretor da FOIRN vinculado à gestão 2013-2016).

A participação dos povos indígenas na elaboração de políticas públicas, bem como em conselhos políticos, órgãos de controle social, fóruns, dentre outros, nos quais direta ou indiretamente são tratadas questões que os afetam, é importante

para a cidadania e autonomia, bem como para decidirem sobre as estratégias mais viáveis para solucionar os problemas com os quais convivem. Infelizmente, em que pese os avanços, a interlocução dos povos indígenas com os órgãos de governo é ainda desigual, muitas vezes dependendo da adequação das organizações indígenas a formatos solicitados e/ou impostos.

Ainda, com referência à política indigenista do Amazonas, enfatiza-se que a criação da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) instituída em 2009<sup>24</sup>, em substituição a FEPI, também é tida pelo movimento indígena como um desdobramento das suas reivindicações, pois a criação da Fundação teria sido o passo inicial para alcançar o objetivo principal de terem no Estado uma Secretaria indígena. Lamentam, entretanto, que a sua existência seja apenas física, pois, ela ainda não cumpriu o papel para o qual ela foi estruturada.

No plano diretor da Secretaria, consta que ela nasce com a missão de “formular e promover políticas públicas, por meio de ações integradas que garantam a autonomia, o etnodesenvolvimento e a sustentabilidade dos povos indígenas do Amazonas” (ESTADO DO AMAZONAS, 2004, p.10). A finalidade da SEIND seria, portanto, o de assegurar os direitos já adquiridos e ampliar as conquistas dos povos indígenas do Amazonas em termos de formulação, execução e implementação da política de etnodesenvolvimento do estado do Amazonas, devendo superar três desafios:

a assumir as atribuições do governo do Amazonas para as questões indígenas; garantir que os 64 povos indígenas do Amazonas possam ter seus direitos assegurados no âmbito das políticas públicas, bem como que estes alcancem o seu pleno etnodesenvolvimento, com responsabilidade e sustentabilidade e; garantir a articulação de parceiros municipais, estaduais e federais, estratégicos, para a ampliação e o atendimento das demandas e necessidades dos povos indígenas. (ESTADO DO AMAZONAS, 2004, p. 13).

Da parte das lideranças indígenas, esses propósitos estão no plano teórico, com poucos resultados concretizados para os povos. Da parte da Secretaria, entendem que estão em processo de execução dessa política, e uma das estratégias para atingir esse fim é a parceria entre o governo do estado do

---

<sup>24</sup>Foi criada por meio da Lei n. 3.403, de 07 de julho, que também extinguiu a Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI).

Amazonas/SEIND e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI,) por meio da pactuação de um Termo de Cooperação Técnica.

Visando operacionalizar os preceitos legais estabelecidos no referido Termo, instituíram um Comitê Gestor. As atividades dele dispostas no planejamento de ações interinstitucionais envolvem diversas instituições membros dessa parceria. Com o objetivo de operacionalizar essas ações foram criadas quatro Câmaras Técnicas:

Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas; b) Promoção dos Povos Indígenas do Amazonas; c) Qualidade de vida dos povos e comunidades indígenas do Amazonas; d) Sustentabilidade Econômica dos Povos Indígenas. (ESTADO DO AMAZONAS, 2012, p. 5).

Como resultado do trabalho dessas Câmaras Técnicas foi elaborado pelo Comitê Gestor o “Plano de Atuação Integrado”, submetido à apreciação e aprovação das lideranças indígenas do Amazonas no “Encontro de Governo e Povos Indígenas: Promovendo Ações Integradas no Amazonas”<sup>25</sup>. A elaboração desse Plano contou com a assessoria da Cooperação Técnica Alemã (GIZ - Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) que também atuou na estruturação do Planejamento Estratégico da SEIND para o período de 2012 a 2015.

Pode-se afirmar que os mecanismos utilizados pelo Estado para garantir a participação dos representantes dos povos indígenas nesses espaços de discussão são limitados, na maioria das vezes, dissimulam a participação, pois o número de indígenas é mínimo, portanto, pouco representativo.

A política indigenista do Amazonas tem se caracterizado pela retórica de uma construção participativa com pouca prática, ocasionando constantes conflitos. Os povos indígenas, por sua vez, ao fazerem suas assembleias e conferências, vão legitimando e dando corpo às suas demandas e aos seus projetos de futuro, os quais pressupõem a permanência da sociodiversidade presente no estado do Amazonas.

No início de 2015, quando da definição das ações do governo do estado para a gestão do quadriênio 2015-2019, muitas polêmicas surgiram com os rumores da extinção da SEIND, fato não confirmado pelo governador. Contudo, abriu novamente espaços para as discussões e reflexões sobre o papel da Secretaria e quais teriam

---

<sup>25</sup> O referido evento foi realizado em Manaus em 2011.

sido as suas contribuições efetivas, em outras palavras, quais as melhorias sociais ela teria trazido para os povos indígenas do Amazonas, qual a amplitude de sua política.

Em páginas precedentes, já foi dito que a SEIND nasceu das reivindicações do movimento indígena do Amazonas, dos encaminhamentos saídos das assembleias e conferências realizadas exclusivamente para tratar das políticas públicas com a participação dos povos indígenas. Nesse sentido, com todos os elementos para ser exitosa, ocorre que os meios e os recursos necessários para viabilizá-la não foram disponibilizados a contento, denotando a falta de interesse do Estado, cujos discursos se sobrepõem às práticas.

Desde antes da criação da FEPI e da SEIND, até o presente momento, o movimento indígena do Amazonas se empenhou em dialogar com Estado nação. Ocorre que para concretizar esse esforço, faz-se necessária a existência de interlocutores dispostos a dialogar. No entanto, os fatos sinalizam ser essa apenas uma vontade dos povos indígenas. As forças e as dinâmicas de poder que perpassam os preâmbulos do modelo de sociedade ocidental com a qual dialogam evidenciam serem desafiadores esses propósitos, dadas as divergências de interesses.

#### 4.3 O ESTADO, OS AGENTES SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM CURSO NO RIO NEGRO

Nos dois subcapítulos que antecederam este específico ao rio Negro, apresentou-se um breve panorama sobre a dificuldade do Estado brasileiro em construir uma política indigenista coerente com as especificidades da cultura indígena e, principalmente, de elaborar políticas públicas para os povos indígenas contemporâneos, dadas as concepções equivocadas sobre os povos e suas culturas, desde a época da colonização, e que ainda hoje estão fortemente arraigadas no imaginário coletivo dos não indígenas.

Tais percepções têm raízes em algo mais profundo: o paradigma dominante sob o qual foram construídos os modelos de sociedade e de ciência (SANTOS, 2010), caracterizados por posturas etnocêntricas. Em termos específicos ao modelo de ciência, criou-se uma indiferença à heterogeneidade de conhecimentos, sendo

estes subestimados e relegados à condição de inferiores. Isso se deve ao fato de que a racionalidade científica é “um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as outras formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras” (SANTOS, 2010, p. 21).

No rio Negro, estão presentes esses modelos de racionalidade. Em muitas falas das lideranças indígenas sobre as políticas públicas para a região elas enfatizam que tais políticas estatais são falhas, fragmentadas, havendo uma “ausência” do Estado. Pode-se dizer que, de fato, há um distanciamento entre o desejado e o realizado em termos de políticas públicas que atendam às demandas e necessidades dos povos indígenas da região. Contudo, o Estado não é de todo ausente, em termos de presença física, pois sua limitação é conceitual e estrutural, na forma de ver e reconhecer o valor dos povos indígenas para a região e para o Brasil.

Nessa região, deparamo-nos com um caleidoscópio de presenças não indígenas, agentes sociais procedentes de instituições governamentais e não governamentais desenvolvendo atividades na área da saúde, educação, segurança, meio ambiente, dentre outros, relacionados à gestão territorial e ambiental na região. Entretanto, apesar da atuação desses agentes sociais, ainda não há políticas públicas que provoquem as mudanças necessárias nas relações sociais entre indígenas e não indígenas. Em termos gerais, as atividades desenvolvidas simbolizam ações pontuais, em que, cada um dos agentes sociais do Estado, realizam suas atividades, a partir de seu eixo e de sua relação de poder, com poucos diálogos entre si e com poucos resultados para os povos indígenas.

Em relação às instituições governamentais, particularmente, as localizadas no alto rio Negro, verifica-se que grande parte delas estão voltadas para a segurança nacional, justificadas por se tratar de uma região localizada em uma faixa de fronteira: Brasil, Colômbia e Venezuela, portanto, segundo a ótica do governo brasileiro, necessitando de uma estratégia para garantir a segurança nacional<sup>26</sup>.

Dentre os órgãos que fazem parte desse cenário está o Exército, que mantém no município o Comando de Fronteira do Rio Negro e o 5º Batalhão de Infantaria de Selva (5º BIS), com os Pelotões Especiais de Fronteira em Iauaretê, Querari, São

---

<sup>26</sup>O município de São Gabriel da Cachoeira foi incluído como área de segurança nacional em 1968, por meio da Lei Federal 5.449 tendo, a partir de então, a presença e a ação militar na região.

Joaquim, Pari-Cachoeira e Tunui. Também compõe o arsenal do exército na região a 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

A aeronáutica opera na região por meio do 7º Comando Aéreo (7º COMAR), que possui uma base no aeroporto local e um destacamento do IV Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego (CINDACTA IV). Funciona ainda o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de São Gabriel da Cachoeira (DTCEA-UA), primeira unidade de vigilância do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e parte integrante do Sistema de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (SISDACTA), inaugurado em 1995, responsável pela operação e manutenção do radar instalado na sede municipal.

A Marinha está no município com o Nono Distrito Naval e o Destacamento de Inspeção Naval, cuja finalidade é orientar e fiscalizar as embarcações, uma ação voltada para a “salvaguarda da vida humana, segurança da navegação e a prevenção da poluição ambiental por parte das embarcações”<sup>27</sup>. A criação desse destacamento no município seria o de cumprir os objetivos da Marinha do Brasil de aumentar sua presença na Amazônia, em consonância com a estratégia nacional de defesa naval.

As representações desses órgãos possuem sede do município de São Gabriel da Cachoeira, onde está também a Polícia Federal, portanto, uma forte estrutura de poder voltada para a “soberania nacional”. Apesar dos objetivos desses órgãos tenderem à proteção e à segurança dos povos indígenas e do território brasileiro, muitos são os conflitos oriundos das relações sociais entre os agentes sociais (indígenas e não indígenas). Em várias assembleias da FOIRN e em demais reuniões, já foram citados pelas lideranças casos de abusos e descaso por parte dos agentes sociais encarregados pela segurança.

Além dos órgãos ora citados, há vários outros agentes sociais do governo presentes na região. É o caso da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão responsável pela política indigenista, que desenvolve suas atividades na região há pelo menos quatro décadas, quando funcionava o antigo SPI. Atualmente, possui postos nas principais calhas dos rios, especialmente, nas áreas de fronteira, estando a Coordenação Regional Rio Negro localizado na cidade de São Gabriel da

---

<sup>27</sup> Marinha do Brasil: atuação na Amazônia. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/atua%C3%A7%C3%A3o-na-amaz%C3%B4nia>>. Acesso em : 10 dez. 2014.

Cachoeira, tendo à frente uma liderança, membro do movimento indígena do rio Negro.

Essa instituição foi muito criticada pelos povos indígenas, pois eles consideravam sua atuação limitada e desconectada dos interesses indígenas. Nos últimos anos, essa concepção vem se modificando em função da nova postura do órgão que delineia hoje um novo tipo de gestão, focado no planejamento participativo, sobretudo, em relação à implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), havendo um estreitamento do diálogo com os povos indígenas, no caso do rio Negro mediado pela FOIRN.

Pautado nesse propósito, a instituição indigenista tem discutido seu planejamento estratégico com a participação das lideranças da Federação, bem como realizado atividades como cursos e capacitações para essas lideranças. Por meio da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial, desenvolveu dois módulos do Programa de Capacitação em Proteção Territorial em São Gabriel da Cachoeira/AM, com o objetivo de “fortalecer as ações de proteção territorial realizadas tanto por servidores do órgão quanto por indígenas na região, que sofre constantemente com o trânsito ilegal de pessoas associadas ao narcotráfico, ao garimpo, à pesca esportiva e à extração de piaçava, entre outros ilícitos” (FUNAI, 2014, p.1).

De modo a implementar uma gestão participativa, a FUNAI criou o Comitê Regional Rio Negro, um órgão colegiado vinculado à Coordenação Regional Rio Negro, estruturado para “garantir a participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definem políticas públicas”, em conformidade com o que preconiza a Constituição de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT), e também em consonância com as diretrizes da PNGATI.

Nesse rol de Instituições do governo presentes em São Gabriel da Cachoeira, destacam-se as de ensino superior. A mais antiga na região é a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que chegou há cerca de 20 anos, quando foi ofertado o curso de Filosofia, resultado de uma “articulação feita pelas lideranças indígenas com a Universidade para levar formação universitária para a região”<sup>28</sup>, um marco histórico na interiorização da referida instituição.

---

<sup>28</sup>Relato de uma liderança protagonista do movimento indígena do rio Negro, ao falar sobre as ações do movimento suas lutas e conquistas. Depoimento cedido em São Gabriel da Cachoeira, em novembro de 2012.

Em 2010, a UFAM iniciou a uma experiência inovadora com a implementação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”, ofertando três turmas (Baniwa, Nheengatu e Tucano), correspondente aos territórios culturais para indígenas de três polos território-linguísticos: Baniwa, Tukano e Nheengatu, realizado nas comunidade de Taracua do polo Tukano, no rio Uaupés; comunidade de Cucuí do polo Nheengatu, rio Negro; comunidade Tunui Cachoeira do polo Baniwa, rio Içana.

Além da licenciatura intercultural, estão em andamento outros cursos, a exemplo das licenciaturas ofertadas por meio do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), em diversas áreas<sup>29</sup>, com a participação de mais de 400 professores indígenas, a maioria deles vindos das distintas comunidades da região que, nos períodos de férias escolares, se deslocam para a cidade para participarem da formação.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) é outra Instituição de ensino superior que atua em São Gabriel da Cachoeira, funcionando desde 2002 com o Programa de Valorização e Capacitação de Professores (Proformar I), vinculado ao Curso Normal Superior. Atualmente, são oferecidos diversos cursos de bacharelado e licenciatura<sup>30</sup>. Sua presença se caracteriza ainda por uma atuação incipiente, necessitando de maior envolvimento com a comunidade local, de modo a garantir a implementação de cursos condizentes com a realidade e com as demandas e necessidades da população.

A antiga Escola Agrotécnica, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), iniciou suas atividades em 1995 e, ao longo dos anos, propôs-se a dialogar com as instituições representativas dos povos da região e a estruturar uma formação compatível com a realidade local. Consta no histórico da instituição que, em 1998, em decorrência das novas diretrizes do MEC, buscaram apoio junto à FOIRN e ao ISA para elaborarem uma proposta compatível com as peculiaridades da região, a partir de então, tornaram-se parceiros. Hoje, como instituição de ensino superior, possui vários cursos de graduação, dá-se destaque

---

<sup>29</sup>Sociologia; Língua Espanhola; Educação Física; Ciências Biológicas; Química; Física; Artes (música e Artes Plásticas). Disponível em: <<http://www.ufam.edu.br>>.

<sup>30</sup>Bacharelado em Ciências Econômicas e Educação Física; as licenciaturas em Química e Matemática; os cursos tecnológicos: Tecnologia em Gestão em Turismo e Tecnologia de Produção Pesqueira. Disponível em: <<http://www.uea.edu.br>>.

ao curso de Licenciatura Intercultural em Física, criado para atender às demandas dos povos indígenas.

É possível encontrar ainda cursos técnicos ofertados pelo Centro de Educação Tecnológica (CETAM). São cursos de curta duração ministrados por profissionais que se deslocam para o município para realizá-los, contudo, não existe sede própria na cidade de São Gabriel da Cachoeira, nem há uma regularidade na oferta dos cursos de modo a contemplar quem mora nos distritos indígenas.

Órgão como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), dentre outros, também estão na região. Entretanto, as atividades desenvolvidas ainda são restritas a uma pequena parcela das comunidades, não havendo políticas públicas estruturais apropriadas para a região. As lideranças enfatizam que as comunidades distantes poucas vezes são contempladas com as atividades dessas instituições.

Em termos gerais, pode-se dizer que o Estado brasileiro opera na região do rio Negro em várias áreas, mas a questão em discussão não é sua presença em si, mas a forma como atua, caracterizando-se em programas, não em políticas públicas elaboradas a partir das demandas dos povos indígenas. Em virtude dessa realidade, poucos são os benefícios para os povos e para a região, fato que leva as lideranças indígenas a se posicionarem criticamente, cobrando mudanças.

Observa-se, na região, uma insatisfação geral em relação à atenção aos direitos básicos (saúde, educação, alternativas de renda, e outros), daí as constantes mobilizações por melhorias sociais. Nos relatos das lideranças indígenas, o Estado brasileiro aparece como uma entidade ausente; elas afirmam que suas comunidades são “abandonadas pelo Estado, pois “no dia a dia são as próprias comunidades que trabalham para o seu bem-estar, sem poder contar com esse Estado” (liderança indígena da COIDI, julho de 2013). Esta é uma frase recorrente na fala de várias das lideranças do rio Negro que comungam dos mesmos sentimentos. Para os que moram nas áreas de fronteiras, nem mesmo a presença do Exército é positiva, pois além de não evitarem a entrada de álcool e outras drogas ela gera conflitos por sua relação com as comunidades.

Essa ausência é sentida em todos os níveis: federal, estadual e municipal. As lideranças e os povos indígenas entendem que em todos eles há falta de compromisso com a região e seus moradores. Em nível local, consideram que há

muita negligência por parte dos políticos que justificam sua falta de interesse, alegando se tratar de uma região de jurisdição do governo federal, dadas suas características de terras indígenas, ou seja, se utilizam de um discurso inconsistente e improcedente.

O cerne do problema está no modelo ocidental de sociedade, ou melhor, nas organizações e países que promovem a supremacia desse modelo, tido como o ideal a ser seguido, desqualificando a diversidade cultural, não reconhecendo a existência dos múltiplos saberes, uma vez que se pauta em uma visão de desenvolvimento caracterizado por ignorar essas riquezas culturais, vistas de forma equivocada. As noções de desenvolvimento e progresso, como noções neutras e universalmente desejadas, obscurecem as relações de poder e domínio (econômico, político, cultural, tecnológico, entre outros) que ocorrem tanto no interior das nações quanto nas nações entre si (MORIN, 2000).

A diversidade cultural é regida por racionalidades heterogêneas que demandam políticas que contemplem projetos plurais, como o são os povos da região. A mobilização dos povos indígenas do rio Negro não se restringe à garantia de direitos, ela pressupõe mudanças nas relações sociais com os não indígenas. Luciano (2006a) observa que eles chamam a atenção para as propostas de desenvolvimento criadas pelo Estado brasileiro, as quais possuem pouca ou nenhuma validade, pois não proporcionam as melhorias desejadas e estão longe de provocarem as mudanças tidas como necessárias. Por esse prisma, a ação do Estado mostra-se frágil e reafirmadora dos velhos projetos civilizatórios apenas revestidos de novos discursos e novas práticas.

As lacunas deixadas pelo Estado brasileiro, por sua inoperância em termos de políticas públicas condizentes com os contextos socioculturais, abrem espaços para a atuação de outras instituições, a exemplo das de vertente religiosa, as chamadas “missões” que trabalham com a assistência social e a conversão religiosa. Mas há, ainda, outros agentes sociais que vão se projetando na região e, gradativamente, assumem os lugares e as práticas que deveriam ser conduzidas pelo Estado. Provavelmente a maior característica da política no rio Negro seja a diversidade de relações sociais entre povos indígenas e agentes sociais que atuam no terceiro setor.

## **5. A FOIRN E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS E O *BEM VIVER* NO RIO NEGRO**

O foco deste capítulo se concentra na articulação e organização/mobilização das lideranças indígenas do rio Negro, representantes dos povos da região, na elaboração de uma proposta de gestão dos territórios indígenas. Uma proposta construída de forma coletiva e processual com a finalidade de apresentar ações, programas e projetos para o *bem viver* das comunidades indígenas, para a proteção dos territórios e para a manutenção da diversidade cultural da região.

O ponto de partida da análise se concentra no contexto histórico em que viviam os povos indígenas e os fatores que decorreram na criação da FOIRN, relacionando as bases nas quais se fundamentam os princípios que orientam as suas ações e, sobretudo, os objetivos que pretende alcançar.

Em seguida, apresentam-se as experiências das lideranças com a elaboração e gestão de projetos objetivando melhorias sociais nas comunidades, fazendo-se uma discussão sobre os projetos já executados, aqueles em fase de execução e, ainda, as propostas a serem implementadas e que estão postas no planejamento estratégico da FOIRN como prioritários.

As discussões do capítulo envolvem as ações da FOIRN no passado e que foram importantes para as conquistas no presente, cuja projeção vislumbra os projetos de futuro. Em vista disso, discute-se, neste capítulo, a política indígena delineada pelas lideranças filiadas à Federação, como ações coletivas, interculturais e de parcerias, nas quais se fundamentam a proposta de gestão dos territórios indígenas para o *bem viver* no rio Negro. É neste capítulo que também são tecidas algumas considerações sobre a noção de *bem viver* e, como ela se incorpora nas atuais propostas indígenas de gestão dos seus territórios.

### **5.1 A CRIAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN) E A ESTRUTURAÇÃO DE UMA POLÍTICA INDÍGENA PARA OS POVOS DA REGIÃO**

Ao longo da tese foram apresentadas algumas informações sobre a FOIRN, feitas em linhas gerais apenas para contextualizá-la e introduzir as discussões.

Neste capítulo, a Federação é problematizada em maior profundidade, procedendo-se a um detalhamento da estrutura que a compõe (física e subjetiva), pois é por meio dela que as lideranças indígenas do rio Negro realizam a gestão dos seus territórios.

Em páginas precedentes, assinalou-se que a FOIRN foi fundada em 1987, durante a II Assembleia Indígena do rio Negro<sup>31</sup>, com a missão de viabilizar a relação e a comunicação entre os povos indígenas (as comunidades localizadas ao longo das calhas dos rios), o movimento indígena e o Estado brasileiro (ESTATUTO SOCIAL, 2002). Uma relação/comunicação que logo, nos primeiros anos, se estendeu à organização do terceiro setor que, inicialmente, assumiu o papel de assessor, transformando-se com o passar dos anos em parceiro.

Está posto nas falas das lideranças indígenas que, ao criarem uma Federação indígena, traziam, especialmente, o desejo de provocar mudanças nas relações assimétricas tão fortes na região. Durante a entrevista com uma das lideranças do movimento indígena, obteve-se uma longa narrativa sobre a fundação da FOIRN, o cenário da época e as motivações para criá-la:

Em 1987, em São Gabriel da Cachoeira, os índios se reuniram para discutir tudo que vinha acontecendo [...] desde pequena a gente era mandado por outras pessoas, políticos, governos e prefeitos, onde estes pegavam os benefícios que vinham para o povo e não repassavam”. Manuel Moura me convidou para participar da reunião da assembleia, aquela era a segunda assembleia indígena, onde os participantes tinham o objetivo de criar outra organização além da FUNAI, ideia esta que partiu dos próprios participantes e não apenas de um líder. Quem fundou a assembleia foram os irmãos, Pedro Machado, Benedito Machado e Álvaro Machado, mas nessa assembleia foram todos os presentes quem decidiram como ia ser a Federação. (Depoimento de liderança indígena Dessana, protagonista do movimento indígena do rio Negro, cedido em maio de 2013).

Em todas as falas das lideranças entrevistadas, enfatiza-se que a criação da FOIRN foi fruto de um conjunto de articulações e mobilizações conduzidas pelos próprios povos indígenas que lutavam em defesa das terras indígenas e contavam com a colaboração de alguns simpatizantes da causa indígena que, no momento, estavam na região e os auxiliavam nessa luta. Um processo que envolveu inúmeros conflitos, especificamente, os relacionados às expectativas quanto ao futuro dos povos e quanto aos interesses de outros agentes sociais presentes na região.

---

<sup>31</sup> De acordo com o relato das lideranças a I Assembleia Indígena do Rio Negro aconteceu no distrito de Tarauacá e foi organizada pela União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (Ucirt).

As opiniões divergentes entre os povos indígenas quanto ao futuro desejado acirravam esses conflitos. Havia tensões entre os que defendiam a manutenção da cultura de cada um dos povos e aqueles que queriam maior inserção no mundo do “branco”. Essas opiniões estavam inseridas num jogo ainda maior – o das forças políticas vigentes em nosso país, pois os interesses dos militares e de outros agentes sociais presentes nesse cenário faziam eco e confundiam os povos indígenas.

Com o tempo, os conflitos foram sendo atenuados, e isto se deu em função das articulações, negociações e acordos firmados, fazendo prevalecer o desejo da maioria. Hoje, há um consenso entre as lideranças indígenas de que o diálogo é o caminho mais apropriado na construção de uma política indígena para o rio Negro. Também consideram que o contato e mesmo acessar alguns elementos que não pertencem à cultura indígena, não a macula, por tratar-se apenas de um diálogo, sendo com essa proposição que a FOIRN opera.

A FOIRN é, conforme consta no seu Estatuto Social (2002, p.1), uma organização “civil de direito privado e sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência”. Uma instituição criada exclusivamente por indígenas da região, representantes dos povos, referendada por suas percepções, suas escolhas e trajetórias.

Nota-se pelo disposto no referido Estatuto, assim como nos relatos das lideranças, a abrangência dos propósitos da Federação, os quais são pautados nas demandas vindas das comunidades, mas também se originam dos diálogos interculturais, na noção de “autonomia e protagonismo”, materializados na luta pelos direitos adquiridos e pela garantia de novos direitos relativos à promoção da diversidade cultural que representam. São esses objetivos que mobilizam as lideranças indígenas, representativas das bases, e conduzem ao planejamento das ações da FOIRN. Esses objetivos visam:

I - Promover ações que garantam o cumprimento dos direitos constitucionais assegurados aos povos indígenas; II–Promover ações nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento econômico e social, visando o bem estar dos povos indígenas do Rio Negro; III–Promover, valorizar, preservar e revitalizar a cultura dos povos indígenas do Rio Negro; IV– Estimular o desenvolvimento socioeconômico das comunidades indígenas do Rio Negro através da garantia do acesso e gestão democráticos e ecologicamente sustentáveis aos recursos naturais existentes em suas terras; V–Representar os interesses de suas associadas e das comunidades indígenas do Rio Negro junto aos órgãos, públicos ou

privados, que direta ou indiretamente atuem na região do Rio Negro; VI– Promover a defesa judicial e extrajudicial do meio ambiente, do patrimônio cultural, material e imaterial, e dos interesses das comunidades indígenas do Rio Negro; VII–*Promover ações de Assistência Técnica e Extensão Rural indígena (ATER Indígena) para as comunidades e povos indígenas*<sup>32</sup>. (FOIRN, 2002, p. 1).

Para concretizar esses objetivos, os indígenas seguem uma dinâmica complexa envolvendo uma “rede” de relações sociais composta pelos povos indígenas do rio Negro e outros povos (parentes) que vivem nas fronteiras (Brasil-Colômbia-Venezuela) e, ainda, por agentes sociais não indígenas, representantes de instituições governamentais e não governamentais.

No rol dessas relações, destacam-se as associações indígenas filiadas à Federação, pois elas são as “malhas” e/ou as “teias” por meio das quais a FOIRN se legitima como uma federação representativa dos povos da região. Essas associações seguem diretrizes específicas que estabelecem os objetivos e a representatividade nos processos decisórios da Federação, sendo os pré-requisitos necessários à afiliação:

Art. 4 Poderão se associar à FOIRN associações indígenas que representem uma ou mais comunidades indígenas situadas ao longo da Calha do Rio Negro, seus afluentes e subafluentes. § 1o. Poderão também se associar à FOIRN, sem direito de voto em Assembleia Geral ou no Conselho Diretor, as associações que, formadas exclusivamente por índios, representem categorias profissionais ou grupos de interesse econômico. Art. 5 Todas as associações filiadas terão iguais direitos e igual poder decisório nas instâncias deliberativas, com as exceções previstas neste estatuto, podendo frequentar a sede da FOIRN, tomar conhecimento dos projetos e trabalhos em desenvolvimento, bem como solicitar apoio nas causas de seu interesse. (FOIRN, 2002, p. 2).

As motivações das comunidades para criarem uma associação são diversas, variando de uma para outra. Contudo, de modo geral, elas seguem uma dinâmica já mencionada, a de ser o canal de comunicação e representação extracomunitária. Nos dias atuais, elas são, principalmente, parte de uma rede dialogal que envolve a FOIRN, os povos indígenas e outros agentes sociais externos. Essas associações

---

<sup>32</sup> O sétimo objetivo, em negrito, foi criado em 2010 durante a Assembleia Geral Ordinária da FOIRN, realizada no município de Barcelos, que entre as pautas incluía alterações no Estatuto Social da Federação para que pudessem concorrer à Chamada Pública para seleção de entidade executora de Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas para o Território Rio Negro da Cidadania Indígena – Estado do Amazonas. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA Secretaria da Agricultura Familiar – SAF.

compõem a FOIRN e existe, tanto por parte da Federação quanto de seus parceiros, interesse em apoiar e fomentar essa estrutura associativa.

Fundadas tendo como base as associações formais não indígenas, elas seguem caminhos próprios, pois são criadas coletivamente no domínio de suas comunidades que decidem sobre as formas administrativas e os mecanismos democráticos de participação. Há, também, uma preocupação em estruturarem os seus estatutos em consonância com as diretrizes dispostas no Estatuto Social da FOIRN, isto porque como bem observa uma liderança “a FOIRN é a mãe e as associações são os filhos”<sup>33</sup>.

A distribuição e localização dessas associações ocorrem em toda a região do rio Negro, entretanto, há lugares com maior concentração de associações onde o “fenômeno associativo” tem expressiva força organizativa. No Estatuto Social da FOIRN, art. 7, estão definidas as cinco sub-regiões que conformam a sua área de abrangência, nas quais essas associações estão localizadas e estruturadas para fins de representatividade na Federação:

As associações indígenas filiadas à FOIRN serão agrupadas, para fins eleitorais e administrativos, nas seguintes regiões:  
região do rio Içana e seus afluentes;  
região do Balaio Uaupés e rio Tiquié, e seus respectivos afluentes;  
região do médio e alto rio Uaupés e rio Papuri, e seus respectivos afluentes;  
região do alto rio Negro e Xié;  
região do baixo rio Negro e seus afluentes. (FOIRN, 2002, p. 3).

Essas subdivisões são, principalmente, uma forma de caracterização do território para além da demarcação de uma estrutura física e/ou fronteiriça feita nos moldes do Estado brasileiro. Ela parte da compreensão das lideranças indígenas sobre seus territórios, a forma como os veem e como se organizam nele, levando em conta, dentre outros: o curso dos rios e sub-bacias da região, as especificidades culturais, linguísticas e, essencialmente, a estrutura política organizada pelas lideranças do movimento indígena do rio Negro.

As sub-regiões, compreendidas enquanto configurações culturais e políticas, foram se delineando a partir da criação da FOIRN quando conseguiram captar os primeiros recursos financeiros e iniciaram as atividades na região, momento em que entenderam ser necessário modificar a sua estrutura para melhor gerir/cuidar dos

---

<sup>33</sup>Relato de uma liderança Tukano durante a XIV Assembleia da FOIRN, realizada no município de Santa Isabel do Rio Negro, em novembro de 2014.

territórios indígenas do rio Negro, por meio dela viram estratégias mais viáveis para alcançar as grandes extensões desses territórios, e, assim, executar as ações propostas no planejamento estratégico da Federação.

Em cada uma dessas sub-regiões, foram criadas Coordenadorias, uma estratégia de descentralização das ações da Federação, para consolidar uma gestão participativa. As lideranças entenderam que, por meio delas, seria possível ampliar e facilitar o diálogo com as bases (as comunidades indígenas), fomentando um sistema de comunicação e difusão das informações e dos conhecimentos gerados no interior da FOIRN, fortalecendo a rede dialogal. Essas Coordenadorias possuem representatividade dentro da estrutura organizativa e administrativa da FOIRN, estando assim definidas:

Coordenadoria das Organizações Indígenas do rio Tiquié e Uaupés - COITUA;  
Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco - CABG;  
Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté-COIDI;  
Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro-Xié - CAIARNX;  
Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro – CAIMBRN. (FOIRN, 2013, p.3).

De acordo com os relatos das lideranças, as discussões sobre a criação dessas Coordenadorias iniciaram em 2000, fato que decorreu na modificação do estatuto social da Federação para adequá-lo a nova configuração política vivenciada. Essa incorporação das cinco sub-regiões e das cinco Coordenadorias ocorreu em 2002, marcando uma importante alteração no Estatuto Social da FOIRN.

Durante a assembleia eletiva da Federação, em 2000, foram eleitos pela primeira vez para a gestão 2001-2004 cinco representantes para compor a diretoria – até então eram quatro. Entretanto, ainda não estava definido que cada um deles atenderia respectivamente a cada uma dessas cinco sub-regiões. Somente na assembleia de 2004, já com o Estatuto modificado, incluíram um integrante para representar a Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), até então sem representante. O quadro 5 apresentado a seguir destaca algumas informações sobre essas Coordenadorias.

**QUADRO 5:** Coordenadorias Regionais da FOIRN

COORDENADORIA	POVOS	SUB-REGIÃO	NÚMERO DE COMUNIDADES	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES <sup>34</sup>
<b>COITUA</b> Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Tiquié e Uaupés	Tukano, Tuyuka, Desano, Makuna, Hupda, Bará, Miriti-Tapuia, Barasana	Calha do Baixo Uaupés e Tiquié	65	29
<b>CABC</b> Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco	Baniwa e Coripaco,	Calha do rio Içana e seus afluentes	90	14
<b>COIDI</b> Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê	Tukano, Tariano, Piratapuaia, Wanano, Hupda, Arapaço, Miriti Tapuia, Tuyuka, Desana	Calha do médio, alto Uaupés e Papuri	200	20
<b>CAIARNX</b> Coordenadorias das Associações Indígenas do Alto Rio Xié	Baré e Werekana	Calhas do alto rio Negro e Xié	150	06
<b>CAIMBRN</b> Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro	Baré, Baniwa, Tukano, Werekana, Desana, Dow, Nadeb	Calha do médio e baixo rio Negro, incluindo os municípios de Santa Isabel e Barcelos.	61	16

Fonte: FOIRN, 2012, adaptado por CRUZ, 2014.

A soma das comunidades e/ou sítios agrupados nessas Coordenadorias é de 566, um número diferente dos dados apresentados nos outros capítulos da tese, quando cita-se a existência de 750 comunidades na área de abrangência da FOIRN. Observa-se que não há uma precisão quanto a esses números, nem no órgão indigenista encontra-se esse tipo de informação. Em virtude dessa realidade os diretores da FOIRN apontam a necessidade de realizar censos específicos na região. Mas essa diferença pode ser explicada também pela existência de associações não

<sup>34</sup> No total são 90 associações indígenas filiadas à FOIRN, sendo que destas cinco possuem suas sedes na cidade de São Gabriel da Cachoeira (FOIRN, 2012).

credenciadas à FOIRN, a exemplo da Associação Indígena de Mineração Sustentável da Serra do Traíra (AIMSST), que, portanto, não tem sua comunidade computada nessa conta.

As Coordenadorias, atualmente, recebem apoio para realizarem suas atividades e cumprirem os objetivos para os quais foram criadas, e isto ocorre por meio do projeto “Fortalecimento organizacional da FOIRN e das Coordenadorias Regionais”, financiado pela Embaixada Real da Noruega, desde 2010, via “Programa de Apoio aos Povos Indígenas”<sup>35</sup>.

O principal foco do projeto de Fortalecimento Organizacional é, como o próprio nome sugere, fortalecer as Coordenadorias Regionais, mediante ações que propiciem esse objetivo, dentre elas pode-se citar as apontadas pela FOIRN, a saber: construção de sedes, aquisição de equipamentos que gerem melhorias na comunicação e, principalmente, a realização de cursos e/ou demais atividades voltadas para a formação/capacitação dos coordenadores.

Nos últimos anos, cresceram as atividades da FOIRN conjuntamente com as Coordenadorias viabilizadas com os recursos da Embaixada. Isso ocorreu em virtude da propositura de consolidar uma gestão compartilhada, e também pela intenção da FOIRN em ampliar e assegurar seus domínios na área de atuação definida por ela e seus parceiros, tratando-se de um mecanismo de defesa dos territórios indígenas do rio Negro.

A CAIARNX foi a primeira Coordenadoria a ter sede inaugurada em 2014 como parte das ações do referido projeto. De acordo com o presidente, a construção desse espaço servirá para a realização de reuniões das associações de base, seminários e cursos de formação: “o espaço será de grande importância para a região, pois, nele serão realizados encontros, assembleias, cursos de formação e outros eventos que vão acontecer na região” (coordenador da CAIARNX, FOIRN, 2014).

As Coordenadorias COIDI e CAIMBRN reformaram as suas sedes. No caso da CAIMBRN, são consideradas sedes os prédios da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), em Santa Isabel do Rio Negro, e da Associação e Indígena de Barcelos (ASIBA), em Barcelos, decisão deliberada

---

<sup>35</sup>A iniciativa de um apoio norueguês para povos indígenas foi estabelecida pelas autoridades norueguesas em 1983. São apoiados projetos nas Américas, África e Ásia, principalmente por meio de recursos destinados a Associações Indígenas e organizações não governamentais (ONGs) indigenistas locais, norueguesas e internacionais.

durante a assembleia sub-regional, ficando definidas essas associações como de referência da CAIMBRN. A CABR e a COITUA iniciaram a construção de suas sedes em 2014, ambas com recursos do projeto financiado pela Embaixada da Noruega.

Um dos pontos centrais do projeto de Fortalecimento Organizacional é a formação/capacitação das Coordenadorias algumas ações estão sendo realizadas, em 2014, aconteceu o primeiro “Seminário de Avaliação e Planejamento das Coordenadorias Regionais da FOIRN”. De acordo com a FOIRN (2014) nesse evento, foram apresentados os relatórios de atividades do primeiro semestre; houve momentos para a troca de experiências; discussões sobre o entendimento sobre fortalecimento e outros assuntos destinados a colaborar com a formação das lideranças indígenas.

Nesse seminário, as lideranças também planejaram as atividades para o segundo semestre de 2014, tomando como direcionamento as duas linhas de ação das Coordenadorias Regionais: Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento Regional Indígena Sustentável, que seguem as diretrizes da FOIRN de viabilizar “Coordenadorias Regionais fortalecidas, atuantes e com autonomia e sustentabilidade” (FOIRN, 2014, p.2), intenções dispostas nas próprias diretrizes do PRDIS, sendo que, para as Coordenadorias alcançarem esses objetivos, é necessário que:

Lideranças das Coordenadorias Regionais (CRs) sejam continuamente capacitados; CRs com sedes estruturadas e bem equipadas; CRs com planejamento estratégico atualizado; Participação crescente de mulheres e de jovens nas CRs e associações de base; CRs conhecerem e interferirem nas políticas públicas; Atuação e articulação junto as Associações de base; CRs e associações de base realizarem periodicamente assembleias participativas e democráticas; CRs com boa estrutura de comunicação e transporte; CRs com maior autonomia financeira; CRs que visitam com regularidade as comunidades e associações de base; Lideranças das CRs comprometidas e atuantes; CRs ativas na implementação de ações de DRIS (Desenvolvimento Regional Indígena Sustentável). (FOIRN, 2014, p.2).

Convém destacar que esse seminário aconteceu na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, onde a FOIRN e seu parceiro ISA se reuniram com os representantes das cinco Coordenadorias para avaliarem as atividades já realizadas e planejarem as novas. Durante o ano, também, foram feitas assembleias locais nessas Coordenadorias para tratar de assuntos específicos a elas, e ainda assuntos comuns. Essas assembleias tiveram como tema “Valorizando Conhecimentos

Tradicionais e a Conservação da Biodiversidade”. Esse tema foi escolhido com a intenção de discutirem alternativas sustentáveis nas quais os saberes indígenas relacionados ao uso dos recursos naturais, a forma de viver e de se relacionar com a natureza continuem fortalecidos, princípios contidos no PRDIS.

Dando sequência às atividades, em fevereiro de 2015, a FOIRN e as cinco Coordenadorias voltaram a se reunir na cidade de São Gabriel da Cachoeira com os mesmos objetivos: avaliarem e planejarem as suas atividades. Na pauta do encontro, estava a atuação do movimento indígena em âmbito local e nacional, frente aos atuais acontecimentos que podem interferir nas ações da FOIRN e das Coordenadorias Regionais, seja de forma positiva, seja negativa.

No referido encontro foi colocado como tema para reflexão o atual momento político e, dentre os temas levantados, dois deles foram considerados ameaças aos direitos dos povos indígenas: a possível implantação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) e o desarquivamento da PEC 215/2000. A respeito do primeiro tema, a preocupação centra-se na mudança de sua natureza, tornando-se um serviço social autônomo de direito privado, passando a ser uma instituição sem fins lucrativos, mantida com recursos da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde, que prestaria atendimento de saúde aos índios, uma proposta que levanta inúmeros questionamentos, conflitos e divergências.

O segundo tema, não menos polêmico e conflituoso, é o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que tira do Executivo e traz para o Legislativo o processo de demarcação de terras indígenas. No final de 2014, após intensos embates entre parlamentares, movimentos sociais e indígenas, a PEC foi arquivada, infelizmente, ela volta à cena como pedido de desarquivamento, algo visto pelos indígenas como um crime, uma quebra dos direitos constitucionais. Portanto, com sérias implicações para os povos indígenas da região que ainda não tiveram suas terras demarcadas.

Entre as oportunidades para os povos indígenas no contexto atual citaram a PNGATI, já mencionado em páginas precedentes, vista como uma política favorável ao movimento indígena, pois está em consonância com a política desenvolvida no âmbito da FOIRN. No rio Negro, aproximação da FUNAI com o movimento indígena mudou a partir da criação do Comitê Regional Rio Negro (CRRN)<sup>36</sup>, que estreitou as

---

<sup>36</sup>O Comitê Regional Rio Negro, instituído pelo Decreto 7.056 de 28 de Dezembro de 2009, é um órgão colegiado vinculado à Coordenação Regional Rio Negro da Fundação Nacional do Índio- FUNAI, e tem como

relações entre as instituições e viabilizou a realização de algumas atividades em parceria, algo que vem se intensificando com a instituição da PNGATI.

Em 2013, a reunião do CRRN teve como tema a “Promoção e Proteção dos Direitos Indígenas do Rio Negro para o *bem viver*”, na qual discutiram os direitos indígenas e, como consta no próprio título do evento, debateram sobre o “*bem viver*” dos povos da região, uma temática apropriada pela FOIRN que passou a ser utilizada pela FUNAI e pelos parceiros da Federação nas discussões sobre a gestão territorial e ambiental.

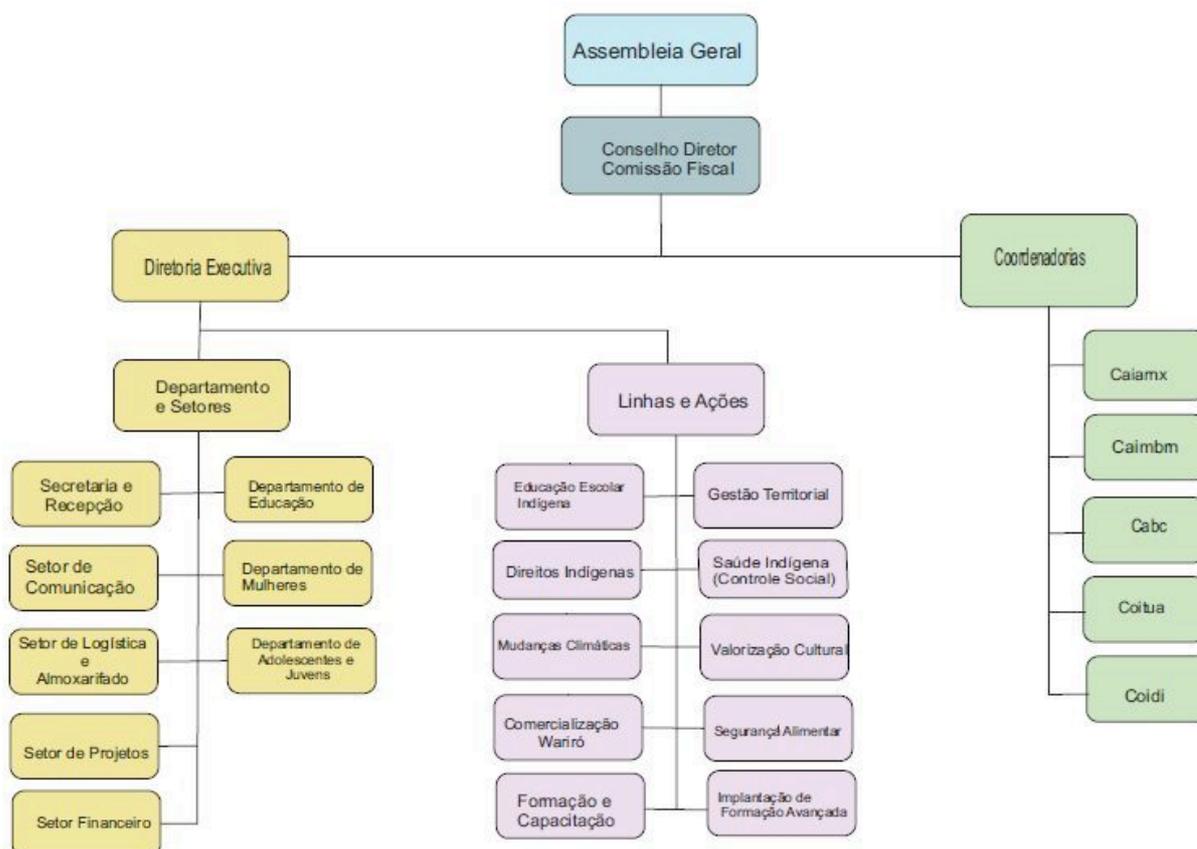
Aqui dá-se destaque ao uso da expressão *bem viver* como advinda da compreensão das lideranças indígena sobre a importância dos saberes indígenas, sobre o que significa para eles o *bem vive* - uma vida boa, integradora e o que precisam para estar e viver bem em suas comunidades. Certamente o diálogo constante com as bases/comunidades seja o elemento essencial para que as lideranças construam o discurso intercultural, observando-se o mesmo entre os seus parceiros.

Retomando as discussões sobre as Coordenadorias, faz-se, ainda, uma observação: nos últimos anos, elas tiveram maior participação no planejamento das ações da FOIRN, algo natural em virtude do próprio espaço que passaram a ocupar na nova estrutura organizacional e administrativa da Federação. Na figura 4 observa-se como elas estão dispostas na configuração política em vigor - um lugar de destaque decorrente do papel preponderante que desempenham. Vale frisar novamente que hoje nas eleições para diretoria são escolhidos um representante de cada Coordenadoria, representativas das cinco sub-regiões.

---

objetivo garantir a participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definem políticas públicas que lhes digam respeito (FUNAI, 2014).

**FIGURA 4:** Organograma da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro



**Fonte:** FOIRN, 2014. Disponível em: <<http://www.foirn.org.br/sobre-foirn/quem-somos/quem-somos/2015>>.

Nota-se que as Coordenadorias estão ligadas à Diretoria Executiva da FOIRN, os cinco diretores são representantes de cada uma das cinco sub-regiões, mas elas também possuem representantes residentes nas sedes dessas sub-regiões, as quais, de acordo com um membro dessas Coordenadorias “prestam assessoria técnica e política às atividades das associações indígenas, levando demandas até a diretoria da FOIRN”. Elas ainda contribuem com a gestão da Federação subsidiando-a com informações sobre as sub-regiões; organizando assembleias; realizando os processos de eletivos realizados localmente e outras atividades que compreende o modelo participativo e em rede da FOIRN.

Dá-se destaque novamente à configuração organizacional da FOIRN, a começar por sua estrutura física (a sede). Desde a criação da Federação, ela se situa na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Inicialmente, conforme os relatos das lideranças, era algo acanhado, uma pequena casa e uma série de dificuldades. Na época, não dispunham de recursos financeiros necessários para a manutenção da própria estrutura física, e tampouco para desenvolverem as ações planejadas. Um dos ex-diretores da Federação descreve o cenário após a demarcação das TI:

Nós conseguimos a demarcação do nosso jeito, o movimento venceu. Depois essa diretoria se viu sem condições de andar, não tinha recurso, a sede estava com 7 meses com a luz cortada, a água fazia tempo que não tinha. Ninguém queria ser diretor naquela época, porque não tinha dinheiro para pagar ninguém, mesmo assim a gente assumiu. Eu não tinha sido candidato, mesmo assim fui aclamado pela assembleia para assumir a FOIRN do jeito que ela estava e buscando solução para superar as dificuldades. (Depoimento de liderança indígena Baré, ex-diretor da FOIRN, cedido em maio de 2013).

Pelo relato da liderança, verifica-se que, nos primeiros anos, após a fundação da FOIRN, enfrentaram dificuldades de várias naturezas, as quais foram contornadas, de acordo com a mesma, pela “força e pelo protagonismo do movimento indígena da região” que os impulsionou, levando-os a buscarem os meios necessários para atingirem os propósitos e a razão de ser da Federação. Foi assim que se mobilizaram e conseguiram firmar as parcerias e obterem os recursos, iniciando uma nova fase

No começo contamos com o apoio do CIMI, que nos deu o maior apoio e outras organizações da igreja. Dependíamos muito do CIMI, havia outra fonte de financiamento, mas era contrária aos pensamentos da igreja. A igreja em alguns lugares ajudou e em outros atrapalhou, porém de modo geral ela mais ajudou que atrapalhou. Naquela época só recebia recurso de 2, 3 mil dólares, se tivesse o aval do bispo. Vendo essa situação vimos que estava muito difícil a caminhada, que nos estávamos sendo regrados, não podíamos avançar em algumas coisas, porque dependíamos do aval da igreja. Foi quando provocamos uma grande reunião e convidamos várias instituições. O CIMI, UNIR Brasil e vários que diziam apoiar o movimento. Foi três dias de trabalho, de discussão, falamos claramente, quem quiser nos ajudar, ajude, por favor não atrapalhem. A partir dessa reunião nossa voz atravessou o mar, o outro lado do oceano. Foi assim que nosso projeto atravessou o mar e chegou na recém criada Instituição Aliança pelo Clima. No país, na Alemanha, mas que tinha seu parceiro na Áustria, que até hoje luta pela causa e que na pessoa de Brune, tem nos apoiado. Foi a partir daí que nos conseguimos mostrar para o mundo e para as instituições qual era o objetivo do movimento - garantir seus direitos e sobretudo arranjar uma forma de sustentar a população que vive aqui e que vive em suas

comunidades. Acho que esse foi o maior evento de consolidação da FOIRN, e a partir daí essa parceria vem se fortalecendo. (Depoimento de liderança indígena Baré, ex-diretor da FOIRN, cedido em maio de 2013).

O apoio dado, inicialmente, pelo CIMI foi fundamental para que, a partir dele, pudessem ampliar suas parcerias. Foi o início da “rede” que tomou novas dimensões e que os conduziu à Coordenadoria das Organizações Indígenas da Cuenca Amazônica (COICA) e, por meio dela, à Aliança pelo Clima, seu primeiro financiador. Com os recursos obtidos por essa parceria, conseguiram realizar as viagens e chegar até as comunidades, pois até então não dispunham de meios para deslocarem-se até elas, conhecê-las e ouvi-las. Com os recursos captados conseguiram principalmente realizar a demarcação das terras indígenas, objetivo central da FOIRN.

Esse recurso foi obtido do antigo Instituto para a Cooperação Internacional (IIZ) pelo Programa “Aliança pelo Clima”<sup>37</sup>. A partir dessa parceria, materializam-se algumas das demandas das comunidades que foram transformadas em ações da FOIRN. Segundo a narrativa de uma liderança que ajudou a criar o movimento indígena do rio Negro, por meio dessa parceria estruturaram os mecanismos para a proteção das TI e para o fortalecimento organizacional. Com os recursos, compraram barcos, implementaram o sistema de radiofonia, construíram a sede da FOIRN, dentre outras iniciativas que permitiram à FOIRN cumprir o papel para o qual ela foi criada.

O Instituto para a Cooperação Internacional (IIZ), atualmente denominada de Horizont3000, portanto, é uma parceira/fonte financiadora de longa data, permanecendo até os dias atuais, pois continuam financiando as atividades da FOIRN, especificamente, as inseridas na linha de Fortalecimento Organizacional. Conforme as lideranças indígenas, foi por meio dela que o Instituto Socioambiental (ISA) tornou-se assessor da FOIRN, posteriormente, promovido ao cargo de parceiro.

As novas alianças projetaram a FOIRN e o movimento indígena do rio Negro, na medida em que os colocou em cenários internacionais, dando-lhes visibilidade e notoriedade como lideranças indígenas, engajadas na defesa de seus territórios, imprimindo-lhes o status de protagonistas na luta pela garantia de direitos e por melhorias sociais nesses territórios.

---

<sup>37</sup>Atualmente o Instituto para a Cooperação Internacional (IIZ) é denominado Horizont3000 e ainda mantém parceria com a FOIRN, financiando alguns de seus projetos.

Com os recursos oriundos da Horizont3000, a FOIRN construiu a sua sede, um prédio que funciona como escritório, lugar de decisões diárias, das negociações, do planejamento, seguindo uma estrutura semelhante à de uma instituição não indígena composta por diretorias, departamentos e outros setores, contudo, com características muito singulares, pois existe uma dinâmica própria criada pelas lideranças indígenas, caracterizadas pelas relações sociais e pela forma de gestão por eles estruturada. A figura 5 apresenta a fachada externa da referida sede.

**FIGURA 5:** Sede da FOIRN



Fonte: CRUZ, 2014.

A sede da FOIRN é o lócus onde as discussões e as deliberações feitas na maloca – a casa dos saberes indígenas – são implementadas. É na sede que as relações interétnicas, entre as lideranças indígenas e os agentes sociais não indígenas, são lapidadas e/ou confrontadas gerando tensões e acomodações. É o lugar da interculturalidade, um dos espaços favoráveis para as lideranças entenderem e apreenderem o universo não indígena, ou pelo menos, de se aproximarem dele.

É na sede que as lideranças indígenas se comunicam e negociam os projetos e ações que compõem as estratégias da política indígena. Lugar de decodificação dos códigos da cultura ocidental que os habilitam para o diálogo e para os embates pela garantia dos direitos indígenas e por seus projetos de futuro.

A maloca (casa dos saberes) é parte constituinte da sede da FOIRN. Nela, são realizadas as assembleias indígenas, eventos de suma relevância no aparato político da Federação. Ela é o local destinado para as reuniões, seminários, oficinas e outros, nos quais são tratados os assuntos de interesse dos povos indígenas. A casa de saberes também é o espaço para as celebrações e manifestações culturais. Na figura 6, apresenta-se a fachada da casa de saberes.

**FIGURA 6:** Maloca da FOIRN – casa de saberes indígenas



**Fonte:** CRUZ, 2014.

Há um conjunto de elementos físicos e subjetivos que compõem a FOIRN: a sede; a maloca; as associações indígenas; a malha de comunicação via radiofonia, mídias digitais e impressas; as relações interétnicas estabelecidas com os parceiros - agentes sociais e instituições governamentais e não governamentais. Todos esses são parte constituintes das redes relacionais que conformam o diálogo intercultural no rio Negro, são as redes intrínsecas à atuação das lideranças indígenas políticas.

A FOIRN é uma estrutura que se consolidou com o tempo e com as dinamicidades das relações sociais processadas dialeticamente. Para as lideranças, principalmente, para os precursores do movimento indígena do rio Negro, que acompanharam e fizeram parte da estruturação da Federação, ela é concebida como uma “escola”:

aprendi muito durante todos esses anos em que estive na diretoria, por isso tenho alguns planos. Eu ia sair para candidato a vereador mas o partido que eu pertencio deixou a desejar e por isso não fui! Mas estou preparado para outras oportunidades que aparecerem [...] a FOIRN não é uma instituição para construir algo para uma região, ela existe para defender os direitos dos povos indígenas do Rio Negro, foi criada para isso! Ela não pode ser vista como uma instituição pública! Nós devemos cumprir nosso papel de controle social para que nós possamos ser atendidos de uma forma melhor. É isso que queremos deixar para vocês. A FOIRN é uma escola quem entrar aqui vai aprender muito! E com isso nos dedicar para o nosso Futuro. (depoimento de liderança indígena da sub-região da CAIMBRN, ex-diretor da FOIRN, cedido em julho de 2013).

Essa concepção sobre a Federação também foi encontrada em outros depoimentos das lideranças durante a realização da XVII Assembleia Eletiva da FOIRN, em novembro de 2012. Ali elas narraram suas experiências no movimento indígena e dentro da Federação, destacando sobretudo os conhecimentos adquiridos que os possibilitaram compreender os meandros do universo não indígena e que os projetou como lideranças políticas. Para uma das lideranças mais antigas no movimento:

A FOIRN é uma escola, uma universidade! Hoje consigo discutir qualquer tema, em qualquer momento, em qualquer lugar, seja em nossa comunidade, no Brasil e internacionalmente como já tive oportunidade. No inicio eu era tímido, falava gaguejando, não sabia me expressar em português, com o tempo aprendi a me expressar e, assim me comunicar como devia para defender meu povo. Aprendi a me expressar e a me comportar como se deve dentro de uma Instituição. (Depoimento de liderança indígena Tukano, ex-diretor da FOIRN, cedido em julho de 2013).

A FOIRN é, por excelência, uma escola, particularmente sobre as relações com os não indígenas e com a sua racionalidade, um aprendizado necessário para preservarem os saberes e os territórios indígenas do rio Negro, um processo que envolve o domínio da linguagem da burocracia, dos projetos, dos direitos, da política, da economia, dentre outros da sociedade ocidental, cujos processos também se dão nas relações com os financiadores/parceiros, peças fundamentais dessa engrenagem.

No que diz respeito, por exemplo, à gestão dos territórios indígenas, entende-se que a participação das lideranças ocorre mediante uma conjuntura de dinâmicas dialéticas, imersas em diálogos interculturais, nos quais a FOIRN (sua estrutura física e subjetiva) é o elo preponderante. Em suma, a Federação é o lugar do

diálogo intercultural, sua natureza, seus objetivos e suas ações pautam-se nestes princípios.

Ao analisar a interculturalidade, Fleuri argumenta sobre a complexidade paradigmática que envolve o termo. Ele declara que “[...] a sua riqueza consiste justamente na multiplicidade de perspectivas que interagem e que não podem ser reduzidas por um único código e um único esquema a ser proposto como modelo transferível universalmente.” (FLEURI, 2003, p.17). O autor considera a educação inter ou multicultural como possibilidades pedagógicas que têm interesse em estimular relações de respeito e inter-relação dos diversos grupos socioculturais, dentro de uma perspectiva dialógica.

Este seria um caminho profícuo para se “respeitar as diferenças e de integrar as culturas, em uma ‘unidade que não as anule’, ou seja, uma forma de ultrapassar as “barreiras culturais que nos separam do outro”, construindo, assim, uma predisposição para a interação, a inter-relação e o diálogo (FREURI, 2003, p.17).

Verifica-se que essas premissas são entendidas e praticadas pelas lideranças, pois sempre buscaram o diálogo com a sociedade ocidental. Infelizmente, o mundo moderno produziu seus conhecimentos a partir da (in)diferença, classificando os conhecimentos, colocando-os como superiores e inferiores. Visões que as lideranças indígenas se empenham em combater por meio de suas performances ativistas, políticas, culturais e pela persistência no diálogo intercultural.

## 5.2 DO CONCEITO À PRÁTICA: PROGRAMAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS NAS TERRAS INDÍGENAS DO RIO NEGRO COM A PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS

Vêm-se contextualizando, ao longo da tese, os projetos pilotos implementados no Alto Rio Negro pela parceria FOIRN/ISA, entretanto, há outros projetos desenvolvidos nas comunidades indígenas sem essa parceria, e/ou apenas com o apoio da FOIRN na mediação da captação dos recursos, a exemplo dos projetos financiados pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do PDPI.

Também há projetos implementados exclusivamente pela iniciativa dos membros das associações indígenas que se articulam para levá-los para as suas comunidades. Apesar de terem pouco destaque em termos midiáticos,

diferentemente dos oriundos da parceria FOIRN/ISA, que ganham projeção em nível nacional e internacional, eles possuem significados muito peculiares para as comunidades e para as associações.

Para uma liderança da FOIRN, responsável pelo setor de projetos, é preciso ter uma visão ampla sobre a importância de um projeto e sobre o que ele representa hoje para as comunidades indígenas do rio Negro, isto porque:

A realidade das comunidades e a visão dos indígenas que nelas habitam mudou. Os indígenas não passam fome! Não é uma questão referente a subsistência diária, não é isso! Pois, eles coletam, eles caçam, plantam [...] tem suas dificuldades, mas não passam fome! Também não é uma questão de deixar de ser indígena em virtude dessa nova forma de pensar. Mas, com o contato com o mundo não-indígena, criou-se outras necessidades (roupas, rabetas, panelas, baterias, ferramentas, etc). As reivindicações dos povos indígenas, quando procuram projetos, não se trata de buscar suprir a subsistência, não é isso. A reivindicação é de outra natureza, é pela obtenção de renda para acessar essas outras necessidades que hoje fazem parte de seu cotidiano. (Depoimento de liderança indígena, vinculada ao setor de projetos da FOIRN, cedido em julho de 2013).

Essa é uma compreensão compartilhada por outras lideranças indígenas, principalmente por alguns diretores e ex-diretores da FOIRN, para os quais além da questão relacionada ao atendimento de necessidades criadas com o contato, levar um projeto para a comunidade é uma forma de evitar a saída dos povos de seus territórios, desde que tais projetos sejam pensados e executados pelas próprias comunidades e não por terceiros com visões e perspectivas diferentes.

No rio Negro, mais precisamente no Alto Rio Negro, a experiência com a elaboração e gestão de projetos, seja na área de valorização da cultura, proteção dos territórios e de alternativas econômicas, ocorre a partir da década de 1990, época que coincide com o “boom” da criação das associações indígenas. É nesse período que são implementados os projetos pilotos da FOIRN em parceria com o ISA e que, de certa forma, contribuem para que as associações se organizem para também se inserir no ramo dos projetos.

A implementação de projetos nas TI com a participação dos povos indígenas, seja como proponentes, executores e/ou parceiros, segundo dados disponíveis em um site do ISA<sup>38</sup> é bastante expressiva em termos numéricos. Em 2012, quando foi consultado pela primeira vez, havia a informação sobre a existência de 1500

---

<sup>38</sup> Sobre isso, conferir: Projetos com participação indígena. Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/regiao/1>>.

projetos cadastrados no sistema de dados do Instituto. Contudo, estavam disponíveis para consulta somente os implementados no período correspondente ao período de 2007 a 2012, e um referente ao ano de 1998, em virtude de ele ainda estar em andamento, no caso do projeto “Arte Baniwa”, pertencente ao povo dessa etnia.

Os projetos listados nesse período referem-se aos implementados na região do Noroeste Amazônico, constando um quadro com um total de 44 projetos. As informações dispostas no quadro continham apenas a identificação/nome, o convênio, ano de início e o enfoque. Ou seja, dados resumidos com pouca possibilidade de análise por não haver uma descrição mínima sobre os objetivos/finalidades, resultados preliminares ou os impactos desses projetos nas comunidades.

A falta de informação detalhada sobre esses projetos também é visível na própria FOIRN. Durante as entrevistas com os diretores, foram citados apenas alguns desses projetos, especificaram, sobretudo os projetos pilotos, já mencionados no segundo capítulo e os mais recentes, a exemplo do curso básico de “Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no rio Negro”, financiado pelo PDPI e os projetos de “Fortalecimento institucional da FOIRN das Coordenadorias Regionais”, financiados pela Embaixada Real da Noruega. Nos relatórios aos quais se teve acesso também não há informações detalhadas sobre os projetos.

Em consulta recente ao referido site do Instituto<sup>39</sup>, verificaram-se mudanças sobre os dados constantes à época da primeira pesquisa, estando as informações ainda mais simplificadas: o quadro com a relação dos projetos foi retirado, ficando apenas uns dados estatísticos. Os dados referem-se ao período correspondente a 2011-2015 e destacam a existência, não mais de 44 projetos, agora, seriam 104, mas não há uma relação com a identificação destes, nem qualquer detalhamento.

Consta no site do Instituto que as informações sobre esses projetos são obtidas por meio da busca em editais, convênios e contratos publicados em sites governamentais e não governamentais, envolvendo ainda a consultas no Diário Oficial da União (DOU) e pelo contato direto com as organizações indígenas do noroeste Amazônico. Esse percurso apontado pelo Instituto indica os caminhos que podem ser trilhados para aprofundar esses dados, para tanto é preciso uma

---

<sup>39</sup> Novos levantamentos foram feitos nos meses de dezembro de 2014 e janeiro de 2015.

pesquisa que se dedique exclusivamente na análise desses projetos implementados na região.

Destacam-se, no quadro 6, as informações sobre os 44 projetos que estavam listados no site citado, pois, mesmo simplificadas, a partir delas pôde-se fazer algumas análises e considerações sobre a participação dos povos indígenas (lideranças indígenas) nesses projetos.

**QUADRO 6:** Projetos implementados nas Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro.

NOME	CONVÊNIO	ANO DE INÍCIO	ENFOQUE
Centro de Valorização e Registro dos Saberes Tradicionais Baniwa e dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos na Aldeia	PCI 853 (AM)	2011	Cultura
Política da Língua das Comunidades	PCI 537 (AM)	2011	Cultura
Wariró - Valorização do Artesanato Tradicional dos Povos Indígenas do Rio Negro	PCAAB (AM)	2011	Cultura
Inclusão Social dos Indígenas da Região da Cabeça do Cachorro	FBB (AM)	2011	Geração de Renda
Panheexoopa Peemaka Matsia: Formação Profissional para o desenvolvimento Sustentável no Rio Içana	PDPI 389 (AM)	2010	Ambiente
Curso de Aperfeiçoamento da Língua Tariana	MINC (AM)	2009	Cultura
Segunda Fase do Centro de pesquisa, documentação, produção e difusão de saberes	IPHAN 715393/2009 (AM)	2009	Cultura
Educar Educação: O Horizonte dos Povos Indígenas	FBB 9341 (AM)	2009	Educação Escolar
Apoio à base de serviços de comercialização	PRONAT 0311.369-25/2009 (AM)	2009	Geração de Renda
Diagnostico Etnoambiental e Alternativas Econômicas Para os Hupda do Rio Negro	PDPI 411 (AM)	2008	Ambiente
Manejo Pesqueiro no Distrito de Iauareté	PDPI 375 (AM)	2008	Ambiente
WaiDeyu - Manejo Sustentável dos Peixes no Médio Rio Tiquié	PDPI 366 (AM)	2008	Ambiente
Curso de Formação de Gestores de Projetos Indígenas – FOIRN	PDPI 396 (AM)	2008	Cidadania e Representação Política
Direitos Indígenas, Fortalecimento Institucional e Governança na Bacia do Rio Negro, Noroeste Amazônico	RFN (AM)	2008	Cidadania e Representação Política
Fortalecimento Institucional de Associações Indígenas	EMBNOR (AM)	2008	Cidadania e Representação Política
Organizações indígenas e desenvolvimento sustentável no Alto e Médio Rio Negro (Consolidação)	HORIZONT (AM)	2008	Cidadania e Representação Política
Centro de articulação e referência em pesquisa, documentação, produção e difusão de saberes dos povos indígenas do Rio Negro	IPHAN 051/2007 (AM)	2008	Cultura
II Festival de Musica Indígena do Rio Negro	PDPI 412 (AM)	2008	Cultura
Wayurletawapurluiaixiwatserlibenamiti: resgate e valorização da cultura Werekena do Rio Xié	PDPI (AM)	2008	Cultura
YEPAPIRÔPORÃ BAHSESE - OS BENZIMENTOS DOS TUKANO YEPAPIRÔPORÃ	PDPI 455 (AM)	2008	Cultura

Educação Escolar Indígena no Alto Rio Negro	BRAZIL FOUNDATION (AM)	2008	Educação Escolar
Formação de crianças e jovens indígenas na Amazônia	UNESCO (AM)	2008	Educação Escolar
Oficina sobre Consumo e Renda - Bancos Tukano Kumurõ	CAFOD (AM)	2008	Geração de Renda
Construção da Maloca Escola da etnia Tukano/Yepapirõpora	CAFOD (AM)	2008	Infraestrutura
Diversidade Socioambiental na Amazônia: governança, proteção e manejo de recursos naturais	RFN (AM)	2008	Território
Roças Diversificadas de Taracuá (RDT)	PDPI 285 (AM)	2007	Ambiente
Usucipó - Uso Sustentável do Cipó Titica do Rio Castanha	PDPI 296 (AM)	2007	Ambiente
Encontro de Formação da Pastoral da Juventude Católica Indígena do Rio Tiquié em Pari Cachoeira	CAFOD (AM)	2007	Cidadania e Representação Política
I Festival de Músicas Indígenas Tradicionais e Adaptadas dos Povos Indígenas do Rio Negro	PCI 553 (AM)	2007	Cultura
Bayawi, Aprendizado da Língua e da Tradição Desana através de uma imersão espaço-temporal de convivência	PDPI 332 (AM)	2007	Cultura
Celebração das Festas Tuyuka	PCI 602 (AM)	2007	Cultura
Documentação de duas línguas da família Tukano Oriental	U.LONDON (AM)	2007	Cultura
Gestão dos conhecimentos para as futuras gerações Tuyuka	PDPI 307 (AM)	2007	Cultura
Kootiriyabahsa - Projeto Wanano de registro das danças tradicionais	PDPI 331 (AM)	2007	Cultura
Medicina Indígena	PCI 598 (AM)	2007	Cultura
Sistemas agrícolas Alto Rio Negro	PNPI (AM)	2007	Cultura
Valorização da língua, cultura e das danças tradicionais dos kotiria (Wanano)	PCI 360 (AM)	2007	Cultura
Wadenikaaaakhepa - Técnicas tradicionais de Cerâmica Baniwa	PCI 926 (AM)	2007	Cultura
Educação e Manejo do Médio Rio Tiquié	PCI 554 (AM)	2007	Educação Escolar
Pimentas na Bacia do Içana-Ayari: bases para a sustentabilidade da produção e comercialização	FAPEAM (AM)	2007	Geração de Renda
PDPI Estruturação da Piscicultura do Alto e Médio Tiquié e seus afluentes	PDPI 306 (AM)	2007	Infraestrutura
Diversidade etnoecológica no rio Tiquié: Paisagens Florestais Tuyuka	FAPEAM (AM)	2007	Território
Projeto Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali	RFN (AM)	2000	Educação Escolar
Arte Baniwa	HORIZONT/UE/MM A (AM)	1998	Geração de Renda

**Fonte:** Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/regiao/1>>. Acesso em: abr. 2012.

Dos 44 projetos listados no quadro, uma parte significativa destes foi implementada com recursos do governo brasileiro<sup>40</sup> e uma pequena parte com

<sup>40</sup> Ministério do Meio Ambiente/Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI); Fundação Banco do Brasil (FBB); Ministério da Cultura (MinC)/Prêmio Culturas Indígenas (PCI); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

recursos de fonte internacional<sup>41</sup> via parceria FOIRN/ISA. Os enfoques dos projetos são: ambiente; cidadania e representação política; cultura; educação escolar; geração de renda; infraestrutura; saúde e território.

É pertinente citar que, no site da FOIRN, não há informações sobre esses projetos. Há somente uma breve descrição/apresentação de três projetos: Centro de Referências Culturais do rio Negro; Centro de Referências nas comunidades indígenas e o projeto Pontos de Cultura Indígena do rio Negro, identificados no site da Federação como frutos da parceria FOIRN/ISA com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) do Ministério da Cultura, criados a partir do registro da Cachoeira de Iauaretê como Patrimônio Imaterial Brasileiro, em agosto de 2006, como uma das ações de salvaguarda referente ao Registro.

Contudo, em vários relatos das lideranças indígenas, tanto por aquelas ligadas diretamente à direção da FOIRN, quanto por aquelas que moram nas comunidades e são membros de alguma associação, os projetos orientados em “modelos alternativos de desenvolvimento” são de grande importância, pois representam uma das atuais estratégias objetivando à autonomia dos povos e à definição dos rumos de suas próprias histórias, num processo em que se firmam as alianças, por entenderem que elas fortalecem suas reivindicações por políticas públicas que extrapolem o atual modelo.

Silva (2012) faz análise acerca do papel desempenhado pelas organizações não governamentais na implementação de projetos pautados na noção de desenvolvimento sustentável, realizados com recursos financeiros nacionais e internacionais, tanto em comunidades de populações tradicionais quanto em comunidades indígenas, e, segundo a autora, de um modo geral, existe neles uma dependência na assessoria técnica e jurídica para formular e executar tais projetos, decorrendo na distorção do sentido de participação desses povos que, de legítima e incluyente, torna-se meramente ilustrativa.

No rio Negro, há um discurso de que os assessores são uma espécie de “decifradores” da burocracia que permeia todo o processo: da elaboração do projeto à execução e, principalmente, na prestação de contas dos recursos financeiros. É aí que o assessor/parceiro entra em cena, pois ele auxilia as lideranças, ensina o processo. No caso da FOIRN, o assessor/parceiro tem seus serviços remunerados,

---

<sup>41</sup>Horizont3000 - Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento/ Campanha Aliança pelo Clima; Institut de Recherche pour le Développement (IRD) e pela Fundação Rainforest da Noruega (RFN).

isto foi explicado por dois dos diretores, um deles observa que: “é dando que se recebe, não é uma relação de mão única, ela é de via dupla, o parceiro recebe uma parte do recurso referente à assessoria técnica.” (Depoimento de liderança Tukano, atual diretor da FOIRN, cedido em janeiro de 2014).

Ao analisar a participação das lideranças indígenas na implementação desses tipos de projeto, Luciano (2006a, p.136) diz que estes possuem um “caráter intervencionista moderno que os orientam, defendido voluntária ou involuntariamente por parte das agências públicas e privadas de desenvolvimento”, que são responsáveis pela formulação e implementação dos projetos. Este caráter intervencionista, de acordo com o autor, acaba confrontando-se com as culturas indígenas, na medida em que elas são fragilizadas diante dos processos de tecnificação e ampla integração econômica social, cultural e política.

Para o referido autor, muitos dos projetos hoje executados com a participação das lideranças indígenas sofrem dos mesmos males observados pelos conduzidos exclusivamente pelo Estado brasileiro. Em vista dessa realidade, muitos projetos resultam em fracasso, geram conflitos nas comunidades, uma vez que apenas simulam a participação, pois os princípios norteadores e ideológicos estão presos aos velhos paradigmas civilizatórios.

Considerando a análise dos projetos implementados no Alto Rio Negro, a exemplo daqueles executados via PDPI, bem como fazendo uma avaliação sobre a realidade dos povos indígenas, Luciano (2006, p.73) argumenta que os “projetos de desenvolvimento são necessidades atuais e desejos das comunidades indígenas, como meio de buscar o novo ideal de vida, espelhado no que eles acham ser o ideal de vida dos brancos”. Entretanto, as percepções sobre desenvolvimento são totalmente diferentes, pois quando os Baniwa:

reivindicam e lutam por melhoria de vida, o que eles estão querendo é o acesso aos bens utilitários e serviços públicos básicos que facilitem a vida concreta no dia-a-dia. Ou seja, ferramentas de trabalho que facilitem o manejo das rocas e o trabalho da pesca e da caça. Essa concepção de vida é muito diferente do ideal de desenvolvimento humano das sociedades brancas, no que diz respeito à capacidade de acesso a tecnologias, a bens e serviços, à renda per capita, a recursos materiais e intelectuais, numa perspectiva de acumulação infinita de riqueza. (LUCIANO, 2006, p. 74).

Portanto, são expectativas distintas quanto ao que seja “melhoria de vida” e “desenvolvimento”, pois se pautam em valores, não em discursos evasivos nos

quais estão apoiados os “modelos” de desenvolvimento, inclusive, os caracterizados como sustentáveis. Isto porque, o repertório discursivo do “neindigenismo integracionista moderno”, presente tanto nas noções de etnodesenvolvimento, quanto na de desenvolvimento sustentável, que propõem mudanças, na maioria das vezes não consegue implementá-las porque não são implementáveis, dados os paradigmas nos quais estão suas raízes (VERDUM, 2006, p. 27).

Para esse autor, isto ocorre em virtude das circunstâncias em que foram criadas e por serem imbuídas do paradigma indigenista hegemônico e da visão fragmentada. Tal fato não permite uma compreensão acerca da totalidade integrada e holística peculiar à vida dos povos indígenas, o que põe em xeque a autonomia indígena, uma vez que se faz necessária a presença de um aliado e/ou parceiro que ocupe a função de assessor de modo a traduzir a linguagem presente nessas propostas (VERDUM, 2006).

A respeito da inserção dos povos indígenas no contexto dos projetos pautados na noção de desenvolvimento sustentável, vistos como alternativas econômicas para as comunidades, são pertinentes as observações de Pareschi (2004, p.154) sobre a referida noção, de ser uma “versão da dinâmica adaptativa do próprio desenvolvimento, em que a sustentabilidade nada tem a ver com as preocupações ecológicas e sociais”. Portanto, uma questão a ser considerada, entretanto, não se limitando a ela, pois é também importante avaliar a:

complexidade semântica e política deste conceito que, por isso mesmo, serve tanto aos agentes tradicionais do desenvolvimento defensores do desenvolvimento não sustentável, no sentido ecológico, quanto aos agentes interessados na mudanças do modelo geral. (PARESCHI, 2004, p.156).

Ao apontar essa questão, a autora chama a atenção para a dinamicidade das sociedades, que diante de situações adversas reagem de forma criativa, assim “culturas são ressignificadas pela história em curso dos acontecimentos”, traduzidas para as realidades daqueles que delas se apropriam, com vistas a protegerem a si e aos seus territórios (PARESCHI, 2004, p.156).

Posição semelhante é apresentada por Leite Lopes (2006, p.50), o autor pondera que os cidadãos, ao serem atingidos por problemas ambientais, se apropriam de forma criativa do discurso ambientalista, e também criam formas peculiares de associativismo como mecanismo para a resolução das questões

socioambientais, algo similar ao que ocorre no rio Negro. Segundo o autor é nesse contexto que se dá a “ambientalização dos conflitos sociais”, o qual está relacionado à construção de uma “nova questão social e pública”:

ao participarem de encontros discutem os problemas ambientais, grupos como pescadores, trabalhadores rurais, ‘povos da floresta’, operários preocupados com a saúde do trabalhador apropriam-se das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecerem-se em conflitos com seus eventuais oponentes. (LEITE LOPES, 2006, p. 50).

Por esse prisma, os argumentos ambientalistas apropriados por distintos grupos sociais servem, sobretudo, para fortalecer suas mobilizações contra os problemas vivenciados e pelos quais são afetados. Portanto, são ferramentas, instrumentos para fortalecer a participação dos agentes sociais (populações tradicionais, povos indígenas) na questão pública do meio ambiente, na qual se observam conquistas significativas como a criação de áreas protegidas, por exemplo.

Essa apropriação, como bem assinala Almeida (2005), faz parte das estratégias de interlocução entre grupos sociais e setores do Estado que envolvem “argumentação, disputa e negociação sob a égide da dimensão ambiental”. Para o autor a adoção dos argumentos e da linguagem do ambientalismo, por parte desses agentes sociais, não pode ser confundida com um simples uso de discursos, pois envolvem questões muito mais amplas que devem ser analisadas individualmente, em cada um dos contextos sociais, observando suas histórias de luta. Pois, mesmo

orientado de cima ele traduz, de certo modo, uma forma de reconhecimento a partir de mobilizações políticas e de reivindicações, que não podem mais ser ignoradas e que designam um novo tempo para se pensar o significado de natureza. (ALMEIDA, 2008, p. 37).

Fazendo-se um paralelo com a realidade observada no rio Negro é pertinente enfatizar que, muitas das observações feitas pelo autor, são perfeitamente compatíveis com as estratégias utilizadas pelas lideranças que atuam no movimento indígena da região.

### 5.3 AS ATUAIS PROPOSTAS INDÍGENAS E OS PROJETOS DE FUTURO: OS TEMAS ESTRATÉGICOS E AS AÇÕES COLETIVAS DA FOIRN PARA O *BEM VIVER* DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Os conceitos indígenas Sumak Kawsay (quéchua equatoriano) e Suma Qamaña (aimará boliviano) são traduzidos como *bem viver* ou *viver bem* (ARKONADA, 2010, p.11), sendo estas perspectivas presentes nas novas Constituições da Bolívia, aprovada em 2009 e, do Equador, em 2008.

Lesbaupin (2011, p.1) observa que o *bem viver*, enquanto conceito plural e em construção, está no campo dos debates teóricos, mas também avança nas práticas, quer sejam naquelas dos povos indígenas como nos movimentos sociais, na construção política, a exemplo das Constituições da Bolívia e Equador. Assinala, ainda, que, para além da diversidade de posturas sobre esse conceito em construção, aparecem elementos unificadores, tais como: o questionamento ao desenvolvimento entendido como progresso ou a reivindicação de outra relação com a natureza. O *bem viver* não se enquadra como um desenvolvimento alternativo, trata-se de uma postura frente à vida e ao que seja uma vida boa e de qualidade.

Bartomeu Melià (2012, p.1) descreveu a compreensão de *bem viver* para um povo indígena do Brasil, os Guarani tekó porã. O autor explica que o *bem viver* é um modo de vida que os Guaranis chamam *tekó*, isto é um “modo ser e estar, é um sistema, é costume, é um *habitus*”, cujo significado já foi dado no primeiro dicionário “O tesouro da língua Guarani”, de 1639, pelo jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, tratando-se de um significado que permanece até hoje entre todos os Guarani.

Este tekó é um conceito que ultrapassa a particularidade de uma linguagem e se constitui numa referência filosófica global. Então, este tekó por sua vez recebe vários tipos de qualificações e de qualidades, sendo talvez o primeiro e mais importante o de tekóporã: a boa maneira de ser e viver. Este tekóporã, mais que uma idéia ou um conceito abstrato, é experiência profunda que penetra no próprio ser e no estar. Estar num lugar que não é só habitação, mas experiência de vida compartilhada, é de suma importância para os Guarani. Pessoalmente, nunca teria compreendido o significado da expressão tekóporã se não tivesse tido a oportunidade de estar neste modo de ser. O que é que há nele? Tem pobreza de recursos, moderação no consumo e paz na convivência. Esta experiência de vida vai desde o levantar da rede, tomar o mate perto do fogo, sentir como se dissipa a névoa da madrugada, ir percorrendo a trilha onde se tinha colocado as armadilhas, ou chegar até a roça plantada para cuidar dela, limpá-la e rezar sobre ela. (MELIÀ, 2012, p.1).

De acordo com Regazzoni (2010, p.15) o *sumak kawsay*, “isto é o *bem viver*, termo que melhor se traduz em *vida boa*”, possui em sua concepção central algumas dimensões, a saber: uma dimensão social, pois evoca a reciprocidade e a solidariedade entre os seres humanos, sendo que, “o exercício os direitos das pessoas, das comunidades e povos se dá em um equilíbrio entre sociedade e natureza (REGAZZONI, 2010, p.15).

A dimensão econômica, conforme o autor, que não pode ser medida pelas “cifras macroeconômicas”, mas pela qualidade de vida de todos. Nessa dimensão o cuidado com a natureza é também defendido como prioridade, devendo-se evitar que os aspectos econômicos prejudiquem a natureza e a relação das sociedades com a natureza. Pois, o foco é a convivência mútua entre estes.

Em relação a dimensão da cultura, o autor observa que para os povos indígenas *vida boa* pressupõem o respeito à diversidade cultural e à especificidades de cada um dos povos, aos modos próprio de viver e interagir com seu ambiente. Esse conceito pressupõe “que se considere cada país ou nação como uma cultura e sociedade plurais, atentas ao particular e reconhecendo a contribuição de todas as minorias” (REGAZZONI, 2010, p.15).

A dimensão religioso-transcendental, seria o religamento com a espiritualidade, junto com as demais dimensões criam “um sistema harmônico de convivência e de reciprocidade” (REGAZZONI, 2010, p.15). Nota-se que todas essas dimensões interligam-se, passando a ideia de uma relação intrínseca e sistêmica entre sociedade e natureza, vistas como partes constituintes para uma *vida boa*, sendo que para os povos indígenas:

Uma vida boa para os povos indígenas não é um projeto político ou social que se realizara algum dia [...], é na verdade, uma realidade em ato, reafirmadora e simbolizada na festa com suas danças e cantos, para atualizar a reciprocidade como sistema de vida, tanto em nível individual com o *jopói* (presente-mútuo), quanto em nível de trabalho comum com o *potiõ* (todas as mãos unidas). Esse é um principio de reciprocidade, de dom, é o sustento da comunidade, e dali nasce o *teku porã* da vida boa dos Guarani. (REGAZZONI, 2010, p.15).

Outra observação sobre a relação entre a sociedade e a natureza, guiadas pelas diretrizes do *bem viver*, encontra-se nas análises de Martinez (2010). Esse autor resume essa relação apresentando as distinções entre os paradigmas

ocidental e indígena. No primeiro, diz o autor, a natureza é objeto, para o segundo ela é um sujeito:

os índios reconhece que a natureza está viva e tem um sentido de pertença, reconhecem a si mesmos como filhos da mãe Terra (a Pachamama). Têm maior compreensão sobre os ciclos da vida das diferentes espécies, e por isso aplicam diferentes práticas e restrições. Sua visão de longo prazo compreende o ciclo da vida. (MARTINEZ, 2010, p.23).

Neste autor há um destaque para a importância do saber indígena, particularmente os relativos à sua relação com a natureza, tratando-se de um saber que precisa ser reconhecido e apropriado pelas sociedades ocidentais, cuja existência se funda num afastamento, desligamento com tudo que relaciona-se com a natureza. O autor pondera ser preciso “passar de um modelo baseado na ideia de exploração da natureza para um de convivência, sustentabilidade, de soberanias, de solidariedade” (MARTINEZ, 2010, p. 24).

Pode-se dizer que o *bem viver* para os povos indígenas do rio Negro também se caracteriza pela estreita relação das culturas com a natureza, não havendo dissociação, pois são partes constituintes, inseparáveis e imprescindíveis a uma *vida boa* - com alimentos, segurança, celebrações, escola e saúde diferenciada, dentre outros, que caracterizam uma existência prazerosa e feliz.

A FOIRN passou a utilizar a expressão *para o bem viver* a pouco tempo e, a partir de então, a incorporou no seu slogan intitulado: “Defendendo interesses, objetivos e direitos indígenas para o bem viver”. Observa-se que gradativamente essa expressão vem se firmando como elemento aglutinador de sua proposta autônoma e participativa de gestão dos territórios. Nesse contexto, o PRDIS é o plano com as diretrizes a serem seguidas rumo a esse propósito, ele é o caminho para concretizar a PNGATI *para o bem viver* dos povos da região.

De acordo com uma liderança Baniwa, *Manakai* significa “*para o bem viver*”, ela é a tradução cultural da palavra sustentabilidade para o povo Baniwa, cujos significados se relacionam com manter uma vida saudável baseada nos conhecimentos e no cuidado com o ambiente<sup>42</sup>. Observa-se mais um exemplo de termos retirados das culturas indígenas e as correlações destas com as noções externas, num processo de ressignificação. Essas expressões saem das

---

<sup>42</sup> Esta é a definição dada por uma liderança indígena Baniwa, membro da Organização Indígena da Bacia do Rio Içana – OIBI, que vem divulgando e disseminando o termo entre o movimento indígena.

comunidades e chegam à FOIRN, de onde ganham o mundo e tornam-se os elementos identitários que reforçam os discursos em prol dos povos indígenas e de suas formas de viver e o estar no mundo.

Em setembro de 2014, foi realizada pela primeira vez uma assembleia da FOIRN na cidade de Santa Isabel do Rio Negro, durante a qual apresentaram o planejamento estratégico da Federação para o quadriênio (2013-2016). Essa foi a XIV Assembleia Geral da FOIRN, tendo como tema: “Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável: fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, valorizando o Sistema Agrícola do Rio Negro”. Dentre as atividades contempladas no planejamento estratégico, destacam-se:

Demarcação das Terras Indígenas de Cué-cué/Marabitanas, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos; Educação; Saúde; Gestão dos territórios, Economia, Extrativismo, Produção agrícola tradicional, pesca e aquicultura, garimpagem e turismo; Articulação Política; Projetos Institucionais da FOIRN: RFN, H3000, ERN, PDPI, BSPAT; Construção da autonomia financeira institucional. (FOIRN, 2014, p.1).

Como em todas as assembleias, houve espaços para debates, esclarecimentos, avaliações e deliberações, num clima de muita discussão e mediação de conflitos, pois, em geral, os assuntos tratados são diversos, e as opiniões das lideranças nem sempre são convergentes em relação a estes. Nessa XIV assembleia, os temas mais problematizados foram a autonomia financeira da FOIRN e o Turismo no Marié.

Em virtude das discussões terem como referências as demandas e encaminhamentos vindos das bases, durante a assembleia, as Coordenadorias Regionais fizeram um relato da situação atual de cada região que representam, no caso específico da CAIMBRN, falaram sobre o processo de demarcação de terra nas regiões de Santa Isabel do rio Negro e Barcelos, evidenciando a situação em que elas se encontram e as dificuldades enfrentadas.

Os temas comuns a todas as Coordenadorias foram: fortalecimento político das bases e formação de lideranças *para um bem viver* nas comunidades; Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e suas ferramentas como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA).

Estes temas fazem parte da atual agenda da FOIRN postos como prioridades, estando presentes nas discussões tanto nas assembleias quanto nas demais

reuniões, seminários, oficinas e outros. Eles também são vistos como os novos desafios das lideranças e dos povos indígenas em termos de futuro, dos seus e de seus territórios.

Em páginas precedentes, pontuou-se que as ações da FOIRN são processuais e iniciadas com a sua própria criação. Hoje, ao serem apresentadas e delimitadas a um período específico (2013-2016) e a um grupo de gestores (atuais diretores), ganham um status de novidades, contudo, possuem as mesmas conexões com os objetivos intrínsecos à política da FOIRN, ou seja, continua em vigor o PRDIS e seus pressupostos que, na versão atual, traz como subtítulo a frase: “Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, valorizando o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro”, ou seja, deu-lhe uma roupagem para atualizá-lo e inseri-los às dinâmicas em curso.

Dessa forma, as ações contempladas no planejamento (2013-2016) configuram-se como desdobramentos dos percursos trilhados e dos elementos tidos como necessários para o momento atual. Isto é pertinente especificamente à região do Médio Rio Negro, pois foram os acontecimentos processados da criação à consolidação da Federação que permitiram a ampliação das ações.

As ações direcionadas para a região do Médio Rio Negro voltam-se essencialmente para a demarcação das TI que ainda têm seus processos demarcatórios tramitando pelas instâncias do governo; a regulamentação das atividades turísticas no rio Marié e as ações voltadas para o projeto do sistema agrícola do rio Negro, todos aspectos constituinte da gestão dos territórios.

A respeito do tema: Demarcação das Terras Indígenas de Cué-cué/Marabitanas, que abrange os municípios de Santa Isabel do rio Negro e Barcelos, há uma forte mobilização das lideranças indígenas, particularmente dos membros das associações locais (ASCIBA e CAIMBRN) e da FOIRN que desenvolvem as atividades nessa região com recursos da Horizont3000. Dentre as atividades já realizadas e os resultados alcançados, destacam-se:

Atividades: viagens junto ao GT/FUNAI para identificação e estudo dos territórios; Registro e valorização de técnicas de manejo indígena; Elaboração de cartas e ofícios para apoiar o trâmite legal dos processos de demarcação; Viagens de articulação e discussão do tema com a base; Acompanhamento de ações do MPF na comunidades – Barcelos;  
Produtos: Portaria declaratória do MJ da Terra Indígena Cué-cué/Marabitanas abril de 2013; Judicialização dos processos de demarcação para finalização dos estudos antropológicos na região de

A presença da FOIRN no Médio Rio Negro também faz valer sua proposta de atingir a área de abrangência de sua atuação, ampliando suas ações e tendo o domínios dos territórios. Os dois últimos anos foram dedicados a esse propósito, muitos eventos e atividades foram realizados nesse período, havendo maior aproximação entre os moradores da região e a Federação, algo observado na XIV Assembleia.

Prosseguindo na análise dos temas apresentados no planejamento estratégico, trazem-se algumas questões enfatizadas durante o evento, em relação à Educação formal, tema presente em várias outras assembleias, sendo cercado de opiniões divergentes, principalmente por parte daqueles que não estão inseridos como membros da FOIRN e que são contrários à Educação Escolar Diferenciada. O destaque na assembleia foi para as atividades e encaminhamentos em andamento e feitos com a parceria de algumas instituições governamentais (FUNAI, SEMEC, SEDUC, MEC, IFAM, UFAM) e não governamentais, neste caso, “com a parceria permanente do ISA”. (FOIRN, 2014, p.1):

Realização de seminários de educação escolar indígena nas 06 regionais; Realização Seminário Rio Negro de Educação Escolar Indígena em SGC; - Articulação com órgãos governamentais SEMEC, SEDUC e MEC; Articulação com a promotoria pública que recebe diversas denúncias sobre situação da educação na região; Organizar grupo para trabalhar especificamente com a temática da cultura; Oficina de Elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas – PPPIs.

Em relação às atividades elencadas, percebe-se que houve muitos encontros e seminários realizados com a participação de lideranças de várias regiões do rio Negro, bem como de instituições governamentais, de modo a estruturar a educação formal na região. Vale assinalar que, particularmente, no Alto Rio Negro, encontram-se distintas iniciativas, desde as escolas pilotos criadas pela parceria FOIRN/ISA, até os modelos de classe seriadas, não há uma homogeneidade, pois muitas são as comunidades e as realidades escolares em cada uma delas, bem como são distintas as concepções quanto ao “tipo” de escola que cada um dos povos indígenas almeja.

Desde as primeiras discussões até o momento atual, é um tema permeado por opiniões convergentes e divergentes, mas, independentemente das polêmicas,

as lideranças entendem que esse é um direito constitucional e, como tal deve ser cumprido. Dentre os problemas identificados, estão: a falta de escolas, professores, merenda escolar, material didático, e outros, que são oriundos da deficitária política pública e da falta de interesse dos governantes em criarem novas políticas.

Dados do IBGE (2010) referentes à situação escolar nos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira indicam a existência de 362 escolas em funcionamento, destas 343 ofertam ensino fundamental e apenas 19 o ensino médio e somente 4 escolas estão localizadas em terra indígena. Este é um dado que provoca vários descontentamentos e sustenta os argumentos das lideranças sobre as deficiências nas políticas governamentais direcionadas à educação formal para a região.

Essas 362 escolas atendem a 27.856 alunos, a maioria deles são indígenas, observa-se que 52% destes alunos estão matriculados nos anos iniciais, 34% nos anos finais do ensino fundamental e 14% cursam o ensino médio. O número de professores que nestas atuam é em torno de 1.483, correspondente a aproximadamente 20% do total de professores que estão em escolas indígenas no Brasil (IBGE, 2010). Nota-se que são dados expressivos frente a uma realidade caracteristicamente pluricultural e pluriétnica que demanda por atendimentos específicos e diferenciados, infelizmente os modelos homogêneos são as escolhas das políticas em vigor.

A situação da Educação Escolar na região do Médio e Alto Rio Negro é vista por muitas lideranças como inadequada em virtude da realidade nelas observadas. Em termos de estrutura física, por exemplo, a maioria das escolas funcionam em centros comunitários, com estrutura física inapropriadas. Em termos pedagógicos, as questões tornam-se mais agravantes, pois os dados disponíveis referentes ao ano de 2010 indicam que apenas 25 das 362 escolas dos três municípios apresentaram Projetos Políticos Pedagógicos aos Conselhos Municipais de Educação Escolar, conforme os relatos das lideranças, isto ocorre pela falta de apoio técnico na formulação e garantia da participação das comunidades. Também há um descompromisso por parte dos governos locais, pois nenhuma das prefeituras formulou o Plano Municipal de Educação.

Em decorrência desse descaso vê-se a estruturação de escolas com propostas pedagógicas descontextualizadas, ou seja, construídas fora do contexto

sociocultural dos povos indígenas, portanto, com pouquíssimas possibilidades de contribuírem para a promoção da diversidade cultural da região, algo lamentável.

Outro problema apontado pelas lideranças indígenas que prejudica os avanços concernentes à educação escolar no rio Negro, é o fato do governo federal não possuir um sistema de fiscalização eficiente sobre a aplicação dos recursos da educação escolar que são repassados para o estado e municípios, e isto tem inúmeras implicações negativas. Há também os desafios em fazer funcionar o ensino fundamental diferenciado e de qualidade, pois:

Das 750 comunidades em terra indígena, 362 possuem a primeira parte do ensino fundamental (1o ao 5o ano), e destas, 120 comunidades possuem o ensino fundamental completo (6o ao 9o); O aumento da oferta de ensino não vem acompanhada com o aumento da qualidade do ensino e nem com a reflexão de quais ações pedagógicas são mais adequadas as comunidades indígenas; Não há programas de formação continuada de professores, nem implementação dos programas existentes no governo federal; Nos municípios de Santa Isabel e Barcelos, apesar de ter coordenação de educação escolar indígena, não teve construção do Plano Educacional Escolar Indígena. (FOIRN, 2014, 2).

A Implantação do ensino médio nas TI do rio Negro, segundo a perspectiva das lideranças indígenas, é um desafio, e lutam para concretizá-lo e, para atingir essa finalidade, ajudaram na realização do seminário de Educação Escolar, em julho de 2014, no município de São Gabriel da Cachoeira. Dele, participaram várias lideranças e professores indígenas da região que dialogaram sobre a temática com os representantes dos órgão de governo: MEC, SEDUC e SEMEC.

É importante destacar o lugar que a educação formal tem na vida dos povos indígenas do rio Negro, um lugar que só pode ser definido por aqueles que a perseguem arduamente, não é incomum se ouvir que uma família inteira migrou para a cidade, seja ela São Gabriel, Santa Isabel, Barcelos, Manaus ou outra, fato que se repete todos os anos. Também não é incomum um professor ou outra pessoa da comunidade se deslocarem para cidade em busca de um curso superior e chegar a cursar até três graduações, algo observado entre as lideranças entrevistadas. Na Universidade do Estado do Amazonas, já foram protocoladas algumas solicitações para a criação de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, em nível de Mestrado, a exemplo do “Mestrado em Ciências e Tecnologias para Sustentabilidade dos Povos e Terras Indígenas”, reivindicado pelo Instituto NANAYO que foi protocolado em julho de 2014.

Apesar das discussões serem de longa data, os avanços são considerados pouco expressivos em nível estadual; creditam essa realidade à falta de vontade política, particularmente para implementar a proposta do “Ensino médio Integrado Indígena no Estado Amazonas”, que até o momento não implementou nenhuma escola de ensino médio em Terra Indígena. Diante dessa realidade, as lideranças apresentaram algumas propostas, as quais constam no Plano de Ação do Território Etnoeducacional Rio Negro (2014, p.3):

Implementar um programa de apoio às Secretarias Municipais, com o objetivo principal de formar a equipe técnica para o atendimento diferenciado à educação escolar indígena; Implantar o Programa de Aceleração da Educação Escolar nos três municípios: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, visando a garantia de recurso específico para à educação escolar indígena; Realizar diagnóstico da educação escolar que contemple: a) demanda por novas escolas (ensino básico) e b) mapeamento da situação escolar por coordenadoria; Implementar o Plano de Ação elaborado no âmbito do Território Etnoeducacional Rio Negro.

Muitas destas sugestões já foram apresentadas em outros momentos, especificamente durante a realização de seminários, oficinas e encontros destinados a discutir a educação escolar diferenciada no rio Negro, contudo, em decorrência da falta de ação do Estado, permanecem nas pautas das reivindicações. Fato semelhante ocorre com as propostas direcionadas para a SEDUC que também perduram no campo das demandas não atendidas, sendo reapresentadas no texto revisado pela Comissão Gestora do Território Etnoeducacional do Rio Negro, delas elas:

Reconhecer as salas de extensões do ensino médio como escolas estaduais, garantindo o apoio financeiro específico de acordo com os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas; Ampliar o número de escolas que ofertam o ensino médio nas Terras Indígenas; Promover à formação continuada de professores indígenas dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro; Estabelecer um regime de cooperação com os municípios para viabilizar a oferta da educação básica em regime misto (fundamental municipal e médio estadual). (FOIRN, 2014, p. 4).

Essas recomendações fazem parte das prerrogativas dispostas na Lei de Diretrizes e Base da Educação em vigor, portanto, em tese, direito reconhecido e garantido, não necessitando de reivindicações e denúncias por sua inaplicabilidade. Os descontentamentos das lideranças indígenas sobre a educação escolar se

alojam em todas as instâncias: federal, estadual e municipal, pois, em todas elas, são identificados descasos quanto ao atendimento desse direito constitucional.

As discussões referentes à educação formal trazem também à tona a criação do Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro (Iciprn) e do Programa de Formação Avançada Indígena (PFAI) visando propiciar à criação de “modelos” condizentes com as características da região e à proposta indígena de gestão de seus territórios. O cerne de sua fundamentação epistemológica é de que o Instituto irá viabilizar um tipo de formação capaz de fazer dialogar os saberes tradicionais e os saberes ocidentais, necessários à sustentabilidade/*bem viver* (FOIRN, 2013).

Em relação à criação do referido Instituto e do Programa, Medeiros & Lima (2014), pesquisadores envolvidos na implementação da proposta, tecem algumas observações sobre os propósitos e a importância da mesma para os povos indígenas e, também, para o nosso país

A principal finalidade da proposta é viabilizar o diálogo entre os conhecimentos dos povos indígenas e não indígenas, a partir da produção de conhecimentos colaborativos e de formação avançada para a promoção do “bem viver”, em especial na Amazônia. O Programa é uma experiência desafiadora e inovadora para o País, pois representa um modelo diferenciado de curso de graduação de nível tecnológico para formar profissionais indígenas, a priori, em um espaço em que se relacionam, além de pessoas de diferentes grupos étnicos, também seus conhecimentos e saberes,

Nos relatos das lideranças essa proposta aparece como um desejo antigo dos povos indígenas do rio Negro e que hoje estão muito próximos de sua concretização, pois, na atual conjuntura o empenho e as articulações empreendidas pelas lideranças fazem avançar as discussões e as ações que conduzem à implementação, tanto do Instituto quanto do Programa de Formação Avançada.

Sobre o tema saúde indígena, pode-se afirmar que, este seja possivelmente um dos assuntos mais difíceis para as lideranças. A respeito dele, não há opiniões divergentes, polaridades e/ou polissemias, pois as posições são unânimes, havendo uma insatisfação geral dos povos e das lideranças em relação às atuais políticas de saúde para a região. Isso retrata a situação precária de um sistema falho que ainda não deu respostas positivas, apesar das inúmeras denúncias, inclusive junto ao Ministério Público.

Hoje, como no passado, a situação é precária, os doentes continuam esperando atendimento nas comunidades, outros são levados para a sede do município de São Gabriel da Cachoeira e alojados em lugares insalubres (casas de “saúde”), que potencializam suas doenças, em virtude da precariedade na infraestrutura e, no atendimento, de modo geral.

Os doentes que são transferidos para Manaus por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) ou os que vão a busca de tratamento por conta própria, encontram situações semelhantes. Os alojados na Casa de Saúde do Índio (Casai) sofrem com a falta de estrutura que os deixa mais vulneráveis ainda. Nos hospitais da rede pública onde buscam atendimento, os problemas são potencializados pelo limitado quadro de especialistas para atendê-los, pela falta de estrutura física e pelo despreparo da maioria dos profissionais de saúde no atendimento aos povos indígenas, fatores que tornam suas buscas por saúde uma verdadeira batalha.

As respostas das lideranças indígenas a esse quadro de descaso são variadas; em geral, os encaminhamentos são tratados em Conferências, encontros, seminários e outros em nível nacional, bem como em seus encontros locais, de modo a terem a anuência das comunidades, e, assim, se fortalecerem. Nesses encontros, são elaborados os documentos, a exemplo da “Carta Pública dos Povos Indígenas do Rio Negro sobre a Saúde Indígena no Brasil”, nela expuseram sua indignação frente à omissão do Estado brasileiro quanto à saúde indígena, reivindicando providências “urgentes, urgentíssimas”:

Faz 15 anos da criação do subsistema de saúde indígena no SUS pela Lei nº 9.836, de 23 de Setembro de 1999, e implantado pelo modelo dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas no ano de 2000. Foi de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde, autarquia federal, como departamento até o ano de 2010, e, em de 19 de Outubro de 2010, a Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai) assumiu a gestão diretamente dentro Ministério da Saúde, pelo Decreto nº 7.336. Mas a Sesai já completa cinco anos em 2014, mas não está nada bem à saúde indígena no país. Embora os recursos para saúde indígena continuassem aumentando, mas não percebemos melhoria no cuidado à saúde que é ofertado nas comunidades. Por isso resolvemos analisar, discutir e avaliar a situação da saúde indígena como legítimos usuários de direito. Ninguém nos mandou fazer esta carta. Mas fica como sinal de que a saúde indígena não está nada bem, ela está doente, morrendo como serviço público e o nosso direito de acesso a este serviço está comprometida, por isso buscamos exercer o nosso direito, que segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (de 1988), em seu art. 232, garante que os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (Carta Pública dos Povos

Indígenas do Rio Negro sobre a Saúde Indígena no Brasil”. FOIRN, 2014, p.1).

Durante a XIV Assembleia Geral da FOIRN, foi decidido pelas lideranças que a carta seria reenviada ao governo, pois ainda não tinham recebido nenhuma resposta, uma atitude considerada desrespeitosa e omissa por parte do Estado. Portanto, um assunto com muitas pendências a serem resolvidas e, sobretudo, de suma importância no contexto da gestão dos territórios indígenas do rio Negro.

Outro tema em destaque no atual planejamento estratégico da FOIRN foi: “Gestão dos territórios, Economia, Extrativismo, Produção agrícola tradicional, pesca e aquicultura, garimpagem e turismo”. Na realidade, um conjunto de temas num só, e, portanto, muitas questões e muitas expectativas. Dentre as atividades relacionadas ao referido tema, estão pontuadas como iniciativas prioritárias as

Discussões sobre a valorização da cadeia produtiva da piaçaba; Implementar o plano de salvaguarda do Sistema Agrícola do Rio Negro, Manejo e Ordenamento pesqueiro; Organização de um modelo de turismo sustentável e manejo Pesqueiro para Região; Coordenar a construção de planos de gestão territorial e ambiental; Protagonizar a implementação do PNGATI na região do Rio Negro; Participar das ações de capacitação para execução dos PNGATI; Estabelecer cooperação transfronteiriça com associações de autoridades indígenas tradicionais (AATI) da Colômbia; Energia alternativa sustentável; Propor projeto de capacitação para as lideranças em gestão territorial, com foco no PNGATI; Participação nos cursos de PNGATI para gestores, indígenas e não indígenas; Articular com FUNAI, ICMBIO e ISA a realização de cursos sobre PNGATI; Encontro dos produtores Indígenas do Rio Negro. (FOIRN, 2014, p.10).

Trata-se de atividades que giram em torno da concretização da PNGATI no rio Negro. Nota-se também que cada uma dessas atividades traz o imperativo do diálogo intercultural, como fundamental e central nas propostas que devem ser colocadas em prática, mediante o diálogo dos saberes indígenas com os saberes ocidentais, via considerada essencial à gestão dos territórios indígenas.

Nesse contexto de discussão sobre alternativas econômicas para a região, o Turismo aparece pela primeira vez de forma explícita e legitimada pela diretoria da FOIRN, apresentado como uma alternativa econômica sustentável e compatível com a realidade local, com possibilidades de trazer melhorias sociais para as comunidades, sem danos ambientais. Portanto, não se trata de qualquer tipo de Turismo, pois a ênfase foi dada para a experiência implementada no rio Marié, caracterizada pela participação das comunidades e pelo acordo sobre como ele

deveria ser feito, de modo a ser bom também para as comunidades, não apenas para os empresários.

Durante a assembleia, apresentaram o projeto “Turismo comunitário e pesca no rio Marié”, concebido pela Federação e seu parceiro como uma “experiência inovadora e relevante”, por entenderem que os recursos financeiros advindos dessa atividade ajudarão na gestão do território. A FUNAI também se manifestou favorável enfatizando que “apoiou 100% para que o projeto desse certo, pois ela envolve a proteção e a gestão do território”. Porém, apesar de ser visto como um projeto de “auto-sustentabilidade”, não há consensos, pois algumas lideranças questionam a condução e a implementação da proposta.

As divergências sempre estiveram presentes na política do movimento indígena do rio Negro, a própria criação da FOIRN possui versões distintas, em virtude das divergências observadas no contexto em que ela foi criada. Os consensos resultaram em essência dos acordos e/ou articulações firmados na arena que se desenrolaram as relações sociais e de poder, lugares nos quais firmaram-se as alianças. Isto implicar em dizer que as discussões sobre a gestão territorial e ambiental, e os instrumentos usados para viabilizá-la envolvem, sobretudo, conflitos, sendo que a FOIRN capacitou-se em mediá-los.

Como resultados preliminares das atividades relacionadas ao item “Gestão dos territórios, Economia, Extrativismo, Produção agrícola tradicional, pesca e aquicultura, garimpagem e turismo”, as lideranças listaram algumas das atividades já colocadas em prática, a exemplo da realização de oficinas para alinhar os conhecimentos e/ou fazer valer a interculturalidade; dentre elas, destacam-se:

Oficinas sobre arranjo produtivo e manejo da piaçaba; Criação de Conselhos Locais da roça a nível das coordenadorias; Implementação do Projeto piloto Marié (Turismo de pesca Esportiva em TI); Plano de Manejo de recursos pesqueiros do baixo Uaupés; Formações de gestores em gestão ambiental e territorial; Realização de dois Encontros Anuais de Produtores Indígenas do Rio Negro. (FOIRN, 2014, p.3).

Chama-se a atenção para um dos itens tratados no decorrer da XIV Assembleia, especificamente durante a apresentação do planejamento estratégico, que refere-se à “Articulação Política”. Nesse item constam um conjunto de estratégias visando a manutenção da FOIRN e fazê-la cumprir os objetivos para os

quais ela foi criada. Dentre as estratégias, as lideranças destacam a necessidade de assegurar as parcerias que já possuem e, também as articulação de novas parcerias.

Este discurso é, de certa forma, contraditório, pois, na prática, observa-se uma estrutura fechada, com pouca disposição para a inserção de novos parceiros. Contudo, para realizarem a gama de atividades propostas no planejamento e atingirem as dimensões territoriais do rio Negro em sua plenitude, outras alianças deverão ser firmadas, novas fontes financiadoras acessadas, fato que divide opiniões entre as lideranças diretamente ligadas a Federação.

O caminho pode ser o já percorrido até aqui, manterem os mesmos financiadores e as mesmas dinâmicas caracterizadas por negociações, ponderações e adequações. Afinal, a FOIRN mantém alguns financiadores de seus projetos há mais de 20 anos, sendo chamados de “parceiros”, portanto, não são apenas financiadores, são articuladores das propostas para o rio Negro. Dentre esses parceiros, estão: a Horizont3000, Rainforest Fundation Norway (RFN) e Embaixada Real da Noruega, com os quais os diretores afirmam haver um diálogo permanente.

Boa parte das atividades já realizadas receberam recursos desses parceiros, atualmente estão em curso quatro grandes projetos, sendo três deles financiados com recursos estrangeiros e apenas um com recursos do governo brasileiro. Conforme as lideranças da FOIRN:

Com a RFN iniciamos um novo contrato para a realização do ‘Projeto Direitos indígenas, fortalecimento institucional e governança na bacia do rio Negro, noroeste amazônico’ para o quadriênio 2014-2017;  
Com a Horizont3000 um novo projeto trienal 2015-2017;  
Com a Embaixada da Noruega – o projeto de ‘Fortalecimento das Coordenadorias Regionais da FOIRN, Articulação e Comunicação para Ações de Gestão Ambiental e Territorial do Médio e Alto Rio Negro - trienal 2014-2016. (FOIRN, 2014, p.11).

No período da coleta de dados o único projeto que estava em andamento e contava com recursos do governo brasileiro era o “Projeto Gestão Ambiental e Territorial: Formação de Gestores em Gestão Ambiental e Territorial”, por meio do Ministério do Meio Ambiente, via PDPI, contanto, com a parceria da FUNAI.

As discussões sobre a articulação política perpassam a questão da autonomia financeira da FOIRN, de construir sua liberdade e, assim, fecharem o ciclo de mais de duas décadas em que todas as suas atividades dependeram dos recursos

dos financiadores/parceiros. Uma questão que, em tese, deveria ser apoiada por todas as lideranças e por seus assessores/parceiros, contudo, há controvérsias.

As divergências surgem desde o fato de ser necessário alterar o Estatuto Social da Federação, adentrando nas discussões de que a FOIRN “não nasceu pra isso”, “não é esse o seu papel”, “não se pode mudar a sua natureza e sua ideologia”, estas foram algumas das observações feitas por um grupo de lideranças. Para alguns dos ex-diretores da Federação a autonomia financeira já deveria ter sido concretizada há muito tempo mediante a ampliação das parcerias.

As propostas apresentadas na XIV Assembleia da FORIN para viabilizarem a autonomia financeira foram:

Iniciar as contribuições ao Fundo WAYURÍ (dinheiro e produtos); planejar campanha para vender a marca FOIRN; Wariró: Institucionalizar as atividades de comercialização de produtos, Aumentar volume de recursos; divulgar campanhas e projetos criados pela Foirn com vistas a recebimento de doações (Facebook, Informativos); montar um sistema de contrapartida de uso da Maloca em eventos de terceiros; estabelecer regras para uso de viaturas; otimização de gastos; Incentivar contribuições ao Fundo FOIRN; planejar campanha para vender a marca FOIRN; institucionalizar as atividades da Wariró. (FOIRN, 2014, p.16).

O ponto central dos dissensos refere-se à criação de uma identidade própria para a Wariró (casa de produtos indígenas do rio Negro), com CNPJ e demais modificações em sua natureza para que possa ser uma instituição autônoma. Hoje, ela funciona como centro de comercialização dos produtos indígenas, mas com algumas restrições em virtude de sua natureza jurídica, transformá-la em uma Instituição/associação é visto como um dos caminhos para viabilizar essa autonomia financeira.

A Wariró faz parte da estrutura da FOIRN, como pode ser observado no organograma da Federação. Ela foi instituída em 2005 com o objetivo de ser um espaço destinado à comercialização dos produtos indígenas (artesanatos, produtos advindos da agricultura e outros), para “promover o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas no rio Negro, valorizando o conhecimento tradicional, gerando renda para as famílias, preservando e incentivando práticas ancestrais através da venda de produtos indígenas” (FOIRN, 2013, p.2).

De acordo com a FOIRN ideia de criá-la se pautou no desejo de que os mestres artesãos indígenas pudessem vender seus produtos de forma direta, justa e

sem intermediários. E, ainda, que ela fosse um lugar para a divulgação da cultura indígena por meio das vendas (da arte e dos artesanatos) tanto localmente na própria sede, como no âmbito das feiras, exposições nacionais e internacionais. Nela, poderiam, ainda, ser realizados encontros, seminários, oficinas e demais eventos visando à promoção do patrimônio cultural dos povos do rio Negro.

Em junho de 2014, a sede da Wariró foi incendiada e as causas do incêndio estão em processo de investigação, um fato lastimável, pois ela abrigava um número expressivo de produtos tanto para a venda quanto parte da exposição sobre o patrimônio cultural dos povos indígenas da região. Vale destacar que a aquisição desse espaço se deu em decorrência das articulações das lideranças indígenas com o governo do estado do Amazonas. A figura 7 é da sede que foi incendiada, pela fachada pode-se avaliar as perdas ocasionadas pelo incêndio.

**FIGURA 7:** Wariró – Antiga casa de produtos indígenas do rio Negro.



**Fonte:** CRUZ, acervo de pesquisa de campo, jan. 2014.

Graças ao esforço das lideranças alguns produtos foram recuperados e estão alocados na sede da FOIRN e, mesmo sem um local específico, continuam vindo das comunidades de modo que sejam comercializados, gerando renda, bem cumprindo seu papel de promover a diversidade cultural da região. Hoje, instalada

nesse novo lugar, a Wariró segue com suas atividades, bem como seguem as discussões e embates sobre a sua autonomia financeira.

#### 5.4 OS PROJETOS DE FUTURO COMO PREMISSAS À GESTÃO DOS TERRITÓRIOS E DO FUTURO DOS POVOS INDÍGENAS

A gestão dos territórios indígenas do rio Negro pode ser lida como a gestão da diversidade cultural dos povos indígenas que habitam a região. Dessa forma, valorizar a cultura significa empreender energias no intuito de que programas, projetos e atividades sejam realizados, tendo como propósito o respeito às peculiaridades culturais.

As propostas criadas pelo movimento indígena e desenroladas no contexto da FOIRN seguem esse percurso. Em termos gerais, elas objetivam a sustentabilidade - o cuidado com o lugar onde vivem e, isso inclui a realização de atividades que evitem invasões e a implementação de propostas que prejudiquem o *bem viver* das comunidades/territórios indígenas no rio Negro.

Como tem-se afirmado, essas propostas surgem como consequência das relações interétnicas e dos diálogos interculturais, em geral, são caracterizadas por projetos orientados tanto pela noção de desenvolvimento sustentável como pela de etnodesenvolvimento, e constituem os “projetos de futuro” e/ou projetam o futuro que os povos indígenas da região almejam para si.

Um projeto de futuro pode ser compreendido como uma construção coletiva que se delinea a partir de inúmeras perspectivas, principalmente culturais, pois traz o olhar dos povos mediado pelas “lentes” que tomaram de empréstimo nas relações interétnicas e, ainda das suas necessidades – as intrínsecas às culturas dos povos, bem como as criadas no interior dessas relações. Ele também se delinea nas incertezas quanto ao futuro.

Entende-se que as projeções de futuro se articulam com o passado na medida em que ele é um passado-presente, pois os acontecimentos são sempre reavivados por uma memória coletiva que traz do passado as recordações sobre as lutas empreendidas e sobre os acontecimentos marcantes de suas histórias e trajetórias, assim, o passado é acionado corriqueiramente ao se falar do presente.

A vivência cotidiana também coloca como urgente a reflexão sobre o futuro que desejam, as perspectivas sobre seus territórios, de decidirem sobre ele e sobre si mesmos. As questões da identidade étnica, da autodeterminação e da auto-identificação fazem parte das projeções de futuro, que incluem o diálogo com o outro, com outros conhecimentos, com os aparatos tecnológicos. Daí renovarem constantemente os discursos, a exemplo do que ocorre com o tema da gestão territorial.

As múltiplas dimensões territoriais e a rica biodiversidade somadas à pluralidade cultural que caracteriza a região do rio Negro são desafiadoras às estratégias de gestão territorial e ambiental das TI dessa região. Alguns dos problemas são comuns às comunidades, principalmente, os relacionados à saúde, contudo, para intervir, são necessárias estratégias específicas, dadas as particularidades geográficas e culturais de cada uma delas.

Há problemas que são particulares a uma comunidade, requerendo igualmente ação particularizada. As questões tornam-se mais complexas quando se trata das percepções das comunidades (cerca de 750) sobre as suas dificuldades, necessidades e perspectivas quanto ao seu presente e ao seu futuro.

Em algumas comunidades, os problemas se complexificam, desdobram-se em muitos outros, demandando grande esforço dos moradores e de suas lideranças em resolvê-los ou atenuá-los, uma vez que alguns problemas, como os de saúde, ainda esperam por políticas públicas mais eficientes e eficazes. Portanto, de algo que não depende exclusivamente das lideranças e da FOIRN.

Em comunidades, a exemplo de Iauaretê, os problemas tomam proporções maiores em virtude das suas próprias características (maior concentração populacional), acarretando problemas como a falta de saneamento básico, violência entre jovens, alcoolismo, transporte e outros. Há muitas queixas das lideranças de que os “jovens não querem mais valorizar as suas culturas”, pois não participam das danças e das atividades coletivas com os mais velhos. Já os problemas que atingem a todos, segundo essas lideranças, são:

Dificuldades para a própria subsistência, pois a cada ano falta mais peixes e caças. A produção de alimentos não é insuficiente, pois falta incentivo para a agricultura, o governo não ajuda com isso, prefere dá bolsa família. Os produtos industrializados estão inflacionados e a comunidade já se acostumou a comer esse tipo de alimentos.

A população aumentou bastante e a concentração da populacional gerou problemas de saneamento. (Depoimento de liderança Tukano residente em lauretê. Entrevista cedida em julho de 2013).

É recorrente na fala das lideranças indígenas que a implementação de projetos no âmbito da agricultura, piscicultura, manejo florestal, dentre outros, pode viabilizar melhorias socioeconômicas nas comunidades, dar-lhes mais autonomia e condições de promoverem caminhos próprios, de acordo com as suas realidades e necessidades. Isto denota a particularidade da “participação” e do “protagonismo”, algo que não exclui as responsabilidades do Estado, ao contrário, reforça a importância da gestão participativa e do diálogo intercultural.

Pois está posto nos relatos das lideranças que esses projetos deveriam ser implementados na perspectiva da interculturalidade, mediante a junção dos saberes indígenas e não indígenas para assim criarem propostas adequadas as realidades como a de lauretê. Entendem que, no momento presente, os saberes advindos das ciências não indígenas são importantes para alcançarem seus objetivos, sendo que o acesso a esses conhecimentos não significa o abandono dos seus:

O nosso sonho sempre foi ter projetos voltados para a agricultura e a piscicultura, etc, para isso é preciso de técnicos, mas que considere a nossa cultura indígena. Tem que ser projetos feitos com a participação efetiva dos povos, de dentro da realidade indígena, respeitando também os nossos conhecimentos, mas é importante também o conhecimento do branco. (Depoimento de liderança indígena Tukano cedida em julho de 2013).

Nesse sentido, os projetos construídos tendo como parâmetros a interculturalidade além de serem mais propícios à realidades como a de lauretê, também são vistos como uma forma de valorização dos saberes indígenas, uma vez que se fazem presentes e podem ser transmitidos aos mais jovens no processo cotidiano na implementação de tais projetos, aliar, por exemplo, as tecnologias dos não indígenas com os saberes referentes à agricultura indígena pode ser muito atrativo para os mais jovens.

Em realidades como a do rio Negro, as expectativas sobre o futuro dos povos indígenas e, especificamente, sobre o futuro que eles esperam e almejam para si é algo tão diverso como o são a sociodiversidade presente na região. Portanto, é compreensível a preocupação por parte das lideranças em relação ao futuro e à construção de um projeto de futuro.

Pouco está sendo feito pela cultura e pelo futuro dos povos, pois a própria comunidade não tem consenso sobre essa questão. Muitos pensavam em se desenvolver, mais os velhos pensam em projetos de revitalização da cultura, os mais novos nem sempre apoiam. As opiniões variam muito, não diz respeito a um único povo, pois pensam diferente. Em termos gerais, em cada povo há aqueles que são a favor e os que são contra as propostas de revitalização da cultura, pensam em vários outros projetos, de alternativas econômicas também. (Depoimento de liderança indígena Baniwa, ex-diretor da FOIRN, cedido em julho de 2013).

Apesar dos distintos olhares sobre o presente e o futuro, a via do diálogo é sempre acionada, e parece acomodar alguns consensos, especialmente sobre a implementação de projetos nas comunidades, sejam os pautados na premissa da sustentabilidade/*bem viver* elaborados pela FOIRN e seus parceiros, sejam projetos acessados “por fora”, visando à geração de renda, à energia elétrica para as comunidades, ao transporte, e outros.

Ao se analisar a ideologia dos projetos, vem à tona a indagação sobre os recursos utilizados para fazer dialogar visões tão distintas: a racionalidade indígena e a racionalidade ocidental. No que concerne, especificamente, à ideia de uma conjugação de saberes (indígenas e não indígenas) na gestão territorial no rio Negro, ela se dá particularmente pelo “modelo FOIRN”, pois a sua essência se fundamenta nesses pressupostos.

Para as lideranças do rio Negro, os projetos e programas são instrumentos de planejamento e de decisão. A incorporação de saberes de origem não indígena, está correlacionada aos seus sistemas de organização social, política, religiosa e econômica, de modo a articular horizontes socioculturais diversos e, às vezes, antagônicos, como por exemplo, a fabricação de artesanatos para atender a lógica de mercado.

Faz parte desse conjunto de elementos que caracterizam a formatação da proposta intercultural de gestão dos territórios indígenas do rio Negro, a própria história de contato/colonização, algo bastante frisado nesta tese, cujos acontecimentos trouxeram impactos negativos para as culturas indígenas, mas que teve como resposta dos povos a mobilização social, a luta pela autonomia e pelo respeito aos direitos indígenas. Foi assim que imprimiram as marcas do protagonismo indígena na condução dos caminhos a serem percorridos, na ressignificação das relações interétnicas e na criação de “modelos” próprios de

gestão de seus territórios, entendidos como necessários para preservar e valorizar seus saberes e seus territórios.

Com o tempo, firmou-se, entre as lideranças e entre os povos indígenas de um modo geral, a compreensão de que o diálogo, o intercâmbio de saberes não diminuem os seus, ao contrário, os fortalecem. A inserção de saberes de uma outra racionalidade, deste modo, tende a viabilizar o diálogo propriamente dito e não a dominação, contudo, nem sempre isso ocorre na prática, pois “o conhecimento científico é hoje a forma privilegiada de conhecimento” e “as formas privilegiadas do conhecimento conferem privilégios extra-cognitivos [sociais, políticos, culturais] a quem os detém (SANTOS, 2010, p. 136).

Essas hierarquias são desafiantes, pois corriqueiramente e inconscientemente essas sobreposições de racionalidades podem ocorrer, não é incomum ver na FOIRN a realização de cursos em que os pesquisadores – os especialistas, são convidados para exporem os seus conhecimentos, e durante esses eventos, presenciar lideranças insatisfeitas por verem seus conhecimentos em patamares menores e/ou verem esses especialistas falarem dos conhecimentos indígenas como “se soubessem tudo sobre eles, quando deveriam chamar os indígenas para falarem também” (liderança Dessana, novembro de 2014).

Durante as primeiras discussões sobre a criação do Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro, muito se questionou sobre o fato da FOIRN ter convidado mais “especialistas e intelectuais de fora do que da própria região”, fato posteriormente contornado pela Federação que criou um grupo composto por intelectuais indígenas, reunindo lideranças tradicionais e lideranças políticas de modo que, juntos com os especialistas convidados (não indígenas), pudessem estruturar a proposta de criação do Instituto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (PNGATI) é recente, data de junho de 2012, mas a política indígena de cuidar para o *bem viver* de seus territórios é milenar. Muitas das categorias que compõem o rol de expressões que foram incorporadas nos discursos das lideranças indígenas – a exemplo de: terra, território, gestão territorial e ambiental, desenvolvimento sustentável, etnodesenvolvimento e outras – são utilizadas a partir de leituras e sínteses feitas pelas lideranças no curso de suas atuações no campo de luta a favor dos povos indígenas. No que tange ao rio Negro, elas são resultantes das relações interétnicas estabelecidas historicamente e também dos atuais diálogos interculturais com os agentes sociais e suas agências presentes na região.

No caso específico das categorias gestão territorial e gestão ambiental, em evidência nos atuais discursos das lideranças e, colocados como temas centrais nas discussões sobre a proteção das terras indígenas, pode-se dizer também que não se trata de algo novo, pois os povos indígenas sempre cuidaram/geriram dos seus territórios, mas a partir de mecanismos próprios a cada um dos povos indígenas que vivem no rio Negro. Portanto, por meio de diferentes "planos de gestão", elaborados, seguindo uma lógica e uma relação muito diferente da lógica ocidental de domínio da natureza.

No âmbito da FOIRN – da escola das relações interétnicas e interculturais –, a gestão territorial e ambiental pode ser vista como a tradução intercultural desse cuidar, sendo as concepções sobre um plano de gestão delineadas a partir da criação da Federação e da demarcação e homologação das cinco terras indígenas, quando obtiveram os primeiros recursos financeiros e estruturaram o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS).

Os avanços na gestão territorial das terras indígenas do rio Negro são perceptíveis pelo protagonismo das lideranças que compõem o movimento indígena, pelas estratégias adotadas, pelas articulações e diálogos interculturais. A participação do Estado foi a de coadjuvante, pois, os povos indígenas, representados pelas lideranças, foram os atores centrais, uma vez que, ao longo dos anos, elaboraram diretrizes e implementaram ações para proteger/cuidar dos seus territórios, contando com uma participação restrita por parte do Estado. Entende-se que, nesse processo, os parceiros assessores também foram coadjuvantes.

O mérito foi do movimento indígena e das lideranças por vários fatores, em particular, pela organização/mobilização que decorreu na criação de redes tão complexas de relações sociais – redes dialogais. Pela incorporação da categoria protagonismo, traduziram seus próprios sentidos de “ir à luta”, “tomar a iniciativa”, “buscar os caminhos”, “escolher os parceiros”, firmando gradativamente os projetos e ações, cujos fundamentos pautam-se na interculturalidade, ou seja, no diálogo entre os saberes indígenas e os não indígenas.

No percurso a FOIRN e as associações a ela vinculadas estruturaram-se imbuídas nos mesmos princípios e, assim, elaboraram programas, projetos e várias iniciativas que os distingue por esse protagonismo. A busca persistente pelo diálogo não significou a diluição das relações assimétricas, principalmente com o Estado, pois elas persistem. Entretanto, não se pode negar o caráter inovador proposto pelo movimento indígena do rio Negro voltados para a gestão dos territórios e, isso inclui a premissa da relação dialógica que defendem.

Na rede dialogal os "não indígenas" ocupam um lugar importante, sobretudo os parceiros assessores, mas há, um constante cuidado da parte das lideranças, para que a sua condição de protagonista não seja comprometida. É, nesse âmbito que o discurso "em sua realidade material de coisa pronunciada ou coisa escrita" (FOUCAULT, 2012, p. 08), torna-se um instrumento poderoso, pelo qual as lideranças indígenas apontam os lugares que devem ocupar os "não indígenas" na gestão de seus territórios.

Para a FOIRN as bases - as comunidades indígenas, têm lugar de destaque na rede dialogal. As discussões sobre os temas prioritários, os problemas, os objetivos, o planejamento das ações da FOIRN, entre outros, se dão mediante a articulação com essas bases, numa constante relação de consensos e dissensos e/ou conflitos e acordos/alianças. Mas, independentemente, desse reconhecimento da Federação sobre o papel das bases para a consolidação da política e de uma proposta de gestão indígena para o rio Negro, é relevante frisar que as bases enxergam a sua importância nesse processo, segundo as lideranças que nelas residem, “suas vozes são levadas para a Federação”, são elas que apontam os problemas, os anseios e as perspectivas das comunidades.

Em relação ao lugar do Estado nessa rede, reafirma-se que é o de pouca representatividade, pois, para muitas das lideranças indígenas o Estado brasileiro deve maior atenção aos povos e aos seus territórios, de modo a prover as melhorias

sociais, políticas e ambientais necessárias, sendo um dos desafios do movimento indígena, o apoio do Estado na construção de uma proposta de gestão dos territórios do rio Negro que seja boa para os povos.

Desde os primeiros capítulos da tese, pontuou-se que, o diálogo intercultural é, atualmente, a ferramenta de destaque nas ações das lideranças indígenas, para viabilizar a gestão e/ou o *bem viver* de seus territórios. Para estes, esse diálogo representa uma possibilidade de valorização dos saberes dos povos da região. Entretanto, esse diálogo também é um desafio para o movimento indígena e para as lideranças que estão à frente da FOIRN, pois nem todos os saberes estão no mesmo patamar de reconhecimento quanto ao valor que possuem: Tukano, Dessano, Baniwa, Tariano, Hupda, Dãw, Baré, Yanomami e os demais povos da região, relacionam-se orientados pelas dinâmicas de suas culturas envolvendo posições de poder e hierárquicas, e como lidar de forma justa com essa diversidade? E como de fato dialogar, dispor-se a repactuação de sentidos acerca da cultura do outro?

Ressalta-se que esse também é um desafio colocado à FOIRN, sendo de ordem interna, pondo em evidência à imprescindível avaliação das dinâmicas de participação, de modo que as dissimetrias entre os povos indígenas da região entre si sejam minimizadas. Pois, hoje os "níveis" de participação são diferentes nessa rede dialogal, no segundo capítulo enfatizou-se que existem povos numericamente reduzidos e com pouco envolvimento nas discussões da FOIRN. A título de exemplo, pode-se citar os Dãw, só muito recente estes passaram a participar das assembleias da Federação e, ainda assim, tendo uma "participação simbólica", com pouca expressão política. Contudo, a relação entre os povos indígenas do rio Negro perpassa pelas dinâmicas culturais e, só pode ser entendida por essa via e, não pela atual política indígena instituída após a criação da FOIRN.

Possivelmente, manejar esses assuntos de "dentro", ou seja, as dinâmicas culturais intrínsecas às relações entre os povos indígenas, sejam mais desafiadoras do que lidar com os "fora", pois com estes, a relação situa-se em outro patamar. Considera-se que, para o *bem viver* dos povos da região as lideranças, em particular as vinculadas diretamente à FOIRN, deverão primeiramente realinhar as estratégias para efetivar o diálogo com os todos os saberes indígenas, incluindo os presentes na cidade, hoje praticamente excluídos do planejamento estratégico da Federação. Portanto, rever o lugar dos saberes indígenas, fora dos parâmetros classificatórios e

mediáticos, que projetam os saberes das comunidades e dos povos que guardam as características que os financiadores dos projetos desejam ver.

Estabelecer maior contato com a cidade, ou seja, com os povos indígenas que hoje nelas residem, pode ser viabilizado com a realização de assembleias indígenas específicas aos moradores das cidades de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, construindo-se fóruns de discussão e de inclusão para os que vivem nessas cidades e que sofrem diferentes formas de preconceitos. Pois, de modo geral, são amplamente excluídos, tanto pela cidade que não lhe reconhece como parte dela, quanto pelos indígenas que estão nas comunidades e que não os vê mais como parte de sua realidade cultural.

A criação de uma “coordenadoria da cidade” para debruçar-se exclusivamente sobre a realidade dos povos que vivem nas cidades inseridas na área de abrangência da FOIRN, pode ser uma importante estratégia para aproximar e estabelecer o diálogo, promover a participação e a inclusão. Entende-se que essa aproximação e/ou atuação na cidade possibilitará à FOIRN adquirir maior visibilidade e reconhecimento por parte dos indígenas que vivem na cidade e que não se veem hoje representados pela Federação. Vale assinalar que estejam nas comunidades ou nas cidades ora citadas, estes sujeitos continuam fazendo parte da diversidade cultural – são todos constituintes dos povos indígenas do rio Negro.

Em relação ao diálogo entre os saberes indígenas e os não indígenas no âmbito dos projetos do PRDIS, verifica-se que as experiências são de suma importância, algo constatado nos projetos implementados. Os aparatos da ciência ocidental utilizados pelos pesquisadores não indígenas, a exemplo das Tecnologias de Comunicação e Informação, equipamentos, dentre outros, propiciaram o mapeamento da região fornecendo dados sobre as comunidades, rios e lagos, vegetação, clima - essenciais para as lideranças na construção de estratégias objetivando a gestão dos território no rio Negro.

O diálogo de saberes, articulado pelas parcerias instituídas durante a elaboração e implementação de alguns dos projetos do PRDIS, principalmente com o Instituto Socioambiental, permitiu ao movimento indígena estruturar novos saberes, a exemplo dos originados por meio dos projetos de manejo de arumã (*Ischnosiphon* spp), na região do Içana; o de manejo de caraná (*Mauritia carana* Wallace) no alto Tiquié; o de manejo da sorva (*Couma utilis*), dentre outros. Esses

projetos buscaram assegurar às futuras gerações dos povos indígenas as mesmas possibilidades de uso dos recursos naturais feitas pelas atuais, particularmente, garantir a sustentabilidade na produção de artesanatos. O uso desses “recursos” para fins comerciais, portanto, diferente do uso tradicional, demandou uma nova estratégia e, é nesse contexto que a interculturalidade e o diálogo de saberes são essenciais à gestão dos territórios indígenas no rio Negro.

Entende-se que eles são importantes e necessários ao *bem viver* dos povos indígenas do rio Negro na contemporaneidade, dadas à realidade que os cerca - caracterizada por mudanças processadas na região e em suas vidas, bem como pela dinamicidade intrínseca à própria cultura. O PRDIS, enquanto plano de gestão dos territórios indígenas contempla essa realidade, contudo, cabe a FOIRN o desafio de ampliar o diálogo e, estendê-lo, sobretudo, às Universidades e aos Institutos de pesquisas localizados na região Norte, de modo a aproximar os pesquisadores e suas pesquisas das propostas da Federação.

Essas parcerias, costuradas por relações simétricas, podem fomentar a realização de projetos de pesquisa e extensão, contribuindo para a execução das ações contidas no planejamento estratégico e no plano de gestão da FOIRN. Uma alternativa que pode somar positivamente com as demais parcerias já constituídas, inclusive as referentes a implantação do Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro (Iciprn) e do Programa de Formação Avançada Indígena (PFAI).

## REFERÊNCIAS

- ARKONADA, K. Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados. *IHU On-Line*, São Leopoldo, ed. 340, p. 10-13, 2010. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3439&secao=340](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3439&secao=340)>. Acesso em: 03 jul, 2014.
- ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, B; RAMOS, A. R. (Org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- ANDRELLO, G. *Política indígena no Uaupés: hierarquias e alianças*. 2008. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/149/113>>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- BARRETO-FILHO, H.; CORREIA, C. *Gestão ambiental e/ou territorial de/em terras indígenas: subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme Portaria Interministerial 276/2008*. Brasília: MMA; FUNAI, 2009.
- BARTOLOMÉ, M. A. *Processos interculturales*. Antropologia política del pluralismo cultural em America latina. México: Siglo Veintiuno Editores, 2005. 221-248 p.
- BENJAMIN, W. "O Narrador". In: *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. 10. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BONFIL BATALLA, G. *America Latina: Etnodesarrollo, Etnocidio*. Costa Rica: Ediciones FLACSO, 1982.
- BUCHILLET, D. "Pari Cachoeira: o laboratório Tukano do Projeto Calha Norte". In: RICARDO, C.A. (Ed). *Povos Indígenas no Brasil: 1987/88/89/90*. São Paulo: Cedi, 1991.
- CABALZAR, A.; RICARDO, C. A. *Povos Indígenas do Rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. São Paulo: 3 ed. Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), 2006.
- CARNEIRO-FILHO, A.; SOUZA, O. B. *Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.
- CASTELLS, M.. *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires, Argentina: Ed. Siglo XXI, 1976.
- CORREIA, C. de S. *Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: Representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no Estado do Acre*. Tese de doutorado (Departamento de Antropologia/ICS/UnB. Brasília), 2007.

COSTA, R. C. *Etnoconhecimento, saber local e a mundialização*. III Encontro da ANPPAS. Brasília-DF, 2006.

DECRETO PRESIDENCIAL nº 7747 de 05/06/2012. Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial e Ambiental (PNGATI).

DICIONÁRIO, de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação; SILVA, Benedicto Silva, (Coord.); MIRANDA NETTO, Antonio Garcia de. Miranda Netto et al. (Equipe de Editoração). Rio de Janeiro: FGV, 1986.

DINIZ, L. L; RAMOS, D. P. Análise da Produção Bibliográfica sobre os Povos Indígenas no Rio Negro. In: SANTOS, G. M. *Amazonas Indígena: um mapeamento das Instituições e da produção bibliográfica sobre os Povos Indígenas no Amazonas*. Núcleo de Estudos da Amazônia Indígenas. PPGAS – Museu Amazônico, 2009.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada* – 4a Ed. – São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

DURHAM, E. R. O lugar do índio. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. *O índio e a cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões* 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FARIA, I. F. de. *Território e Territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

FERNANDES, A. T. Conflitualidade e Movimentos Sociais. *Análise Social*, vol. XVIII (123-124), p. 787-828, 1993.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN); INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN/ISA, 2003.

\_\_\_\_\_. (FOIRN/ISA). *Relatório do I Seminário de Pesquisa do Rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira, 2000.

\_\_\_\_\_. (FOIRN). *Estatuto Social*. São Gabriel da Cachoeira, 2002.

\_\_\_\_\_. (FOIRN). *Relatório da VI Assembleia Geral Eletiva da FOIRN*. São Gabriel da Cachoeira, 2004.

\_\_\_\_\_. (FOIRN/ISA). *Povos Indígenas do rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. São Gabriel da Cachoeira, 2006.

\_\_\_\_\_. (FOIRN). *Relatório da IX Assembleia Ordinária da FOIRN*. São Gabriel da Cachoeira, 2010.

\_\_\_\_\_. (FOIRN). *Relatório do I Encontro de Liderança dos Povos Indígenas do Rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira, 2012.

\_\_\_\_\_. (FOIRN). *Planejamento Estratégico da FOIRN: gestão 2013-2016*. Apresentação durante a XIV Assembleia Geral da FOIRN. Santa Isabel do Rio Negro, 2014.

\_\_\_\_\_. Wayri Educação. Edição especial Educação. Maio de 2014.

FLEURI, R. M. (org.). *Educação Intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: \_\_\_\_\_. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1989.

GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOLDENBERG, M. *A arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 12 ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Programa Amazonas Indígena*. Manaus-Am. 2003.

GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago, 2004.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOLDENBERG, M. *A arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 12 ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Programa Amazonas Indígena*. Manaus-Am. 2003.

GRUPIONI, L. D. *Diretório de Associações e Organizações Indígenas no Brasil*. Brasília: INEP/ MEC e Mari/USP (1999).

GRUPIONI, L. D e KAHN, M. *Gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira: os percursos da Rede de Cooperação Alternativa*. São Paulo: Iepé, 2013.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: PP GEO/UFF, 2002.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HILL, J. *Ethogenesis in the Americas, 1492-1992*. Ed. J. D. Hill. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

HOBBSBAWN, E. *A invenção das tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Trabalho elaborado em comemoração ao Dia do Índio. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010)>. Acesso em: 27 set. 2012.

ISA. *Desenvolvimento Indígena Sustentável. Zoneamento Socioambiental Participativo*. 2008. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/etnias-do-rio-negro/1536>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

KEHÍRI, TORAMU. *Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kehiripõrã*. 2ª edição. São João Batista do Rio Tiquié: UNIRT; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 1995. (Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro, v.1).

KOCH-GRUNBERG, T. *Dois anos entre os indígenas: viagens ao noroeste do Brasil*. Manaus: EDUA/FSDB, 2005.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006.

\_\_\_\_\_. A Ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, H. (org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004.

LESBAUPIN, I. Sociedade do “bem viver”. *Revista IHU On-Line*, Revista do Instituto Humanitas, Unisinos, n. 340, set, 2011.

LIMA, A. C. de S. Povos Indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a ‘organizados’. In: SOUZA, C.N.I. de S. et al. *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento II*. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: LACED, 2010.

LITTLE, P. E. Gestão Territorial em Terras Indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes. *Relatório final apresentado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-AC)*, Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI-AC) e Agência da GTZ no Brasil. Rio Branco, 15 de dezembro de 2006.

LUCIANO, G. J. S. *Projeto é como branco trabalha*. As lideranças que se virem para nos ensinar. Brasília, 2006, 162 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –

Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília – Brasília, 2006a.

\_\_\_\_\_. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no alto rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.

MARTINEZ, E. *Nem melhor, nem bem: viver em plenitude*. IHU On-Line, São Leopoldo, ed. 340, p. 10-13, 2010. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3439&secao=340](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3439&secao=340)>. Acesso em: 03 jul, 2014.

MENEZES, E. S. de. *Os “piaçabeiros” no médio rio Negro: identidades coletivas e conflitos territoriais*. Manaus, 2012, 278 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *O programa Calha Norte*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2013/11/programa-calha-norte-ja-beneficiou-74-cidades-em-2013>. Acesso em: jan/2014.

MORIN, E; KERN, A. B. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

ORTOLAN MATOS, M. H. *O processo de criação e consolidação do Movimento Pan-indígena no Brasil (1970-1980)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. *Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências no Vale do Javari*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2006.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *A Viagem da Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

\_\_\_\_\_. *Os poderes e as terras indígenas*. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, 1989.

OLIVEIRA, J. P.; ROCHA FREIRE, C. A. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: SECAD/MEC; UNESCO; LACED/UFRJ, 2006.

PARESCHI, A. C. C. *Projetismo e Desenvolvimento Sustentável: o caso dos Pequenos Projetos*. In: *Hileia – Revista de Direito Ambiental da Amazônia*, n. 3, Manaus, Edições do Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Cultura / UEA, 2004.

PEIRANO, M. *A favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PERES, S. C. *Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.

\_\_\_\_\_. *A política da identidade: associativismo e movimento indígena no rio Negro*. Manaus: Editora Valer, 2013.

PIMENTA, J. “O caminho da sustentabilidade entre os Ashaninka do rio Amazonas – Alto Juruá (AC)”. In: SOUZA, C.N.I. de S. et al. (Org.) *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento II*. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: LACED, 2010.

QUIVY, R.; CAMPENHOUD, L. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2003.

RAMIREZ, Henri. *Iniciação a língua Yanomama: dialetos do médio rio Catrimani e de Xitei, curso de língua Yanomama*. Boa Vista: Diocese de Roraima, 1994.

REGAZZONI, Q. *A relação entre o Reino pregado por Jesus e o conceito de Vida Boa dos povos indígenas*. *IHU On-Line*, São Leopoldo, ed. 340, p. 10-13, 2010. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3439&secao=340](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3439&secao=340)>. Acesso em: 03 jul, 2014.

REZENDE, J. S. *Região do Alto Rio Negro em Movimento: movimento indígena e ‘projetos de futuro’ para os povos indígenas*. São Gabriel da Cachoeira, 2013. Memo.

RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROBERTO DE PAULA, L. A organização institucional do movimento das mulheres indígenas no Brasil atual: notas para começar a pensar. In: VERDUM, R. (Org.). *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília: Inesc, 2008.

SAMPAIO, P. M. “*Aleivosos e rebeldes*”: Lideranças indígenas no Rio Negro, século XVIII. Trabalho apresentado no *XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

SANTILLI, M. Programas regionais para uma nova política indigenista. In: SOUZA LIMA, A.C & BARROSO-HOFFMANN, M. *Estados e povos indígenas no Brasil: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002.

SANTOS, G. M. *Amazonas Indígena: um mapeamento das Instituições e da produção bibliográfica sobre os Povos Indígenas no Amazonas*. Núcleo de Estudos da Amazônia Indígenas. PPGAS – Museu Amazônico, 2009.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO PARA OS POVOS INDÍGENAS (SEIND). *Participação da Secretaria na criação do Sistema de Sustentabilidade do Rio Negro*. Disponível em: <<http://portaldaseind.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. (SEIND). *Plano de Atuação Integrada entre Governo do Estado e Funai (2012-2015)*. Versão Preliminar. Manaus, 2012.

\_\_\_\_\_. (SEIND). *Oficina interna de Planejamento Estratégico*. Manaus, 2012.

SILVA, L. A. L. da. *Padrões internacionais de conservação da biodiversidade: certificações florestais e regulação jurídica envolvendo povos e comunidades tradicionais da Amazônia*. Manaus, 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade do Estado do Amazonas – Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, Manaus, 2012.

SOUZA, M. J. L. de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I. E. de. et al. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.) *Estado e Povos Indígenas no Brasil: bases para uma política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002a.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Além da tutela: bases para uma política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002b.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, n. 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

THEIJE, M. de. *Tudo que é de Deus é Bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2002.

VARGAS, R. P. Los movimientos sociales en la trayectoria latinoamericana. *IV Conferencia Regional ISTR-LAC*, 8-10 out. 2003, San José, Costa Rica. Disponível em: <<http://www.acceso.or.cr/istr/memoria/temas/ponencias/panel-3/RaymiPadilla.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2005.

VERDUM, R. *Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo*. Brasília, 2006, 200 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas – Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VIDAL, Silvia M.; ZUCCHI, A. *Efectos de las expansiones coloniales en las poblaciones indígenas del Noroeste Amazónico (1798-1830)*. *Colonial Latin American Review*, v. 8, n. 1, pp. 113-132, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Autodeterminação indígena como valor*. In: Anuário Antropológico. Fortaleza/Rio de Janeiro: Edições Universidade do Ceará/Tempo Brasileiro, 1983.

WALSH, C. “Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver”. In: CANDAU, V. M (org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

WRIGHT, R. M. *História indígena e do indigenismo no Alto rio Negro*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, 2005.

\_\_\_\_\_. História Indígena do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP/SMC, 1992.

## APÊNDICES

**Apêndice A** – Roteiro da entrevista Grupo 1: Lideranças indígenas que participaram da criação da FOIRN/Movimento indígena

**Local da entrevista:**

**Data:**

**Código Identificação:**

### **Identificação**

1. De qual região do Alto Rio Negro você é?
2. Mora atualmente na mesma região?
3. A que povo você pertence?
4. Você está vinculado a uma Associação Indígena? Qual?

### **Trajetória no movimento indígena**

5. Participou da criação do movimento indígena do Alto Rio Negro?
6. E da criação da FOIRN? Conte como foi esse processo.
7. Quais os ideais que embasaram a criação da Federação?
8. Após a criação da FOIRN quais foram as metas estabelecidas e os primeiros projetos implementados?
9. Além dos indígenas quem mais participou do processo de criação da FOIRN?
10. Você continua acompanhando as assembleias da FOIRN?
11. Como você analisa a atuação da FOIRN no contexto atual e o que ela representa para os povos indígenas do Alto Rio Negro?
12. Você tem alguma crítica ou sugestão referente a atuação da FOIRN atualmente?

### **Participação nas discussões e na elaboração de projetos de sustentabilidade para a região**

13. Você participou das discussões e da elaboração do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS)?
14. Além das lideranças indígenas, quem mais participou da elaboração do PRDIS? O Estado participou?

15. Atualmente tem acompanhado as discussões e os projetos da FOIRN visando a gestão territorial e ambiental das terras indígenas? Como se dá a sua participação?
16. Como você avalia a atual relação da FOIRN com o Estado em relação a gestão territorial e ambiental das terras indígenas?
17. Como avalia os projetos de desenvolvimento sustentável que hoje estão sendo implementados no Alto Rio Negro? Eles atendem as necessidades das comunidades?
18. Você acompanhou as discussões sobre o “Sistema de Sustentabilidade do Rio Negro”, qual sua opinião sobre ele?
19. Que avaliação você faz da atuação da FOIRN nestes 25 anos de existência?
20. Quais os avanços e os projetos de futuro da FOIRN? Quais seriam as Perspectivas?

**Sobre a noção de desenvolvimento e sustentabilidade**

21. Para você o que desenvolvimento e o que é sustentabilidade?
22. Os projetos implementados nas comunidades, na sua, por exemplo, estão pautados em quais concepções?

**Apêndice B** - Roteiro da entrevista Grupo 2: Lideranças indígenas atuais diretores e/ou gestores da FOIRN

**Local:**

**Data:**

**Código Identificação:**

### **I – Identificação**

1. Você é de que povo?
2. Qual região do Rio Negro você representa na diretoria da FOIRN?
3. É membro de qual Associação Indígena?
  - 3.1 Há quanto tempo faz parte dela?

### **II – Trajetória no movimento indígena e na FOIRN**

4. Participou do movimento indígena que ajudou a demarcar as terras indígenas e a criar a FOIRN?
5. Desde quando acompanha as ações da FOIRN? Como tem sido a sua participação ao longo desse período?
6. E atualmente, como membro da diretoria da FOIRN, quais são as suas funções?
7. Estrutura do FOIRN, como ela atua, qual seu “modelo” de atuação, como analisa a atuação da Federação no Rio Negro.

### **III – Participação nas discussões e na elaboração de projetos visando a sustentabilidade da região como pressuposto para a gestão das TI**

8. Você participou das discussões e da elaboração do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS)?
  - a. Ele ainda é uma proposta que a FOIRN deseja implementar?
  - b. Hoje ele passa por algum tipo de reformulação?
9. Além das lideranças indígenas, quem mais participa da implementação do PRDIS?
10. Os projetos hoje em andamento? Como eles são construídos?
11. Quem financia os projetos da FOIRN e como se dá a relação destes financiadores com a FOIRN?
12. Quais são as ações prioritárias da FOIRN e como elas são eleitas como prioritárias?
13. Quem são os agentes que operam hoje como parceiros da FOIRN?

14. Como se dá a relação da FOIRN com o Estado? Quais são os projetos que já realizaram e os que estão sendo realizados em parceria?

15. Quais as dificuldades enfrentadas atualmente na implementação dos projetos da FOIRN?

**IV – Sobre como operam com noções e categorias não-indígenas**

16. Para o senhor(a) o que é gestão territorial e ambiental de terras indígenas?

17. O que você entende por desenvolvimento?

18. O que você entende por sustentabilidade?

19. Já ouviu falar em desenvolvimento sustentável?

( ) não ( ) sim – Pode explicar?

**Apêndice C - Roteiro da entrevista Grupo: membros das Associações Indígenas vinculadas a FOIRN**

**Local da entrevista:**

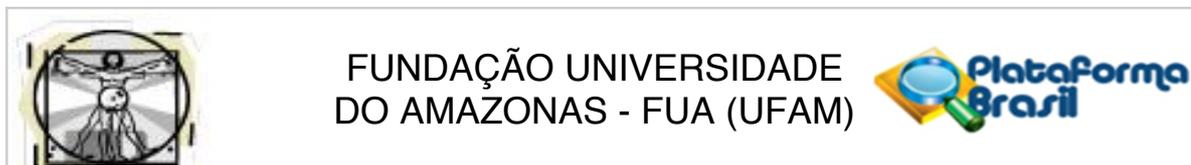
**Data:**

**Número de identificação:**

1. De qual região do Alto Rio Negro você é? Mora atualmente na mesma região?
2. A que povo você pertence?
3. Fez parte do movimento indígena e da criação da FOIRN? Desde quando acompanha as ações da FOIRN? Como é sua participação?
4. Pertence a qual Associação Indígena? Como se dá articulação de sua Associação com a FOIRN na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento sustentável?
5. A Associação da qual faz parte participa da gestão territorial e ambiental do Alto Rio Negro? De que forma?
6. Você participou das discussões referente a criação do “Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS)”?
7. E do recém-criado “Programa de Sustentabilidade do Rio Negro”?
8. Quais projetos você acompanha, na condição de membro de uma Associação Indígena agregada a FOIRN, e como avalia a sua participação?
9. Quais as principais dificuldades observadas em sua comunidade?
10. Quais os mecanismos usados para minimiza-las? Eles são pensados em parceria com a FOIRN?
11. Já foi implementado ou está em fase de implementação em sua comunidade algum projeto sem a parceria da FOIRN? Quem financiou?
12. Como você avalia as ações da FOIRN visando a gestão territorial e ambiental das terras indígenas?
13. Quais os “projetos de futuro” da sua Associação para a sua comunidade e para o seu povo? Eles estão articulados as ações da FOIRN?

## ANEXOS

**Anexo A** - Autorização do Comitê de ética em Pesquisa (CEP) para a realização da pesquisa



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO: estratégias em torno da Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas

**Pesquisador:** Jocilene Gomes da Cruz

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 09547112.3.0000.5020

**Instituição Proponente:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 195.338

**Data da Relatoria:** 06/02/2013

#### Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa será realizada na cidade de São Gabriel da Cachoeira, localizada no noroeste do Estado do Amazonas e pretende analisar a organização político-cultural dos povos indígenas do Alto Rio Negro, especificamente a mobilização empreendida pelas lideranças indígenas, membros das associações formais vinculadas a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), na elaboração e implementação de propostas de desenvolvimento sustentável como mecanismo no processo de gestão territorial e ambiental das terras indígenas. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, utilizando-se como método o dialético, escolhido por ser propício a apreensão da rede de relações envolvidas nesse processo, o qual abarca inúmeros agentes sociais em escalas igualmente diversas. Na coleta de dados serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com as lideranças indígenas da FOIRN (com os fundadores da Federação e com a atual diretoria); com os membros das associações formais vinculadas a Federação e com os colaboradores da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), responsável pela política indigenista do Amazonas, e que atua como mediador na implementação de alguns projetos e programas de desenvolvimento sustentável da FOIRN financiados por agentes em âmbito nacional e internacional.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**UF:** AM

**Telefone:** (92)3305-5130

**Município:** MANAUS

**Fax:** (92)3305-5130

**CEP:** 69.057-070

**E-mail:** cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Analisar a participação dos indígenas do Alto Rio Negro, na elaboração e implementação de programas e projetos, pautados na noção de desenvolvimento sustentável visando a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas.

Objetivo Secundário:

- Analisar a organização político-cultural estruturada pelos indígenas no processo de elaboração e implementação dos programas e projetos de desenvolvimento sustentável;- Apreender os mecanismos de interlocução com o Estado, utilizados pelos indígenas, para viabilizar suas propostas de desenvolvimento sustentável nas Terras Indígenas;- Identificar os agentes e parceiros dos indígenas, bem como o papel que desempenham no

processo de elaboração e implementação dos programas e projetos;- Averiguar os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade adotados pelos indígenas nas propostas de desenvolvimento sustentável do Alto Rio Negro.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo a pesquisadora:

Riscos:

Em virtude dos propósitos da pesquisa os riscos são difíceis de serem mensurados, contudo, considera-se que ela apresente pouca possibilidade de riscos aos sujeitos envolvidos, pois não serão acessados e/ou usados seus conhecimentos tradicionais, estando os propósitos da pesquisa explícitos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em linguagem simples e esclarecedora. Os desconfortos e os riscos que eventualmente venham a ocorrer poderão ser de ordem subjetiva, envolvendo uma avaliação crítica a respeito de seus papéis e de suas atuações na gestão de seus territórios. Vale assinalar que o projeto foi apresentado a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), que após avalia-lo deu a anuência para realizá-lo, mediante a assinatura de um acordo, no qual constam "os critérios e procedimentos para regulamentar as relações entre pesquisadores e indígenas do rio Negro", instrumento criado pela FOIRN para minimizar os riscos de pesquisa envolvendo os povos indígenas da região.

Benefícios:

No que concerne aos benefícios, estes são também de cunho qualitativo. Em termos gerais, considera-se que os resultados da pesquisa possam viabilizar elementos para a análise e reflexão sobre os impactos positivos e negativos dos programas e projetos, empreendidos pelos indígenas ao longo dos anos, visando à gestão territorial e ambiental do Alto Rio Negro. Essa reflexão poderá permitir uma visão sobre os avanços; apontar os ajustes que se fazem necessários, bem como subsidiar a elaboração de novas propostas. Entende-

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



se também que a pesquisa poderá colaborar com as políticas públicas de Estado em prol dos povos indígenas dessa região, e, ainda, de outras regiões do Estado.

Considera-se adequada a descrição dos riscos e benefícios.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa em nível de doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na qual se investigará a organização político-cultural dos povos indígenas do Alto Rio Negro, representados pelas lideranças pertencentes às associações indígenas formais vinculadas à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, utilizando-se como método o dialético.

Instrumentos de coleta de dados: dentre os selecionados para a coleta de dados destaca-se a Entrevista semiestruturada. Outro instrumento utilizado será a observação, adotando-se, particularmente, a observação não participante, pois não haverá um contato direto no cotidiano dos envolvidos na pesquisa, a observação será utilizada somente nos eventos e

acontecimentos selecionados para tal, nos quais se estará observando, refletindo e registrando as dinâmicas sociais. Durante a coleta de dados a pesquisadora pretende acompanhar os eventos realizados pela FOIRN, tais como assembleias, reuniões, seminários, oficinas e outros eventos destinados a discutir temas direta e indiretamente ligados aos programas e projetos de desenvolvimento sustentável elaborados pelos indígenas

visando a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas.

Sujeitos da Pesquisa - a amostra definida como "representativa". Nesse sentido, a título de seleção representativa, destacam-se 04 grupos de atores-chave da pesquisa: Lideranças indígenas, atuais membros da diretoria da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN); Lideranças que participaram da criação da FOIRN; Lideranças indígenas membros das associações indígenas formais vinculadas à FOIRN e Colaboradores da Secretaria de Estado para o Povos Indígenas-SEIND, num total de 60 participantes.

Cronograma: adequado

Orçamento: adequado

Instrumentos de coleta de dados: apresentados.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de rosto: adequada

Termos de Anuência da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e da

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND): apresentados.

TCLE: adequado

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O presente protocolo de pesquisa recebeu parecer pela pendência quando da análise anterior. A pesquisadora responsável ajustou o protocolo, segundo solicitação do CEP, no seguinte:

- 1 - Revisou e ajustou o número de sujeitos participantes;
- 2 - Descreveu, no campo observações, o processo de obtenção e de registro do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e TCLE, assegurando a adequação às peculiaridades culturais e linguísticas dos envolvidos (Cf. Res. CNS 304/2000, item IV.2).
- 3 - Ajustou o TCLE.
- 4 - Inseriu a orientadora na equipe de pesquisa.
- 5 - Apresentou documento no qual os participantes autorizam a coleta de imagens, sons, etc.

Dessa forma, entende-se que o presente protocolo atende ao que prevê a Res. CNS 196/96 e complementares.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Sim

**Considerações Finais a critério do CEP:**

MANAUS, 07 de Fevereiro de 2013

---

**Assinador por:**  
**Pedro Rodolfo Fernandes da Silva**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br

## Anexo B – Parecer da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO: estratégias em torno da Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas

**Pesquisador:** Jocilene Gomes da Cruz

**Área Temática:** Área 9. A critério do CEP.

**Versão:** 3

**CAAE:** 09547112.3.0000.5020

**Instituição Proponente:** FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 333.124

**Data da Relatoria:** 28/05/2013

#### Apresentação do Projeto:

Introdução: Conforme projeto de pesquisa: "A área da pesquisa é conhecida como a "cabeça do cachorro", trata-se da região do Alto Rio Negro, situada no extremo noroeste do Estado do Amazonas, onde habitam 23 povos indígenas pertencentes a três grandes famílias lingüísticas: Tukano Oriental, Aruak e Maku, que vivem nas comunidades localizadas nas 05 Terras Indígenas que foram demarcadas e homologadas em abril de 1998, bem como nas demais que ainda se encontram em processo de reconhecimento legal. (...) o município de São Gabriel da Cachoeira é habitado por 29.017 pessoas, estando entre os cinco municípios do país com maior população indígena. Uma pequena parcela dessa população vive na sede do município, a maioria ocupa as mais de 700 comunidades existentes na região, as quais, dadas as especificidades culturais de cada um dos povos, variam de tamanho e organização social. Algumas das características dessas comunidades resultaram do processo de colonização e das missões religiosas com seus programas de catequese que modificaram o modo de viver dos povos indígenas da região. Vale assinalar que essas modificações socioculturais iniciadas com a colonização estenderam-se ao longo dos anos (séculos) quando a região passou também a ser alvo dos programas de "civilização" operados pelo Estado. Recentemente, as alterações observadas no Alto Rio Negro estão relacionadas às dinâmicas de migração e urbanização contemporâneas, acrescidas da ação

**Endereço:** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.750-521  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 333.124

de garimpeiros, madeireiros, dentre outros agentes externos que se fazem presente e que acarretam impactos negativos. O contexto histórico da região, caracterizado pelas tentativas de dominação dos indígenas (...) não ocorreu sem que estes reagissem e se impusessem a tais tentativas, imprimindo desde há muito tempo, seu protagonismo como sujeitos sociais atuantes em defesa de suas culturas e de seus territórios. A análise desse contexto histórico evidencia que a atual mobilização e a articulação em torno da criação de mecanismos de proteção e gestão das terras onde vivem não é algo recente, pois ao longo dos séculos lutam por sua autonomia e pelo direito às suas terras. Essa mobilização, a partir da década de 80, se dá por meio da adoção de estratégias peculiares, mediante um formato de organização social e político formal nos moldes da sociedade ocidental, surgindo assim, as chamadas Associações Indígenas. No rio Negro essas associações agregaram-se a uma organização maior, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), e, em parceria com o Instituto Socioambiental, e demais agentes aliados, delineiam um "modelo" próprio de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas. Em termos gerais, são esses elementos do "passado-presente" que dinamizam a região do Alto Rio Negro e constituem um panorama importante para uma análise visando conhecer a dinâmica da organização político-cultural dessas associações formais, concernente à conservação de seus territórios e de suas culturas, o objeto eleito para análise."

Hipótese: "A sustentabilidade das terras dos povos indígenas do rio Negro pode ser entendida como fruto de um processo de aprendizagem dirigida à readaptação permanente entre o tradicional e a geração de um novo código de relações com o ambiente e a sociedade não-indígena na atualidade. Configura-se, na articulação de uma autonomia intercultural regional frente a um processo exógeno chamado "integração" ou, mais recentemente, "desenvolvimento". Nesse sentido, tem-se como hipótese que a participação dos povos indígenas nas discussões sobre a questão ambiental e na implementação de um "modelo" pautado na noção de desenvolvimento sustentável, constitui-se em uma mobilização sócio-política-cultural para manter o domínio sobre seus recursos ambientais imprescindíveis a sua reprodução coletiva e a diversidade cultural presente na região."

Metodologia: Entrevista semiestruturada e Observação "não-participante pois não haverá um contado direto no cotidiano dos envolvidos na pesquisa, a observação será utilizada somente nos eventos e acontecimentos selecionados para tal, nos quais se estará observando, refletindo e registrando as dinâmicas sociais. Nesse sentido, durante a coleta de dados buscar-se-á

**Endereço:** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.750-521  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 333.124

acompanhar os eventos realizados pela FOIRN, tais como assembleias, reuniões, seminários, oficinas e outros eventos destinados a discutir temas direta e indiretamente ligados aos programas e projetos de desenvolvimento sustentável elaborados pelos indígenas visando a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas."

### **Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:** "Analisar a participação dos indígenas do Alto Rio Negro, na elaboração e implementação de programas e projetos, pautados na noção de desenvolvimento sustentável visando a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas."

### **Objetivo Secundário:**

- Analisar a organização político-cultural estruturada pelos indígenas no processo de elaboração e implementação dos programas e projetos dedesenvolvimento sustentável;
- Apreender os mecanismos de interlocução com o Estado, utilizados pelos indígenas, para viabilizar suas propostasde desenvolvimento sustentável nas Terras Indígenas;
- Identificar os agentes e parceiros dos indígenas, bem como o papel que desempenham no processo de elaboração e implementação dos programas e projetos;
- Averiguar os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade adotados pelos indígenas nas propostas de desenvolvimento sustentável do Alto Rio Negro.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: Segundo informado, "Em virtude dos propósitos da pesquisa os riscos são difíceis de serem mensurados, contudo, considera-se que ela apresente pouca possibilidade de riscos aos sujeitos envolvidos, pois não serão acessados e/ou usados seus conhecimentos tradicionais, estando os propósitos da pesquisa explícitos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em linguagem simples e esclarecedora. Os desconfortos e os riscos que eventualmente venham a ocorrer poderão ser de ordem subjetiva, envolvendo uma avaliação crítica a respeito de seus papeis e de suas atuações na gestão de seus territórios. Vale assinalar que o projeto foi apresentado a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), que após avalia-lo deu a anuência para realizá-lo, mediante a assinatura de um acordo, no qual constam "os critérios e procedimentos para regulamentar as relações entre pesquisadores e indígenas do rio Negro", instrumento criado pela FOIRN para minimizar os riscos de pesquisa envolvendo os povos indígenas da região."

**Endereço:** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.750-521  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 333.124

**Benefícios:** "(...) considera-se que os resultados da pesquisa possam viabilizar elementos para a análise e reflexão sobre os impactos positivos e negativos dos programas e projetos, empreendidos pelos indígenas ao longo dos anos, visando à gestão territorial e ambiental do Alto Rio Negro. Essa reflexão poderá permitir uma visão sobre os avanços; apontar os ajustes que se fazem necessários, bem como subsidiar a elaboração de novas propostas. Entende-se também que a pesquisa poderá colaborar com as políticas públicas de Estado em prol dos povos indígenas dessa região, e, ainda, de outras regiões do Estado.". Há portanto maior possibilidade de benefícios do que de riscos, o que indica que o projeto é eticamente adequado.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa faz parte do processo de obtenção de título de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia-PPG-CASA/UFAM.

O protocolo conta com a apresentação dos procedimentos para obtenção do consentimento livre e esclarecido (TCLE). A abordagem e a redação do TCLE estão adequados à especificidade da pesquisa e do grupo investigado.

A pesquisa não prevê procedimentos em Terra Indígena, com isso não sendo necessária a anuência da FUNAI.

O protocolo conta com anuência da Secretaria do Estado para os Povos Indígenas e da direção da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados e estão adequados.

### **Recomendações:**

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

1. Em relação ao TCLE, solicita-se a inclusão de forma clara e objetiva da definição da técnica de "observação".
2. Apresentar o roteiro de entrevista destinado ao grupo 3, uma vez que o arquivo com esse nome contém o roteiro do Grupo 1.

**Endereço:** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.750-521  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 333.124

**Situação do Parecer:**

Aprovado com Recomendação

**Considerações Finais a critério da CONEP:**

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/2012, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto, devendo o CEP verificar o cumprimento das questões acima, antes do início do estudo.

Situação: Protocolo aprovado com recomendação.

BRASILIA, 14 de Julho de 2013

---

**Assinador por:**  
**Jorge Alves de Almeida Venancio**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

**Bairro:** Asa Norte

**CEP:** 70.750-521

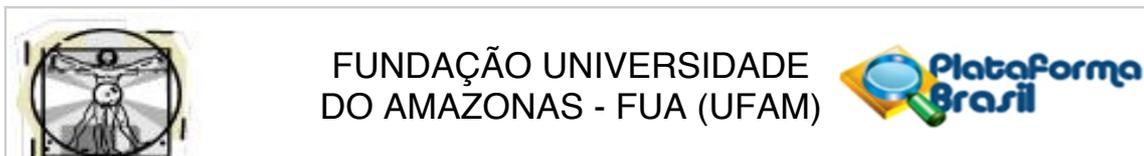
**UF:** DF

**Município:** BRASILIA

**Telefone:** (61)3315-5878

**E-mail:** conep@saude.gov.br

**Anexo C** – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), após aprovação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO: estratégias em torno da Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas

**Pesquisador:** Jocilene Gomes da Cruz

**Área Temática:** A critério do CEP

**Versão:** 5

**CAAE:** 09547112.3.0000.5020

**Instituição Proponente:** FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 463.895

**Data da Relatoria:** 13/11/2013

#### Apresentação do Projeto:

Introdução: Conforme projeto de pesquisa: "A área da pesquisa é conhecida como a "cabeça do cachorro", trata-se da região do Alto Rio Negro, situada no extremo noroeste do Estado do Amazonas, onde habitam 23 povos indígenas pertencentes a três grandes famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruak e Maku, que vivem nas comunidades localizadas nas 05 Terras Indígenas que foram demarcadas e homologadas em abril de 1998, bem como nas demais que ainda se encontram em processo de reconhecimento legal. (...) o município de São Gabriel da Cachoeira é habitado por 29.017 pessoas, estando entre os cinco municípios do país com maior população indígena. Uma pequena parcela dessa população vive na sede do município, a maioria ocupa as mais de 700 comunidades existentes na região, as quais, dadas as especificidades culturais de cada um dos povos, variam de tamanho e organização social. Algumas das características dessas comunidades resultaram do processo de colonização e das missões religiosas com seus programas de catequese que modificaram o modo de viver dos povos indígenas da região. Vale assinalar que essas modificações socioculturais iniciadas com a colonização estenderam-se ao longo dos anos (séculos) quando a região passou também a ser alvo dos programas de "civilização" operados pelo Estado. Recentemente, as alterações observadas no Alto Rio Negro estão relacionadas às dinâmicas de migração e urbanização contemporâneas,

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 463.895

acrescidas da ação de garimpeiros, madeireiros, dentre outros agentes externos que se fazem presente e que acarretam

impactos negativos. O contexto histórico da região, caracterizado pelas tentativas de dominação dos indígenas (...) não ocorreu sem que estes reagissem e se impusessem a tais tentativas, imprimindo desde há muito tempo, seu protagonismo como sujeitos sociais atuantes em defesa de suas culturas e de seus territórios. A análise desse contexto histórico evidencia que a atual mobilização e a articulação em torno da criação de mecanismos de proteção e gestão das terras onde vivem não é algo recente, pois ao longo dos séculos lutam por sua autonomia e pelo direito às suas terras. Essa mobilização, a partir da década de 80, se dá por meio da adoção de estratégias peculiares, mediante um formato de organização social e político formal nos moldes da sociedade ocidental, surgindo assim, as chamadas Associações Indígenas. No rio Negro essas associações agregaram-se a uma organização maior, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), e, em parceria com o Instituto Socioambiental, e demais agentes aliados, delineiam um "modelo" próprio de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas. Em termos gerais, são esses elementos do "passado-presente" que dinamizam a região do Alto Rio Negro e constituem um panorama importante para uma análise visando conhecer a dinâmica da organização político-cultural dessas associações formais, concernente à conservação de seus territórios e de suas culturas, o objeto eleito para análise."

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário: "Analisar a participação dos indígenas do Alto Rio Negro, na elaboração e implementação de programas e projetos, pautados na noção de desenvolvimento sustentável visando a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas."

Objetivo Secundário:

- Analisar a organização político-cultural estruturada pelos indígenas no processo de elaboração e implementação dos programas e projetos de desenvolvimento sustentável;
- Apreender os mecanismos de interlocução com o Estado, utilizados pelos indígenas, para viabilizar suas propostas de desenvolvimento sustentável nas Terras Indígenas;
- Identificar os agentes e parceiros dos indígenas, bem como o papel que desempenham no processo de elaboração e implementação dos programas e projetos;
- Averiguar os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade adotados pelos indígenas nas propostas de desenvolvimento sustentável do Alto Rio Negro.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: Segundo informado, "Em virtude dos propósitos da pesquisa os riscos são difíceis de serem

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 463.895

mensurados, contudo, considera-se que ela apresente pouca possibilidade de riscos aos sujeitos envolvidos, pois não serão acessados e/ou usados seus conhecimentos tradicionais, estando os propósitos da pesquisa explícitos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em linguagem simples e esclarecedora. Os desconfortos e os riscos que eventualmente venham a ocorrer poderão ser de ordem subjetiva, envolvendo uma avaliação crítica a respeito de seus papéis e de suas atuações na gestão de seus territórios. Vale assinalar que o projeto foi apresentado a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), que após avaliá-lo deu a anuência para realizá-lo, mediante a assinatura de um acordo, no qual constam "os critérios e procedimentos para regulamentar as relações entre pesquisadores e indígenas do rio Negro", instrumento criado pela FOIRN para minimizar os riscos de pesquisa envolvendo os povos indígenas da região."

Benefícios: "(...) considera-se que os resultados da pesquisa possam viabilizar elementos para a análise e reflexão sobre os impactos positivos e negativos dos programas e projetos, empreendidos pelos indígenas ao longo dos anos, visando à gestão territorial e ambiental do Alto Rio Negro. Essa reflexão poderá permitir uma visão sobre os avanços; apontar os ajustes que se fazem necessários, bem como subsidiar a elaboração de novas propostas. Entende-se também que a pesquisa poderá colaborar com as políticas públicas de Estado em prol dos povos indígenas dessa região, e, ainda, de outras regiões do Estado.". Há portanto maior possibilidade de benefícios do que de riscos, o que indica que o projeto é eticamente adequado.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa faz parte do processo de obtenção de título de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia-PPG-CASA/UFAM.

O protocolo conta com a apresentação dos procedimentos para obtenção do consentimento livre e esclarecido (TCLE). A abordagem e a redação do TCLE estão adequados à especificidade da pesquisa e do grupo investigado.

A pesquisa não prevê procedimentos em Terra Indígena, com isso não sendo necessária a anuência da FUNAI.

O protocolo conta com anuência da Secretaria do Estado para os Povos Indígenas e da direção da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados os Termos obrigatórios.

Instrumento - foi anexado.

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 463.895

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Atendeu a pendência.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 21 de Novembro de 2013

---

**Assinador por:**  
**MARIA EMILIA DE OLIVEIRA PEREIRA ABBUD**  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br

**ANEXO D - Termo de Anuência da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)**



Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN  
Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei n.º 1831 – 1987  
CNPJ N.º. 05.543.350/0001-18  
Inscrição Estadual n.º. 04.213.831-0

708

São Gabriel da Cachoeira - AM, 25 de abril de 2012

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Nós Diretores da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro- FOIRN, estamos cientes de que a pesquisadora **JOCILENE GOMES DA CRUZ** – portadora do RG: 1030282-4 e CPF: 385.055.922-04, Doutoranda pela Universidade Federal do Amazonas do programa de Pós Graduação Em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - CCA, estará fazendo sua pesquisa nesta instituição, sobre **ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA AMBIENTAL EM TORNO DE PROTEÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E DA DIVERSIDADE CULTURAL NO ALTO RIO NEGRO**, no que diz respeito Organização Político – Cultural e Participação dos Povos Indígenas nos Programas de Gestão Territorial e Ambiental. O trabalho será feito nos anos de 2012 a 2014.

Sendo o que temos a apresentar, ficamos a disposição para maiores informações.

Diretoria Executiva da FOIRN.

  
\_\_\_\_\_  
**Erivaldo Almeida Cruz**  
Diretor - FOIRN  
CPF: 620.925.022-04

Av. Álvaro Maia, 79 – Centro – Cx. Postal 31  
CEP: 69750-000 São Gabriel da Cachoeira, - Amazonas – Brasil  
Fone/Fax: (xx) 97 3471-1632 e-mail: foirn@foirn.org.br

ANEXO E: Formulário de Cadastro para realizar pesquisa no rio Negro



Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN  
Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei n.º 1831 – 1987  
CNPJ N.º 05.543.350/0001-18  
Inscrição Estadual n.º 04.213.831-0

**FORMULARIO DE CADASTRO PARA REGULAMENTAR AS RELAÇÕES ENTRE PESQUISADORES E INDIGENAS NO RIO NEGRO.**

1-Identificação.

Pesquisador: Freidene Gomes da Cruz  
Instituição responsável pela pesquisa: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

2- Breve descrição do projeto e razão da pesquisa, bem como dos procedimentos que serão utilizados.

Trata-se de uma pesquisa de tese, cujo objetivo central é, analisar a participação das lideranças indígenas na elaboração de programas e projetos visando a gestão territorial e ambiental das terras indígenas. Os procedimentos para a obtenção dos dados inclui a participação nas assembleias, reuniões, seminários, após permissão/autorização da FOIRN; entrevistas semi-estruturadas; pesquisa nos arquivos da FOIRN.

3 - onde pretende realizar as atividades.

Na sede do município de São Gabriel da Cachoeira.

3.1 -tempo previsto pra termino dos trabalho.

maio de 2014

4- informação sobre uso e destinação do material e produtos derivados, dados e barra conhecimentos coletados:

Os dados coletados destinam-se exclusivamente a elaboração da tese e pesquisa as orientações éticas do CEP/CONEP

5- contrapartida da comunidade/povo, que assegure seus integrantes o retorno social dos trabalhos realizados, garantindo a repartição de benefícios decorrentes da pesquisa nos termos da convenção sobre biodiversidade biológica(CDB) e demais leis que regulamento o assunto, seja por meio de pagamento d valor definido em comum acordo com a comunidade/povo/associação, participação nos resultados financeiros decorrentes da exploração econômica de eventuais produto ou qualquer outra forma de contrapartida.

Av. Alvaro Maia, 79 – Centro – Cx. Postal 31  
CEP: 69750-000 São Gabriel da Cachoeira. - Amazonas – Brasil  
Fone/Fax: (xx) 97 3471-1632 e-mail: [foirna@foirn.org.br](mailto:foirna@foirn.org.br)



Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN  
Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei n.º 1831 - 1987  
CNPJ N.º. 05.543.350/0001-18  
Inscrição Estadual n.º. 04.213.831-0

A pesquisa é acadêmica, portanto, seus benefícios são de outra natureza, são sociais, econômicos e, não trará transtornos para a comunidade/povo/associação, qual é o compromisso?

6- o material e produtos derivados, dados/ou conhecimento autorizados pela comunidade/povo/associação, qual é o compromisso?  
A publicação na forma de artigo, livro e outros respeitará as condicionantes éticas, conforme quanto ao sigilo, dados confidenciais envolvidas nas pesquisas qual é a garantia? já esclarecido

Não será feita nenhuma publicação sem a autorização dos sujeitos da pesquisa.

8- publicação e divulgação: indicara a comunidade/povo/indígena em cujas terras a pesquisa foi realizado em todas as publicação ou quaisquer outros meios de divulgação, bem como produtos resultantes da pesquisa, identificando ainda o material ali coletado assim como conhecimento tradicional a que se teve acesso, observada a clausula de sigilo, de modo a garantir o registro da origem do material e da informação?

A pesquisa seguirá os trâmites legais, conforme as diretrizes do CEP/COEP  
9- o resumo sobre resultado da pesquisas (tese, etc.), bem como copia integral, em português, será enviado pra acervo da FOIRN e informações da comunidade?

Sim, depois da defesa pública e das conexões na tese, num prazo de 60 dias  
10- qual o orçamento da pesquisa e suas fontes de financiamento?

Não tem financiamento, apenas a bolsa concedida pela Fapeam.  
11- o projeto de pesquisa foi aprovado pelos órgão competentes e se já foi submetido a avaliação do comitê de ética em pesquisa responsável?

Após a obtenção da Anuência da FOIRN o projeto de tese será encaminhado ao CEP e a COEP

12-data: 01/02/2012 Assinatura:

São Gabriel da Cachoeira-AM, 01 de 02 de 2012..

Av. Álvaro Maia, 79 - Centro - Cx. Postal 31  
CEP: 69750-000 São Gabriel da Cachoeira, - Amazonas - Brasil  
Fone/Fax: (xx) 97 3471-1632 e-mail: [foirn@foirn.org.br](mailto:foirn@foirn.org.br)